

EDSON BENEDITO RONDON FILHO

**A SOCIALIZAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA:
TENSÃO ENTRE RECONHECIMENTO E DESRESPEITO**

Porto Alegre / RS

2013

EDSON BENEDITO RONDON FILHO

**A SOCIALIZAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA:
TENSÃO ENTRE RECONHECIMENTO E DESRESPEITO**

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor no curso de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
Coorientação: Dr. Fabien Jobard

Porto Alegre / RS

2013

CIP - Catalogação na Publicação

RONDON FILHO, EDSON BENEDITO

A socialização dos agentes de segurança pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito / EDSON BENEDITO RONDON FILHO. -

- 2013.

299 f.: il.

Orientador – José Vicente Tavares dos Santos.

Coorientador – Fabien Jobard

Tese (Doutorado) - - Universidade Federal do Rio do Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Socialização ocupacional. 2. Organização de Segurança Pública. 3. Polícia Militar. 3. Reconhecimento e desrespeito, I. Tavares dos Santos, José Vicente, orient. II. Jobard, Fabien, coorient. III. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos:

Neto, Matheus e Andrey.

Às minhas apoiadoras:

minha mãe Epidrina de Amorim Rondon,

minha vó Ana Sena de Amorim e

minha companheira Maria Izabel Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos, meu orientador e fonte de inspiração, meus sinceros agradecimentos pela companhia nesta jornada.

Ao Dr. Fabien Jobard e demais membros da equipe do CESDIP (França) pela calorosa recepção e orientações durante o meu estágio no exterior.

À direção da CAPES pela oportunidade de poder integrar o PDSE e vivenciar experiência fora do país.

À Coordenação do Curso e ao quadro de servidores do PPGS pela saudável convivência durante a realização do curso.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelos conhecimentos transmitidos no Doutorado em Sociologia.

Aos companheiros de curso pelas horas passadas nas variadas disciplinas cursadas e pelos debates responsáveis pelo crescimento acadêmico.

À minha família pelo apoio durante toda a jornada do curso e de minha vida.

Aos amigos de longa jornada e aos que conquistei no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e na França.

Aos policiais militares da BMRS, da PMERJ e da PMMT.

EPÍGRAFE

*“(...) O confronto vem. O teste vem.
Às vezes você flexibiliza, às vezes se curva.
(...) Mas, dentro do seu coração (...) sempre uma verdade de que você nasceu pra fazer a diferença.
(...) Então, não deixe que essas mesquinhas, que essas miscelâneas de sentimentos, que isso tudo tome tanta propagação no seu coração e que mude quem você é. Você é muito mais que isso.
Ao longo da estrada a gente agrega muitos espinhos na nossa farda, muitos espinhos no nosso colete, nosso equipamento de proteção.
(...) Esses espinhos, eles vão agregando ao nosso fardamento, aos nossos equipamentos, às nossas roupas, mas eles não fazem parte de nós.
(...) E esta farda, esta instituição é muito maior do que os espinhos.
O problema é que estes espinhos, às vezes vão juntando, vão juntando e aquele que está olhando pra você e pra mim, ele não está vendo mais um capitão, ele não está vendo mais um tenente, um sargento, um soldado, ele está vendo um homem cheio de espinhos.
A visão dele é um homem cheio de sujeiras, cheios de avarias, um homem que não é aquele homem que entrou.
Mas, eu tenho uma boa notícia, nós podemos, com fé e (...) com determinação que nos foi colocado no início de nossas carreiras, nós podemos tirar estes espinhos de nossas fardas, de nossos equipamentos e mostrar a esta sociedade, mostrar a nossa própria polícia,
Que nós ainda somos aqueles idealizadores,
Que nós ainda somos aquelas pessoas que amam estar na polícia militar, porque achamos nobre esta lição.
(...) Então, é preciso que vocês tenham força, persistência e que possam vencer estas dificuldades que foram colocadas na carreira de vocês.
(...) O mundo é assim, surgirão muitas outras, mas quem você é?
Olhe pra dentro de você!
Quem está aí? Quem está aí?
Quem move este coração?
O que você aprendeu?
Não se esqueça daquilo que você aprendeu.
Não se esqueça dos conceitos que formaram o seu início acadêmico, o seu início institucional!
Não se esqueça que a sociedade conta com você!
Pessoas humildes e pessoas abastecidas contam com você! Contam comigo! Contam conosco!
Enquanto houver vidas há escolhas!”*

Capitão da Polícia Militar, entrevistado para esta tese.

“Nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar!”

Brecht

“O novo está nascendo e o velho não quer morrer.”

Gramsci

***“A expressão potencializa as ideias, os juízos e os raciocínios,
pois estes de nada valeriam sem aquela!”***

O Autor

RESUMO

Esta tese é resultado de um estudo comparado que buscou compreender os aspectos da tensão entre os atos de desrespeitos e os atos de reconhecimentos, vivenciados em socialização secundária pelos sujeitos integrantes das organizações policiais militares dos Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, nas dimensões familiar, jurídica e estatal. O método é dialético com abordagem qualitativa e contou com entrevistas em profundidade, grupos focais e observação sistemática, sendo empregado o programa NVivo para compreensão dos dados coletados. Os estudos de Dominique Monjardet sobre a socialização policial serviu de orientação para condução da pesquisa que foi correlacionada nos aspectos teóricos com a “Teoria do Homem Plural” de Bernard Lahire. Ao final foi proposta a reconsideração da “Teoria dos Ilegalismos Policiais” de Fabien Jobard.

Palavras-chave: Segurança Pública – Polícia Militar – Socialização Organizacional.

ABSTRACT

This thesis is the result of a comparative study that sought to understand aspects of the tension between the acts of disrespect and acts of recognition, experienced in secondary socialization by the members of the military police of the Brazilian's states of Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro and Mato Grosso, in the family, State and legal dimensions. The method is dialectical with qualitative approach and included interviews, focus groups and systematic observation, being employed NVivo program to understand the data collected. The studies by Dominique Monjardet about the police socialization served to guide the conduct of research that has been correlated with the theoretical aspects of the "Theory of Plural Man" by Bernard Lahire. Then it was proposed the reconsideration of the "Theory of policing" by Fabien Jobard.

Keywords: Public Safety - Military Police - Organizational Socialization.

RÉSUMÉ

Cette thèse est le résultat d'une étude comparative qui a cherché à comprendre les aspects de la tension entre les mépris et les actes de reconnaissance, expérimenté dans la socialisation secondaire par les sujets qui sont membres de la police militaire des États brésiliens du Rio Grande Sul, du Rio de Janeiro et du Mato Grosso, dans les dimensions de la famille, du droit et d'État. La méthode est dialectique avec une approche qualitative et inclus des entrevues, groupes de discussion et l'observation systématique, étant employé au logiciel Nvivo pour la compréhension des données recueillies. Les recherches de Dominique Monjardet sur la socialisation policier a servi à l'orientation de cette thèse qui était en corrélation avec la "théorie de l'homme pluriel" de Bernard Lahire. La fin a été proposée la reconsidération de la "théorie de la police" de Fabien Jobard.

Mots-clés: Sécurité Publique - Police Militaire - Socialisation Organisationnelle .

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Graduação dos participantes dos grupos focais de praças	134
Tabela 2: Posto dos participantes dos grupos focais de oficiais	135
Tabela 3: Gênero dos participantes dos grupos focais de praças	135
Tabela 4: Gênero dos participantes dos grupos focais de oficiais	136
Tabela 5: Idade dos participantes dos grupos focais de praças	136
Tabela 6: Idade dos participantes dos grupos focais de oficiais	137
Tabela 7: Cor autodeclarada dos participantes dos grupos focais de praças	137
Tabela 8: Cor autodeclarada dos participantes dos grupos focais de oficiais	138
Tabela 9: Estado Civil dos participantes dos grupos focais de praças	138
Tabela 10: Estado Civil dos participantes dos grupos focais de oficiais	139
Tabela 11: Número de filhos dependentes dos entrevistados dos grupos focais de praças	139
Tabela 12: Número de filhos dependentes dos entrevistados dos grupos focais de oficiais	140
Tabela 13: Domicílio dos participantes dos grupos focais de praças	141
Tabela 14: Domicílio dos participantes dos grupos focais de oficiais	141
Tabela 15: Escolaridade dos participantes dos grupos focais de praças	142
Tabela 16: Escolaridade dos participantes dos grupos focais de oficiais	142
Tabela 17: Orientação religiosa dos participantes dos grupos focais de praças	143
Tabela 18: Orientação religiosa dos participantes dos grupos focais de oficiais	144
Tabela 19: Entidade que participam os participantes dos grupos focais de praças ...	144

Tabela 20: Entidade que participam os participantes dos grupos focais de oficiais .	145
Tabela 21: Noções básicas de língua estrangeira dos participantes dos grupos focais de praças	146
Tabela 22: Noções básicas de língua estrangeira dos participantes dos grupos focais de oficiais	146
Tabela 23: Local de trabalho dos participantes dos grupos focais de praças	147
Tabela 24: Local de trabalho dos participantes dos grupos focais de oficiais	147
Tabela 25: Horas trabalhadas/semana pelos participantes dos grupos focais de praças	148
Tabela 26: Horas trabalhadas/semana pelos participantes dos grupos focais de oficiais	148
Tabela 27: Ano de ingresso na Polícia Militar dos participantes dos grupos focais de praças	149
Tabela 28: Ano de ingresso na Polícia Militar dos participantes dos grupos focais de oficiais	150
Tabela 29: Posto e Graduação dos entrevistados	152
Tabela 30: Gênero dos entrevistados	152
Tabela 31: Idade dos entrevistados	153
Tabela 32: Cor autodeclarada dos entrevistados	153
Tabela 33: Estado Civil dos entrevistados	154
Tabela 34: Número de dependentes dos entrevistados	154
Tabela 35: Local de domicílio dos entrevistados	155
Tabela 36: Escolaridade dos entrevistados	155
Tabela 37: Orientação religiosa dos entrevistados	156
Tabela 38: Entidade que participam os entrevistados	156
Tabela 39: Noção de língua estrangeira dos entrevistados	157
Tabela 40: Local de trabalho dos entrevistados	158
Tabela 41: Horas trabalhadas/semana pelos entrevistados	158
Tabela 42: Ano de ingresso na Polícia Militar	159

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Estrutura das relações sociais de reconhecimento	20
Quadro 2: Relação das variáveis e indicadores	35
Quadro 3: Comparativo dos espaços e organizações de pesquisa	39
Quadro 4: Ilegalimos policiais	69
Quadro 5: Socialização policial	101
Quadro 6: Socialização policial comparada	102
Quadro 7: Correlação entre os níveis de hierarquia, de decisão e de ascensão	125
Quadro 8: Perfil geral dos sujeitos de pesquisa	160
Quadro 9: Olhar da família sobre a polícia	171
Quadro 10: Olhar da família sobre o policial	172
Quadro 11: Olhar positivo sobre o direito	178
Quadro 12: Olhar negativo sobre o direito	180
Quadro 13: Secções das perspectivas sobre o Estado	197
Quadro 14: Olhar positivo da secção Estado e a função policial	198
Quadro 15: Olhar negativo da secção Estado e a função policial	200
Quadro 16: Olhar sobre a secção sociedade e polícia	201
Quadro 17: Olhar sobre a secção relação com a organização policial	202
Quadro 18: Reconsideração dos ilegalismos policiais	262

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do percentual discursivo da tensão desrespeito/ reconhecimento	203
Gráfico 2: Associação entre as perguntas formuladas e os “nós” (esferas: família/ direito/ Estado e a tensão: reconhecimento/ desrespeito)	203
Gráfico 3: Comparação entre a distribuição dos percentuais discursivos da tensão desrespeito/ reconhecimento obtidos na BMRS, PMERJ e PMMT ..	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO – Ação Cívico Social

APMCV - Academia de Polícia Militar Costa Verde

BMRS – Brigada Militar do Rio Grande do Sul

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CESDIP – Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales

CEFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNRS - Centre National des Recherches Sociologiques

CONSEG – Conferência Nacional de Segurança Pública

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

EB - Exército Brasileiro

FEM - Feminino

FFAA - Forças Armadas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GFs – Grupos Focais

LC – Lei Complementar

MJ – Ministério da Justiça

NTCIs – Novas Tecnologias de Comunicação e Informações

PADM – Processo Administrativo Disciplinar Militar.

PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PIB - Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PMMT - Polícia Militar de Mato Grosso

PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública

QCG – Quartel do Comando Geral

RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar

RENAESP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

UPPF – Uso Policial do Paradigma da Força

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
PARTE I: PERCURSO METODOLÓGICO, VIOLÊNCIAS, SEGURANÇA PÚBLICA, SOCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR	29
1 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
1.1 SOCIALIZAÇÃO	36
1.2 RECONHECIMENTO E DESRESPEITO	38
1.3 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO CAMPO DE EMPIRIA	38
1.4 DO MÉTODO	40
1.5 PRINCÍPIOS DE DELINEAMENTO	41
1.6 GERAÇÃO DE DADOS	42
1.7 AVALIAÇÃO DE DADOS	45
1.8 INTERESSE DE CONHECIMENTO	46
2 FRAGMENTOS DA VIOLÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: POR QUE COMPREENDER A SOCIALIZAÇÃO DOS AGENTES POLICIAIS MILITARES	47
2.1 FRAGMENTOS DAS CONCEPÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	51
2.2 ENTRE O DISCURSO E AS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	55
2.3 FRAGMENTOS DAS POLÍCIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA	58
3 SOCIALIZAÇÃO POLICIAL	66
3.1 TEORIA SOCIOLOGICA DA POLÍCIA	66
3.2 POR QUE SOCIALIZAÇÃO E NÃO PROFISSÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL?	75
3.3 SOCIALIZAÇÕES E PLURALIDADE DOS HOMENS	77
3.3.1 Socialização primária	81
3.3.2 Socialização secundária	82
3.4 FRAGMENTOS DA TENSÃO	85
3.5 FRAGMENTOS DA SOCIALIZAÇÃO POLICIAL	89
4 DAS ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	104
4.1 DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES ESTADUAIS BRASILEIRAS	115
4.1.1 Da autoridade policial militar	119
4.1.2 Do acesso, inclusão, formação e carreira na organização policial militar	121

PARTE II: FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO POLICIAL E TEORIA SOCIOLÓGICA DA POLÍCIA RECONSIDERADA ...	131
5 PERFIL DOS SUJEITOS PARTICIPANTES	132
5.1 GRUPO FOCAL: O PERFIL NO DUPLO OFICIAIS / PRAÇAS	133
5.2 ENTREVISTAS: O PERFIL NO PLANO INDIVIDUAL	151
6 DISCURSO GERAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA	161
6.1 FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE A FAMÍLIA	163
6.2 FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO	172
6.3 FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE O ESTADO	180
6.4 FRAGMENTOS DA TENSÃO DISCURSIVA	202
7 DOS DISCURSOS PARTICULARES: DOS PAMPAS, DOS FLUMINENSES E DOS HOMENS DO MATO	205
7.1 FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE A FAMÍLIA	210
7.2 FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO	214
7.3 FRAGMENTOS DA PERCEÇÃO SOBRE O ESTADO	220
7.3.1 Estado e a função policial	220
7.3.2 Sociedade	226
7.3.3 Organização policial	230
7.4 FRAGMENTOS DA TENSÃO DISCURSIVA	238
8 O CUBO MÁGICO	240
8.1 ANTES DO INGRESSO NA ORGANIZAÇÃO	241
8.2 INÍCIO E FIM DA FORMAÇÃO INICIAL	246
8.3 TITULARIZAÇÃO	252
8.4 BANALIZAÇÃO	253
8.5 CRISTALIZAÇÃO	256
8.6 TEORIA SOCIOLÓGICA DA POLÍCIA RECONSIDERADA	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
APÊNDICES	285

INTRODUÇÃO

A presente tese buscou compreender as variáveis do tema **‘a socialização dos agentes de segurança pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito’**. A centralidade da pesquisa se deu nas formas de socialização observadas nas organizações policiais estaduais brasileiras de estatuto militar com base nos precursores estudos de Dominique Monjardet (1992, 1993, 1996, 1999 e 2003), cujos pressupostos embasam os estudos da socialização policial na França. Deixamos claro que não realizamos nenhum exercício comparativo com relação aos estudos de Monjardet, mas emprestamos seu suporte teórico para nossa compreensão. Quanto à tensão entre os atos de reconhecimento e de desrespeitos¹, o foco se deu especificamente àqueles dispensados aos agentes de Segurança Pública durante a socialização vivenciada pós-seleção nas organizações policiais nos cursos de formação ocupacional realizados nas academias de polícias e no exercício da ocupação policial, onde esses sujeitos se deparam com conflitos de diversas ordens².

O tema permeia dúvida recorrentemente levantada quando divulgados excessos, abusos, violências e corrupção cometidos pelos agentes de segurança pública nas ações policiais ou fora delas, onde se interroga se a formação ocupacional ofertada a esses sujeitos corresponderiam às expectativas sociais de uma formação humanista, desprovida de desrespeitos e que prepare o policial para lidar efetivamente com a

¹ Conforme as perspectivas dos sujeitos de pesquisa.

² Aqui podemos citar os conflitos de ordem psicológica, de ordem familiar, de ordem social, de ordem jurídica, de ordem organizacional, de ordem política, de ordem educacional, de ordem estrutural, de ordem cultural, etc.

sociedade e não desrespeitar o “Outro” em sua particularidade individual e social, agindo com alteridade e autonomia formal de maneira a contemplar o reconhecimento. A obviedade nos conduz a outras interferências na ação policial, como falta de qualificação, ausência de estratégias de gestão, não adesão aos valores e normas pretendidos, baixo orçamento dispensado à segurança pública, um saber prático que alimenta uma cultura organizacional, entre algumas possibilidades.

A formação do agente de segurança pública é tema que já trabalhamos na dissertação do Mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujo recorte se aportou na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), órgão encarregado pela formação dos Oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), onde percebemos uma organização castrense, concomitantemente com outras variáveis (‘impressões digitais’, política, sociedade, cultura institucional e ‘*streets vibes*’) interferindo na intencionalidade das ações perpetradas por esses agentes. A ‘impressão digital’ são as disposições advindas das experiências anteriores incrustadas na consciência do sujeito que mesmo passando por um processo de socialização organizacional não consegue se libertar dessa impressão; pode ser negativa ou positiva e se converte em atos de legalidade, de covardia ou de arbítrio (RONDON FILHO, 2011, p. 156). Já as ‘*Street vibes*’ “(...) consiste dos significados que atribuíram aos tipos de pessoas e situações encontrados no dia-a-dia” (MENKE, WHITE e CAREY in GREENE, 2002, p. 91) e correspondem aquilo que José Vicente Tavares dos Santos (2009) denomina de ‘saber prático policial’ e se choca com a teoria e a técnica ensinadas nas academias de polícia. São produtos da rotina e do cotidiano policial; sua força se acosta no tirocínio e na intuição, convertidos em mecanismos de coerção em detrimento da técnica, muitas vezes vista como academicista e eminentemente teórica.

Devido ao alcance reduzido do estudo citado, resolvemos no doutorado buscar compreender o processo de socialização desenvolvido em organizações policiais militares de outros estados brasileiros. Lembramos que o sistema de segurança pública brasileiro é formado por várias organizações, com estatutos e estética distintos, o que, em tese, implica em existência de distintas socializações, certamente refletidas nos serviços policiais. Descartamos abordagem tangente a uma chamada “profissão” ou “profissionalização” dos agentes de segurança pública para nos concentrarmos na socialização materializada aos sujeitos que ingressam nos órgãos de Segurança Pública e depois, numa outra fase, no exercício de sua ocupação, sobremaneira na tensão

existente entre o reconhecimento e os desrespeitos, observada nessas vivências e relatada de acordo com as perspectivas dos próprios policiais, já que somente eles podem se ver reconhecidos ou não nas próprias experiências vividas.

A socialização ofertada pelos órgãos policiais deve preparar, ao menos em tese, o agente de segurança pública ao seu mister nos diversos níveis que transversalmente perpassam o seu agir. A ação dentro dos órgãos de segurança pública exige padrões distintos de exteriorização, variantes em conformidade com os estatutos e regimentos internos, e, ainda, de acordo com os níveis de relação na cadeia de gestão (operacional, tática e estratégica) e execução do serviço policial.

O agente de Segurança Pública deve possuir autoconfiança, autorrespeito e autoestima e evitar desrespeitos, trabalhados no nível conceitual e de intuição intelectual durante a socialização ocupacional. Essa socialização é vista de forma secundária e, recorrentemente, considerável número de agentes desrespeitam e são desrespeitados nesse processo. Enfatizamos que essa fase é precedida por socialização primária, implícita na vivência do sujeito antes de ser selecionado para integrar a organização policial.

Os desrespeitos se vinculam aos componentes da personalidade e influenciam na autorrelação prática que o sujeito possui, conforme apresentado na figura adiante:

Modos de Reconhecimento	Dedicação Emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da Personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Quadro 1: Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Fonte: Honneth (2009, p. 211)

Esses elementos remetem às hipóteses e às dimensões observadas, uma vez que a forma de socialização, integrada ou não por desrespeitos, interfere nas práticas dos sujeitos pela incorporação desse passado, aflorado no contexto de ação presente e futura desses agentes de segurança pública.

Podemos afirmar que há uma tensão entre o reconhecimento e os desrespeitos no processo de socialização a que são submetidos os agentes de Segurança Pública, mas não definida, ainda, quanto às suas medidas de interferência e dependência recíprocas. Logo, temos que o tema se delimitou nos reconhecimento e desrespeitos vivenciados pelos agentes de segurança pública na socialização materializada nas organizações policiais, mas é certo que não nos conduzimos pela lógica honnethiana onde o motor das transformações sociais estaria nos atos de desrespeitos que motivariam uma luta por reconhecimento. O foco desta tese, de maneira direta ou indireta, foi a compreensão da segurança pública brasileira partindo dos discursos de seus agentes que descreveram as experiências vividas no cotidiano do exercício da ocupação policial.

Desse quadro apresentado nos brotou o seguinte questionamento como eixo central de pesquisa:

Como o processo de socialização materializado nas organizações de Segurança Pública interfere na tensão entre os desrespeitos e reconhecimentos inerente aos sujeitos submetidos a esse processo?

A questão guia pode parecer simplória quando posta diante das hipóteses que serão apresentadas, mas justificamos sua construção no próprio dilema e instigação de algumas “simples” questões que permeiam a história humana, como: *Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?* Perguntas simples com respostas complexas. Como exemplo de pseudodissociação problema-hipótese, citamos a conhecida obra “O suicídio” de Durkheim (2005), guiada pela questão: “*A coesão social influencia a taxa de suicídio?*”

Voltando ao problema levantado, afirmamos que a socialização não pode ser vista como inculcação da maneira de fazer, de sentir e de pensar a ser egoísta, mas como uma construção interativa de condutas sociais, às vezes cognitiva e relacional (PIAGET *apud* DUBAR, 2013, p. 8). A socialização deve ser vista como a construção de um mundo vivido que pode ser desconstruído e reconstruído ao longo da existência do

sujeito. É um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade que cada um encontra no curso de sua vida e que resulta no aprendizado de como agir. A definição de si e dos outros e como os atores se relacionam uns com os outros é central na compreensão da socialização que toma a forma de argumentos que implicam em interesses, em valores, em posições e em tomada de posições. Cada ator tem uma história, um passado que pesa sobre sua identidade (*idem*, p. 10-11).

A socialização, segundo Honneth (2009, p.135), é procedida pela “(...) interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade”, ou seja, o sujeito tem suas expectativas parametradas pelas normas interiorizadas e assim ele pode se relacionar legitimamente com os Outros, sabendo de suas obrigações.

Entendemos que a socialização dos agentes de segurança pública brasileira está ligada diretamente ao processo educativo praticado nos órgãos de formação dos quadros técnicos policiais, insertos em uma vivência institucional. Ou seja, a educação aqui encarada como um processo de eterno aprendizado o que engloba os aspectos formais e informais dos cursos de formação ofertados para os agentes de segurança pública, bem como a prática diária do exercício de sua ocupação³. Reafirmamos que o sentido de educação tomado nesta tese é algo maior, onde a dialogicidade que amarra o sujeito ou agente às teias da organização não podem desconsiderar o mundo da vida e, também, suas experiências que geram disposições incorporadas fora do contexto policial. No entanto, alerta deve ser dado quanto à vivência institucional que, além de complexa, demanda outros arranjos de socialização, em razão das particularidades inerentes aos órgãos que compõem o sistema de segurança pública brasileiro, a destacar: 1) o caráter municipalizado / estadualizado / federalizado do sistema; 2) as tarefas que cada órgão desempenha; 3) as vinculações políticas refletidas no grau de autonomia; 4) a estrutura burocrática das organizações; 5) forma e níveis de *accountability*; 6) articulação/desarticulação dos órgãos que compõem o sistema (SAPORI *in* MARIANO, 2002, p. 100; SAPORI, 2007, p. 56), sem desprezar, ainda, o contexto histórico-cultural de formação e vivência da sociedade brasileira.

³ Não podemos restringir a educação somente ao seu aspecto formal. Portanto, a educação tem um sentido, também, de informalidade e de vivência cotidiana do sentido prático policial.

O resultado dessa socialização é retratado nos serviços policiais que no seu cotidiano, também, integra essa socialização. Todos os serviços policiais e os objetivos organizacionais previstos têm seu cumprimento vinculado à socialização primária e à socialização policial materializada durante o processo de formação dos agentes de segurança pública e na cultura organizacional da prática policial cotidiana.

Assim, a socialização policial, como primeira variável em destaque, teria como variáveis interferentes: a) a política; b) a educação policial; c) a cultura organizacional; d) o saber prático; e e) as redes de sociabilidade.

A política é vista nesta tese como a arte de organizar, dirigir e administrar as organizações policiais, tanto no âmbito interno como no externo, incluindo os procedimentos que definem as relações interna *corpus* organizacional e estatal e com a *polis*. “O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação” (WEBER, 1982, p. 103) e as organizações de segurança pública como parte desse processo não fogem à regra, o que implica na existência natural de conflitos de diversas ordens entre seus integrantes e entre as próprias organizações. Os conflitos são travados pelos agentes de segurança pública em um cenário político que mescla as formas de dominação tradicional e carismática weberiana e um discurso de uma racionalidade burocrática legalista e, ainda, são carregadas de valores e significados multifacetários envoltos em uma névoa de desconhecimento. A obviedade está na socialização como produtora das estratégias que serão desencadeadas pelo agente de segurança pública ao longo de sua carreira; e construídas nas tensões entre os atos de desrespeitos e os atos de reconhecimento.

A educação policial é entendida tanto na sua formalidade quanto na informalidade, ambas ocorridas nas organizações policiais e que sustentarão a forma das relações estabelecidas intersubjetivamente entre os agentes de segurança pública e entre estes e a sociedade. Segundo Freire (1994, p. 27), compreender a educação é tentar compreender o homem em sua humanidade temporal, incompleta, multifacetária, polissêmica, espacializada e histórica. Nesse raciocínio temos que a educação policial como prática social ampliada está em um campo conflituoso e complexo de forças que, em tese, deveria atender aos interesses universais da humanidade, mas se coloca, por vezes, no paradoxo dos interesses estatais nem sempre coincidentes com os valores ditos naturais. O currículo não pode ser desconsiderado, pois engloba o *que-fazer* na

educação policial, inclusive nas ações que acontecem fora do espaço ocupacional (SAUL in STRECK, REDIN & ZITKOSKI, 2008, p. 120), pois é o caminho que define a tarefa da educação (MARTINS, 1992, p. 41).

A cultura organizacional é a teia que liga o agente à organização policial e esta ao mundo. Marca o “ser policial” e produz todo o sentido exteriorizado na estética policial por sua internalização, muitas das vezes prevalecendo sobre o sentido da educação e desvirtuando os objetivos e metas organizacionais. Veio de conflito, às vezes é negada por representar um etnocentrismo policial descolado da cultura social, mas não pode ser desprezada por influenciar diretamente em muitas das ações dos agentes de segurança pública.

Bretas & Poncioni (1999), no artigo “*A cultura policial e o policial civil carioca*”, levantaram a dúvida quanto à existência ou não da cultura policial, uma vez que, apesar de a literatura sociológica de língua inglesa a admitir, sociólogos tem questionado o etnocentrismo dessa falada cultura. Nesse raciocínio, os autores descrevem o ambiente cotidiano dos policiais civis, apresentando a zona de ambiguidade a que eles são submetidos na inserção organizacional, o que reflete no relacionamento polícia-sociedade. O ambiente é altamente competitivo e a imagem que o policial tem de si é depreciativa, marcada pela desilusão e pelo cinismo. São atributos comuns dos policiais a dissimulação, a solidariedade, a desconfiança, a astúcia e o conservadorismo, elementos estes não exclusivos da polícia, mas reproduzidas no ambiente policial em razão da própria função. Há um saber próprio compartilhado que perpassa as atitudes, os sentimentos e a percepção do “mundo policial” e do “mundo social”. A desconfiança e a dissimulação se destacam como elementos culturais; a função policial é tratada como segredo de Estado para aqueles que não fazem parte da organização ou do contexto de interesse, o que gera posturas autoritárias e/ou paternalistas entre os integrantes de acordo com os níveis hierárquicos. As relações têm um controle de estímulo recompensa que se estrutura de maneira formal e informal (variantes desde o desvio de função e sanções ilegais até a distribuição de propinas), estabelecendo-se grupos informais para atendimento dos interesses da chefia. A solidariedade se faz presente, pois muitas ações, necessariamente, têm a necessidade de apoio do grupo, no entanto, o saber continua na centralidade da ação, não abdicado por quem o detém. Há um conservadorismo no discurso dos policiais mais antigos com clara nostalgia ao “fazer polícia” de outrora quando prevalecia “o respeito à

autoridade”. A polícia, além de mal compreendida, está isolada, pois “contaminada” pela escória sem vocação.

O saber prático decorre da rotina dos agentes de segurança pública e, muitas das vezes, é dissociado da técnica, mas prevalece na escolha das ações dos policiais devido aos discursos de que as “vibrações de rua” ensinam melhor a atividade, ao contrário da teoria. É um dos problemas para conversão da teoria em *práxis* policial e ponto de resistência na imposição de procedimento operacional padrão. O confronto entre os vários saberes é precedido de ambivalência relacionada entre o “treinar ou educar” (TAVARES DOS SANTOS, 2009).

Quanto às redes de sociabilidade não podemos descartá-las como interferentes na socialização do agente de segurança pública, pois este não vive isolado em sua organização, relacionando-se na sua família, na sua comunidade, na escola, na universidade, na igreja e, até mesmo, em outras redes sociais (como exemplo, a internet) e sofre influências dessas outras socializações.

Em complemento e para uma melhor compreensão da socialização processada nas organizações policiais militares e de sua relação com a tensão gerada entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos, necessário se faz desvelar questionamentos complementares, a destacar:

- Como se dá o confronto entre os saberes produzidos nos órgãos de formação e os saberes práticos do cotidiano policial?
- Quais os conflitos entre os desrespeitos e reconhecimento que se produzem no interior ou fora das organizações durante a vivência organizacional dos policiais militares e seus reflexos nas dimensões da família, do direito e do Estado?

Do problema apresentado e de suas questões complementares extraímos os seguintes objetivos: 1) Compreender como se processa a socialização nos órgãos de formação policial e no exercício da ocupação do agente de segurança pública no Brasil e como se dá a tensão entre os desrespeitos e os reconhecimentos aos sujeitos submetidos a esse processo; 2) Verificar discursivamente se a educação (de) formadora e qualificadora dos agentes de segurança pública sofre interferências dos saberes práticos e como as organizações policiais tratam essa questão; 3) Descrever as percepções dos

agentes de segurança pública, selecionados para participarem dos grupos focais e das entrevistas em profundidade, a respeito de suas socializações; 4) Compreender como são os conflitos decorrentes da tensão entre os atos de desrespeitos e os de reconhecimento no interior das organizações policiais; e 5) Descrever as implicações dos desrespeitos praticados no processo de socialização.

Do quadro de interrogações apresentadas, levantamos as seguintes hipóteses:

- H.1 - O processo de socialização materializado nas organizações policiais militares é marcado por ritos, ilegalismos e excessivo controle disciplinar que visam à formatação dos sujeitos às regras da caserna e à Razão de Estado e resignificação do seu “Eu”, através de atos de desrespeitos que interferem na razão prática policial de maneira negativa.
- H.2 - Os saberes práticos do cotidiano policial suplantam os saberes produzidos nos órgãos de formação deslegitimando os próprios professores/instrutores militares vistos como não sabedores da cultura de rua (pragmática policial).
- H.3 - A socialização materializada nas organizações policiais é marcada por atos de desrespeitos que atingem as esferas de reconhecimento (família, direito e Estado) do agente submetido a esse processo.

A tese foi dividida em duas partes. Na primeira, cujo título é “Percurso Metodológico, Violências, Segurança Pública, Socialização e Organização Policial Militar”, apresentamos os procedimentos metodológicos e algumas compreensões sobre o tema, revisões na literatura especializada e estudo bibliográfico, sustentados por observação sistemática em quatro capítulos. De certa forma percorremos as dimensões apresentadas por Monjardet (2012) e que se referem à instituição com sua instrumentalidade, valores e controle; a organização com a divisão do trabalho, ofícios e burocracia e a ocupação policial com os interesses, cultura e coalizões.

O primeiro capítulo contém os procedimentos metodológicos com a apresentação e justificativa do tema, dos sujeitos e das organizações policiais envolvidas. Os princípios de delineamento; a forma de geração de dados e sua avaliação e o interesse de conhecimento, também, integram esse capítulo.

“Os fragmentos da violência na Segurança Pública: por que compreender a socialização dos agentes policiais militares?” é o título do segundo capítulo onde apresentamos as várias concepções sobre o que se compreende por segurança pública; ainda, os discursos que são inerentes às organizações de segurança pública e como estas se localizam na problemática da violência e da criminalidade atual.

A socialização policial está posta no terceiro capítulo, onde realizamos crítica à Teoria Sociológica da Polícia com base nos estudos de Fabien Jobard (2011 e 2012) e J. P. Brodeur (2005, 2008a, 2008b, 2011). Em seguida descrevemos a justificativa dos motivos que nos levaram a estudar a socialização e não a profissão dos agentes de segurança pública. A “Teoria do Homem Plural” de Bernard Lahire (2002) complementa a justificativa por nossa escolha pela socialização policial. Marcamos os pontos de tensão nesta socialização e, também, realizamos uma revisão na bibliografia e pesquisas sobre o tema, com destaque ao trabalho de Dominique Monjardet (1992, 1993, 1996, 1999 e 2003).

O quarto capítulo, derradeiro da primeira parte da tese, versa sobre as organizações de segurança pública vistas em uma perspectiva mais funcionalista e em seu caráter mais burocrático, o que auxilia na compreensão de como as relações interpessoais e políticas se convalidam intraorganização, bem como alguns “porquês” da tensão vivenciada na socialização secundária pelos sujeitos participantes desta pesquisa.

Na segunda parte – “Fragmentos da Percepção sobre a Socialização Policial e Teoria da Polícia Reconsiderada” – temos a apresentação do trabalho de campo com o resultado das entrevistas em profundidade e dos grupos focais e a vinculação pragmática – teórica, também, em quatro capítulos.

Ao construirmos capítulos discursivos nossa intenção não foi marcar a segmentação teoria-empíria e sim dar voz aos sujeitos participantes de maneira a destacar suas vivências e práticas. Como diz Monjardet (2012, p. 208): “Não há mais polícia sem policiais (...) em seu sentido mais descritivo entendida como o conjunto daqueles a quem é atribuído o estatuto policial, [e] desenvolve necessariamente interesses próprios, uma cultura de ofício, de elementos de identidade e de distinção”.

O quinto capítulo abre a segunda parte e tem a descrição do perfil de todos os sujeitos de pesquisa, distribuídos de maneira geral e regionalizada pelos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso.

O discurso geral de todos os participantes está posto no sexto capítulo de maneira a demonstrar não só a socialização, bem como a tensão entre os atos de reconhecimento e os atos desrespeitos, marcada nas esferas da família, do direito e do Estado.

O sétimo capítulo apresenta as diacronias e as sincronias discursivas identificadas de maneira regionalizada, e nas tensões existentes nas falas dos sujeitos de pesquisa.

O oitavo e último capítulo, denominado de “cubo mágico”, é a ligação entre o campo de empiria e as teorias que dialogaram com esta tese, onde há a proposição de reconsideração na “Teoria da Polícia” de Fabien Jobard (2011 e 2012).

A particularidade desta pesquisa consiste na observação e compreensão da tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos vivenciados pelos agentes de segurança pública em sua socialização, o que pode contribuir para a elaboração de políticas públicas específicas aplicadas às organizações policiais militares brasileiras e que visem amenizar os conflitos e tender a tensão para os atos de reconhecimento. Não descartamos uma eventual reforma ou transformação das polícias brasileiras, condição de pressão pelo quadro social atual, onde muito se questiona sobre suas formas de organização e de atuação, o que coloca a perspectiva de abordagem desta tese como de interesse para se deliberar para onde vão as alterações reivindicadas.

O tema é complexo e não se esgota, aliás, a perspectiva apresentada reacende mais uma possibilidade de se observar a questão, ampliando o debate acadêmico.

Após este breve resumo, passamos doravante aos capítulos necessários para a compreensão desta tese.

PARTE I

**PERCURSO METODOLÓGICO, VIOLÊNCIAS, SEGURANÇA PÚBLICA,
SOCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR**

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Paradigmas transitam nas ciências humanas, tensionados pelos antagonismos entre as diversas correntes teóricas. O marco dessa tensão é o cartesianismo com destaque à tensão gerada entre o saber prático e o saber teórico. A ciência pós-cartesiana não trabalha mais essa tensão. O saber agora transita na perspectiva da ciência básica ou da ciência aplicada e no campo intelectual vigora a interdisciplinariedade, com diferentes saberes e metodologias, integrativas da “revolução científica” Kuhniana, constituindo-se em tecnologias sociais e simbólicas, onde o conjunto de intersubjetividades irá orientar o “cuidado de si” em busca de uma racionalidade que implica na operacionalidade das ações sociais.

Essa transição paradigmática não é exclusividade das ciências humanas. A segurança pública, também, transita para um novo paradigma e deve ser observada, descrita e criticada. Sabemos que a compreensão dos fenômenos ligados à segurança pública encontra alguns impedimentos de ordem teórica e política, uma vez que atinente a organizações que disputam poder e contam com aspectos materiais e simbólicos, gerando uma complexidade por vezes não apreendida pelos observadores, mas esta compreensão não deve ser negligenciada, muito menos refutada.

A sociologia opera no campo de leitura das relações existentes em sociedade, buscando compreender não só essas relações como os discursos produzidos a respeito delas. As relações de papéis, de influência, de historicidade, de poder, de gestão, de ação, de estrutura, de conflitos, de reconhecimento e culturais são algumas possibilidades de compreensão de fenômenos ou sujeitos.

Segundo Touraine (1982), pelas observações um sociólogo pode: 1º) procurar decifrar as redes de interações sociais e da estrutura social; 2º) polemizar e combater incessantemente o poder, seja no campo discursivo, seja no categórico, seja no repressivo ou de exclusão; 3º) explorar o mundo da exclusão e ouvir o silêncio. “Um sociólogo completo deveria ter o espírito de análise dos primeiros, a cólera dos segundos e a compaixão dos últimos”. O sociólogo deve lutar contra as aparências e ao mesmo tempo reconhecer que a ação não tem seu sentido ditado somente pelo ator. A

crítica pela crítica deve ser evitada e, de preferência, o sociólogo deve descrever as práticas para, então, justificar seu posicionamento.

Refletir segurança pública, inclusive, implica em um não-desprezo dos saberes produzidos por seus agentes (policiais), pois que produzidos com base no controle de conhecimentos e especialidades para emprego em interesse comum, por vezes demandando muito “treinamento” e afirmados pelo método da “tentativa e erro”. A ressalva é justamente no papel que a academia deve exercer ao estabelecer parâmetros na aquisição desse conhecimento, evitando “experiências” degradantes e desumanizadoras e conciliar a base desse conhecimento que passa pelos próprios acadêmicos, pelos líderes das instituições e pelos agentes executores, sem nos esquecermos do conhecimento popular que a sociedade tem a respeito da segurança pública. Como exemplo, temos as reflexões realizadas sobre as academias de polícias militares em razão do conceito de educação e das práticas organizacionais abordadas nos aspectos institucional, social e de alteridade que envolvem a ação policial em si.

A compreensão das relações sociais, sobretudo aquelas concretizadas no plano da segurança pública, perpassam pelo entendimento em como se processa a socialização dos agentes de segurança pública dentro da organização policial e ao longo do exercício de sua ocupação, sobretudo a tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos acontecidos nas experiências vividas por esses agentes.

Recordemos de nosso problema de tese: **Como o processo de socialização materializado nas organizações de Segurança Pública interfere na tensão entre os desrespeitos e reconhecimentos inerente aos sujeitos submetidos a esse processo?**

Por tal perspectiva, empregamos como base conceitual teórica o pensamento de Dominique Monjardet (1992, 1993, 1996, 1999 e 2003) que realizou diversos trabalhos sobre a socialização policial, contribuindo para a afirmação da Sociologia da Polícia na França. Enfatizamos que não realizamos pesquisa comparativa com os estudos de Monjardet, mas empregamos seus conhecimentos teóricos para orientar nosso percurso. A “Teoria do Homem Plural” de Bernard Lahire (2002) serviu de complemento para melhor compreensão da socialização dos agentes de segurança pública, da mesma forma que a Teoria da Polícia de Fabien Jobard (2011 e 2012) fundamentada nos atos de ilegalismos, pois que as ações policiais refletem as socializações de seus agentes.

Esta base foi fortalecida pelo estágio obtido junto ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP), localizado na cidade de Saint-Quentin-En-Yvelines, e vinculado à Université de Versailles e ao Centre National des Recherches Sociologiques (CNRS), na França. Esse suporte teve a coordenação de Fabien Jobard que além da orientação indicou os seminários e obras necessários para uma melhor compreensão da temática.

No nível pragmático, as categorias que mereceram destaque foram: a socialização de Bernard Lahire (2002) e os atos de reconhecimento e de desrespeito. As categorias empíricas são aquelas que nos possibilitam a comprovação prática do plano teórico, o que demanda indicadores para sua convalidação. Indicadores são os elementos criados para avaliar ou mensurar a compreensão das variáveis. As variáveis centrais, por sua vez, correlacionam-se no problema de pesquisa e podem sofrer interferências de outras variáveis.

Os indicadores, como instrumentos integrantes da pesquisa e auxiliares de mensuração, contribuem para a compreensão das relações sociais e nem sempre são de fácil construção. São eles (indicadores) que nos ajudam a avaliar ou demonstrar variações da realidade e fornecem evidências dos resultados e da realização dos objetivos da tese (ÀVILA, 2003, p. 45).

Algumas variáveis interferentes (a política; a educação policial; a cultura organizacional; o saber prático e as redes de sociabilidade) foram previamente identificadas na relação estabelecida no problema de pesquisa (V1: socialização e V2: tensão entre os atos de reconhecimento e atos de desrespeitos). A base de indicadores dessas variáveis interferentes será constituída por: a) Organização como sistema de retribuição e recompensa; b) Recrutamento e seleção; c) Diretrizes político-pedagógicas; d) Matriz curricular e; e) Exames e avaliações.

A **Organização como sistema de retribuição e recompensa** é estudada pela Sociologia das Organizações. Dispensamos reflexão apropriada à temática no capítulo 4, pois o quadro relacional das organizações é crucial para compreensão da inserção dos agentes de segurança pública nesse contexto.

O processo de **Recrutamento e Seleção** se refere ao perfil das pessoas selecionadas para se verem agentes de segurança pública e submetidas a vários exames e avaliações para ingresso nas organizações policiais; são os requisitos para se tornar agente de segurança pública. Normalmente, os aspectos formais são facilmente identificáveis nos editais de abertura de concurso público, mas aspectos informais permeiam esse processo e podem, inclusive, determinar ou alterar quem vai ser selecionado, ou seja, apesar de formalmente estabelecido com proposta de universalidade e igualdade de tratamento⁴, muitas vezes esses princípios são subvertidos por outras relações (como exemplo, a aferição de desempenho em teste físico) que beiram o autoritarismo, o sadismo ou a “sacanagem” em seu estado puro e coloca em cena outros atores que podem interferir no processo e alterar a seleção dos sujeitos que ingressarão nas organizações policiais.

As **Diretrizes político-pedagógicas** são as propostas de superação na área educacional que define com clareza, de acordo com princípios éticos, políticos e estéticos, o currículo e a pedagogia a ser executada nos órgãos de formação policial. As diretrizes devem significar o compromisso com a criticidade, a consciência e a capacidade ativa do agente se posicionar ao exercer sua função. Deliberada no nível estratégico, normalmente catalogadas em decretos, resoluções, portarias ou normas de procedimentos, são elas que ditam o “espírito” formal da educação policial.

A **Matriz Curricular** estabelece as disciplinas e conteúdos a serem ministrados nos cursos de formação policial. É através dela que são pensadas as atividades dos alunos e professores e, portanto, como se dará uma das formas de socialização. Envolve muitos aspectos, como a comunidade escolar e os recursos didáticos, inclusive as atividades complementares da universalidade do currículo (MARTINS, 1992, p. 38). A educação é reflexo do currículo, por isso a necessidade de o currículo ser pensado na possibilidade de oferecer ao agente de segurança pública a capacidade de refletir e compreender seus atos.

O Ministério de Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/ 2008), apresentou a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos

⁴ A Constituição Federal estabelece no seu artigo 37 os princípios que devem ser seguidos pela Administração Pública, sendo eles: Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência.

Profissionais da Área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar – com eixos articuladores e áreas temáticas que norteiam os programas e projetos desenvolvidos pela SENASP, e diretriz pedagógica e malha curricular, cujos fundamentos didáticos e metodológicos pautam na transversalidade dos Direitos Humanos rumo a uma ação pedagógica, com recomendação das disciplinas e conteúdos a serem ministrados nos cursos ofertados pelas polícias. Essa matriz tem um caráter de orientação e não de vinculação, mas já serve de parâmetro para decisão do que se trabalha nos cursos, deixando o currículo final ao critério das Unidades Federativas Brasileiras.

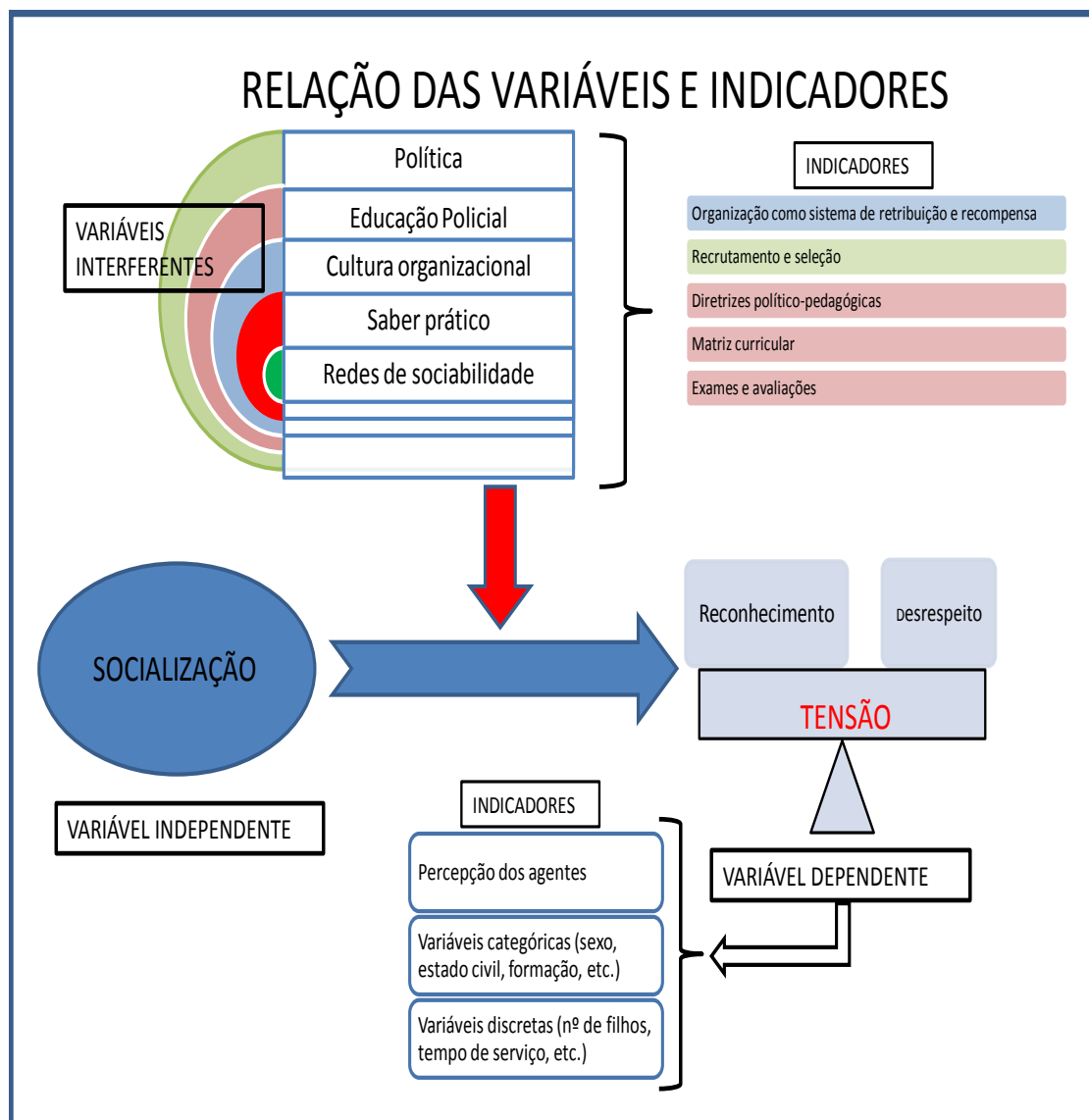
Esta pesquisa não se concentrou nas matrizes curriculares, mas as tomou como referência dos aspectos formais para compreensão do conflito entre a teoria e a prática policial.

Os **Exames e as Avaliações** são os instrumentos de aferição de desempenho educacional empregados pelas organizações policiais e refletem em como são vistos os alunos e o que se pretende deles. A escolha do instrumento de aferição de desempenho pode determinar se haverá ou não a inclusão do agente, como no caso da avaliação, e se serão percebidos os aspectos globais e não pontuais do avaliado. O ‘exame’ e não a ‘avaliação’ é o meio mais empregado nas instituições militares para aferir o desempenho dos alunos, pois observam pontualmente e visam uma classificação hierárquica. O exame localiza para classificar e punir e tem como instrumento a comparação de cada indivíduo com todos os outros, o que possibilita a mensuração do desempenho e da sanção (FOUCAULT, 2005, p. 154/ 155).

O exame foi compreendido de maneira transversal nos discursos coletados dos sujeitos participantes, que apontaram como se dá a internalização do conhecimento e dos valores transmitidos pelas organizações policiais militares brasileiras.

Ainda, existem outros indicadores que podem dimensionar o resultado da socialização e que não podem ser descartados por integrarem diretamente este fenômeno, uma vez que inerentes aos sujeitos de pesquisa, como as variáveis discretas (números inteiros) que versam sobre o número dos agentes sujeitos à socialização, número de filhos que estes possuem; as variáveis categóricas de sexo, estado civil e formação educacional dos sujeitos, entre algumas possíveis.

A tensão entre o reconhecimento e os desrespeitos (variável dependente) se vincula com a socialização (variável independente) como resultante desta no nível pragmático, conforme a figura adiante apresentada:



Quadro 2: Relação das variáveis e indicadores

Como lócus empírico de demonstração da relação entre a socialização e a tensão estabelecida entre o reconhecimento e os desrespeitos, elegemos a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e a Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), o que possibilitou a elaboração de um mosaico que contemplou algumas das inúmeras diversidades regionais da socialização na formação e no exercício ocupacional dos agentes de segurança pública

brasileiros que tratam diretamente com a sociedade através de ações policiais preventivas.

Lembramos que a fluidez dos fenômenos sociais engana o observador pelo entrelaçamento entre as causas e efeitos, não possibilitando experiências com as sociedades humanas ante a dificuldade de o método substituir o experimento, pois o método é derivado da ciência e, ao mesmo tempo, indispensável a ela (DURKHEIM, 2008, p. 206), por isso a escolha da comparação, uma vez que “(..) não há uma sequência causal única e abrangente na História e toda a causa apontada para um determinado fenômeno será entre múltiplas outras possíveis e igualmente acessíveis ao conhecimento científico” (COHN, 2003, p. 24).

1.1 SOCIALIZAÇÃO

Como dito alhures, a socialização é “(...) a forma de interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamentos de todos os membros da sociedade” (HONNETH, 2009, p. 135), deixando claro que a socialização objeto desta tese é aquela que se dá no âmbito das organizações policiais, durante o período de formação ocupacional e do exercício da ocupação policial, e entendida como secundária, uma vez que precedida pela socialização primária. Essa socialização secundária não pode ser desconsiderada, uma vez que tenta marcar e moldar o sujeito às expectativas organizacionais. Perquirimos sobre o sujeito resultante da tensão reconhecimento/ desrespeito existente nessa socialização secundária.

A socialização organizacional não consiste somente na transmissão de valores, pois é marcada pelas experiências que o sujeito vivencia, o que dita sua capacidade de adaptação ao meio e sua capacidade individual. A interiorização das normas e dos modelos é estruturada pela integração, pela estratégia e pela subjetividade do sujeito, em um processo tenso e contraditório. O princípio de socialização domina o de subjetivação.

As tensões entre a vida nas organizações policiais e a vida social podem ser atenuadas pela continuidade entre a comunidade cultural e a cultura organizacional. O ingresso nos órgãos de segurança pública é singular, pois advém de um jogo orientado e

que marca uma seleção das melhores performances e rejeitam outras segundo uma hierarquia de valores pré-estabelecidos nas regras e, em alguns casos, em aspectos personalistas. Poderíamos questionar como e quem poderia ser considerado “mau” agente nessa fase de socialização, já que, em tese, todos os incluídos – via concurso público – atendem ou deveriam atender (ao menos em tese) ao perfil de agente pretendido. Não podemos nos esquecer das clivagens que dominam e complexificam a experiência.

Os contextos e os percursos dessa socialização se diversificam, notadamente em função do meio social em que vivem os agentes, pois as ligações entre estes e a organização sofrerão um processo de subjetivação diferente, o que pode se dar segundo diferentes modalidades, dentro ou fora da organização. Por isso importante conhecer o meio social de onde os agentes de segurança pública foram selecionados e onde vivem. Em razão das dificuldades de ordem operacional desta tese – limitação temporal e espacial, carência de recursos financeiros – o conhecimento do meio social dos sujeitos de pesquisa foi limitado, restringindo-se somente aos aspectos relacionais com a família e com o lócus de exercício de ocupação policial e se deu de maneira indireta, captada nos discursos, nas respostas do questionário aplicado e nas informações, e diretamente pelas observações (quando possível).

Destacamos, ainda, a importância do projeto de socialização escolar das organizações policiais face ao processo de alienação/ subjetivação; do sentimento exarado pelos agentes no sentido de serem maus orientados e, também, dos julgamentos organizacionais.

O estudo da socialização permite conhecer o núcleo duro das crenças compartilhadas e como se movimentam esses compartilhamentos de acordo com a mudança de posição. Segundo Alain e Pruvost (2011), esse posicionamento é contraditório, mas, particularmente importante para a Sociologia da Polícia porque possibilita compreender alguns fenômenos, como a rigidez, a cristalização e a uniformidade, que fundam a cultura policial. Também, possibilita conhecer os elementos de pluralidade, de dissenso e de conflitos ligados ao exercício das atividades ocupacionais.

1.2 RECONHECIMENTO E DESRESPEITO

Como categoria empírica, tanto os atos de reconhecimento como os atos de desrespeitos, tiveram sua construção de forma indutiva, após o campo realizado para coleta das impressões e experiências dos sujeitos de pesquisa.

Afirmamos que estas categorias, nesta tese, ganham o caráter eminentemente empírico e muitas vezes divergem de sua aplicação nas conhecidas teorias do reconhecimento. A compreensão do que seja reconhecimento ou desrespeito é tomada pela perspectiva do agente de segurança pública, o que converte o desrespeito e o reconhecimento em categorias “nativas”.

1.3 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO CAMPO DE EMPIRIA

O campo se concretizou nas Polícias Militares dos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, no Brasil, em razão dos diferentes processos de seleção para ingresso nessas organizações (pré-requisitos), tempo de formação e matrizes curriculares, focando-se na socialização desencadeada nos períodos de formação e de exercício das ocupações policiais.

As polícias militares são responsáveis pela polícia ostensiva preventiva e seus integrantes são identificados de relance pela farda e tratam diretamente com a sociedade, buscando prevenir os delitos e infrações previstos nas normas penalistas e administrativas⁵.

A escolha da polícia ostensiva se deve ao fato de que aqui no Brasil o ciclo policial funciona de maneira seccionada, sendo a atividade ostensiva e preventiva de competência das polícias militares e a atividade repressiva (investigativa) de competência das polícias judiciárias civis, diferentemente de outros países onde essas duas atividades (prevenção e repressão) ficam a cargo de uma mesma organização policial (ciclo completo de polícia). Ainda, normalmente a polícia judiciária civil, quase sempre, só é acionada quando o fato, em tese criminoso, já ocorreu, diferentemente da

⁵ Algumas condutas, normalmente percebidas como crimes, são meras transgressões administrativas, como a maioria das infrações de trânsito e contra os costumes.

polícia ostensiva que busca uma polícia de proximidade e interação com a sociedade visando a prevenção dos delitos e infrações. A figura adiante expõe as diferentes vinculações e requisitos pertinentes às organizações policiais objetos desta tese:

	Rio Grande do Sul (Brasil)	Rio de Janeiro (Brasil)	Mato Grosso (Brasil)
Denominação	Brigada Militar (BMRS)	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)	Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT)
Estatuto	Militar	Militar	Militar
Vinculação	Secretaria da Segurança Pública (RS)	Secretaria de Estado de Segurança (SESEG)	Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP)
Formas de ingresso (carreira)	Nível médio (praças) e nível superior (oficiais)	Nível médio (praças) e nível superior (oficiais)	Nível médio (praças) e nível superior (oficiais)
Requisitos	Praças: ensino médio Oficiais: Bacharelado em Direito	Praças: ensino médio Oficiais: ensino médio	Praças: ensino médio Oficiais: ensino médio
Lócus de formação	Academia própria	Academia própria	Academia própria
Tempo de formação	Praças: + ou - 9 meses Oficiais: 2 anos	Praças: + ou - 8 meses Oficiais: 3 anos (curso reconhecido como de formação superior)	Praças: + ou - 8 meses (800 horas/aula) Oficiais: 3 anos (curso reconhecido como de formação superior)

Quadro 3: Comparativo dos espaços e organizações de pesquisa

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS) foi escolhida por ser organização policial militar que modificou a forma de recrutamento para os oficiais, exigindo o bacharelado em Direito como requisito para o ingresso no oficialato.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) foi escolhida por manter o recrutamento tradicional, exigindo dos concorrentes ao ingresso na organização o nível médio de escolaridade, além de essa organização policial ser responsável pela polícia ostensiva em lócus considerado como vitrine do Brasil, palco de inúmeros eventos (jogos pan-americanos, copa do mundo de futebol e olimpíadas, entre alguns eventos a citar); enfrentando inúmeras diversidades, a destacar o relevo da cidade do Rio de Janeiro e o processo de favelização.

Marca essa opção a perspectiva política do Estado do Rio de Janeiro que desde 2009 optou por uma estratégia de ocupação policial das favelas, seguida de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) para integração desses territórios à cidade, onde a última fase é marcada pela UPP Social. Segundo Fleury (2012, p. 199), esse “(...) modelo de pacificação, caracterizado pela ocupação territorial, existência de fortes vínculos entre agentes governamentais e empresariais, desenvolvimento de programas de formalização do mercado e promoção social”. A autora enfatiza o caráter simbólico dessa política e uma diferença identificada nas fases, pois enquanto a UPP tem um

mandato claro de enfrentamento de problemas relacionados à segurança pública, há uma debilidade na UPP Social por carência de recursos institucionais.

Para Fleury (*idem*, pp. 210/211), há uma tensão entre essa pretensa cidadania construída por processo de ocupação territorial pelo Exército e polícia e a ausência de análise da rede de políticas ou caracterização socioeconômica da comunidade, pois que antes da UPP os bens públicos estavam todos fora da favela. No meio dessa tensão está o agente de segurança pública que além de viver esse conflito de ordem estrutural, ainda é responsável pelo: 1) resgate do território do poder dos traficantes; 2) imposição de uma ordem armada; 3) construção de novo ordenamento; 4) função de empreendedor moral. O agente de segurança pública é o responsável pela marca policial dessa política “social” militarizada.

Não há o protagonismo das comunidades na decisão dos planos urbanísticos o que denota uma ausência de reconhecimento devido a essa falta de participação, o que pode resultar numa perda de identidade em razão dessa ordem mercantilizada imposta coercitivamente. Nesses territórios a cidadania é atrelada ao mercado com ausência de proteção estatal no que tange aos direitos de acesso aos serviços e bens públicos essenciais como saneamento e coleta de lixo regular, o que resulta numa ampliação da mercantilização e da integração pelo consumo, afastando a expansão da cidadania que engloba o reconhecimento dos sujeitos localizados nesses territórios (FLEURY, 2012, pp. 218/220).

A escolha da Polícia Militar do Mato Grosso se deve ao fato de pesquisa anterior realizada nesse lócus, quando este pesquisador cursou o Mestrado em Educação na UFMT, sendo pertinente uma compreensão comparativa entre as temporalidades em questão.

1.4 DO MÉTODO

O método, relacionado à pesquisa, é o procedimento que se adota para obtenção de eficiência e rapidez no ordenamento e desenvolvimento do raciocínio e consequente compreensão do fenômeno estudado. A escolha do método não pode ser negligenciada, pois é crucial na determinação de como se abordará o fenômeno. As proximidades biográficas permitem compreender os efeitos da socialização familiar e

escolar e suas reconfigurações materializadas pela socialização do *metier*. A observação de situações, do exercício da ocupação e das equipes, possibilita visualizar as variedades e seus arranjos locais, as decisões cotidianas sobre o método e os pontos de concordância que fazem os policiais se reconhecerem como uma mesma família, uma mesma corporação. As enquetes quantitativas dão ênfase ao destaque dos subgrupos distintos e aos pontos de convergência enquanto que as enquetes longitudinais desdobram de maneira diacrônica a evolução das concepções sobre o *metier* e como elas se mantêm. Optamos nessa perspectiva pelo caráter qualitativo através da observação e realização das entrevistas e grupos focais.

Para instrumentalização da tese optamos pela dialética como método combinado com a proximidade biográfica e observação, naquilo que posso chamar de transversalidade, pois vemos nos fenômenos observáveis a dinâmica, a mudança, a diversidade, a contradição, a polissemia, a multiplicidade e a historicidade, que devem ser apreendidos em suas relações e circunstâncias.

1.5 PRINCÍPIOS DE DELINEAMENTO

O princípio de delineamento da tese foi o estudo comparativo, onde se buscou evidenciar as distinções e aproximações entre as organizações policiais eleitas e entre os sujeitos comparados, o que nos possibilitou identificação das irregularidades, continuidades e descontinuidades, inclusive com apontamento de algumas generalidades a partir das singularidades observadas e compreendidas nos aspectos do reconhecimento, do desrespeito e da socialização experimentados pelos agentes de segurança pública durante o processo de formação ocupacional e de suas vivências operacionais.

Skocpol e Somers (1980) apresentam três tipos de comparação, sendo: 1) as abordagens comparativas sistêmicas da co-variação de maneira a controlar e gerar hipóteses; 2) as análises comparadas que visam demonstrar conceitos e categorias ou, até mesmo, um modelo concreto, sem um controle efetivo da teoria (demonstração paralela); 3) as abordagens denominadas de “contraste de contextos” que têm por finalidade a identificação das diferenças entre os objetos ou sujeitos comparados. As incongruências que se apresentam durante os caminhos desses modelos comparativos

podem ser superadas pelo “ciclo de investigação” que mescla as três possibilidades, alternadas em aplicação de três ou de dois dos modelos apresentados. Assim, as estratégias são variadas na abordagem empírica, mas continuam a perseguir as sincronias e diacronias, marcadas temporo-espacialmente, dos objetos e sujeitos de pesquisa para compreensão das diferenças. Weber (*in*: COHN, 2003, p. 15) afirma que a compreensão comparativa busca não só o que seja comum como, também, o que seja peculiar a cada um dos objetos ou sujeitos comparados, como exemplo do estudo comparado feito por ele (Weber) entre a cidade antiga e a cidade medieval vistas sob alguns aspectos com características semelhantes, mas em uma perspectiva mais ampla e dentro de suas particularidades contextuais comprovada diferença marcante entre esses tipos de cidade, pois que a cidade antiga foi eminentemente política enquanto que a cidade medieval foi econômica. Dentro dessas perspectivas, elegemos a comparação pelo ciclo de investigação como aporte de delineamento de nossa tese.

Segundo Schneider & Schimitt (1998), existem alguns procedimentos que devem ser seguidos para uma boa aplicação do estudo comparativo, a destacar: 1) “*A seleção de duas ou mais séries de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis*”, ou seja, os fenômenos devem ser reconhecíveis no empírico com destaque à relação número de casos e números de variáveis; 2) “*A definição dos elementos a serem comparados*”, na medida em que se apresentam inúmeras possibilidades de trabalho, com possibilidade de uso de modelos já construídos; 3) “*A generalização*” que torna o estudo comparado seguro por trazer uma exploração próxima de um trabalho sistemático.

1.6 GERAÇÃO DE DADOS

A fidedignidade dos dados coletados passa pelas provas ou evidências descobertas pelo pesquisador que podem resultar em sua validade nos aspectos de pragmática ou de predição ou de maneira concorrente entre esses dois aspectos citados. As fontes devem ser variadas para possibilidade de cruzamento dos dados e consequente estabelecimento de provas suficientes.

A interação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa é objetivo a ser perseguido como forma de reforço à validade da tese. Para tanto, utilizamos a

triangulação das técnicas e as inferências advindas dos dados e da documentação coletada.

Uma das técnicas empregada para geração de dados foi a **entrevista em profundidade** realizada com sujeitos que integravam ao tempo da pesquisa as organizações policiais nos diversos níveis (execução, tático e estratégico) dos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso.

A entrevista foi precedida de aplicação de um pequeno questionário, preenchido pelo próprio pesquisador, para compreensão do perfil dos entrevistados (Apêndice A), possibilitando a descoberta de alguns aspectos importantes – e interferentes na socialização e na tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos experimentados por esses agentes – como o sexo, a naturalidade, a idade, o estado civil, o tempo de serviço na organização policial, a religião, entre algumas variáveis possíveis.

Um estudo exploratório preliminar foi realizado para conhecimento das especificidades da comunicação local, como gírias e jargões empregados na caserna.

As perguntas em formato aberto seguiram um roteiro pré-definido aprovado pela banca de qualificação de tese (Apêndice B), de maneira a possibilitar que o entrevistado expressasse seus sentimentos sobre o assunto. São elas: a) Para você, o que é ser policial?; b) Como você vê a polícia?; c) E como você se vê na polícia?; d) Como sua família vê a polícia? e) E como ela lhe vê na polícia?; f) Você gosta de ser policial? Por quê?; g) Como foi sua preparação para o exercício ocupacional nos órgãos de formação policial?; h) O que poderia ser melhorado na formação ocupacional?; i) Fale-me sobre o seu ambiente de trabalho; j) O que acha do regulamento disciplinar? Por quê?; k) Você tem nome de guerra? É diferente de seu nome civil? Se diferente, como você se sente melhor reconhecido, pelo nome de guerra (institucional) ou se pelo nome civil (ou apelido)? O que muda para você nesses nomes?; l) Você se sente reconhecido como pessoa e nos seus direitos dentro da organização policial? Se não, por quê?

Ainda, procuramos assegurar que essas perguntas fossem claramente definidas, principalmente sobre os motivos de sua elaboração. As reações corporais foram consideradas, pois que inseridas nas formas de expressão. O registro da entrevista foi

feito em gravador de voz, formato MP3. Após, as falas foram transcritas e convertidas em texto.

Os **grupos focais** (GFs) foram realizados nas organizações policiais brasileiras comparadas com os agentes que foram indicados pela respectiva direção. Os participantes integraram os GFs de acordo com sua graduação ou patente, com cada grupo variando de seis a doze participantes⁶.

As sessões grupais de discussão com temática específica debatida pelos agentes selecionados (Apêndice C) contaram com posterior avaliação do encontro pelos próprios participantes, mediante entrevista individual. A técnica possibilitou a exteriorização dos sentidos e significados que os participantes têm das organizações policiais, inclusive no plano das ressignificações e inquietações, o que gerou ideias novas a respeito das experiências vividas por cada um, mas que implicam em impactos materiais e simbólicos no grupo e na organização policial. A oportunidade de exteriorização das percepções de cada participante possibilitou uma compreensão de como se processa a socialização no meio policial, sobretudo na tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos impingidos aos sujeitos submetidos a esse processo, além de visibilizar as tessituras de amarramento do ser a toda essa complexidade, recheada de ambivalências, contingências, censuras, simbolismos e rituais vividos no seu cotidiano.

As reuniões foram semanais com duração aproximada de duas horas em local e horário previamente agendados e devidamente preparados (fatores motivacionais higiênicos). Da mesma forma que na entrevista em profundidade, foi preenchido pelo pesquisador um questionário de perfil dos participantes antes do início do GF. Para mediar o GF tivemos um moderador (o pesquisador), além de um (a) observador (a) e uma pessoa responsável pela gravação dos encontros. A figura do mediador foi fundamental para que o debate entre os participantes não sofresse tanta interferência nem monopolização da fala, dando asas à criatividade e evitando os efeitos disciplinares e hierárquicos dos participantes. As expressões não verbais foram levadas em considerações e devidamente anotadas pelo observador.

⁶ Os objetivos do estudo orientam a dimensão do grupo focal. Os grupos menores tendem a aprofundar as discussões enquanto que os grupos maiores tendem a apresentar maior número de ideias.

O compromisso de preservação do anonimato dos participantes e a respectiva autorização para uso da gravação das falas realizadas nos encontros do GF foi procedido conforme o Apêndice D, onde os sujeitos de pesquisa manifestaram textualmente sua livre vontade em participar e colaborar com esta tese.

Ainda, para aumentar a confiança nos dados coletados, realizamos **observação sistemática** nas organizações policiais visitadas de maneira a perceber as exteriorizações afetas à temática. Cuidado quanto ao emprego desta técnica foi tomado, já que integramos organização policial, o que poderia resultar em ambiguidade e diversidade dos dados coletados pela condição de “nativo” ou de imersão total (CICOUREL, 1975, p. 93), fato que reputamos como não aplicável ao caso concreto em razão de nosso afastamento por quase três anos da função e que gerou, mesmo que transitoriamente, um desacoplamento pessoal-institucional. As observações de campo foram realizadas em períodos distintos para identificação de possíveis mudanças organizacionais ou dos sujeitos observados, o que possibilitou contrapontos e integração nas descobertas. As limitações quanto à abordagem de autoridades das organizações foram observadas e apontadas, sobretudo quanto aos limites organizacionais impeditivos de acesso às informações desejáveis. Os informantes informais foram empregados para obtenção das informações com as cautelas de estilo, descritas por Cicourel (1975, p. 113), como os tipos considerados úteis e outros que podem prejudicar as informações pelo seu descrédito.

Por fim, os dados decorrentes de documentos foram coletados junto às fontes abertas (jornais, internet, bibliotecas, etc.) e fechadas (as organizações), sobretudo as normas e regulamentos das organizações. Para cumprimento desse desiderato coletamos os documentos convencionais (livros, capítulo de livro, artigos de periódicos e de jornais) e os não-convencionais (comunicações em evento, tese, dissertação, relatórios e monografias).

1.7 AVALIAÇÃO DE DADOS

A avaliação dos dados teve como suporte tecnológico o programa NVivo.10 de análise qualitativa, onde o banco de dados foi carregado com a gravação em formato MP3 e com a degravação das falas realizadas nas entrevistas e nos GFs, possibilitando

um panorama da interferência entre as variáveis apontadas ao longo do tempo, inclusive, identificando outras variáveis interferentes, buscando, assim, responder ao problema de pesquisa apontado de maneira comparada, o que resultou na identificação das diacronias e sincronias das realidades observadas. Em suma, foi procedida uma categorização dos dados obtidos para uma compreensão aproximativa entre a teoria e a prática de pesquisa.

1.8 INTERESSE DE CONHECIMENTO

Como observadores e críticos das práticas existentes a respeito do tema, temos certeza de que todas e quaisquer intervenções passam pelas interpretações que podem estar envoltas de controle, governo, poder e ideologias, entre outras variáveis interferentes.

A ação crítica deve preponderar e determinar os objetos ou sujeitos de compreensão pela sociologia, pois as definições discursivas mudam dependendo do contexto e da relação poder-saber. Devemos sentir as transformações ou remodelações da sociedade e propor saídas às interrogações aventadas, longe das tratativas meramente descritivas e conformativas com a situação. Sempre há novas possibilidades quando nos referimos à humanidade e sua dinâmica social, imersa num emaranhado cultural sempre pautada pelas inovações, mesmo que advindas de releituras de antigas fórmulas. Assim, temos que o objetivo principal da tese foi e é uma crítica radical à socialização vivenciada pelos agentes de segurança pública.

2 FRAGMENTOS DA VIOLÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: POR QUE COMPREENDER A SOCIALIZAÇÃO DOS AGENTES POLICIAIS MILITARES?

Ao descrever as formas de se abordar a violência como fenômeno difuso e global, Wieviorka (1997) nos brinda com a explicitação da diferença entre os termos “crise” e “conflito”. Para ele a crise está mais associada a uma patologia do sistema, imperando cálculos e estratégias, cujo foco está ora no sujeito ora no sistema, características estas das abordagens neofuncionalistas que buscam a identificação das disfunções. Os atores se inserem no sistema e a violência se vincula ao poder e à força. Já os estudos sobre o conflito têm seu foco nos atores envolvidos, cuja atuação é o motor de transformação da sociedade. Hassner (1995, p. 90) vê nos conflitos um dos motivos para que as relações internacionais e a sociedade se integrem. A relação conflituosa opõe atores e problemas comuns, onde as instituições e as políticas podem mediar e até participar do conflito para preservação das partes.

No entanto, a exclusividade no pensamento da violência como caráter instrumental hoje dá lugar a uma forma de compreensão que é mais fragmentária, caótica e decomposta, pois as irracionalidades ultrapassam o conflito e se dissociam das noções sistêmicas e até mesmo dos atores, ou seja, não há um quadro específico que dê conta dessa tarefa em virtude da gama de subjetividades dos atores e da velocidade com que acontecem as transformações globais. Ela é um fim em si mesmo; catalisadora e difusora da destruição e, ao mesmo tempo, base de afirmação do sujeito. Por isso a necessidade de estudos que integrem crise e conflito.

Nesse raciocínio, podemos afirmar que vivenciamos uma modernidade tardia em crise⁷, com indicativos de falência da segurança pública, esta tida como tecnologia

⁷ Beriain (1996, p. 9-10), com aporte em Giddens, entende a modernidade tardia como sendo produtora de uma expansão temporal onde há opções sem fim conjugadas com uma expansão correlativa dos riscos. Temos assim mais possibilidades de experiências e ações que podem ser atualizadas de maneira contingencial, conectando o passado com o futuro, acumulando improbabilidades dentro das probabilidades. Giddens (1996, p. 35-43) afirma que o marco da modernidade “superior” ou “tardia” em nosso mundo “em-si-mesmo” é a reflexividade realizada entre uma confusa diversidade de opções e possibilidades. Apesar de tudo, a repressão das questões existenciais não é completa e os sistemas de controle instrumental são desmascarados com mais nitidez, tornando mais visíveis suas consequências negativas, o que possibilita muitas formas de contrarreação em inter-relações desenvolvidas nos níveis

de poder e um dos sustentáculos do Estado-nação, o que marca um paradigma de transição para uma nova polícia. A violência, nessa perspectiva, toma pauta de maneira generalizante, tecendo uma teia interligativa à difusão, à política, ao social, ao gênero, à raça, ao simbólico, ao ecológico e à criminalidade, o que reflete de várias formas nas múltiplas dimensões do aparato policial que integra a segurança pública (WIEVIORKA, 1997; TAVARES DOS SANTOS, 2009; MISSE, 2012).

Sua compreensão pode decorrer de pontos internacionais e interestados. Dentro do Estado-nação pode se dar nos níveis federais, estaduais e locais. Há que se considerar no plano político a violência metapolítica, política e infrapolítica. Ainda, não se pode desprezar as mutações societais em sua configuração, bem como, o individualismo contemporâneo (WIEVIORKA, 1997, p. 14/23).

Soares (2012, p. 295) entende que não podemos confundir crime com violência, uma vez que o primeiro nem sempre é violento, mas tem sua definição pela legislação penal que o caracteriza no âmbito jurídico, ao passo que a segunda é categoria cultural, multifocal e recorrentemente reapropriada, transcendendo a segurança pública, pois abrange o medo, o risco, os sentimentos, as categorias, os hábitos mentais, as dinâmicas interativas e os processos simbólicos. O autor elabora crítica quanto ao fato de a violência ter sido apropriada e utilizada com conceito valise, onde tudo pode ser considerado como tal.

Tavares dos Santos (2009, p. 46) percebe a violência como “(...) relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro (...) mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea”. O autor afirma que “tanto mais é invisível quanto mais é eficaz”, consistindo naquilo que Bourdieu chama de dominação simbólica ou naturalização. “Fácil é fazer uma ONG contra a violência, denunciar a polícia brutal; mas não é simples denunciar a mãe ou o pai que usa o castigo corporal como forma pedagógica usual” (TAVARES DOS SANTOS *in* LIMA e RATTON, 2011, p. 188). É uma forma de regulação de conduta e, muitas vezes, é vista como regra. O caso da brutalidade que ocorre na violência doméstica é um exemplo de

locais e globais, o que afetam as questões morais que não podem ser deixadas de lado. Isso implica em um compromisso político que anunciam o aparecimento de novos movimentos sociais.

aceitação de algumas formas de violência. Ou seja, por vezes, ela é legitimada pela consciência coletiva, enquanto que o crime é – nos dizeres durkheimianos – uma ofensa à consciência coletiva.

A violência tem um atributo acusatorial e, segundo Misse (2012, p. 27), a carga negativa de acusação recai sempre sobre o Outro que passa a ser violento, criminoso, corrupto, “(...) ainda que esse outro possa ser uma parte de mim mesmo e que a autoacusação, a culpa ou sua neutralização façam de mim, ao mesmo tempo, acusador e acusado, criminoso e vítima”. O *poder de definição* em caráter retrospectivo constrói a representação da violência em uma *idealidade preventiva* com força para legitimar uma violência de combate ou contraviolência que ganha força de lei contra essa violência representada. É o fantasma dessa violência que cria a própria violência e a força de lei (*idem*, p. 28-29). Há um processo de naturalização da violência que de associação à guerra e à política passa agora para a barbárie e para a incivilidade, clamando por incriminação. O processo hegemônico de criminalização-incriminação ou de representações ideais caminha ao lado dessas representações, sendo de difícil separação. Nesse raciocínio, Misse (2012) afirma haver uma necessidade inerente a toda forma de contrapoder de ampliar, estender e generalizar o significado de violência para outros níveis como as estruturas sociais, o sistema, as classes dominantes, as instituições do Estado. É a legitimação da violência como forma de contraviolência em proveito de toda polissemia que a envolve. A negatividade social propiciada pela violência é selecionada e assimilada por agentes que, na heterogeneidade da motivação, carregam uma uniformidade de significação. Essa significação tem seus tipos sociais, localização urbana, historicidades, motivações e instrumentos entendidos como necessários para destruição.

Burke (2002, p. 32/ 50) alerta para uma abundância de *violentólogos* com ressalva a muitas abordagens desses especialistas. Invocando Willian McNeill, o autor indica uma burocratização da violência e afirma que ela (violência) é e sempre fez parte da vida humana. Da mesma forma, anota que a violência urbana não é novidade, mas, também, não é uma constante. Há uma necessidade de distinção entre a violência estrutural e a conjuntural, ou seja, deve-se distinguir o que é endêmico do que é epidêmico. Ao citar Jean-Claude Chesnais, lembra que os tipos, os locais e as ocasiões de violência devem ser discriminados, bem como sua quantidade, taxas e nível de violência com ênfase nas alterações observadas. Na compreensão da violência urbana

leva-se em consideração os perpetradores (amadores e profissionais), as vítimas, o momento, os locais, os motivos, as tecnologias empregadas para sua execução e o gerenciamento dessa violência.

Pequeno (2013) nos apresenta uma reflexão sobre a violência na perspectiva da maldade e suas implicações no campo da moral. Critica o uso indiscriminado do termo violência, uma vez que esta não pode ser identificada com toda forma de poder coercitivo, pois que são categorias distintas em seus caracteres estruturais, funções e efeitos. “O poder da violência nem sempre se traduz em violência do poder”. Segundo o autor, “(...) o poder age sobre a vontade do outro, a violência frequentemente sob sua condição física ou psicológica”. Finaliza seu texto retomando a questão de nossa condição humana frente à violência e à banalidade do mal.

Barreira (2010, p. 12) em apresentação do Laboratório de Estudos da Violência (LEV – UFC) narra as possibilidades de configuração desse campo de estudo que no LEV se processou a partir das representações e práticas do “mundo do crime” pela perspectiva de vítimas e praticantes, sobretudo nos conflitos sociais onde se destacam os valores da honra, da vingança, da valentia e da coragem.

Por esta breve apresentação, podemos perceber a existência das inúmeras tessituras, polissemias, rotulações e classificações da violência, mas não podemos relativizá-la ou até mesmo reduzi-la à esfera da segurança pública, pois sua amplitude ultrapassa qualquer barreira conceitual ou sistêmica ou de agência.

A compreensão do fenômeno – fragmentos da violência na segurança pública brasileira – apresenta dificuldades de ordem teórica e política, uma vez que, além da transcendência que a distancia do empírico e da sua submissão ao estatuto jurídico e conversão em políticas públicas específicas, apresenta como protagonistas organizações que disputam poder e contam com aspectos materiais e simbólicos, o que gera uma complexidade que engloba atores diversos relacionando-se nos sistemas e no mundo da vida de maneira conflituosa e violenta.

A relação social que se acosta na violência, vista como barreira ao reconhecimento do outro, desvirtua as possibilidades de realização de nossa democracia (TAVARES DOS SANTOS, 1996). Assim, compreender como a violência, resultada da tensão entre os atos de desrespeitos e os de reconhecimento, se concretiza na

socialização dos agentes de segurança pública é compreender como a democracia brasileira se realiza nas e pelas organizações policiais.

2.1 FRAGMENTOS DAS CONCEPÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

A “Segurança Pública⁸”, por sua vez, comporta várias definições e conceitos e tem sido centro de divergências acadêmicas que geram interferências nas decisões das políticas públicas afetas à área citada. Comumente está associada somente aos órgãos policiais, mas uma nova hermenêutica constitucional nos obriga a resignificar este raciocínio, contemplando esta garantia como direito social⁹ e civil (NÓBREGA JR., 2010, p. 113 e KERBER e PAZINATO, 2013). Como dito por Spaniol (2013, p. 39), “(...) embora uma política pública de segurança não seja correspondente a políticas públicas para promoção dos direitos sociais, estes são essenciais para cumprir os objetivos inscritos no art. 144 da CF/88”.

Conforme Afonso da Silva (1993, p. 657) a palavra “segurança” nos remete à estabilidade de situação ou pessoa, proteção, garantia nos vários campos possíveis e sua dependência está associada ao seu adjetivo. Assim, a “Segurança Jurídica” é a garantia da certeza e da estabilidade nos negócios jurídicos; a “Segurança Social” é a garantia das condições sociais que promovam dignidade ao indivíduo e sua família; a “Segurança Nacional” está ligada à defesa do Estado e a “Segurança Pública” se refere à preservação da “ordem pública”.

O manual de policiamento ostensivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) apresenta a “Segurança Pública”¹⁰ nos seguintes termos: “é a garantia que o Estado – União, Unidades Federativas e Municípios – proporciona à Nação, a fim de assegurar a Ordem Pública, contra violações de toda espécie, que não contenham

⁸ A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 144, estabelece a competência de todos os órgãos ligados à Segurança Pública, sendo eles: 1) polícia federal, 2) polícia rodoviária federal, 3) polícia ferroviária federal, 4) polícias civis, 5) polícias militares e corpos de bombeiros militares.

⁹ Cf. Art. 6º da Constituição Federal/1988.

¹⁰ Essa definição é considerada e reproduzida nos órgãos de formação dos agentes de segurança pública em muitos Estados brasileiros.

conotação ideológica” (PMMG, s.d.). Esse mesmo manual define o que seria a ordem pública, adiante transcrito:

(...) conjunto de regras formais, coativas, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais em todos os níveis e estabelecer um clima de convivência harmoniosa e pacífica. Constitui, assim, uma situação ou condição que conduz ao bem comum (PMMG, s.d.).

Nos conceitos apresentados teríamos algumas concepções que demandariam outras teses para sua discussão, no entanto destacaríamos alguns pontos considerados fundamentais nessa controvérsia. Primeiro, a concepção de “Nação” que nos remete à ideia de Estado-nação, invenção moderna que em cujo nome foram perpetradas atrocidades marcadas pelo desrespeito e desconstrução do “Outro”, subjulgado e reificado em vários acontecimentos históricos, como no caso do holocausto judeu, marcando uma Razão de Estado. Segundo, a ideia de ordem que sempre vem polarizada pela noção de crise ou conflito e a definição manualesca que coloca na lei a defesa dessa ordem pelos órgãos de segurança pública. A ordem pública é de uma complexidade que demanda uma compreensão questionadora em várias perspectivas, como: O que seria ordem? Qual ordem se busca? E o que seria público para os órgãos de segurança e seus agentes? A ordem pública delineada nas organizações de segurança pública tem sustentação somente nos estatutos jurídicos ou decorrem de ações de reconhecimento advindos do processo de socialização realizados nos órgãos de formação ocupacional?

A ordem pública é outorga constitucional e tem o objetivo de limitação das vantagens tidas como pessoais através do chamado poder de polícia, mas ao invés disso, têm-se praticado arbitrariedades ofensivas aos direitos fundamentais em nome da citada ordem pública. Para Afonso da Silva (1993, p. 657/658) a ordem pública “(...) será uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes”.

É óbvio que a convivência pacífica não exclui as várias divergências possíveis (religiosa, política-partidária, esportiva, teórica, etc.). A ordem só é considerada quebrada quando os antagonismos estiverem em eminência ou se converterem em violência ou crime. A mediação de conflitos, pelo poder comunitário ou estatal, pode,

inclusive, antecipar-se a essa quebra de ordem, prevenindo que situações tidas como de desinteligência¹¹ evoluam para ações criminosas e/ou violentas.

Como afirmamos em trabalho de Mestrado em Educação:

A ordem social, nesta acepção, não pode deixar de englobar todos os sujeitos ou atores, agências ou instituições que, fazendo ou não parte do Estado, integrem a sociedade. Nesse sentido, a escola pode e deve contribuir, através de seu papel de educadora, propiciando uma construção de cidadania autônoma e emancipada refletida, inclusive, nos quadros das polícias, pois que os policiais são recrutados da massa de indivíduos inseridos em nossa sociedade, portanto viventes de uma realidade, às vezes, cruel e autofágica, onde o imperativo da força estatal e a cultura das organizações policiais, paralelos à escalada da violência, esfacela o humano, convertendo a ordem em desordem (...) (RONDON FILHO, 2011, p. 90).

A segurança pública é “(...) uma relação entre o presente que se percebe e o futuro que se antecipa nas prospecções cotidianas. (...) A estabilização de expectativas positivas especificamente quanto à ordem pública e à vigência da sociabilidade cooperativa” (SOARES, 2012, p. 294/296). Deve ser trabalhada na esfera dos fenômenos (fatos vividos) e na esfera dos sentimentos e das percepções (experiências diretamente sofridas), recomendando-se que se empregue como categorias estratégicas o risco e a credibilidade para compreensão dos dispositivos reguladores, tidos como sentimentos-chaves que são a confiança e o medo. Soares vê uma relação cíclica entre a falta de confiança e a desordem onde as expectativas são o fiel entre a experiência e os desdobramentos práticos.

Sain (2002, p. 15; 2008, p. 16-17) vê a segurança pública como uma dimensão social, constituída por atores que apresentam diferentes orientações e interesses acerca desse espaço, dos conflitos que são produzidos e reproduzidos, das abordagens conceituais e fáticas e das modalidades de resolução. As pessoas têm garantido legal e efetivamente o gozo de seus direitos – de maneira formal e prática – em defesa da vida, da liberdade, da integridade e bem estar pessoal, da honra, da propriedade, da igualdade de oportunidades e da efetiva participação na organização política, econômica e social, bem como sua igualdade perante a lei e sua independência perante os poderes do

¹¹ “Desinteligência” é termo empregado pela polícia para definir situações que ainda não configuram como infrações penais, mas que podem evoluir para uma ocorrência criminal de maior gravidade; exemplo as discussões entre vizinhos ou entre torcedores de times rivais.

Estado, em obediência aos direitos e garantias emanados do Estado Democrático de Direito.

Freire Costa (2005, p. 141/ 143) apresenta uma visão de chefes de família de bairro de Salvador (Bahia/ Brasil) sobre o que é segurança pública indicando a centralidade na confiança que deve ser estabelecida não só com a polícia, mas, também, com os traficantes do bairro, o que revela um conceito de segurança construído na violência social, entendida como capacidade e coragem individual de se relacionar tanto com os mecanismos institucionais como com a marginalidade. A autora apresenta duas posturas nos entrevistados: “(...) uma que nega a segurança pública, afirmando a violência, outra, que afirma haver segurança, negando a existência da violência”.

Silva (2003, p. 1/ 2) propõe uma nova teoria para segurança pública em razão de a atual “sociedade de risco” exigir o gerenciamento da insegurança que é algo mais especificável, ao contrário da segurança que é tida como ideal difuso e vago. A segurança deixa de ser uma questão setorial da administração e passa a ser vista negativamente como problema societário, explicitada na fórmula: **“Diminuição dos riscos reais ou imaginários + Bom gerenciamento dos riscos reais + Bom gerenciamento do medo = Segurança”**. O autor distingue a segurança pública vista como setor da administração da segurança pública vista como *corpus* de conhecimento. Como setor da administração se relaciona com as instituições e órgãos, códigos e normas, estruturas física e humana que dão suporte às ações afins. Como conhecimento se relaciona com os conhecimentos advindos das diferentes disciplinas produzidos sobre a atividade (*idem*, p. 38/39). Deve se buscar a compreensão da relação entre a (in) segurança objetiva e a (in) segurança subjetiva, onde a primeira compreende o risco concreto e mensurável e a segunda compreende o medo, independente do risco efetivo. Não se relaciona necessariamente a quantidade de crimes com sua visibilidade, pois existe uma distinção entre a *extensão* (quantidade) e o *volume* (impacto emocional), cuja correspondência dependerá de múltiplos fatores como o tipo de crime, “qualidade” de vítimas e vitimizadores, etc. (*idem*, p. 487/ 488).

Assim, a Segurança Pública, além de consistir na preservação ou no restabelecimento da ordem pública, que implica uma convivência harmoniosa e pacífica, onde os direitos e as atividades devam ser exercidos sem interferência aos direitos alheios e nos limites do próprio direito ou de defesa legítima dele, deve ser

compreendida como um direito social, articulando-se com os demais direitos sociais, como a saúde, a educação, o esporte, a cultura e o lazer, ressaltando o acesso político em contribuição de sua materialização. Vista como corpo de conhecimento da Administração Pública deve trabalhar os fatos vividos na perspectiva de credibilidade e risco, refletidos nos sentimentos de confiança e medo com relação aos fatos presentes e futuros e com relação às organizações policiais.

A Segurança Pública, nessa perspectiva, não pode ser instrumento de colonização e veio de violências política, criminal, social ou simbólica, entre algumas possibilidades, e comporta várias configurações e percepções.

2.2 ENTRE O DISCURSO E AS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS

Falar de Segurança Pública e de seus agentes não é só falar de polícia, mas compreender como as organizações policiais funcionam ajuda em muito a compreender a própria Segurança Pública, pois é a polícia que vai atuar como uma das protagonistas na sua realização (Segurança Pública) que deve ser pensada como resultante de ações sociais mais ações policiais. Tais ações constituem um conjunto pensado de maneira integrada entre os níveis, as esferas e os Poderes que constituem a Federação em uma perspectiva de segurança dos direitos, sobretudo da dignidade da pessoa humana.

Numa visão foucaultiana, no plano sócio-estatal, a polícia é um feixe de relações ajustada ao princípio de governar para gestão da população e da produção se constituindo em “golpe de Estado” permanente, pois ela não se molda às regras de justiça ditadas por outro lado. Para a polícia, o mundo é regulamentar e essencialmente urbano (FOUCAULT, 2008, p. 449/ 459).

O golpe de Estado aqui não tem noção de confisco do poder, mas sim de uma ação estatal para manutenção de sua racionalidade política e econômica, o que implica jogos e relações enfeixadas nos dispositivos de poder-saber, mas que na realidade perpassa a noção de governo de si e dos outros.

Foucault (2008, p. 421) afirma que não se pode dizer que uma família ou que um convento (as instituições) seja polícia em razão da ausência de um pressuposto

constitutivo que é o caráter de autoridade pública, ou seja, o pressuposto da polícia é o exercício de um *mínus* público.

Em sua genealogia do poder, Foucault (2008, p. 420/ 421) descreve o sentido da palavra “polícia”, que no século XV já tinha o seu uso freqüente para designar muitas coisas, como uma “(...) forma de comunidade ou associação que seria, numa palavra, regida por uma autoridade pública, uma espécie de sociedade humana, na medida em que algo como um poder político, como uma autoridade pública, se exerce sobre ela”. Posteriormente, século XVI, a “polícia” ganha o sentido de governar pelos atos, sob autoridade pública, as comunidades. Depois, o sentido da palavra “polícia” passa a refletir o bom resultado de um governo. No século XVII, “polícia” seriam os meios empregados para o crescimento do Estado, através de cálculos e técnicas que permitiam manter a ordem interna concomitantes ao crescimento estatal. A “polícia” é, então, associada ao esplendor do Estado.

Essas definições têm implicação direta nos problemas do equilíbrio da balança da Europa, sendo a “polícia”, morfologicamente, vista como um dispositivo diplomático-militar para crescimento das forças estatais dentro de um equilíbrio condicionada a uma proporção de não deixar que um Estado fosse superado por outro. Então, cada Estado passa a ter a sua polícia para se equilibrar com os outros Estados em uma relação de instrumentação que encontra pela frente o comércio, visto como um problema a ser resolvido (FOUCAULT, 2008, p. 422/424).

O projeto de “polícia” foi uma necessidade de força nos Estados como arte comum constitutiva de seus crescimentos. A polícia se ocupou da instrução das crianças e da ocupação dos homens; da caridade dos pobres e da saúde pública; do favorecimento do comércio; dos registros dos bens imobiliários. Junto com as funções da Justiça, do exército e das finanças, a “polícia” constitui a modernidade administrativa, inclusive, ocupando um papel moral no zelo e na lealdade dos cidadãos para com o Estado (FOUCAULT, 2008, p. 424/ 431).

Para Foucault (2008, p. 432/441 e 450), a polícia é instrumento de crescimento da força estatal e tem uma função utilitária ao se ocupar com o número de habitantes; com as necessidades da vida; com os problemas de saúde e com a ociosidade dos homens. Há treze domínios de ocupação da polícia, a saber:

“(...) a religião, os costumes, a saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, as ciências e as artes liberais, o comércio, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos e o cuidado e a disciplina dos pobres”.

Assim a coexistência entre os homens passa a ser objeto da polícia que no século XVIII passa a ser pensada como urbanização do território, cuja finalidade precípua era regular as relações entre a população e a produção de mercadorias, voltando-se ao problema da circulação (FOUCAULT, 2008, p. 449/459).

Na segunda metade do século XVIII começa a ser desarticulado o Estado de polícia em razão dos problemas do campo e da agricultura (polícia dos cereais) que acabam por colocar em dúvida a capacidade de regulamentação da autoridade de polícia. A população deixa de ser considerada como algo indefinido de modificação – sendo vista agora como um valor relativo – e a concorrência deixa de ser exercida no plano do Estado para ser implementada no plano particular. (FOUCAULT, 2008, p. 460/ 465).

A razão econômica passa a dar novo conteúdo à razão de Estado, inserindo no contexto novas racionalidades, o que restringe a racionalidade de polícia a alguns súditos, transformando a população em conjunto de fenômenos naturais que necessita, doravante, não mais de regulamentos, mas sim de gestão, sendo necessária a construção de mecanismos de segurança.

Foucault (2008, p. 11) lança uma série de questões para definir “segurança” no sentido mediano de eventos criminais com interferentes no funcionamento social, apresentando três formas: 1) o sistema código penal; 2) a lei e os mecanismos de vigilância e correção e o mecanismo disciplinar; 3) o dispositivo de segurança. É este dispositivo de segurança que em determinado tempo histórico, depois de fixar a média dos eventos, estabelece o que é aceitável. Para ele não há um único mecanismo determinante, mas sim, situações em que seus edifícios se intercambiam, interagindo e alterando as técnicas, havendo sim “(...) correlação entre os mecanismos jurídicos-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança”.

A população passa a ser o objetivo do dispositivo de segurança enquanto o indivíduo se torna objeto instrumental. A política disciplinar é vista de forma centrípeta e a de segurança de forma centrífuga (*idem*, p.59).

A polícia ficou encarregada, a partir de então e em sua função disciplinar de auxílio à segurança (esta segurança dotada de função de regulação), dos indivíduos e do exercício do monopólio legítimo da força pelo Estado exercido em defesa da Razão¹² em vigor.

A apresentação da lógica foucaultiana sobre a polícia não nos conduz a uma análise discursiva ou de uma capilarização social do poder, de maneira difusa e microfísica, mas foi aqui aposta porque o relato integra a fase genealógica de Foucault cuja leitura histórica não pode ser desprezada por marcar o processo de institucionalização da polícia, vinculando-a ao Estado.

Peters (1985), Bretas (1997), Napoli (2003) e Bittner (2003) são exemplos de autores que restringem a visão de polícia à sua institucionalização que aconteceu com o surgimento do Estado Moderno, século XVIII.

Por outra ótica, Bayley (2001) não impõe o limite estatal à existência da polícia, estendendo sua compreensão às famílias, clãs, tribos, igrejas e corporações, dando exemplos de proteção privada em substituição à polícia estatal. Esse raciocínio é criticado por Rudnick (2011, p. 198), que afirma existir nesse silogismo uma confusão entre a polícia, como instituição, e sua função (policimento), ponto que concordamos, pois que a polícia é criação e instrumento estatal para fiscalizar e disciplinar emoções na modernidade.

2.3 FRAGMENTOS DAS POLÍCIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Sabemos que Segurança Pública não é só caso de polícia, no entanto, não temos como nos abster da sua correlação com a *polícia*, também concretizada de maneira fragmentada. Essa fragmentação é marcada pelos diferentes estatutos entre as

¹² “A razão de Estado e a polícia se inscrevem no processo de formação da biopolítica” (CASTRO, 2009, p. 379).

polícias existentes, sendo o aspecto militarizado de uma das polícias brasileiras um ponto de controvérsia que há mais de duas décadas desfila nos debates sobre que modelo de polícia devemos ou podemos ter. Para os desavisados a forma do estatuto das organizações de segurança pública não tem muita significância, mas o modelo estatutário determina como se dará o processo de socialização no interior da organização e refletirá certamente na ação social dos seus integrantes.

Ninguém pode negar o quadro de insatisfação enfrentada pela segurança pública brasileira, especialmente quanto às polícias. Disputas internas e entre as organizações policiais são postas no palco político e midiático, com inúmeros Projetos de Leis e Emendas Constitucionais¹³, com mobilização dos sindicatos e associações, na maioria, refletindo interesses pontuais e corporativos.

Como dito por Tavares dos Santos (2009, p. 83-100), a questão policial – que se liga diretamente ao problema de segurança pública – se apresentou no Brasil através das denúncias de violência policial (dominação masculina; machismo; cultura de homem de fronteira e policial-herói; currículo oculto) e de uma cultura formada a partir da discriminação e estigmatização do homem rural (rústico, grosso, primitivo e violento), sendo que nas áreas urbanas, a imagem do criminoso virtual passa a ser o alvo preferencial, devido a discursos eugenistas e racistas. Ainda, os meios de comunicação

¹³ Alguns exemplos de projetos que tramitam no Congresso Nacional: 1) **PEC 430/2009**: autor Celso Russomano PP/SP - Altera a Constituição Federal para dispor sobre a Polícia e Corpos de Bombeiros dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, confere atribuições às Guardas Municipais e dá outras providências. Explicação: Cria a nova Polícia do Estado e do Distrito Federal e Territórios, desconstituindo as Polícias Cíveis e Militares. Desmilitariza os Corpos de Bombeiros Militar que passa a denominar-se: Corpo de Bombeiros do Estado e do Distrito Federal e Territórios, e institui novas carreiras, cargos e estrutura básica. Apensada à PEC 432/2009 – autor Marcelo Itagiba PMDB/RJ, Celso Russomano PP/SP, Capitão Assunção PSB/ES, João Campos PSDB/GO - Unifica as Polícias Cíveis e Militares dos Estados e do Distrito Federal; dispõe sobre a desmilitarização dos Corpos de Bombeiros; confere novas atribuições às Guardas Municipais; e dá outras providências. 2) **PEC 381/2009**: autor Regis Oliveira PSC/SP - Acrescenta o art. 144-A à Constituição Federal, criando e disciplinando o Conselho Nacional de Polícia. Explicação: Cria um Conselho Nacional de Polícia composto pelas Polícias Federal, militar e civil dos Estados e DF. Elenca a sua competência e responsabilidade. Cita o critério de escolha dos membros. A nomeação deste Conselho é feita pelo Presidente da República. Os Corpos de Bombeiros Militares estão de fora deste Conselho. 3) **PEC 102/2011**: autor Blairo Maggi PR/MT – Altera os art. 144 e 167 da Constituição Federal permitindo a unificação das polícias estaduais e piso salarial nacional com base na PEC 300. 4) **PEC 37/2011**: autor Lourival Mendes PT do B/MA – Acrescenta o parágrafo 10 ao Art. 144 da Constituição Federal com previsão de competência privativa de apuração das infrações penais às polícias federais e civis dos Estados e do Distrito Federal. Esta PEC foi aprovada, mas o assunto retornará à pauta pelos debates inerentes ao Projeto de Lei 5.776/2013 que tramita no Congresso, patrocinado pelo Ministério Público (MP), e que visa à regulação das atividades de investigação (propõe a criação do Inquérito Penal a cargo do MP ao lado do Inquérito Policial realizado pelas polícias).

de massa exerceram um papel de destaque nessa questão, pois transformaram a violência extraordinária em ordinária, havendo clara exaltação, por parte de alguns órgãos, do policial repressivo ou policial herói, o que transformou a violência em norma social, naturalizando a anomia, ou legitimando as práticas sociais, e de membros das polícias civis ou militares, orientadas pela violência. O que não dizer da socialização e vivência desses agentes? A mudança desse quadro passa pela forma como os agentes de segurança pública são socializados nas organizações policiais.

Parte dessa questão está diretamente ligada aos problemas relativos à organização das instituições policiais, como as disputas de competências, a descentralização pela municipalização, a regulação e o controle público das empresas privadas de segurança, a cultura organizacional militarizada, além do problema em como aumentar a eficiência e a eficácia do desempenho policial e da gestão da segurança pública, entre outros aspectos de interesse. Parece-nos que esse mosaico da segurança pública tem suas peças conectadas de maneira *quântica* e beirando a Teoria do Caos.

Nas polícias militares arranjos organizacionais são implementados com importação de modelos de gerenciamento civis, mas o estatuto permanece militar e rigidamente hierarquizado, obstruindo as propostas de descentralização e enxugamento de funções e níveis de hierarquia, o que transparece um esforço de ocasião em resposta às reclamações de baixo desempenho nos resultados sem levar em conta a característica e a cultura militar.

As instituições policiais (especificamente as Polícias Militares) atravessam, por assim dizer, uma “crise existencial”, havendo, por parte dos respectivos integrantes, várias desculpas para a inoperância das polícias e, quase sempre, em caso de falhas, tentam imputar responsabilidades ao Estado, deixando de admitir que também são corresponsáveis por uma grande parcela do insucesso que por vezes medeiam suas ações, contribuindo para o aumento da criminalidade. Pior, justificam seus posicionamentos em um arcabouço jurídico concebido como imutável, como se o direito positivo fosse o determinante social em uma negativa da sociedade como fonte material daquele. É a síndrome de Polifemo para visualização do problema, o que demonstra uma clara defesa de reserva de poder e resistência à transição paradigmática. Exemplo desse embate organizacional está clarificado nos modelos de polícias

discutidos pelas organizações policiais e no Congresso Nacional, onde o ciclo policial não tem uma definição sobre qual a configuração adequada para a realidade brasileira, se completo, se mitigado ou se conveniente à permanência do *status quo*.

A atuação convencional (polícia – justiça – prisão) não traz resultados satisfatórios, além de ser marcada pela brutalidade policial com impunidade dos atos de arbítrio praticados por quem deveria zelar pela lei e não ofendê-la (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 86). Quem tem o dever de distribuir segurança deve fazê-lo de maneira indistinta. Vulnerabilidade – da sociedade – é uma palavra que não deveria se materializar, mas é uma realidade concretizada na sensação de insegurança vivenciada no nosso cotidiano.

Como marca de transformação na concepção e comportamento da sociedade com relação à polícia, denúncias de violações de direitos humanos são cada vez mais constantes, em razão do fortalecimento da sociedade civil e de seu envolvimento nas coletividades. Foi essa cultura de enfrentamento e de denúncia que propiciou um percurso de amadurecimento e participação nas tentativas de controle e monitoramento das atividades policiais, destacando nesse contexto, o papel da imprensa como poder moderador, não só do sistema de segurança pública, mas, também, do mundo da vida. Todas as formas de lutas e denúncias contra os desrespeitos perpetrados pelo Estado, representado pelos agentes de segurança pública, tiveram e têm fundamental importância na consolidação de um “inédito viável” na segurança pública brasileira.

A comunidade como base de ação policial se consolida como o grande desafio dos órgãos de segurança pública, que tem naquela o sustentáculo e a legitimidade de suas ações. Talvez seja o grande paradoxo, pois que a maioria dos problemas inerente à atividade da polícia aflige à comunidade, que no novo paradigma tem o importante papel de participação nas deliberações das pautas das políticas planejadas para solução desses mesmos problemas. Ou seja, de maneira autopoiética a marca da nova polícia está na solução buscada dentro da própria comunidade – considerando a polícia, também, inserta nesta comunidade – o que demanda uma abertura do processo decisório das políticas públicas de segurança pública com participação direta de todos os responsáveis, já que se trata de um dever de Estado com “responsabilidade de todos” (Art. 144, CF/1988) e direito social (KERBER e PAZINATO, 2013).

A comunidade acadêmica está inserida nessa comunidade, compreendida aqui no seu sentido “*latu*”, e cumpre um papel fundamental de auxílio no enfrentamento desse desafio, contribuindo com a construção de conhecimento ou de parcerias em conformidade com o tripé: ensino – extensão – pesquisa. Tavares dos Santos (*in* LIMA e RATTON, 2011, p. 190) acrescenta à universidade o papel de transformação em objetos e sujeitos de ciência aquilo ou aquele que é visto como senso comum, bem como contribuir para a politização das questões sociais, tirando-as de sua desrazão, como no caso do reconhecimento da legitimidade das greves policiais.

Nesse sentido a academia tem o papel crucial de rompimento da barreira imaginária que foi erguida entre a universidade e a segurança pública. O acoplamento entre esses dois espaços é contingencial, mas deve ser trabalhado em mútua interação com um fluxo contínuo em via de mão dupla, possibilitando a produção de conhecimento por ambos os lados. Do lado da segurança pública, com base no conhecimento produzido pela academia, criar-se-ão possibilidades de assessoramento às: 1) decisões tomadas pelos policymakers, 2) reivindicações e 3) formas de participação da sociedade. Do lado da academia, os operadores da segurança pública poderão se aprimorar profissionalmente, ao tomarem contato com conhecimentos distintos da segurança pública e produzidos pela academia, como recomenda o item 47 das Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, aprovadas pela Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010, bem como, ainda, a sociedade poderá melhor conhecer sua polícia.

Reafirmamos que a mudança da concepção de segurança passa pelo diálogo entre Estado e sociedade, sem nos esquecermos, é claro, da qualidade da gestão da segurança pública; a cultura ocupacional; a formação dos quadros; o local e o papel das lutas sociais em prol dos Direitos Humanos e a responsabilidade social das polícias, entre as muitas possibilidades de mudanças. Estas, além de contingenciais, são ambivalentes, bastando ver o resultado da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG, 2009/ DF) que por via direta ou indireta aprovou em seus princípios e diretrizes todas as possibilidades de modelos discutidos, deixando uma incógnita quanto ao que se fazer com respeito à atual estrutura da segurança pública, com inúmeros princípios e diretrizes conflitantes ou anulatórios, muito adequada à Teoria dos Jogos de Soma Zero, ou seja, as estratégias são desenvolvidas de maneira que o participante do processo tenha um ganho proporcional à perda.

Por exemplo, as divergências existentes quanto ao tema “ciclo completo” marcaram a 1ª CONSEG, pois na Diretriz 4.2.6 A, com 868 votos, foi deliberado a estruturação dos órgãos policiais federais e estaduais para atuação em ciclo completo de polícia, ao passo que na Diretriz 15.2.6 C, com 446 votos, foi aprovado o rechaço absoluto à proposta de criação do ciclo completo de polícia. Ainda, foi definido nos Princípios primeiro e sexto a integração sistêmica do processo de gestão dos órgãos de segurança pública, incluindo a integração deles com as políticas sociais, ressaltando-se as reformas necessárias. Sem contar que se aprovou na Diretriz 12.2.19 A, com 508 votos, a desmilitarização das polícias e na Diretriz 18.3.2 A, com 331 votos, a criação da carreira única desmilitarizada para os profissionais da segurança pública.

Também, vivenciamos um momento peculiar em termos de debates, pois há algumas décadas atrás este tipo de movimento seria inconcebível em razão da ditadura militar. Przeworski (1984) enfatiza que a diferença entre a ditadura e a democracia está na incerteza condicional. Enquanto em um regime autoritário existe uma desorientação, onde os resultados políticos sempre atendem ao interesse do aparato de poder; na democracia, contrariamente, os resultados podem ser previsíveis, mesmo com a alternância de poder pelos partidos, pois os grupos de interesses não conseguem excluir as consequências políticas indesejadas.

Estamos em uma democracia, que falem em forma regulada, tutelada, minorada, concedida, mas estamos em uma democracia, logo a incerteza se faz presente, mas ela é previsível. Como disse Nóbrega Jr. (2010, p. 75), “o Brasil é uma semidemocracia. Por definição, é uma situação em que uma democracia ‘imperfeita’ caminha rumo a uma democracia”. A academia tem um papel fundamental na compreensão das relações observadas e suas circunstâncias.

Esse papel demanda um compromisso que altere substantivamente o quadro atual da segurança pública e passa por um engajamento geral, incluindo o afastamento de tentativas de enclausuramentos institucionais ou campos de saberes que não operem em interoperabilidade sistêmica. A interoperabilidade consiste na habilidade de troca ou utilização de informações entre dois ou mais sistemas (DANTAS, 2006).

Isso possibilita reconhecimento e legitimidade, em face do caráter de intangibilidade da segurança pública (e não de sua doutrina), fundamental ao modo de

ser da sociedade e à constituição de valores e fins para atuação política tolerante às posições alheias, aceitação de crítica e abertura para a sociedade civil, de maneira dialética para busca de valores comuns.

No entanto, esse desafio não pode ter sua solução direcionada única e exclusivamente para a comunidade. Os órgãos que integram a segurança pública têm a sua parcela de responsabilidade, executada via inovação na gestão de recursos humanos e materiais; opção por política preventiva ou repressiva; uso de Novas Tecnologias de Comunicação e Informações (NTCIs), propositura de alteração normativa jurídica com possibilidade de controle social ou controle punitivo pelo Direito; articulação entre os órgãos nas três esferas envolvidas (municipal, estadual e federal); estatutos com abertura democrática (civil ou militar); formação dos quadros pautada na aplicação dos Direitos Humanos; seleção de pessoal (concurso público) pautada na lisura e impessoalidade; publicidade dos atos (principalmente as estatísticas criminais e os resultados das investigações decorrentes de denúncias contra violência policial e corrupção); abertura à participação da comunidade nos problemas afetos; política institucional transparente; rede preventiva, pautada na criação de projetos e serviços de associações; combate à corrupção; entre as muitas medidas possíveis e inerentes ao enfrentamento da crise pelos órgãos de segurança pública.

É óbvio que todas essas medidas passam pelo crivo dos tomadores de decisão – *policymakers* – que se não estiverem comprometidos com a causa ou não conhecerem o problema – além de terem boa vontade – nada farão, apenas deixando perpetuar a problemática, retroalimentando de maneira nefasta e esquizofrênica o sistema. Pelo contrário, temos que, dentro da ontologia existencial, possibilitar a insurgência de uma consciência reflexiva e intencional rumo ao bem comum e ao bem viver¹⁴.

A crise está aí, junto com os indícios de que transitamos para outro tipo-modelo de polícia. Quanto a essa transição, só o tempo dirá de sua concretização. A reforma ou transformação do modelo existente é questão social (TAVARES DOS

¹⁴ Bem comum é conceito jurídico ligado aos fins sociais do direito que indica uma paz e harmonia social, já o bem viver é conceito ameríndio que indica a convivência feliz com a vizinhança (solidariedade) e sob o seu olhar. Schumpeter (1984) critica o “bem comum” que na sua concepção tem significações variadas conforme os grupos e indivíduos de referência, ante a impossibilidade de concordância total das pessoas sobre esse algo “comum”.

SANTOS, 2009), por isso a compreensão de todo esse cenário se faz necessária e justifica a presente tese.

A socialização policial se insere nesse contexto e deve ser compreendida, pois a polícia será marcada pela forma de socialização de seus integrantes que, com suas ações, interferem negativa ou positivamente na segurança pública.

3 SOCIALIZAÇÃO POLICIAL

Como afirmado anteriormente, compreender a polícia é um grande passo para a compreensão da segurança pública e até mesmo da democracia brasileira. Esta compreensão passa pela socialização realizada no âmbito das organizações policiais, pois dela resultarão ações policiais legítimas ou convertidas em atos de ilegalismos. Este capítulo se ocupa do plano teórico da socialização policial, cujas bases estão nos pensamentos de Bernard Lahire (2002) e sua “Teoria do Homem Plural” e nos estudos de Dominique Monjardet (1992, 1993, 1996, 1999 e 2003).

Preliminarmente apresentaremos um esboço da Teoria Sociológica da Polícia de Fabien Jobard e sua localização na sociologia. Escolhemos tal percurso porque entendemos que socialização e ilegalismo formam um duplo indissociável e que ambos podem ser a chave para o entendimento das ações policiais. Este procedimento se justifica, uma vez que os resultados alcançados nesta tese sobre socialização alteram a compreensão sobre a Teoria Sociológica da Polícia.

Concentraremos nos estudos de Fabien Jobard (2009, 2011 e 2012) e sua crítica aos debates produzidos por Jean-Paul Brodeur (2003, 2005, 2008 e 2011). Para Brodeur a pedra fundadora da teoria da polícia é o “ilegalismo policial” e o local que este ocupa na definição do uso da força proposto por Egon Bittner.

3.1 TEORIA SOCIOLOGICA DA POLÍCIA

Brodeur (2011), para sustentar sua teoria da polícia, dedica um capítulo de sua obra para impugnar e alterar o Uso Policial do Paradigma da Força (UPPF), no entanto, ele já havia alertado anteriormente para o grande espaço dedicado ao uso da força física na definição da polícia (Brodeur, 2008a). Segundo Jobard (2012), o método empregado por Brodeur não pode ser considerado sociológico e sua proposta não se configura teoria; poderia sim ser considerada uma definição. Jobard propõe uma Teoria Sociológica da Polícia fundada na noção de soberania, pois, o verdadeiro problema ao qual Brodeur consagra sua obra não é a polícia como um conjunto teórico próprio a um

conjunto de saber, mas a unidade da polícia que se encontra contraditória pela explosão e diversidade que a instituição e seus agentes impõem ao observador.

Interessante que o próprio Brodeur se mostra insatisfeito com sua teoria que apresenta antinomias ou discordâncias insolúveis. A primeira antinomia se refere à discordância entre a “visibilidade” e o “segredo”, uma vez que propõe uma teoria monista da polícia e se depara com essa realidade dupla: a polícia visível e a polícia secreta, sendo que uma não anula ou encobre a outra. A segunda antinomia se refere à contaminação da ocupação policial (BITTNER, 2001, 1974) que em alguma medida coloca suspeita e mácula nas suas ações, o que contrasta com a essência da polícia que opera com legitimidade (REINER, 1992), consentimento (SKOGAN, FRYDL, 2004) ou confiança (MANNING, 2003).

Jobard (2012) não concorda com essas discordâncias (visibilidade/invisibilidade e confiança/ hostilidade) e faz um reexame sociológico que permite reformular essa ideia a partir do ponto de chegada de Brodeur: “ilegalismo legal” que autoriza a polícia a cometer atos em desacordo com a lei.

Ao apresentar a dualidade dos espaços sociais e das circunstâncias, Jobard (2012) afirma que o “ilegalismo legal” são atos praticados em desacordo com a lei comum para o respeito mais geral que a própria lei contempla, como no caso em que a polícia transita em sentido contrário ao estabelecido pela via para captura de um criminoso ou quando intercepta comunicações através de dispositivos tecnológicos. Brodeur considera esses ilegalismos como imanentes à atividade de polícia e autorizados legalmente, fato que Jobard discorda, pois o que existe na lei são as “escusas absolutórias” que, conforme o caso concreto, obriga a ação praticada pela polícia ser submetida ao crivo da apreciação do magistrado (Poder Judiciário). Somente após o julgamento poderá se afirmar que os “ilegalismos” foram ou não legais. Para compreensão dos “ilegalismos legais” há a necessidade de se considerar um espaço social que autoriza a ilegalidade policial.

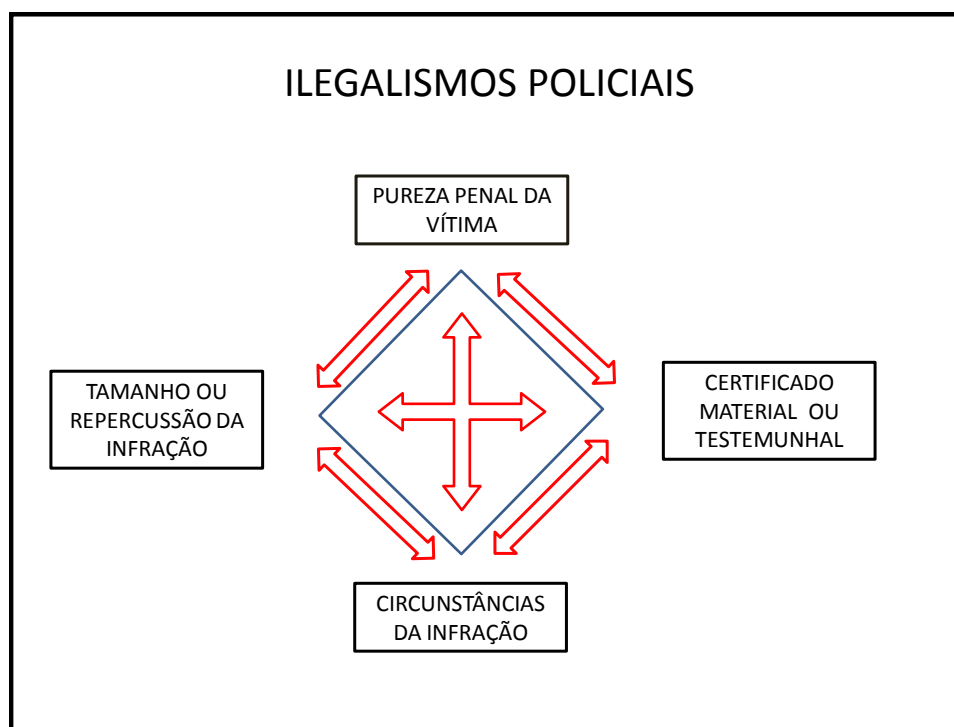
Jobard (2012) relata a discordância em julgamentos distintos (Judiciário Francês e Corte Europeia) sobre o mesmo fato envolvendo policiais que em ação repressiva prenderam sob a acusação de tráfico de heroína uma pessoa em “*banlieu*” de Paris. A Corte Europeia de Direitos Humanos condenou o Governo francês por tortura

(tratamentos humilhantes e degradantes), mas os policiais não foram condenados pela justiça francesa que em decisão entendeu que as provas apresentadas (atestados médicos e exames de corpo delito) não eram suficientes para decretar a ilegalidade do ato praticado pela polícia.

As condições exteriores da vítima (virgindade penal, confiança aparente, etc.) influenciam na decisão judicial que delibera sobre os “ilegalismos”.

Existe um espaço social desenhado onde a violência policial ilegítima é aceita, mas há uma impossibilidade de se determinar sua constituição. No entanto, podemos pensá-lo como parte de um quadrilátero onde os vértices se relacionam de maneira independente, sendo tais vértices: 1) a pureza penal; 2) o tamanho da infração; 3) a certificação material ou testemunhal; 4) as circunstâncias da infração. A pureza penal está ligada à credibilidade da vítima, sobretudo se ela nunca foi acusada em processo penal. O tamanho da infração está ligado à sua capacidade de comoção pública. A certificação material ou testemunhal está sujeita à mesma exigência de pureza que se espera da vítima; se a testemunha tiver ligação com o autor da denúncia ou sua palavra não apresenta a confiança ou pureza exigidas, ela (testemunha) é desclassificada. As circunstâncias da infração devem demonstrar que o fato alegado pelo denunciante estabeleceu a convicção de que os policiais agiram em excesso e fora de perigo ou de ameaça contra si.

Jobard (2012) aponta detalhe interessante na chamada “conversão da alegação”, pois os espaços sociais onde a polícia mais usa da força ilegítima são aqueles onde esse tipo de recurso tem menos probabilidade de serem levados ao conhecimento dos tribunais. São as “periferias”, áreas marginalizadas, onde a concentração de pessoas estigmatizadas (presos ou excluídos sociais) dificultam a localização de testemunhas “confiáveis”. As áreas de forte tensão, com maior probabilidade de uso da força pela polícia, são aquelas onde a legitimidade do emprego da força policial tem menos chances de ocorrer em praça pública. Silêncio e violência são faces da mesma moeda.



Quadro 4: Ilegalismos policiais

A dualidade policial (visibilidade e segredo) que Brodeur defende em sua “teoria” da polícia é na realidade empírica integrante dos eventos de violência, constitutivo da própria polícia. A dualidade da polícia é constituída segundo as circunstâncias, segundo os lugares, segundo os protagonistas. Nessa dimensão suja, onde o suspeito, contaminado, interfere na teoria, afeta, também, a polícia e a sociedade onde a polícia intervém. A polícia tem a capacidade de manchar a realidade e os adversários pelo histórico de suas intervenções (JOBARD, 2012).

A visibilidade deve ser vinculada ao regime jurídico da publicidade, como no caso das audiências públicas, onde as partes são tratadas com equidade quanto aos encargos, provas e motivações apresentadas diante do público, quando toda intervenção policial é objeto de dramatização e leva o público a ser juiz. Mas, o que acontece é que a sociologia do uso da força pela polícia mostra uma grande quantidade de denúncias de violência, ocorridas em espaços que fizeram com que as alegações não fossem públicas, ou não foram ouvidas.

A questão da publicidade, onde estão a exigência de visibilidade e a triste constatação do aspecto contaminado da atividade policial, é fundamental para uma teoria da polícia.

A soberania ocupa lugar especial na teoria da polícia. Nos espaços sociais relegados, onde a intervenção da polícia é imperiosa, observa-se que se os policiais não cometem excessos (como redigir de maneira muito rudimentar os processos verbais, se enganar de maneira flagrante sobre a identidade social do adversário, atirar em alguém imobilizado, etc.), não haverá sanções pelos desvios. Lembramos que a definição de Brodeur é fundada nos contínuos dos meios policiais: “*authorized to use in more or less controlled ways diverse means*”, o que não corresponde à realidade empírica. Segundo Jobard (2012), há ilegalismos que serão sancionados pelo Judiciário e outros que não serão por estarem fora de alcance das vistas do juiz. Não existem duas instituições e sim duas modalidades de policiamento, segundo as circunstâncias e espaços sociais de intervenção policial. Nesses espaços a polícia substitui o direito e faz a norma de maneira decisionista do direito. Não é uma norma geral que faz o direito e sim o gesto individual de cada um que é individualizado sem risco de ser contraditado.

Esse modelo decisionista não é novidade, Schmitt (1934, p. 20) afirma: “é a soberania que decide diante de uma situação excepcional”. Jobard (2012) afirma que existem dois pontos a destacar nessa afirmação: primeiro, soberana é a decisão da qual não cabe recurso e tomada em circunstâncias excepcionais. Segundo, soberano é quem pode decidir e mudar as circunstâncias de maneira excepcional, quando a Lei Ordinária é suspensa. Klockars (1985) apresenta o conceito de discricionariedade da polícia nesse segundo sentido, afirmando que em determinados espaços sociais a polícia goza dessa faculdade de privar o acesso à justiça, ou seja, há arenas especiais em que o direito é outro. A consequência teórica dessa vinculação Schmittiana à polícia remete a um desenho absolutista e sem relação com a realidade das sociedades atuais.

Jobard (2012) apresenta, então, a teoria sociológica sobre a polícia defendendo a ideia de que a polícia age de forma diferente nas diferentes áreas que compõem a sociedade; ideia esta já apresentada por Reiss e Bordua (1967), mas negligenciada por muitos teóricos, inclusive quanto ao lugar que o direito representa dentro da polícia.

Favre (2010, p. 237) afirma que as Ciências Sociais são relutantes em admitir o traço determinante da existência das forças policiais para sustentabilidade da ordem social e, mais ainda, sua produção. Muitos sociólogos argumentam que a interiorização da ordem é adquirida junto às sociedades avançadas e que o uso da força é desnecessário. A força usada pela polícia é exceção e isso os leva a apagar de suas análises todos os rastros do uso da força policial.

Quando Brodeur avança em uma definição de polícia centrada sobre o ilegalismo policial, ele exclui do campo de definição o fato de que o direito, longe de ser um bem universal, permanece um bem socialmente exclusivo. O autor retira o direito da teoria da polícia e destina à ela (polícia) um papel seletivo de policiamento. A proximidade do decisionismo Schmittiano é não somente a consequência teórica de uma sociologia da polícia que toma o direito como ponto de apoio, o direito na sua existência concreta, mas ela permite, além disso, fazer justiça à dualidade e ao caráter contaminado da polícia (JOBARD, 2012).

Essa teoria decisionista procede de uma geografia social subjacente. Em grande parte da sociedade a polícia é submissa ao direito ordinário, mas em algumas frações particulares ela é emancipada. Não se trata de fazer da polícia o vetor da nova ordem mundial marcada pela “exceção permanente” ou transportar a sociedade para uma nova biopolítica, onde o poder soberano triunfa sobre a vida nua, em resumo a algumas leituras de Schmitt. O desafio é construir uma teoria da polícia ancorada dentro da sociologia de suas práticas

Para Jobard (2012) não é uma questão de poder absoluto, sob o pretexto de soberania. Os poderes concretos da polícia dentro da zona de soberania se encontram presos no quadrilátero apresentado no quadro 4. Os policiais devem sempre observar a natureza da ocorrência, a eventualidade das testemunhas confiáveis e o tamanho da infração que eles estão suscetíveis de cometer. Sua soberania é limitada pela antecipação que a ocorrência possa ter pelos colegas, depois pelo juiz e, sobretudo, pela história que eles serão capazes de produzir após a intervenção, o que limita fortemente a amplitude do que se pode fazer e vincula a ação policial à natureza do meio onde a polícia intervém.

Há uma mensuração pelo policial do mandato político que lhe foi confiado pela sociedade no momento em que ele se engajou na interação. Ele faz uma avaliação das condições políticas que lhe permitem agir ou não em ato de soberania. É um poder que inclui o uso da força e chega até a morte, em circunstâncias que se curvam todos os outros poderes. Esse poder discricionário tangencia a soberania e é um poder político. Não se trata apenas da substituição do direito pelo poder do Estado, mas a noção de política (JOBARD, 2012).

Jobard (2012), em uma perspectiva política, enfatiza a necessidade de observação do destino dos atos de ilegalismos policiais dentro dos espaços de soberania, sobretudo pensar a polícia como um elemento da teoria do Estado. Aqui temos um aspecto interessante a destacar, qual seja o curso de Pierre Bourdieu “sur l’État” editado em 2012, cuja obra habilmente subtrai a polícia e a coerção da definição de Estado. O termo “polícia” sequer é citado no sumário das 660 (seiscentas e sessenta) páginas do curso e nas 9 (nove) vezes em que foi empregado é mencionado (frequentemente) como metonímia do Estado repressivo, por estar associado ao “Exército”, ou seja, a polícia é vista no conjunto de instituições possuidoras de mandato para garantir a ordem (BOURDIEU, 2012, p. 22, 215,239,315,327). O exemplo de como se dissimula a força física e a polícia na política contemporânea é a própria redefinição feita por Bourdieu (2012, p. 14) ao conceito de Estado proposto por Weber. Este definiu o Estado como o “monopólio da violência legítima”, enquanto aquele apresenta o Estado como o “monopólio da violência simbólica legítima”, na medida em que a posse do exercício do “monopólio da violência física” pressupõe como condição o “monopólio da violência simbólica”.

Jobard, pretendendo seguir o fio dos ilegalismos policiais até o final para descobrir o que seja soberania, vê que a visão da violência física foi posta como apêndice da violência simbólica, mas a noção de soberania que porta a ação cotidiana da polícia é uma compreensão mais aprofundada da dimensão política da polícia. Destaca que grande parte dos autores, como Bittner, fazem da força física o coração da concepção da polícia. Outros, como Brodeur, fazem dos ilegalismos o ponto central de suas concepções. Alguns raros, como Manning, fazem da noção de exceção o ponto maior de definição de polícia. Jobard afirma que há uma certa hesitação em abertura de tais perspectivas e se propõe a apresentar algumas possibilidades, o que passaremos a descrever.

Segundo Schmitt (1934, p. 20-22), o exercício de soberania em decisão de situações excepcionais é a expressão da política, onde se distingue o amigo do inimigo. Isso torna a política – não o Estado – produto da decisão soberana. A concepção de Estado pressupõe a concepção de política e de sua unidade, cujas definições se dão no momento de distinção de quem seja amigo ou inimigo. A polícia goza de espaços de soberania concedidos pelo sistema político e esta instância, nas sociedades racionais-legais, endossam o papel de definir quem é o inimigo. A polícia é a instituição cotidiana que é investida de perpetuar dentro do Estado racional-legal a ordem normativa de proceder, ou seja, o Estado definido em substância com capacidade de designar seus inimigos no seio da comunidade. O ato soberano estabelecido pela polícia é, nos espaços sociais, o gesto pelo qual a polícia faz de um conjunto indistinto uma comunidade política, uma política.

Jobard (2012) adverte que não se deve interpretar o conceito inimigo de maneira absolutista porque, embora esse conceito processual de inimigo seja aparentemente tautológico, ele avança no sentido de que não há uma essência prévia de inimigo; inimigo é aquele que é designado como tal. Ou seja, Schmitt retoma uma noção pela qual Hegel já havia estabelecido uma comunidade política e que é evitada por muitos teóricos e se sustenta na diferença ética. Aquele que não compartilha a ética da comunidade é considerado “estranho”. Nessa linha de raciocínio, a polícia moderna, nos espaços de soberania, é chamada para controlar as indisciplinas, tomando decisões de acordo com a moral ou os costumes dominantes. Conforme Didier Fassin (2011, p. 314), a definição de inimigos pela polícia se dá pelo lançamento das pessoas assim consideradas dentro da alteridade radical.

Levando a sério a noção de que o conceito de polícia tem o seu núcleo na ilegalidade da polícia temos uma dimensão substancial aberta quando observamos os casos concretos dessas ilegalidades. As fronteiras e a natureza da política são definidas, em dado momento, pela política de alteridade ética.

Jobard (2012) alerta que a relação raça / polícia não deve ter a priori uma dimensão racial do inimigo simplificando o problema e sufocando a dimensão heurística. Para ele, tanto Bittner quanto Brodeur rejeitaram a dimensão Schmittiana da polícia ao não reconhecerem o verdadeiro status da polícia na constituição e forjamento das comunidades políticas; como exemplo das atividades da “Divisão Moral” do

Departamento de Nova Iorque que se ocuparam da caça aos homossexuais, dando origem à mobilização de Stonewall que redefiniu o lugar dos homossexuais na comunidade política, mudando o mandato político da polícia. Ao inverso, após décadas de indiferença, os migrantes mexicanos foram eleitos “inimigos” do Departamento de Polícia de Los Angeles, contribuindo para forjar a identidade política dos migrantes na comunidade política americana ou, ao menos, na californiana.

Jobard e Lévy (2009) realizaram pesquisa sobre o controle da população pela polícia na cidade de Paris, durante 20 semanas, sendo comprovado que as ações de controle policial foram direcionadas para as minorias. “Por exemplo, em Thalys, os 7,5% de negros que compõem a população corresponderam a 31% das pessoas controladas. Em Fontaine des Innocents, os 29% de negros que compõem a população corresponderam a 62% das pessoas controladas” (RONDON FILHO, 2013, p. 286).

Brodeur não diz de outra forma na definição que dá à polícia cujo papel é aplicar os vários tipos de regras e costumes para promoção da ordem definida na sociedade. É essa ordem dita “pública” que contribui substancialmente para a definição da política. A polícia é o coração da política. Por isso a dificuldade em se mudar ou reformar a polícia, pois sempre resta a seguinte questão: que papel confiar à polícia senão aquele de controle das margens da ordem social e do processo civilizatório?

Jobard (2012) enfatiza que os atos de soberania praticados pelos policiais não são isentos de obediência ao estatuto jurídico ou de qualquer regra. Ao contrário, eles são sujeitos às restrições que leva em conta a natureza do interlocutor, a natureza do lugar, das pessoas presentes e, também, das circunstâncias e conjuntura política (ligada ao plano político). A discricionariedade policial não é dada a priori, ela é avaliada na ação pelos próprios policiais que acreditam na possibilidade de a comunidade política estar pronta para aceitar, rejeitando não como sendo mais um ilegalismo da polícia, mas como uma infração pura. O mandato político dado à polícia não é, a priori, intangível, mas experimentado em cada uma das interações que a polícia realiza. Finalizando, Jobard (2012) apresenta o papel que Bittner dá à polícia, nos termos que esse papel é melhor compreendido como um mecanismo de distribuição de recursos não negociáveis empregados em acordo com os ditados de um entendimento intuitivo das exigências políticas, e destaca a diferença dessa visão com o pensamento de Brodeur, onde a “política” retorna no mesmo tempo ao ato de avaliação pelos policiais da amplitude do

mandato que lhes foi confiado pela comunidade e seus efeitos próprios, estruturantes e substanciais, de suas ações sobre a natureza e as delimitações políticas. A polícia não se situa dentro da ordem da simples civilidade, mas na fundação de nossa sociedade política, como se, no fundo, fosse devolvido à polícia o mandato político de fazer um contraponto à fria racionalidade do Estado e ao desencantamento do mundo.

É óbvio que não podemos retirar dessa soberania, onde se decide entre o agir em conforme com as normas ou perpetrar atos de “ilegalismos policiais”, as disposições que os policiais incorporam ao longo de suas socializações e são acionadas de acordo com os contextos de ação, pois cairíamos numa generalização desses ilegalismos, o que não ocorre na realidade, pois muitos policiais se veem nessa situação de decidir soberanamente pelo ilegal, mas decidem (ou optam) agir conforme a moralidade. Nesse sentido, emprestamos o aporte da teoria de Bernard Lahire (2002) conhecida como “Teoria do Homem Plural” para melhor compreender esse processo de construção, não só política, como também subjetiva de maneiras de agir e que pode refletir um quadro muito maior de sociedade.

Para melhor delimitação do nosso campo de compreensão, apresentaremos as justificativas de nossa opção pela “socialização” dos agentes de segurança pública, nesse contexto de soberania, dentro daquilo que chamamos Teoria Sociológica da Polícia e não “profissionalização”, estudada pela Sociologia das Profissões.

3.2 POR QUE SOCIALIZAÇÃO E NÃO PROFISSÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL?

Optamos por estudar a socialização dos agentes de segurança pública, especificamente no seguimento militar estadual brasileiro, ao invés do tema profissão em razão da celeuma que permeia o *status* profissional da ocupação policial. Menke, White e Carey (*in* GREENE, 2002), em estudo sobre administração policial, afirma que há um conflito instaurado sobre o saber se os policiais pertencem a uma profissão, pois a ideologia indica uma posição contrária. Os autores diferenciam termos usados comumente em mesmo sentido, sendo eles: *profissionalismo*, *profissionalização* e *profissão*. O profissionalismo é a ideologia, dotada de conhecimento sobre a matéria e especialização de controle, que sustenta a justificativa de reivindicação de *status*

profissional. A profissionalização é o processo onde uma ocupação se torna profissão em contínuo movimento. A profissão é constituída por um grupo ocupacional que exerce controle **exclusivo** sobre conhecimentos e especialidades básicas, controlando uma ocupação; a autoridade está naqueles que realizam o trabalho. Ainda, a profissão possui uma sanção oficial para a execução de suas tarefas, exercendo um controle sobre todas as tarefas realizadas.

O *status* profissional não é decidido por aqueles que exercem a ocupação e sim por atos político-simbólicos que convençam os outros públicos de que a ocupação é uma profissão. A profissão se distingue das ocupações nas seguintes dimensões:

1) Um conjunto generalizado de conhecimento, teorias e técnicas intelectuais; 2) um período extenso de educação e treinamento, normalmente realizado em um estabelecimento acadêmico; 3) relevância do trabalho para os valores sociais básicos; 4) autonomia; 5) motivação que envolve um sentido de missão; 6) um compromisso superior de dever da ocupação em benefício do cliente; 7) um sentimento de comunidade entre os que a praticam; 8) um código de ética institucionalmente imposto para assegurar submissão a ele (MENKE, WHITE e CAREY *in* GREENE, 2002, p. 89).

Independentemente do grau, a profissão deve possuir todas essas dimensões. O primeiro problema que Menke, White e Carey apontam para consolidação da ocupação policial como profissão seria a falta de mandato público que garanta autonomia na execução do trabalho. Ainda, as reivindicações desse *status* são bloqueadas no processo de profissionalização pela inexistência de acordo sobre a base de conhecimento empregada na ocupação policial. Há uma tensão entre o trabalho policial e os valores sociais, por conta da visão de mundo particular que tem a polícia. A autonomia pode ser ilegítima e não há uma comunidade profissional. A motivação e o compromisso superior são formais e normalmente se restringem ao interesse próprio e não coletivo. O Código de ética cumpre uma função meramente burocrática (*in* GREENE, 2002, p. 112/114).

Por sua vez, Mancuso (2005), com base na Sociologia das Profissões, apresenta uma aproximação entre Huntington (1996) – que analisa as relações entre civis e militares – e Freidson (1995 e 1998) – que aborda o tema “*profissionalismo*” – defendendo a existência de uma profissão militar, restrita aos oficiais das Forças Armadas (FFAA). De Huntington, a referida autora destacou a mentalidade militar, com seus valores e princípios. Já Freidson serviu de suporte teórico para justificar o exercício

da atividade militar como sendo uma profissão e não uma ocupação. Destaca alguns critérios do “profissionalismo” militar, sendo: especialização, responsabilidade e corporatividade; no entanto não faz distinção nas acepções dos termos “*profissão*”, “*profissionalização*” e “*profissionalismo*”. Os argumentos de Mancuso (2005), como referencial de analogia na área da Segurança Pública, podem ser aplicados sem maiores embargos às estruturas das polícias militares, uma vez que estas são organizações militares consideradas forças auxiliares do Exército Brasileiro (EB) que executam o dever constitucional de polícia ostensiva, mas o nosso foco foi outro (tensão entre o reconhecimento e os desrespeitos nas socializações do agente de Segurança Pública) e nos fez percorrer outros raciocínios.

Diante desse recorte, o quadro da situação brasileira quanto à “profissão policial” se torna de complexa compreensão, uma vez que o Brasil possui várias polícias (polícia militar, polícia civil, polícia rodoviária federal, polícia federal, etc.) com estatutos distintos; arranjos organizacionais e vinculações administrativas financeiras variadas; autonomia política das polícias questionada; e, principalmente, as carreiras apresentam formações distintas e muitas polícias não atendem a um dos requisitos profissionais proposto por Menke, White e Carey (2002), qual seja o “(...) período extenso de educação e treinamento, normalmente realizado em um estabelecimento acadêmico”.

Assim, esta tese se direcionou à socialização dos agentes de segurança pública nas polícias militares estaduais do Brasil, sobretudo na tensão entre os atos de desrespeitos e os atos de reconhecimento vivenciados pelos policiais, o que resulta na incorporação de disposições que podem ser futuramente exteriorizadas, dependendo dos contextos de ação.

3.3 SOCIALIZAÇÕES E PLURALIDADE DOS HOMENS

A socialização consiste na interiorização de normas e advém do complexo comportamental de toda a sociedade que constitui expectativas de ação, então compreender a socialização dos agentes de segurança pública é estabelecer com coerência quais são as ações esperadas destes em face das mais diversas situações apresentadas no seu cotidiano.

É óbvio que a interiorização de normas sociais não se restringe às escolas policiais, pois que esses agentes são recrutados na sociedade e ingressam nos órgãos de segurança pública em maioria civil, o que de per si pressupõe experiências precedentes de socializações obtidas junto à família, à comunidade, à escola, aos grupos de referência, entre algumas possibilidades.

Nesse raciocínio, podemos entender a socialização materializada nos órgãos de segurança pública como secundária, mas com um papel fundamental de reflexão sobre as ações futuras desses agentes quando no exercício de sua ocupação, pois que é através dessa socialização que tais órgãos tentam marcar e moldar o sujeito para atendimento de seus anseios e valores.

A tensão e a contradição marcam essa socialização organizacional, uma vez que as normas e modelos apresentados nem sempre coincidem com os adquiridos pelos agentes de segurança pública em suas socializações primárias. As experiências vivenciadas formalmente e informalmente dentro das organizações são marcadas pela integração, pela estratégia e pela subjetividade do sujeito submetido aos processos de socialização que vai além da transmissão de valores e tenta adaptar esses sujeitos ao meio organizacional, focando, inclusive, na capacidade de cada um.

Lembramos da singularidade do ingresso nas organizações de segurança pública em razão das performances exigidas que são hierarquizadas valorativamente em critérios pré-estabelecidos, o que marca a seleção por concurso público.

Inobstante às fases do concurso, na realidade, os sujeitos são continuamente examinados durante os cursos ofertados, o que nos leva a pensar em critérios culturais de adaptação, também, interferindo nessa socialização, implicando inclusive na criação de estereótipos dos “maus” agentes de segurança pública que devem ser extirpados da organização dentro de um julgamento organizacional. Isso reflete em incoerência já que os critérios normativos exigidos¹⁵ foram atendidos e, em tese, todos os aprovados são aptos para o exercício da ocupação. O que, por vezes, prevalece são mecanismos de

¹⁵ Ver o capítulo 4 que trata especificamente das organizações de segurança pública e que discute os requisitos de ingresso nas organizações policiais, a saber: 1) critérios intelectuais (provas escritas); 2) critérios físicos (testes de aptidão física); 3) critérios médicos (exames médicos); 4) critérios psicotécnicos (exames psicotécnicos).

controle cujas características marcam a cultura militar e acabam por complexificar e dominar a socialização das organizações policiais com estatuto militar.

A socialização primária do sujeito que se vê agente de segurança pública pode interferir nos contextos futuros e até mesmo na socialização materializada nos órgãos de formação ocupacional. A subjetivação dos sujeitos vincula estes à organização de maneira diferenciada em razão das particularidades de cada pessoa, mas recorrentemente essa subjetivação se converte em alienação e resulta numa má orientação.

A continuidade estabelecida entre a comunidade cultural e a cultura organizacional atenua as diferenças entre as vidas que os agentes levam dentro da organização e na sociedade.

Segundo Lahire (2002, p. 12-14) os estudos sociológicos da socialização sofrem influências da psicologia formando aquilo que conhecemos como *evidências inquestionadas* advindas das noções de esquema, da transponibilidade de esquemas, da transferência analógica e da aplicação geral e sistemática dos esquemas. Ao fundamentar seus estudos em Marcel Proust e Maurice Halbwachs, onde a compreensão das pertencas dos atores individuais, suas socializações sucessivas ou em vários lócus indicam uma mobilização de determinadas disposições, dependendo dos contextos, Lahire defende a existência de atores plurais e que o conhecimento da *techne* de manipulação oferece meios de oposição aos meios de manipulação, instrumento de exercício de poder.

O autor esboça uma crítica contra as teorias da unicidade do ator e aos estudos que forçam uma homologia inexistente em sociedades, comunidades e tribos. A mentalidade única de um grupo é difícil de ser comprovada, pois existe uma diversidade cultural e temporal convivendo na mesma espacialidade.

O “nome próprio”, que singulariza a “pessoa” de maneira simbólica ou projetada, é uma forma de unificação dentro de uma realidade social, porque o mesmo corpo biológico em tempos e espaços distintos porta esquemas de ação cujos hábitos são heterogêneos e até contraditórios.

A diversidade de práticas pode ser reduzida pelo próprio ator de acordo com a dimensão, como é o caso do *curriculum vitae*, da técnica de apresentação, dos “*relatos de si*” nas confidências e entrevistas, exigidas na escola, no ambiente profissional, na família, etc., e aqui ressaltamos o ambiente castrense que singulariza o indivíduo pelas chamadas “folhas de alteração”, similar às “fichas corridas” das delegacias, onde a vida funcional do agente de segurança militar tem um controle pela organização para marcá-lo de maneira única e ao mesmo tempo diferenciada.

A socialização nesse raciocínio permeia a noção de *habitus* que varia ao longo da construção do pensamento sociológico (que nunca se fecha). Para Durkheim (2000), o *habitus* é o durável e coerente nas relações sociais, observável em situações particulares, *nas sociedades tradicionais* e no *regime de internato*. No primeiro caso a solidariedade mecânica conduziria a um menor desenvolvimento das individualidades, onde tudo era comum a todos que conviviam nesse lócus tradicional. No segundo caso o *habitus* se liga ao internato, inserto em uma sociedade altamente diferenciada, onde os agentes em regime de clausura institucional são impedidos de manterem contato com o mundo exterior para coibição da contaminação pelos valores externos, fazendo parte desse cenário os que organizam a instituição e os que passam pela socialização. Os efeitos do internato são profundos e duradouros, mas são inerentes a um tempo e um lócus excepcionais, onde o foco se dá na ordem e na regulamentação, havendo ainda a necessidade de as experiências sociais serem governadas pelos mesmos princípios.

Nas sociedades contemporâneas, marcadas pela forte diferenciação das esferas de ação, das instituições e das culturas, há confrontos entre as “(...) situações heterogêneas, concorrentes e, às vezes, até em contradição umas com as outras do ponto de vista de socialização que desenvolvem” (LAHIRE, 2002, p. 27). Apesar de as dificuldades hoje encontradas pelas conhecidas instituições totais (aquelas que buscam uma homogeneidade na socialização de seus integrantes) existe um universo profissional onde o sentimento de grupo acaba por reproduzir as socializações coerentes e homogêneas por suas condições de realização, em que pese se reproduzirem dentro das sociedades diferenciadas. Esse sentimento é denominado de corporativo e decorre da função exercida pelo grupo que marca as diferenças do corpo social, mas numa sociedade diferenciada esses corpos profissionais concorrem com as lógicas exógenas o que obriga os membros desse grupo a construírem uma diferenciação através da

separação institucional que regulamenta o contato dos membros do grupo com outras lógicas para preservação do espírito profissional.

Há uma exaltação pelos dirigentes das crenças e tradições internas do grupo através de roupas, da arquitetura dos imóveis, dos rituais, das convenções internas, dos gestos e atitudes, etc. e a transmissão desse “capital cultural” não se dá de maneira natural, mas sim por uma intensificação e lembrança constante da separação institucional.

Lahire (2002, p. 31) afirma que “a coerência dos hábitos ou esquemas de ação (...), que cada ator pode ter interiorizado, depende, portanto, da coerência dos princípios de socialização aos quais esteve sujeito”.

3.3.1 Socialização primária

A pertença simultânea ou sucessiva a vários grupos faz com que o homem sofra interferência das heteronomias dessas realidades que não são coerentes nem homogêneas, muito menos compatíveis entre si, mas se confrontam com a autonomia buscada pelo sujeito. Em razão desses diversos tempos e espaços, comumente, a academia divide as socializações em dois momentos, no primeiro é denominada de primária e no segundo de secundária.

A socialização primária é vista como uma fase normalmente familiar e relativamente heterogênea, pois que sua homogeneidade nunca foi demonstrada (LAHIRE, 2002, p. 32). Ainda, as socializações subsequentes não são harmoniosas com a fase primária e podem interferir de maneira antagônica nesta.

Nessa primeira fase de socialização a marcação se dá na oposição entre o controle moral e a indulgência, presente no par diversão – esforço escolar. Essa contradição é reflexo da própria socialização advinda do arranjo familiar cujos integrantes fazem parte de outros contextos sociais. Devemos enfatizar que esse duplo se refere às sociedades ocidentais marcadas pelo espírito meritocrático formalmente disposto no modelo escolar uma vez que em comunidades com outras lógicas de relação tal afirmação pode não se validar.

Ainda, as instituições empregam o *habitus* como senso prático para a reativação de sentidos objetivados por elas, bem como para a reativação do passado incorporado (BOURDIEU, 1980, p. 96).

“Nas inter-relações familiares, certas proximidades ou certas associações práticas de duas pessoas ‘empiricamente’ diferentes também levam a viver uma relação com uma pessoa que pode estar ligada à história das relações com a outra” (LAHIRE, 2002, p. 71).

3.3.2 Socialização secundária

A socialização secundária é aquela realizada pós-socialização primária em outros tempos e espaços, como é o caso da escola, da igreja, dos quartéis, dos grupos de referência, etc. e pode se materializar de maneira simultânea em diferentes contextos. Segundo Lahire (2002, p. 32-33), a socialização secundária pode se organizar em forma de campos *a la* Bourdieu¹⁶, mas o campo não pode integrar todas as situações sociais.

O “espaço social” possibilita a exclusão de atores e tempos dos “campos sociais” e, ao mesmo tempo, sua pertença a vários campos. E é nessa linha de raciocínio que Lahire crítica a noção de *habitus* de Bourdieu que, na sua opinião, não pode se reduzir aos campos uma vez que existem fora destes todo um sistema de disposições em outras situações sociais.

A socialização fundamenta os “**repertórios de esquema de ação**” (de hábitos) que advém das experiências sociais anteriores ocorridas nos diversos espaços limitados/delimitados, e podem ser postos em prática de acordo com o contexto. Portanto, é comum ocorrer o que Mead (1963, p. 121) denominou de “personalidades múltiplas”, pois o mesmo indivíduo pode apresentar distintas formas de ação, variantes em conformidade com o contexto, em razão dos múltiplos repertórios adquiridos não querendo com isso implicar em alguma patologia.

¹⁶ Campos sociais são “(...) espaços estruturados de posições, com suas implicações, suas regras de jogo, seus interesses, seus capitais e suas lutas específicas (entre os diferentes agentes dominantes e dominados que se esforçam por manter e até melhorar a sua posição) que têm como parte a estrutura (desigual) de distribuição de capitais” (LAHIRE, 2002, p. 33).

Ainda, o presente é vivido com o passado incorporado e não podemos negligenciar quaisquer desses dois momentos, principalmente quando são diferentes em termos de esquema de ação. No entanto, a relação passado-presente não pode ser vista como causal, pois apenas uma parte das disposições incorporadas é mobilizada pelo contexto, por exemplo, as condições sociais podem ser ou não importante diante de certo contexto em que tais condições possam ou não influenciar.

Os deslocamentos, independentemente se abruptos ou se mínimos, podem ocasionar desajustamentos e crises, como enumerado por Lahire (2002, p. 49-50) nos seguintes termos: 1) as situações de contradições culturais forçadas; 2) os deslocamentos individuais ou coletivos mais ou menos forçados de um espaço para outro (migração, serviço militar, internamento, etc.); 3) as rupturas biográficas ou transformações na trajetória individual (decadência social, etc.); 4) os desvios de propriedades sociais do agente em conflito com seu meio social (mulher que ocupa chefia em ambiente machista); 5) tensões entre hábitos concorrentes que ocasionam desvio e má consciência (a mulher que fica dividida entre seus afazeres domésticos e seus afazeres profissionais); 6) os desvios decorrentes dos conflitos entre o passado incorporado e as situações novas; 7) as adaptações mínimas sem convicção.

Esses deslocamentos podem inibir ou ativar o “passado presente”, por isso a importância da reconstrução das disposições e das situações onde ocorreram, bem como a história dos agentes, mas há um limite nessa atitude, pois o agente está imerso na trama de relações sociais sempre atualizando seu estoque de disposições que tem muitas outras situações incorporadas, e, também, o fato de essas disposições dependerem dos contextos para sua ativação.

Lahire (2002, p. 57) alerta para alguns riscos quando se tenta compreender as relações sociais, como: “1) de esquecer a dimensão condicional (circunstancial, contextual...) das disposições, 2) de evitar a natureza cientificamente construída ou 3) de dissociar progressivamente a potência dos atos que a constituíram geneticamente”. Por exemplo, o uso abusivo da linguagem e de adjetivos para enfatizar atitudes ou características de determinado agente é um risco, pois tais disposições não são propriedade dele, mas decorrentes de realidades relacionais.

O contexto implica em forças agindo e uma mudança de contexto implica em mudança de forças nos esquemas de ação. Quando a exigência do contexto é algo inaceitável nos resta duas opções, ou o transformamos ou saímos dele, pois o alcance dos objetivos do agente depende diretamente da inibição de algumas disposições.

Em suma a ativação de esquemas de ação depende do contexto que pode: 1) depender da microssituação social; 2) do domínio de práticas; 3) do universo social; 4) do momento do ciclo de vida (LAHIRE, 2002, p. 60).

Lahire (2002, p. 69) afirma que “o raciocínio prático do tipo ‘isso se parece com’ (...) é um raciocínio comumente aproximativo e variável. Pode (...) negligenciar certos traços da situação em curso para reter apenas um esquema relacional geral (a relação superior hierárquico-subordinado, etc.)” e, também, pode enfatizar situações fora do contexto em razão dessa memória do anteriormente vivido como, cheiros, gestos, sabores, voz, ruído, etc. É o processo de aproximação que leva a agir dessa ou daquela forma, em razão do passado incorporado.

Não podemos deixar de mencionar o duplo esquecimento – memória que interferem diretamente na ativação das lembranças. O esquecimento faz desaparecer a memória porque não encontra correspondentes atuais que desencadeiem os esquemas incorporados, mas estes podem ser acionados pela abertura do passado através de uma percepção (visão, olfato, tato, audição, paladar, etc.); é a memória agindo (HALBWACHS, 1976, p. 279). Enfatizamos que a memória nem sempre é consciente e advinda de um esforço, ela pode aflorar de maneira misteriosa e até mesmo involuntária¹⁷.

Os agentes de segurança pública, mesmo que submetidos à socialização específica propiciada pelas organizações policiais de forma secundária, conservam em si disposições incorporadas o longo de sua vida que podem ser acionadas conforme o contexto.

¹⁷ “Em lugar da lembrança está um esquema de ação (um hábito) que foi desencadeado pelo contato contínuo com elementos do contexto que envolve o ator” (LAHIRE, 2002, p. 73).

O contexto carrega uma tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos e interfere nas ações dos sujeitos variante conforme as disposições existentes.

3.4 FRAGMENTOS DA TENSÃO

O desrespeito como “ofensa” e “rebaixamento” do outro é uma recusa ao reconhecimento que pode não representar injustiça, mas que fere as pessoas nos aspectos positivos da autocompreensão decorrente das relações intersubjetivas. Lembramos que a autoimagem (autocompreensão) depende do “resseguro no outro”, cuja lesão pelo desrespeito pode destruir a identidade pessoal. O desrespeito pode ser usado como mecanismo de resignificação do “Eu” para sujeição do sujeito que deverá cumprir papel utilitário nas organizações policiais que defenderão a Razão de Estado.

Para cada forma de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) existe um correspondente de desrespeito que pode motivar as resistências e conflitos. É óbvio que aqui reside uma das ressalvas ao aparato teórico honnethiano, pois, ao nosso ver, os desrespeitos podem conformar sujeitos à ordem vigente, postando-os como barreiras contra aqueles que efetivamente lutam pelo reconhecimento social. Ainda, o contexto em que acontecem os atos de desrespeitos podem se revestir de técnicas de manipulação e de dissimulação, ocorrendo a resignificação dos sujeitos, onde tais atos podem ter uma outra representação por parte de quem sofre (ver quadro 1, p. 20).

A **primeira forma de desrespeito** seriam os maus-tratos que ofendem a integridade corporal de uma pessoa, onde há um rebaixamento pessoal pela disposição do corpo do desrespeitado à tortura ou à dor corporal, com sujeição da vontade que pode chegar às vias da irrealidade. O desrespeitado perde a confiança em si e não confia no mundo.

Pensando dessa forma como ficaria o agente de segurança pública nesse contexto?

Como perpetrador da violência policial o agente de segurança pública se torna desrespeitoso pelos maus-tratos ou pela tortura que impinge àquele que deveria ser protegido. Esse tipo de desrespeito motiva a luta por reconhecimento, muito comum nos

movimentos sociais e segmentos da sociedade civil, como no caso das denúncias de violações dos Direitos Humanos em razão da violência policial ou exigência da memória aos presos políticos assassinados ou desaparecidos no período da Ditadura Brasileira.

Outra possibilidade não pode ser descartada, qual seja o agente de segurança pública sendo vítima de maus-tratos ou tortura que pode resultar, inclusive, em mortes, como no caso de alguns treinamentos realizados nas academias militares, recorrentemente denunciados por violações aos Direitos Humanos. A diferença é que nesse caso há uma aceitação da sevícia que passa a ser vista não como ato de desrespeito, mas como ritual de passagem que se vincula à honra militar, antagonicamente à dignidade defendida fora dos muros dos quartéis. Quem suporta esses atos que em condições normais seriam encarados como desrespeitos prova e conquista sua honra militar.

A **segunda forma de desrespeito** afeta a integridade social (autorrespeito moral) pela privação de direitos ou exclusão social, pela subtração do respeito à imputabilidade moral que é adquirida nos processos interativos da sociedade. A privação de direitos pode se dar não só nos aspectos formais da norma como também no alcance material dos direitos normatizados.

A Segurança Pública deve ser encarada como direito social e, nesse sentido, podemos afirmar que a ausência ou deficiência desta pode ser vista como uma forma de desrespeito que pode se relacionar diretamente com a primeira forma de desrespeito (ofensiva à integridade corporal), pois a ausência de proteção aos direitos individuais ou coletivos pode resultar em ofensa à integridade física, conforme os altos índices de criminalidade contra a pessoa e contra o patrimônio¹⁸. É comum as manifestações pelas comunidades mais carentes exigindo mais segurança pública e de certa forma a concessão desse direito (Segurança Pública) é uma forma de reconhecimento pelo Poder Público, bastando verificar o caso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Estado do Rio de Janeiro, onde as intervenções locais realizadas conjuntamente pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), pelos três Poderes (Executivo,

¹⁸ Muitos crimes definidos contra o patrimônio ofendem diretamente a integridade física ou mental da vítima como é o caso do roubo e da extorsão mediante sequestro.

Legislativo e Judiciário), através de ações sociais e ações policiais alteraram a ambiência de muitas comunidades.

O agente de segurança pública, também, pode figurar como vítima dessa segunda forma de desrespeito quando tem seus direitos privados. A relação entre o direito e o dever no ambiente policial militar é tensa e há um discurso que justifica a ausência de direitos com a presença do dever e da honra em nome da hierarquia e disciplina. Os estratos mais baixos da pirâmide hierárquica, principalmente os cabos e soldados, clamam por mais direitos, enquanto que os estratos mais altos clamam por mais disciplina.

Freixo (2012) aborda as inúmeras manifestações realizadas pelas polícias militares no Ceará, na Bahia, no Rio de Janeiro, em Alagoas e em Minas Gerais por melhores salários e condições de trabalho e destaca a emblemática frase do coronel reformado da Polícia Militar de Minas Gerais Felisberto de Resende, nos seguintes termos: “A polícia é disciplinada e sempre respeitou seus governantes, mas disciplina não casa com fome. Onde há fome, não pode haver disciplina”. A garantia da democracia nas ruas promovida pela polícia depende da democracia dentro das organizações policiais militares.

A **terceira forma de desrespeito** afeta a autoestima ao ameaçar ou ofender a “honra” e a dignidade. A “honra” e a dignidade estão associadas ao *status* de uma pessoa e se refere à autoestima que ela possui dentro de uma possibilidade de autorrealização, seu desrespeito leva a uma desvalorização social.

A honra policial militar se vincula aos princípios da hierarquia e da disciplina. A imagem interna construída na polícia militar é a de que o agente de segurança honrado é aquele disciplinado, fiel cumpridor das ordens emanadas das autoridades superiores, mesmo que essas ordens sejam ilegais. Mas, essa honra interna da organização não coincide com a honra social, pois a honra social se vincula à dignidade.

Essa lógica destoa as percepções e as apreensões do sentido de honra, pois no ambiente castrense, mesmo sem dignidade o agente de segurança pública pode permanecer honrado por acatar cegamente a hierarquia e a disciplina. No plano social a ofensa à dignidade atinge a honra do sujeito.

As consequências de todos esses desrespeitos podem ser as sequelas pessoais, a exclusão social e a degradação cultural, normalmente, expressadas pela vergonha social, pela ira, pela vexação ou pelo desprezo devido ao deslocamento das expectativas. Também, pode ser parte de técnicas empregadas para uma mortificação do “Eu” na intenção de se criar um “novo interno” (Goffman, 2008). Em contrapartida, sentimentos positivos podem ser observados se ocorre repentina liberdade desse estágio de penúria por solução ao problema apresentado, com os sentimentos de alegria ou orgulho.

O sentimento de vergonha é o que tem o caráter mais aberto e consiste no rebaixamento do próprio valor em termos egocêntricos do sujeito, por ação causada pela própria pessoa ou por outrem. Na primeira situação ele se sente culpado por ofender um princípio ideal do seu “Eu”; no segundo caso são os interagentes do sujeito que o ofendem nas suas expectativas em ato de desrespeito.

Esses sentimentos, em especial o de humilhação, só se dissolvem por ação do próprio sujeito que, naturalmente, não é neutro quanto a essas formas de desrespeito.

Os agentes de segurança pública integrante do núcleo militar são encapsulados dentro do aparelho ideológico estatal blindado por rígidas normas de condutas e pelo duplo hierarquia / disciplina. As manifestações são criminalizadas e vigora, ainda, em pleno Século XXI a polícia de consciência, sendo mais fácil o agente de segurança pública ser sancionado por manifestar e exigir direitos do que se praticar violência policial, claro resquício da Segurança do Estado em vigor nos anos de chumbo no Brasil.

Temos então que o reconhecimento é em seu esquema existencial, construído na socialização, fazendo com que o indivíduo internalize suas normas com seus valores e princípios. Isso possibilita a fixação de critérios de avaliação no reconhecimento, que inclui os desrespeitos, formando em dada sociedade a cultura moral temporalmente e historicamente marcada.

Essa realidade, no âmbito das organizações de segurança pública, envolve relações de autoridade policial-militar que tem como objetivos a criação de ambiente estável e despertar para os objetivos inerentes a cada nível hierárquico das estruturas policiais. A participação efetiva dos agentes é advinda do êxito com que os líderes atuam e é o termômetro de julgamento da autoridade policial-militar na medida em que

as práticas de *domínio* deixem de prevalecer. Por sua vez, quando do emprego de práticas de *domínio* para consumação de ações, mais ligada à autoridade tradicional (ao contrário da autoridade voltada para realizações), temos ações mecânicas e automáticas não efetivas, moldadas, em tese, nos atos de desrespeitos. A prática de desrespeitos na socialização materializada pelas organizações policiais é confirmada na enquete realizada por Soares, Rolim e Ramos (2009, p. 72 e 73).

Todo esse quadro nos gera perplexidade e dúvidas quanto à socialização dos agentes de segurança pública, a começar pelos motivos que justificam a permanência do sujeito em uma organização que tortura nos treinamentos, humilha e desrespeita seus integrantes.

3.5 FRAGMENTOS DA SOCIALIZAÇÃO POLICIAL

A revista “*Déviance et Societé*”, volume 35 (2011), apresenta inúmeros artigos sobre a socialização policial e o percurso teórico e metodológico do tema, inclusive lembrando os autores e as pesquisas realizadas. Alain e Pruvost (2011, p. 267- 280) fazem a apresentação onde destacam o conceito e os métodos empregados na socialização dos policiais que podem ser de cunho qualitativo (CASSAN, 2011 e MALOCHET, 2011), pode ser quantitativa (RICHARD e PACAUD, 2011; ALAIN e PRUVOST, 2011), pode combinar métodos (PICHONNAZ, 2011) e pode ser eminentemente teórica (MARCOTTE e DION, 2011), formando o que é denominado de Sociologia da Polícia.

A socialização, para Hughes (1996), se liga ao *metier* criando uma identificação “irrevogável” e em algumas organizações é possível observar a indissolubilidade de si e do trabalho, onde a esfera privada é absorvida pela esfera profissional. A despersonalização faz parte do processo de reconfiguração (GOFFMAN, 1974 e 1980) para resultar, segundo Hughes, numa conversão “quase religiosa” em decorrência das novas disposições incorporadas e adoção de uma nova concepção de mundo. A formação policial é o momento de iniciação à cultura própria da organização, onde deve ocorrer a passagem para *o outro lado do espelho*, deixando a existência profana anterior para poder viver o status policial.

Uma vez no *outro lado do espelho* é concedida a licença para o exercício do monopólio da força com limites não negociáveis (MONJARDET, 1996 e BITTNER, 2001). Para Brodeur (2001) esses atributos não são definidores desde que outras profissões possam exercer a limitação física.

Há uma dinâmica policial transmitida nas escolas de formação de acordo com o uso da força e da repressão.

Alain e Pruvost (2011) afirmam que há nessa socialização policial iniciada nas escolas de formação dois movimentos, o primeiro é centrífugo com a conversão ao *metier*, pela aprendizagem do “conhecer os culpados” e dos “trabalhos sujos”, criando a solidariedade de corpo, que pode se converter em corporativismo, e reforçando o grupo de pares. O outro movimento é centrípeto, onde os novos recrutas aprendem os posicionamentos de saber-fazer e de discriminação interna. Quando formado, o policial se vê numa relação assimétrica e hierárquica com os cidadãos, naquilo que se denomina “segredo profissional”.

Essa socialização desenvolvida na escola pode ser desqualificada por sua dimensão teórica quando ligada à “verdade” prática (MOREAU DE BELLAING, 2010).

O mundo profissional não é homogêneo. Existem grupos ou subgrupos profissionais que desenvolvem camaradagem entre si, signos distintivos e truques que permitem escapar para as “salas de trabalho”, inerente a todo *metier*, que decide a baixa e a alta hierarquia profissional. Instauram-se os círculos de irmandade de pares que se beneficiam de uma socialização integradora e de trabalhadores isolados, postos de lado, discriminados, que veem seu status profissional desacreditado por, entre outras características, filiação de sexo ou etnia (HUGHES, 1996) e de turma de formação na escola de polícia.

Ao longo da carreira, essa socialização varia de acordo com o objeto de conquista ou perda, como no caso de: 1) designação para um local reputado; 2) um bom posto de trabalho; 3) acesso às fileiras e postos ou graduações superiores. Ou mesmo, no caso de: 1) punições disciplinares onde o punido se sinta injustiçado; 2) sistemas de promoção que não favoreça a meritocracia; 3) relação interpessoal afetada negativamente com subordinados, pares e superiores, 4) designação para local de

trabalho à revelia do designado; 5) continuidade com vínculo com instituições exteriores ao ambiente (universidade, igrejas, clubes de serviços, etc.).

Para Hughes (1996) a socialização deve ser ligada à evolução profissional em termos de missão, das técnicas e da habilitação jurídica, a cujos parâmetros os policiais devem se ajustar. Esse processo é dinâmico, mas apresenta resultados descontínuos e tem na mobilidade sua mola propulsora. Destacamos como exemplo de preocupação nessa socialização: o estudo das leis em matéria criminal; a promoção de graduação ou posto; a designação para local de prestígio; o retorno para sua região de origem; a busca de um lugar tranquilo para “envelhecer”; a ajuda aos colegas.

Importante frisar que os elementos macroestruturais e hierárquicos não conduzem uma redefinição permanente das normas organizacionais, apenas constituem arenas mais ou menos organizadas, pois todos os segmentos não dispõem do mesmo poder de imposição de regras e missões prioritárias (STRAUSS, 1992).

Há grupos dominantes, até mesmo hegemônicos, que têm peso na socialização dos novos recrutas e na imposição das regras profissionais. Cada seguimento, cada posto de trabalho, corresponde a uma combinação de status privilegiado que conduz a criação de culturas profissionais e de sociabilidades dominantes que determinam o perfil dos novos recrutas e produzem um efeito de modelagem.

Os estudos anglo-saxões e canadenses dos anos 60 e 70 foram os pioneiros na tentativa de compreensão da socialização policial, identificando estereótipos fortes dentro dessa cultura própria (ou subcultura) como a lei do silêncio, conformismo, homogeneidade dos grupos, abuso de poder, violência, ambivalência, autoritarismo, sexismo, racismo, etc. Algumas questões foram destacadas desses trabalhos, como: 1) Os policiais estão destinados a se formarem ou se converterem pela formação? 2) Se a socialização ocupacional é um jogo de regras preponderantes, a formação é central e qual o efeito da socialização anterior? 3) Existe uma cultura policial ou subcultura policial? Segundo Waddington (1994), o principal interesse das pesquisas eram a reforma do aparelho policial.

Em estudo longitudinal realizado no Departamento de Polícia de Nova Iorque, McNamara (1967) identificou uma clivagem entre o ensino realizado nas escolas de formação ocupacional e a prática cotidiana, onde a educação idealizada é diferente da

realidade das ruas. Há uma má utilização da polícia quanto aos aspectos de legalidade, além de recorrente utilização de soluções alternativas (ilegais), inatividade e apatia. Esse estudo identificou importante relação estabelecida entre os policiais supervisores e os policiais patrulheiros, onde os supervisores se encarregam das medidas disciplinares, do controle e das sanções, enquanto que os patrulheiros devem provar sua autonomia, encontrando-se imputados em todas as ações, sem nenhum recurso de acompanhamento ou validação e acentuada apatia. Ao final, MacNamara propõe uma “nova escola de polícia” onde haja proximidade entre teoria e prática e meios de aprendizagem mais realistas e concretos.

Em etnografias realizadas por Van Maanen (1970/ 1980) são identificados quatro estados no processo de socialização dos novos recrutas, sendo: 1) antecipação; 2) admissão; 3) reencontro com a organização; 4) metamorfose. Na antecipação, vista como uma fase inicial, não se tem a predominância de vocação, pois se trata de jovens originados das classes trabalhadoras em busca de emprego estável e remunerados. Na admissão, que envolve o recrutamento e a formação, há uma dura realidade disciplinar, onde se busca desenvolver uma solidariedade horizontal com os pares e fascinação pelos formadores. No reencontro com a organização ocorre o desenvolvimento de uma “visão de mundo do patrulheiro” que denigre a formação, resultando naquilo que Van Maanen denominou de metamorfose.

A socialização da polícia canadense (Ontário e Quebec) é estudada por Ericson (1982) na perspectiva do contato cotidiano e repetido com uma população em crise e a frequência das vítimas e criminosos. O autor chega à conclusão de que o tempo de trabalho do patrulheiro não serve muito para diminuir o crime, pois ele gasta muito tempo em patrulha (*brûler de l'essence*), antes de tomar qualquer iniciativa, sendo que as iniciativas observadas se referiam, frequentemente, aos “*dirty work*”, intervenções de difíceis resoluções e pouco valorizadas com uma população marginal de difícil controle, implicando em execução de tarefa burocrática para elaboração de boletins e formalidades, o que contribui para a perda de interesse dos policiais para as atividades de prevenção do crime. A preocupação da época era mensurar a produtividade para justificar os recursos para controle do crime.

Fielding (1988) estuda a polícia inglesa e apresenta duas socializações: 1) formal; 2) informal. A socialização formal se refere à formação ou integração

estruturada, enquanto que a socialização informal se dá através do contato com outros policiais e segundo a experiência. Fielding observou uma mudança de atitude por ligação ao metier e um impacto da socialização informal sobre a formal, mudando as percepções dos agentes. Os aspirantes são motivados por uma idealização do serviço policial associado a um serviço social. As vantagens do serviço policial estão nas variedades de intervenções e na relação respeitosa com a população, também, pelo fato de existir elementos ligados às condições de trabalho como carreira, segurança no emprego e salário. Há uma crença na regulação da criminalidade simplesmente com a persuasão e comunicação. Algumas mudanças podem ser destacadas como a modificação do círculo de amigos, após ingresso na organização; influência dos instrutores que compartilham experiências pessoais com os aspirantes; reação dos aspirantes diante de aspectos menos interessantes, como a aprendizagem da “*papera*”, o contraste com a lei e a antecipação do conflito. Com isso o idealismo inicial se transforma pouco a pouco, deixando uma forma de cinismo e de apatia ligar-se ao metier. Como conclusão Fielding afirma que a aprendizagem deve ser mais próxima da realidade com simulações e reprodução das situações; os instrutores devem ser focados para minimizar a distorção e a formação é a maneira mais direta e intensiva de influenciar os aspirantes.

Chan, Devery e Doran (2003), como Fielding e Van Maanen, realizaram estudo longitudinal na Austrália (Nova Gales do Sul), desenvolvido em cinco (5) fases durante dois (2) anos. A perspectiva empregada foi Bourdieusiana com entrevistas, questionário e observação. Grandes modificações de atitudes foram observadas ao longo da carreira, como no caso da desilusão e do cinismo, bem como, no choque ocasionado pela falta de respeito do público e pelo pouco lugar ocupado pela ação policial em relação ao trabalho administrativo. Os policiais sabem diferenciar as boas das más práticas, mas são incapazes de resistir às pressões dos pares em caso de disfunção grave.

É impensável estudos sobre socialização policial sem mencionar Dominique Monjardet, pesquisador francês que ao longo de sua vida se dedicou à compreensão desse fenômeno, realizando diversas enquetes com os policiais franceses. Importante destacar que antes de Monjardet (1993, 1996, 1999 e 2003) houve um reconhecido trabalho organizado pelo Governo Francês, conhecido por “Interface”, no ano de 1982, onde a socialização policial foi estudada através de entrevistas e observações para estudo da situação e sustentação das mudanças implementadas pela chegada da

Esquerda francesa ao poder. Ao todo, 110.000 (cento e dez mil) policiais foram interrogados com 70.508 (setenta mil e quinhentos e oito) questionários respondidos, mas como a base de dados dessa pesquisa não foi localizada nos arquivos do Ministério do Interior não pode ser comparada com os trabalhos desenvolvidos por Monjardet posteriormente.

O projeto “Interface” desenvolveu questões clássicas que se referem às motivações, aos valores e as concepções sobre o *métier*. A partir de três pares de clivagens – 1) eixo abertura – fechamento; 2) eixo satisfação – insatisfação; 3) eixo regulamentarismo – negociação; foram procedidas análises fatoriais correspondentes e o cálculo de pontos que permitiu observar os critérios de idade (os policiais mais jovens são mais insatisfeitos e são mais regulamentaristas); de graduação (quanto mais alta a graduação, mais satisfeito e mais negociador é o policial); de zona geográfica (os policiais das médias e pequenas cidades são mais satisfeitos, mais abertos e menos regulamentaristas) e de sexo (as mulheres têm uma tendência mais forte ao fechamento, mas elas são mais negociadoras).

Dez anos mais tarde, Monjardet e Gorgeon renovaram a enquete “Interface”, repetindo algumas questões, com a intenção de observar se a socialização profissional era homogênea, durante a formação e depois. A enquete foi batizada de “Cohorte” e durou dez anos (1992 – 2002). Dois (2) questionários foram distribuídos no início e no fim da formação inicial (1992); um (1) questionário foi entregue no momento da titularização; um (1) questionário entregue alguns anos depois, denominado de “a banalização” e um último questionário foi entregue dez (10) anos depois (2002), possibilitando estabelecer a “cristalização” das concepções observadas no *metier* policial (MONJARDET e GORGEON, 1992, 1993, 1999, 2003).

As questões apresentadas eram sociodemográficas e se referiam à vocação, à visão da formação inicial e continuada; a ligação ao *metier*; a representação dos papéis policiais; a imagem da polícia e sua ligação com a população e a atitude dos policiais em atenção à lei.

A guisa de conclusão, Monjardet e Gorgeon informaram que o trabalho policial é mais tempo ditado pelas atitudes pessoais pré-existentes que pela experiência

profissional e sua socialização na organização não ocorre, em geral, como uma evolução linear onde o sujeito seja cada vez mais policial.

Eles empregaram dois (2) eixos de análise – 1) abertura/ fechamento; 2) legalismo/ ilegalismo – com identificação de cinco tipos de comportamentos: 1) legalistas abertos; 2) legalistas fechados; 3) ilegalistas abertos; 4) ilegalistas fechados; 5) meio termo. O problema da pesquisa foi a perda do efetivo ao longo dos anos, o que fez a representação do grupo perder em significação.

Podemos dizer, em razão do que foi apresentado até aqui, que as socializações interferem nas ações dos agentes de segurança pública, muito mais do que alegam os defensores de um sistema autônomo agindo sobre a vontade desses agentes, compelindo sempre para o retorno ao panóptico absoluto em nome do “Leviatã Azul”¹⁹.

Não podemos desprezar os sujeitos como se estes não pudessem se opor ou se rebelar contra algumas lógicas dos sistemas que tentam colonizar a todo custo a personalidade deles. Ainda, mesmo aqueles que sucumbem aos encantos e imposições do sistema têm seus motivos que, também, devem ser levados em consideração, mesmo que em perspectiva do individualismo metodológico ou de uma escolha racional.

O resultado da socialização dos agentes de segurança pública no Brasil é um senso prático retratado em diversas obras e temporalidades históricas que merecem destaque por traçar uma historicidade da polícia brasileira como organização. Observamos um atraso nas pesquisas acadêmicas sobre a socialização policial, mas podemos apontar relatos da vida cotidiana policial em obras com outras perspectivas, como é o caso de Barcellos (1997), que no seu livro “*Rota 66: a história da polícia que mata*”, identificado com o jornalismo investigativo, nos traz uma ideia do senso prático decorrente de socialização policial vivenciada no seu cotidiano, onde a cultura de rua ganha destaque na ação policial, encarnada de maneira cruel e nefasta, demonstrando a resistência ao reconhecimento intersubjetivo nas ações desencadeadas por grupo de elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Só um trabalho de investigação científica para compreender se essa narrativa perdura materialmente, e, no nosso caso, entendemos que o essencial é a compreensão não só do momento *de per*

¹⁹ Termo que se refere ao tema do homônimo argentino “El Leviatán Azul”, obra de Marcelo Sain (2008) que aborda compreensão sobre a polícia argentina.

si como também daquele que antecede a prática policial, ou seja, a socialização ofertada nas academias de polícias, pois dessa forma poderemos compreender como tais esquemas de ação são incorporados.

Poncioni (2005), no artigo: “*O modelo profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro*”, aborda os currículos dos cursos de formação ocupacional da polícia militar e da polícia judiciária civil do Estado do Rio de Janeiro. A autora menciona que existem duas etapas na socialização organizacional (socialização secundária), sendo que a primeira etapa se consubstancia de maneira formal com o aprendizado de conhecimentos e habilidades técnicas, enquanto que a segunda etapa se dá no cotidiano da organização policial. Existe o aspecto formal de valores e normas profissionais convivendo com valores e crenças sobre a profissão e do que é “ser policial”. A autora aponta algumas fragilidades no processo de socialização das duas instituições como o sistema de recrutamento e seleção de recursos humanos e a estruturação dos cursos de formação ocupacional. As dimensões do conhecimento necessárias ao exercício ocupacional são apreendidas de maneiras distintas pelos diversos segmentos e escalões que compõem as organizações, ainda, há uma variação no conteúdo das disciplinas ministradas nos cursos de formação e extensão, mas o conteúdo simbólico do “fazer profissional” não sofre muita diferenciação, o que contribui para a reprodução daquilo que a autora denominou de “modelo policial profissional tradicional”.

Albuquerque & Machado (2001) estudaram a socialização na polícia militar da Bahia, descrevendo no artigo “*Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar*” a Jornada de Instrução Militar (JIM) realizada no curso de formação de oficiais, sobretudo o treinamento ofertado aos aspirantes a oficiais de maneira conflituosa, pois pressionado pelo caráter militar e pelas exigências democráticas, onde o culto aos ritos permanece em diversos níveis como forma de boicote e resistência às mudanças curriculares sugeridas. Parte da imagem simbólica construída pela polícia militar vem da absorção do imaginário *selvático* do Exército Brasileiro (EB) já que a organização policial é desprovida de elemento mítico, o que resulta em imitação de práticas de instrução observadas no EB, para sacramento do “espírito de Marte” que vê inimigos em todos os lugares. É dessa forma que se sacraliza a hierarquia na polícia militar, resignificando valores e percepções do mundo da *polis* pelos policiais imersos na “*lei da selva*”.

Em “*Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*”, Livio Sansone (2002) realiza um estudo antropológico onde ele observa a organização policial militar carioca como espaço de possibilidade de mobilidade social do negro, correlacionando “raça”, classe e os discursos produzidos a respeito do tema. As atitudes desenvolvidas pelos afrodescendentes dentro da organização desafiam a quem pensa a negritude como etnicidade inocente. O emprego de uniforme é uma força usada como saída da pobreza pelos afro-brasileiros (a exemplo do que aconteceu na Marinha no período escravista e pós-abolição), sendo a representação dos negros na polícia militar majoritária, o que de fato possibilita uma mobilidade social, mas, em contrapartida, gera uma dependência a esses postos de serviço no Estado, o que acaba por estabelecer uma relação clientelista. Dessa relação o autor apontou um grande paradoxo que é o fato de a polícia se constituir majoritariamente, no seu público interno e no seu público alvo, por negros que se relacionam na condição de oponentes, polícia – “criminosos”. Ainda, a considerável parcela de negros no alto comando da PM se explica pelas maiores oportunidades ofertadas à população branca no Rio de Janeiro que não identifica na carreira policial algo desejável. O discurso da igualdade racial depende da posição hierárquica de quem fala, havendo uma linha que segue na perspectiva de possibilidade de realização de um sonho de ascendência social e outra linha de submissão dos pobres através do equilíbrio e da harmonia institucional, o que renova o discurso da democracia racial. Os negros têm uma sensação de proteção na organização policial militar em razão das regras internas mais vinculadas à hierarquia e disciplina do que à cor. O racismo interno é visto como exceção, pois a concepção que se tem é de que “não existe cor” dentro da Força, ou melhor, a cor é “azul” (a mesma do uniforme), no entanto, o autor conclui que a “raça” é subsumida em outros fatores, como a classe, o *status* e as patentes, o que não deixa espaço para formação da identidade negra.

Tavares dos Santos (2009, p. 71-114), descreve as diversas faces da socialização policial, desde a formação da organização policial e do trabalho desenvolvido pelas polícias, passando pela crise institucional das polícias brasileiras, os tipos de polícia em disputa, até a questão policial. As debilidades do ensino policial são apontadas, bem como as experiências inovadoras, o que resulta em um processo não-linear na educação policial.

Há muitas possibilidades no arranjo da compreensão da socialização desenvolvida nos órgãos de segurança pública, mas de uma forma geral o resultado dessa socialização é retratado nos serviços policiais, os quais, para efeitos didáticos, são divididos em: a) ação de gestão administrativa; b) ação operacional; c) ação investigativa; d) ação cívico-social; e) rituais; e f) ação de ensino e de treinamento policial.

A **ação de gestão administrativa** consiste na economia e gestão dos recursos humanos e materiais das organizações policiais, com divisão nos seguintes níveis: a) estratégico; b) tático; e c) operacional. As políticas macro-organizacionais, precedidas por estudos e planos, se desenvolvem no nível estratégico onde são delineadas as metas e objetivos da organização, ou seja, o funcionamento do órgão e sua política de pessoal são pensadas neste nível conhecido como “a cúpula da segurança pública”, normalmente integrado por oficiais superiores (coronéis, tenente-coronéis e majores), caso policial-militar, e por delegados, no caso da polícia civil. A conformação dos planos e metas delineados no nível estratégico será feita pelo nível tático que estabelece as metas para as circunscrições e unidades policiais, com especificação dos procedimentos utilizados e determinação do foco das ações. A gestão administrativa operacional é aquela que vai tratar diretamente da ação policial na comunidade; é nesse nível que, em tese, se deveria colocar em prática tudo o que foi pensado nos níveis estratégicos e táticos, convertendo em *práxis* os planos e metas.

A **ação operacional** é aquela desencadeada pelas organizações policiais em cumprimento de suas competências legais, passando pelos **aspectos preventivos**, o que na perspectiva de uma polícia cidadã (de proximidade) envolve todos os órgãos policiais, com várias modalidades (patrulhamento, permanência, diligência e escolta), processos (a pé, motorizado, em embarcação, em bicicleta, aéreo e montado) e tipos (rodoviário, trânsito, geral, ambiental, guardas, outros); pelo **atendimento a conflitos interpessoais** que não configurem delitos, conhecidos como ocorrência de desinteligência; e pelos **aspectos repressivos**, via de regra para restaurar a “harmonia social” e muitas das vezes com o uso da força pela polícia, como no caso de resolução de crise que não configure crime, no caso da lavratura de termo circunstanciado quando os crimes são de menor potencial ofensivo, e no caso de prisão em flagrante. Ainda, incluímos na ação operacional as medidas judiciais que devem ser executadas pela polícia, como no caso de prisões decretadas pelo Judiciário e acompanhamento aos

oficiais de justiça para cumprimento de mandado de busca e apreensão, reintegração de posse, entre algumas medidas judiciais possíveis.

A **ação investigativa** é desenvolvida pelas organizações em forma de **repressão** ou de **investigação criminal**. Repressivamente consideramos os casos da lavratura do auto de prisão em flagrante delito como ação investigativa, uma vez que este procedimento exige o preenchimento de requisitos legais que passam por análise da materialidade e das circunstâncias do fato pela autoridade de polícia judicial civil ou militar²⁰, mesmo que em caráter preliminar e superficial. Já a investigação criminal propriamente dita é aquela que as organizações policiais desenvolvem através de mecanismos e técnicas próprias para obtenção da materialidade e da autoria de fato criminoso, o que pode se dar posteriormente à prisão em flagrante através de diligências para justificação e fundamentação do ato e, também, no caso da instauração do inquérito policial (IP) ou de inquérito policial militar (IPM). Agora, temos que destacar que nosso sistema de segurança pública é único e se desenvolveu de maneira segmentada, fracionando atribuições que normalmente em outros países pertencem a um único órgão. “A polícia militar após a realização de prisões deve obrigatoriamente conduzir os suspeitos²¹ e entregá-los para a polícia judiciária civil, a qual formaliza os procedimentos investigatórios e cerceativos de liberdade” (RONDON FILHO, 2011, p. 86).

A **ação cívico-social** (ACISO) está relacionada com medidas de proteção social e visam ao restabelecimento dos laços de solidariedade comunitários e fortalecimento da cidadania. Normalmente são ações conjuntas com outros órgãos e ofertam atividades lúdicas às populações de áreas vulneráveis, além de realização de serviços médico-odontológicos, expedição de carteiras de identidade, carteira de trabalho e previdência social, certidão de nascimento, cortes de cabelo, manicure e pedicure, entre alguns dos serviços oferecidos. Todas essas ações não são vistas como ações de polícia, mas as considero como uma volta às origens ao sentido da polícia,

²⁰ A autoridade de polícia judiciária militar (Art. 7º do CPPM) só atua em caso de ocorrência de crime propriamente ou impropriamente militar, nos termos da Constituição Federal e dos Códigos Penal e Processual Penal Militar (CPM e CPPM).

²¹ “Suspeitos” porque vigora no ordenamento constitucional brasileiro o princípio da presunção de inocência onde ninguém pode ser considerado culpado antes da sentença condenatória transitar em julgado, ou seja, a culpa só se concretiza quando não haver mais possibilidade de recurso jurídico para o réu.

muito além de sua visão restritiva imposta pela modernidade. A ACISO é doutrina militar e, talvez por isso, muitas organizações policiais não usem mais essa nomenclatura, embora continuem realizando as mesmas ações, inclusive via programas governamentais.

Os **rituais** foram considerados serviços policiais porque vinculam a presença dos integrantes e demandam um treinamento antecipado com dispêndio de energia. Podem ser militares ou civis e fazem parte do cotidiano e do calendário de comemorações e festividades que marcam uma apologia ao civismo e ao patriotismo e alguns ritos de passagens. São exemplos de rituais as formaturas diárias nos quartéis da polícia militar, as formaturas de entrega de espadins nas academias de polícias militares, formatura em comemoração ao patrono das polícias (Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”), formatura por conclusão de cursos de formação ocupacional ou de especialização, entrega de medalhas e certificados de reconhecimento e mérito a personalidades civis, militares ou eclesiásticas que de maneira direta ou indireta se relacionam politicamente com as organizações. Podem integrar os “ritos de passagem”, mas, também, podem não constituirlos de maneira própria quando vistos como serviços.

A **ação de ensino e treinamento policial** integram os serviços na medida em que muitos policiais são designados ou convidados para serem instrutores ou professores nas academias e centros de formação e desempenham tais papéis com reflexo direto na formação dos futuros policiais. Algumas disciplinas se revestem de caráter técnico policial, o que vincula o ensino ou o treinamento à condição policial do instrutor ou professor. Muitas dessas instruções são convertidas em ritos de passagem, como no caso dos campos onde são realizados os testes de resistência física e psicológica. Tais ações fazem parte da socialização formal e informal da socialização encontrada nos cursos de formação ou de qualificação; são instrumentos poderosos na construção da honra militar.

A forma como esses serviços são materializados é resultado da socialização ofertada aos agentes de segurança pública que se (re) significa em uma dobra constante e num espiral permanente. A ação operacional é o centro das críticas, sejam elas positivas ou negativas, pois que é nessa ação que se manifesta o resultado mais visível da socialização materializada nas organizações de segurança pública. Há outro aspecto interessante e que permeia o senso comum como no caso de ex-policiais que se

envolvem em ocorrências negativas e de repercussão, onde a ocupação atual (muitas vezes o indivíduo está afastado há décadas da organização) se evapora restando somente o título de ex-policial, como se ainda o fosse, o que marca e interroga as disposições incorporadas durante a socialização vivida na organização policial.

As socializações se materializam em diversos espaços sociais e, como não poderia ser diferente, também nas organizações de segurança pública. Após a exposição das várias pesquisas realizadas sobre o tema, temos como esboço o quadro seguinte que apresenta de maneira sintética as fases ou os tipos de socialização policial possíveis de serem observadas, não dispensando outros tipos de arranjos.

SOCIALIZAÇÃO POLICIAL	
PERSPECTIVA DAS FASES OU TIPOS	AUTOR
1 - Esfera privada absorvida. 2 - Despersonalização 3 - Conversão quase-religiosa 4 - Passagem para o outro lado do espelho	Hughes (1996)
1- Ensino X Prática 2- Educação idealizada ≠ Realidade	McNamara (1967)
1- Antecipação 2- Admissão e formação (fase inicial) 3- Reencontro com a organização 4-Metamorfose (fase final)	Maanen (1970/ 1980)
- Contato cotidiano / repetido	Ericson (1982)
1- Formal 2- Informal	Fielding (1988) Poncioni (2005)
1- Formação 2- Afetação	Chan, Devery e Doran (2003)
1- Início e fim da formação inicial 2- Titularização 3- Banalização 4- Cristalização	Monjardet e Gorgeon (1992, 1993, 2002).

Quadro 5: Socialização policial

É óbvio que as espacialidades e as temporalidades das pesquisas influenciaram nos objetivos e na forma de compreensão, mas podemos lançar como desafio um empreendimento transversal que procure entrelaçar os estudos realizados, tomando como base a proposta de Monjardet e Gorgeon (1992, 1993, 2002).

SOCIALIZAÇÃO POLICIAL		Chan, Devery e Doran (2003)	Fielding (1988) Poncioni (2005)	Ericson (1982)	McNamara (1967)	Hughes (1996)	Maanen (1970/ 1980)	Monjardet e Gorgeon (1992, 1993, 2002).
							1- Antecipação	
		1- Formação	1- Formal		1- Ensino X Prática	1 - Esfera privada absorvida.	2- Admissão e formação (fase inicial)	1- Início e fim da formação inicial
			2- Informal		2- Educação idealizada X Realidade	2 - Despersonalização	3- Reencontro com a organização	2- Titularização
				Contato cotidiano / repetido		3 - Conversão quase-religiosa	4- Metamorfose (fase final)	3- Banalização
						4- Passagem para o outro lado do espelho	4- Cristalização	2- Afetação

Quadro 6: Socialização policial comparada

Ressalva deve ser feita quanto à especificidade das organizações de segurança pública no Brasil com estatuto militar, onde o fator tempo é valorizado pela modalidade de internato durante a formação de oficiais e de breve período na formação das praças que funciona como uma barreira ao mundo exterior para que o agente se amolde aos objetivos e missões da organização, incorporando disposições que serão acionadas nos contextos dos serviços policiais com identificação das fases propostas nos trabalhos de Monjardet e Gorgeon (1992, 1993, 2002); Van Maanen (1972, 1974 e 1978) e Hughes

(1997). A forma como essas socializações são materializadas podem se dar de maneira formal ou informal (formação ou afetação) como propuseram Fielding (1988), Poncioni (2005) e Chan, Devery e Doran (2003), o que contrapõe o ensino com a prática e a educação idealizada versus a realidade, observada no cotidiano policial e em seus contatos realizados de acordo com os trabalhos de Macnamara (1967), Ericson (1982) e Tavares dos Santos (2009).

No caso desta tese, a socialização é compreendida a partir das percepções dos policiais militares participantes dos grupos focais e das entrevistas, bem como, das observações realizadas nas polícias militares dos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, com a intenção de tessitura dos laços que a vinculam aos atos de desrespeitos e os atos de reconhecimento vivenciados pelos policiais militares e as possíveis interferências dessa tensão nas disposições incorporadas que podem aflorar durante o senso prático policial. Para essa empreitada necessário se faz uma compreensão da polícia militar como organização, pois é nela que os sujeitos ingressam e se submetem à socialização secundária, passo que damos no capítulo seguinte.

4 DAS ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Antes de adentrarmos especificamente no tema “organização”, gostaríamos de justificar porque resolvemos não trilhar, mas apresentar a visão neofuncionalista sobre as organizações de segurança pública, até porque o tema desta tese, na linha da Sociologia da Polícia e da Sociologia Crítica, aborda de maneira fragmentária, caótica e decomposta a questão da socialização dos agentes de segurança pública que, em nossa opinião, vai além dos conflitos e se descola das noções sistêmicas e, por vezes, da noção de atores. As subjetividades e a celeridade da atual dinâmica social nos obrigam a uma ampliação do quadro de compreensão e trânsito tanto nas teorias do conflito como nas teorias sistêmicas.

Esclarecemos que não tomaremos neste capítulo o sentido de segurança pública tomado no segundo capítulo, mas a consideraremos como organização estatal que cumpre um papel específico. A polícia como organização integra as dimensões necessárias para compreensão das relações policiais (MONJARDET, 2012, p. 208).

As sociedades modernas dão destaque especial às organizações que em sua complexidade interferem no contexto social. Os cidadãos, em sua maioria, são concebidos em hospitais, recebem educação escolar, participam da política e da religião, são fiscalizados pela polícia, etc.; em resumo, a satisfação do indivíduo, em aspectos social, cultural e material, está ligada umbilicalmente às organizações que cumprem papéis sociais.

Parsons (1973, p. 43) compreende como organização o “(...) amplo tipo de coletividade que passou a ocupar lugar de particular importância nas modernas sociedades industriais, ao tipo a que se aplica com muita frequência o termo ‘burocracia’”. Por sua vez, Selznick (1973, p. 42) vê a organização como sistemas cooperativos, estruturados socialmente dentro de uma adaptabilidade e integrada por indivíduos que se interagem em subgrupos e relações não formais e convencionais. Para Parsons a família seria uma organização parcial da mesma forma que grupos parentais, ao contrário do que pensam os antropólogos ao estudarem a ‘organização social’. Nesse sentido, teríamos que considerar como organização apenas aquelas racionalmente estruturadas e com objetivos bem específicos.

Abrimos um parêntese para advertir quanto ao emprego do léxico ‘organização’ como categoria de análise sociológica, pois alguns teóricos, como Howard Becker e Erving Goffman, preferem a nomenclatura ‘instituição’ quando se referem a mesma categoria de unidades sociais. Em razão de estudarmos a tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos vividos pelos agentes de segurança pública durante a socialização desenvolvida nos órgãos de formação ocupacional e, também, no cotidiano policial, preferimos nominar a categoria citada como sendo uma ‘organização’ em virtude do precursor estudo de Morris Janowitz que vê como organização o sistema militar (ETZIONI, 1973, p. 13). A ideia de que o sistema militar é a maneira mais eficiente de se gerir uma sociedade é conhecida por militarismo, marcado pela castração e sujeição dos sujeitos insertos nesse “universo” particular e antagônico ao mundo da *polis*. Esse procedimento foi adotado em virtude de a segurança pública brasileira ter uma organização militar atuando no exercício da polícia ostensiva, o que gera uma tensão entre a natureza do órgão (militar) e a natureza da função policial (civil). Segundo Cepik (2003), “as organizações seriam os jogadores, enquanto as instituições seriam as regras do jogo (formais e informais)”.

A organização como unidade racional tem objetivos. Primeiramente a coordenação de suas atividades para, em seguida, buscar manter “(...) a integração social, as responsabilidades normativas dos participantes e sua motivação para participação” (ETZIONI, 1973, p. 15).

A organização policial-militar, como modelo burocrático, adota modelos de decisão que interferem em como o indivíduo transita em seu interior, criando de maneira particular uma política movida por conflitos, quase sempre resolvida por atos de desrespeitos.

Weber teorizou no campo da política de maneira a formular categorias que se consagraram em solidez nas Ciências Sociais, como é o caso da *política*, vertida em duas acepções na sua concepção, sendo uma ampla e outra restrita. A liderança que não depende de ação estaria imbricada no conceito amplo de política, já a liderança exercida no Estado²² se enquadraria na política em caráter restrito.

²² Estado, para Weber é “(...) uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território” (TRAGTENBERG, 1997, p. 14).

O caráter restrito de política caminha, por assim dizer, no “fio da navalha”, pois se vinculada quase que exclusivamente a uma ética de consciência, onde os limites podem ser ultrapassados em nome de interesses privados com ações que resultem em possíveis atos de desrespeitos.

Ao tentar compreender o Estado, Weber chega aos elementos autoridade e legitimidade, pois a existência daquele (Estado) depende da obediência à autoridade pela população e, por sua vez, o exercício do poder passa pela legitimidade da autoridade.

Segundo Weber (1973, p. 17) “autoridade significa a probabilidade de que um comando ou ordem específica seja obedecido”. A motivação da obediência é variada e pode se dar por mero interesse²³, hábito²⁴ ou afeição²⁵. No caso das organizações militares dois componentes fundamentais relacionados à obediência não podem ser desprezados que são a hierarquia e a disciplina, fundamentos do princípio da honra militar.

As relações de autoridades nas organizações burocráticas são analisadas pelos opostos: pessoal – impessoal; rotina – não rotina; instabilidade – estabilidade; abertura – fechamento e; pelo conjunto de interesses – autoridade. Abrimos um parêntese para adicionarmos a esses pares a tensão desrespeito – reconhecimento, centro de compreensão desta tese. Weber propôs três tipos básicos de autoridade: a) a tradicional (puramente afetiva); b) a carismática (utilitarista) e; c) a racional-legal (racional).

No tipo tradicional de autoridade vale a crença fundada no passado e determinante de uma santidade, da ordem social e suas prerrogativas. O ‘senhor’ é o comandante e seu domínio se dá pela devoção. A simpatia ou a antipatia interferem no domínio que pode ser exercido com arbitrariedade ou por favores. Sua estrutura é patriarcal com submissão e dependência total do ‘*staff*’ ao ‘senhor’, que é soberano em suas ações pela inexistência de dispositivos de proteção contra arbitrariedades. As inter-

²³ A conveniência calculada do indivíduo.

²⁴ É o costume advindo de uma rotina que acaba por interferir no comportamento.

²⁵ É o imperativo da personalidade

relações são regidas pela tradição, pelos privilégios, pelas alianças, pela posição e pela ‘boa vontade’. (WEBER, 1973, p. 20-21).

A autoridade tradicional tem sua legitimidade na prévia existência desse modelo fundado fundamentalmente na tradição. O *status* define a ação da autoridade balizada na tradição e na autoridade supra-hierárquica do sistema de organização. A pessoalidade impera nessa relação. Os poderes são considerados como *graça* variante em seus critérios. O público se mistura com o privado. O *status* é total com uma integração dos papéis. Weber apresenta a seguinte subclassificação para a autoridade tradicional: a) gerontocracia e b) patriarcalismo. Nos dois casos a autoridade é dependente do corpo administrativo que possui regramento fixado pela tradição que define o *status* e as funções. Na versão patrimonialista o “chefe” possui amplas prerrogativas que tendem à emancipação do controle imposto pela tradição.

Weber (1973, p. 23) diz que “a autoridade carismática baseia-se na devoção afetiva e pessoal dos seguidores do ‘senhor’ e nas dádivas de sua graça (carisma). Compreende habilidades mágicas especiais, revelações de heroísmo, poder mental e de locução”. A demagogia é característica do tipo puro carismático que tem na pessoalidade o fundamento de obediência pouco importando a posição ou a dignidade de investidura. A seleção dos quadros se dá pelo carisma e pela devoção. A qualificação não é levada em consideração. A fé obrigatória no líder, se descumprida, é motivo de punição e o ‘senhor’ do carisma tem que provar sua ‘missão divina’.

A dominação carismática foge à legitimidade e à institucionalização. A revolução é característica do líder que se posta como salvador da sociedade que o reconhece na legitimidade de atuação e se converte em lealdade estritamente pessoal. Sua estabilização é traumática e normalmente abala a estrutura da ordem anterior.

A burocracia é o tipo puro da autoridade legal. A administração burocrática é um campo fértil para o êxito da dominação, fundada na imposição de regras e na racionalidade instrumental. A eficiência deste tipo de administração, em linhas weberianas, tem sua burocracia analisada pelos seguintes aspectos: a) sua

universalidade histórica de maneira globalizada²⁶; b) como ela é vista pela sociologia da dominação²⁷ e; c) sua organização interna²⁸.

A autoridade racional-legal domina pelas regras legitimadas e pelas competências ordenadas. Sua organização em corpo administrativo se converte em estrutura burocrática, cuja autoridade é impessoal e universalista.

A estrutura de poder é quase judicial; peritos treinados administram em um todo hierarquizado cuja relação entre posição e poder configuram a burocracia.

Porto (2000, p. 314) diz que é o racionalismo burocrático que determina a competência das organizações e institui por lei os procedimentos de mediação Estado – sociedade, sendo que estes devem gozar de legitimidade. Aqui reside o primado da lei, ou seja, as pessoas devem obediência fiel à lei e não aos seus feitores (da lei); quando falamos pessoas, incluímos neste rol, inclusive, as próprias autoridades. Exige-se, portanto, de quem comanda a ‘competência’ ou ‘jurisdição’, legitimada pela promulgação.

A especialização marca o funcionalismo burocrático onde os proventos são devidos pela posição ocupada e não pelo que o especialista produz. A impessoalidade impera nas relações e nas condutas. Se as regras falharem entra em cena a conveniência levantada pró-burocracia. O rígido código de conduta estrutura as funções hierarquicamente e fundamenta a disciplina da organização (WEBER, 1973, p. 18-19).

O homem submetido a essas regras racionais burocráticas que organizam o sistema formal é visto como uma peça que cumpre sua função de maneira cooperativa, porém, nessa perspectiva ocorre uma despersonalização que sofre uma resistência através do excesso aos limites impostos segmentariamente. As formalidades não dão conta de um exercício de controle total e podem falhar diante de modificações, por exemplo, as ocasionadas pela personalidade do indivíduo que tem consigo hábitos e compromissos extra organização. (SELZNICK, 1973, p. 33).

²⁶ “Burocracia patrimonial *versus* serviço público moderno”. (SCHLUCHTER, 2000, p. 89)

²⁷ “Dominação política *versus* dominação burocrática”. *Idem*.

²⁸ “Princípio hierárquico-burocrático *versus* princípio democrático não vocacional”. *Ibidem*.

Segundo Hopkins (1973, p. 90), Chester I. Barnard entende que essa configuração burocrática advém de processos de comunicação, usada para valorizar os indivíduos que decidem as temáticas mais importantes em linha descendente para aqueles que irão executar as determinações. Nessa linha, a legitimidade e a hierarquia não são tão centrais, pois os interesses individuais prevalecem. Enquanto Weber marca a burocracia com poder, hierarquia e legitimidade, Barnard a vê como tomada de decisões, comunicações e autointeresse racional. Hopkins (1973) propõe combinar essas duas concepções para uma análise mais apropriada da burocracia.

Assim, poderíamos dizer que a distribuição racional do trabalho gera o sistema de autoridade. As ações estão vinculadas a papéis e estes são diferenciados quanto à responsabilidade pelas ações desenvolvidas.

Uma unidade de posição mais elevada vincula-se a cada uma das unidades que lhe são imediatamente subordinadas, por um *status* comum: o *status* da posição mais alta em cada unidade subordinada é, ao mesmo tempo, um *status* inferior dentro da unidade superior. O conjunto destes *status* interligados constitui a camada (*stratum*) administrativa do grupo e são as atividades destes administradores que constituem o coração do sistema de autoridade. Pois, nos sistemas organizados burocraticamente, nem a elaboração de decisões quanto a diretrizes – que é tarefa específica do grupo dominante – nem os padrões de cumprimento (obediência) entre aqueles que apenas se sujeitam à autoridade (e que podem realizar quaisquer atividades dentro de uma variada gama) são centrais, como tais, em relação ao sistema de autoridade. (HOPKINS, 1973, p. 104).

Pensamos que nesse quadro, o agente vivencia uma tensão constante entre a possibilidade de se rebelar e a conformação. A autorrealização do agente depende diretamente de como ele se coloca nas relações com a organização e com a sociedade.

Schluchter (2000, p. 64) afirma que “(...) uma noção sociológica que compreende a personalidade como a consequência de uma tipificação comportamental resultante da natureza do sistema de valor e da forma pela qual as pessoas são socializadas” caminha ao lado de uma noção ética da personalidade que, por sua vez, se liga ao valorativo sistema da política institucionalizada.

Os conflitos são inevitáveis, principalmente quando entram em questão valores, variáveis de indivíduo para indivíduo e da organização para o indivíduo. A organização deve ser conhecida e compreendida nas modificações que sofre, como novas nomeações, reorganização ou aprovação de novas regras, pois tais alterações interferem diretamente na socialização de seus integrantes.

É óbvio que as relações políticas podem se consubstanciar em mescla dos tipos ideais, prevalecendo ora um ora outro tipo. O importante é compreendermos que as relações estabelecidas nas organizações ditas burocráticas são marcadas pelos tipos de dominação aqui apresentados ou resultantes do cruzamento deles, sem esquecermos que esses tipos são influenciados e influenciam a socialização dos indivíduos no âmbito das organizações.

A ação policial, por sua vez, sofre uma limitação normativa, atrelada a princípios e atributos que constituem o chamado “poder de polícia”. Quando a ação extrapola esses limites e se configurarem em atos de desrespeitos, temos ou abuso de autoridade²⁹ ou excesso de poder³⁰ ou ilegalismos. Ou seja, não podemos deixar de questionar as ações policiais que mesmo sob o crivo da lei e, portanto, consideradas legais, desrespeitam. Nessa perspectiva, podemos pensar em outra limitação, qual seja a subjetividade de cada policial.

Por outra perspectiva, a ação policial dentro da racionalidade burocrática pode ser vista como ação social. Cohn (2003, p. 26-27), em comentários às obras de Max Weber, aponta o papel da Sociologia como intérprete da ação social, vista em suas causas e efeitos. A ação social é compreendida, especificamente, como uma conduta onde o agente a associa a um sentido com significado. O sentido não é o objetivamente “correto”, mas aquele que envolve o *motivo*. A reconstrução do motivo leva à causa da ação e seu processo. O sentido é o objetivo da compreensão e não implica em conhecer os processos psicológicos dos agentes.

A compreensão da ação racional que consiste na mobilização de recursos de maneira consciente para se atingir uma meta passa pela “cadeia motivacional”. Segundo Selznick (1973, p. 35), a ação racional é devida tanto pela organização como pelo indivíduo que a forma.

“A personalidade, considerada como um sistema dinâmico de desejos que se entrecrocaram, impulsos e restrições, define um sistema de natureza essencial e ainda assim potencialmente deletério, em relação ao que poderia, ser imaginado como ‘economia de aprendizado’ ou para a ação individual racional” (*idem*, p. 35).

²⁹ **Abuso de autoridade** é crime e como tal deve ser rechaçado e punido severamente, pois aquele que detém o poder-dever de zelar pela incolumidade das pessoas não pode desrespeitar os Direitos Humanos.

³⁰ O **excesso de poder** acontece quando o agente pratica um ato que vai além de sua competência autorizada pela lei e pode ou não constituir-se em crime; também, deve ser evitado.

A ação racional da organização, é óbvio, visa uma meta advinda da relação entre as partes envolvidas externamente e o sistema. Assim, esta relação sofre uma maximização ou flexibilização em razão de determinadas condições, como, por exemplo, o custo de determinada operação que depende de orçamento ou uma situação política que seja encarada como obstáculo. Percebe-se nesse raciocínio que pode ocorrer uma fragilização da relação organização – sujeito com menosprezo deste último para atendimento de circunstâncias políticas, cujos interesses nem sempre correspondem ao reconhecimento dos direitos conquistados ou almejados, no caso desta tese, pelos agentes de segurança pública.

Ocorre uma integração de cargos e posições na hierarquia e estes demandam obrigações e privilégios, conforme a limitação prevista na normativa regente da organização, isto, visando aos propósitos desta. A autoridade é devida ao cargo e não à pessoa detentora do papel. As relações funcionam formalmente, mantendo as pessoas distantes umas das outras na tentativa de coibir conflitos. Busca-se a proteção dos lados envolvidos, ou seja, tanto o superior quanto o subordinado se interagem objetivamente de acordo com as regras, desprezando-se o impulso na ação. Essas regras, normalmente, são gerais e abstratas, o que categoriza os problemas e estes, por sua vez, são classificados de acordo com os critérios ditados pelos superiores (MERTON, 1973, p.58-59).

As atividades, racionalmente divididas, são obrigações do cargo e seu controle é feito regulamentarmente pelo sistema de punição e/ou recompensa. Os papéis, em tese, devem ser designados pelo perfil profissiográfico atrelado ao conhecimento técnico, através de processos de recrutamento e seleção impessoais e formais. O oficial burocrático ideal é indicado pelos superiores ou até mesmo selecionado em processo seletivo impessoal. (MERTON, 1973, p.58-59).

No caso das polícias militares os cargos são vinculados às patentes e às graduações, sendo as nomeações decorrentes da escolha pelo comando dentre os oficiais e praças que possuam a patente ou a graduação exigida para o cargo, o que nem sempre atende as habilidades e competências exigidas. Ainda, as relações internas estão disciplinadas em rígido Código Disciplinar que carece de efetiva reconfiguração para

acompanhamento da dinâmica social, em que pese as reformulações realizadas por algumas organizações policiais militares³¹.

A vitaliciedade é marca dos cargos burocráticos na ausência de perturbação da organização, ou seja, existe uma segurança vocacional potencializada pela burocracia.

A função da segurança da posse, pensões, salários majorados e processos regularizados para promoção visa assegurar o desempenho devotado dos encargos, sem considerar pressões externas. O mérito da burocracia é sua eficiência técnica, com um prêmio atribuído à precisão, rapidez, controle técnico, continuidade, discricção e rendimentos ideais resultantes da aplicação. A estrutura é de natureza tal que se aproxima da eliminação completa das relações personalizadas e considerações não racionais (hostilidade, ansiedade, envolvimento afetivo etc.) (*idem*).

Cahen-Salvador (1926, p. 319) afirma que a estima pela segurança é um dos indicativos da característica do pessoal que compõe a burocracia; no caso dos oficiais, principalmente, a segurança financeira (RONDON FILHO, 2011, p. 138-139).

A racionalização dos meios é marca presente na burocracia, o que propicia uma instrumentalização daqueles (meios) separando-os do homem que se vê aprisionado no aparato burocrático. A técnica empregada não é discutida publicamente, o que a livra quase na sua totalidade de controle externo e do controle social. Negativamente, quem critica mesmo que seja no uso público de sua razão sofre as medidas da “polícia de consciência”, pois a tradição militarista brasileira em vigor nas polícias militares impede a livre expressão de pensamento que tenha o condão de crítica negativa contra as medidas do comando, mesmo que haja fundamento em tal expressão. Normalmente, as críticas negativas, quando formuladas e ventiladas, são convertidas em questões de cunho pessoal e não entendidas como salutares para o crescimento e para a transformação organizacional. Quem critica negativamente passa a ser mal visto e, normalmente, envolto nas redes de fofocas estabelecidas no seio da caserna e difundidas nos “boletins de corredor” cujo interesse é a depreciação do “Eu” e rotulação do crítico como *outsider* (ELIAS e SCOTSON, 2000).

³¹ O Regulamento Disciplinar da Brigada Militar (BMRS) é aprovado pelo Decreto nº 43.245, de 19 de julho de 2004; o Regulamento Disciplinar da PMERJ é regulamentado pelo Decreto nº 6.579, de 05 de março de 1983 e o Regulamento Disciplinar da PMMT tem sua aprovação pelo Decreto nº 1.329, de 21 de abril de 1978.

Com todas essas características não seria anormal ocorrências discrepantes do ideal pretendido pelo aparelho burocrático, convertidas em disfunções, no dizer durkheimiano. Exemplificamos, a ‘incapacidade treinada’, a ‘psicose ocupacional’ e a ‘deformação profissional’, entre outras (MERTON, 1973, p. 60).

A ‘incapacidade treinada’ ocorre quando a habilidade da pessoa passa a ser problema para a burocracia, como a rotinização das ações que causa uma inadequação na medida em que as condições sejam diversas do treinamento. Merton (*idem*, p.61) cita o exemplo encontrado no título “*Permanence and Change*” de Kenneth Burke (N. York: New Republic, 1935, p. 50) onde o treinamento condicionante, à luz do behaviorismo, pode desaguar em processos errados.

A “incapacidade treinada” pode estar vinculada ao saber prático quando este é desvinculado do ensinar ou do treinar policial, transmitidos nas academias de polícia, pois há verdadeira resistência dos agentes de segurança pública *de rua* em exercer a *práxis* das academias de polícia.

A ‘psicose ocupacional’ é “um caráter acentuado da mente”, resultado da rotina ocupacional na organização, que origina processo de “preferências especiais, antipatias, discriminações e ênfases”. É fruto da cobrança organizacional. (DEWEY *apud* MERTON, 1973, p. 61).

Nunes & Souza (s.d.) em pesquisa realizada na Polícia Militar do Mato Grosso afirmam que a exposição dos agentes de segurança pública (policiais militares) aos riscos advindos da exacerbação da criminalidade, associados ao clima organizacional (alto rigor disciplinar), são relevantes quando analisadas as manifestações de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e outros problemas de saúde no grupo de policiais pesquisados. Os agentes alcoolistas têm quatro vezes mais chances de desenvolver DPM, sendo certo que o agente sujeito a uma carga de trabalho na atividade policial *de rua* é mais suscetível a tais distúrbios, o que pode gerar “banalização da morte e da violência”, além de refletir no seu desempenho funcional com baixa qualidade no serviço. Os autores sugerem medidas que atenuem as cargas negativas da ocupação policial para (re) conhecimento dos agentes de segurança pública. A ausência de descanso, a apatia na relação entre superiores e subordinados e o uso do álcool e de drogas são associados ao sofrimento psíquico do agente de segurança pública, o que

coloca esse quadro em oposição ao imaginário de invulnerabilidade do policial. A modernização e os avanços da organização policial militar passam pela saúde física e mental dos seus agentes que não podem ser negligenciados.

A ‘deformação profissional’ é fenômeno proposto por Warnotte, *apud* Merton (*idem*), refere-se à ação realizada pelo indivíduo e considerada em referência a padrões estabelecidos para obtenção do sucesso da organização dentro de uma margem de segurança estabelecida pela burocracia, ou seja, a ação é ‘deformada’ quando não se enquadra nos padrões estabelecidos.

Da perspectiva organizacional, a falta de padrão pode originar uma ação deformada uma vez que não existem parâmetros de atuação.

Todo esse aparato gera uma situação de superconformidade, pois existe um planejamento para a vida do burocrata na organização. Os incentivos como promoção por antiguidade, pensões e salários, servem como estímulos para cumprimento dos regulamentos e normas, cujo interesse principal é a redução de conflitos entre os indivíduos que integram a organização. O modo de vida burocrático é a identificação dos que fazem parte da burocracia, no entanto, Merton (*idem*, p. 65) nos alerta para o seguinte:

Um artigo de Hughes apresenta-nos os conceitos “seculares” e “sagrados” de vários tipos de divisão de trabalho; a “santidade” de castas e *Stände*, com suas prerrogativas, em forte contraste com a crescente secularidade da diferenciação ocupacional na nossa sociedade. Todavia, como o indica o nosso debate, em determinadas vocações e tipos específicos de organização, poderá surgir o *processo de santificação* (encarado como parte oposta do processo de secularização). Isto quer dizer que, através da formação do sentimento, dependência emotiva de símbolos e posições burocráticas e envolvimento afetivo nas esferas de competência e autoridade, desenvolvem-se prerrogativas que envolvem atitudes de legitimidade moral, estabelecidas como valores de direito próprio e não mais sendo considerados meramente como meios técnicos de aperfeiçoar a administração. Pode-se observar que determinadas normas burocráticas, originariamente introduzidas por motivos técnicos, tendem a se tornar rígidas e sagradas, embora – como diria Durkheim – sejam *laique en apparence*.

Aqui entendemos compreender os chamados “mitos institucionais” sacralizados como prescrições racionalizadas que identificam os propósitos técnicos como se fossem propósitos sociais e não se submetem ao arbítrio dos indivíduos (SAPORI, 2007, p. 58-59).

Também, não podemos nos esquecer de que existe uma tensão constante sobre as relações intraorganização que, por sua vez, são tidas como despersonalizadas em razão do próprio padrão de personalidade do burocrata. O burocrata é o prestígio da organização *'in persona'* e representa o poder dela perante os indivíduos, o que pode gerar, dependendo com quem se relaciona, papéis de dominação, de dependência ou de equilíbrio. O cumprimento dos objetivos organizacionais policiais militares, normalmente é atingido pela instrumentalização dos sujeitos que estão na organização e são vistos como peça de uma engrenagem, sujeitados pelo poder institucional, consolidado pela disciplina, fundamento da hierarquia e dos demais valores da caserna.

4.1 DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES ESTADUAIS BRASILEIRAS

Contemporaneamente as organizações militares estaduais brasileiras tenderam a características não-militares de organização com a intenção de transmissão de ideia de *'civilização'* e, assim, desconsiderar a distinção com as civis³². Nessa perspectiva, o governo investiu em tecnologia e formação de quadros para gênese de uma interdependência com a sociedade, no entanto, a cultura baseada em valores próprios impede que essa relação organização militar – sociedade seja plena e consume o pretendido pelos *'policymakers'*.

Para Janowitz (1973, p. 199), o ponto central da organização militar é a dissuasão da violência, ao invés de se preocupar com os preparativos de aplicação da violência. A nosso ver isso gera um problema, pois os fins (dissuasão da violência) acabam por justificar os meios que podem não ser convergentes com o uso legítimo da força necessária, convertendo-se em arbítrio de autoridade ou ilegalismos, passível de reprimenda penal ou administrativa. Apenas que a análise procedida por Janowitz abarca organização militar responsável pela defesa externa e mais voltada à beligerância, o que nos impõe restrições quanto a comparações com as organizações estaduais brasileiras que exercem atividade de preservação da ordem pública interna, uma vez que o foco destas passa a ser a segurança do cidadão e, até mesmo o criminoso, neste caso, passa a ser visto como um sujeito detentor de direitos.

³² A desmilitarização das Polícias Militares é assunto polêmico que tem gerado inúmeras discussões no âmbito político e acadêmico não havendo consenso quanto ao estatuto (se militar ou civil) das polícias brasileiras, mais por pressão das organizações militares do que por argumentos técnico-científicos.

O caráter permanente da organização militar em atuação na Segurança Pública, convivendo com organizações civis (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal e Polícia Judiciária Civil), associada ao “fantasma da ditadura”, se converteu em fonte de conflito e competição entre civis e militares, havendo, claramente, no âmbito dos Governos Estaduais uma tendência de esvaziamento de poder das Polícias Militares para decisão nas políticas de segurança pública³³. É a saída para a tensão entre o militarismo e a democracia, marcada pela realidade dos quartéis oposta à realidade da polis.

Podemos observar no plano político que as nomeações dos secretários estaduais de segurança pública³⁴ se dão de maneira conflituosa, pois as organizações civis e as militares, integrantes do sistema de segurança pública estadual, tentam colocar na função alguém que seja de suas respectivas organizações o que acaba por dilacerar as pretensões das organizações policiais estaduais envolvidas nesse processo (apenas três Estados possuem oficiais da Polícia Militar como secretários e outros dois Estados têm delegados da polícia judiciária civil responsáveis pela pasta). Temos observado como escape a esse conflito entre as organizações policiais estaduais o que aqui denominamos no plano discursivo governamental de “onda de confiança e aceitação”, onde a primeira onda foi constituída por membros do Poder Judiciário (década de 80 e meados dos anos 90); a segunda onda, por sua vez se constituiu de nomeações de Promotores Públicos para o cargo disputado (meados dos anos 90 e anos 2000). Com a proibição do exercício de função pública alheia às funções do Ministério Público, salvo o magistério, por disposição da Resolução nº 5, exarada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 20 de março de 2006, veio a terceira onda onde a preferência se dá pelos Delegados de Polícia Federal que hoje respondem pelas secretarias de segurança pública de catorze (14) Unidades Federativas³⁵.

Logo os encargos dos líderes policiais militares tendem a se reduzir cada vez mais, pois seus poderes e prestígio passam necessariamente por homologação de

³³ Nóbrega Jr. (2010, p. 74-141) apõe posicionamento de que o Governo Brasileiro após a Constituição de 1988 fortaleceu as organizações militares.

³⁴ Nem todas as secretarias estaduais encarregadas da segurança pública são assim denominadas.

³⁵ Disponível em < <http://rededemocraticapmdf.blogspot.com.br/2012/09/a-origem-profissional-dos-secretarios.html> > Acessado em 02 de outubro de 2012.

políticos civis, ou, em raras exceções, quando se tratam de político-militares temos que estes apenas gozem de um prestígio pessoal e não institucional e agem de maneira particular.

A organização fica dependente do político para implementação de seus projetos e ações, uma vez que a cultura interna quase que tolhe dos policiais militares a capacidade de agir *de per se*³⁶ em razão da estrutura comando-obediência imperativa na instituição. Essa dependência do poder militar ao poder civil faz parte do jogo democrático e visa, justamente, equilibrar as forças nessa relação tão desproporcional quando se leva em conta somente o seu uso instrumental.

A imagem ideal dos militares continua a ser o comandante estratégico e não o técnico militar. É a imagem do líder, motivado pelo patriotismo e não por lucro monetário pessoal, que é capaz de organizar os talentos dos especialistas para todos os tipos de contingências. (JANOWITZ, 1973, p. 201).

As particularidades da organização policial-militar no trato com o seu *mister*, consistente na aplicação do uso legítimo da violência, implicam em constante preparação que converte o agente de segurança em especialista nesta aplicação. Janowitz (1973, p. 200) afirma que “(...) a missão militar representa a chave da organização militar”. Via de regra, essa missão instrumentaliza a organização policial militar e seus integrantes, sobretudo pelo caráter Beneditino de enclausuramento castrense oposto aos ideais da pólis.

O policiamento ostensivo, variante em tipos (rodoviário, trânsito, geral, ambiental, guardas, entre outros), processos (a pé, motorizado, em embarcação, em bicicleta, aéreo, montado), modalidades (patrulhamento, permanência, diligência, escolta), circunstância (ordinário, especial, extraordinário), lugar (urbano e rural), desempenho (atividade de linha e atividade auxiliar), duração (turnos e jornadas), efetivo, forma (desdobramento, escalonamento) e suplementação (cão, rádio transceptor, armamento e equipamentos peculiares), ao serem conjugados, criam novos padrões de ação que interferem no comportamento e na autoridade de organização. São exemplos: a Polícia Comunitária, a Polícia Interativa, a Polícia Pacificadora (Estado do Rio de Janeiro) e a Polícia da Família (Estado do Acre), entre algumas possibilidades.

³⁶ Para melhor compreensão desta assertiva recomendamos a leitura do trabalho de Rondon Filho (2011).

Em que pese todo o esforço de aproximação do modelo de estrutura policial-militar ao modelo civil, os deveres entre militares e civis continuam separados por um fosso de ampla profundidade, o que gera conflitos de diversas ordens para o agente de segurança pública cujo estatuto seja militar. Aos policiais militares não são devidos direitos sociais basilares como: hora-extra, adicional noturno, tempo de serviço, greve, etc³⁷. Esse quadro gera a ideia de que aos policiais militares são cobrados em demasia, sem a devida retribuição que deveria ser proporcional à contribuição.

Burocracia alguma jamais se conforma com o modelo ideal da organização racional e, certamente, não se pode conceber a organização militar puramente em termos de engenharia. Enquanto “a luta for o resultado”, enquanto houver tarefas perigosas e penosas a realizar, uma filosofia baseada na engenharia não poderá ser suficiente como base organizacional (...). A organização militar se orienta para o dever e para a honra. (JANOWITZ, 1973, p. 203).

Não basta orientar a gestão aos modelos consagrados na iniciativa privada e nos modelos de orientação civil, pois o imperativo de dever e honra serve de barreira para algumas iniciativas pensadas sem observância dessas características do modelo militar. Ainda, diferença básica e crucial não pode ser desprezada e que se refere aos objetivos da iniciativa privada que se vincula necessariamente ao lucro enquanto que os serviços prestados pelos órgãos policiais se orientam ao “bem viver”.

A moda discursiva de redução dos serviços policiais a produtos e do cidadão a cliente é reflexo dessa deturpação/ invasão do modelo liberal de gestão no âmbito dos quartéis, o que gera mais tensão na relação entre os integrantes dos níveis estratégicos e dos níveis táticos e operacionais, em virtude do conservadorismo das tradições militaristas que barram a pretensa inovação na estrutura policial militar. A relação e a comunicação continuam de maneira piramidal e verticalizada, enquanto algumas propostas preveem uma disposição de gestão horizontalizada, ou seja, você tem funções horizontais cujos integrantes devem se relacionar de maneira verticalizada na linha comando-obediência.

³⁷ Ver a Constituição Federal, Art. 42, §1º c/c 142, §3º, IV e VIII.

4.1.1 Da autoridade policial militar

Quanto à autoridade, a organização policial-militar apresenta um dilema relacionado à sua definição, ou seja, se ela (autoridade) é atribuída ou imposta. A atribuição seria advinda do império normativo acostado na legitimidade e no regime democrático enquanto que a imposição seria mais relacionada aos atributos pessoais da autoridade que usaria da competência que a norma lhe atribui para impor sua vontade em verdadeiro exercício de autocracia, usando, para tanto, de técnicas de domínio. O vínculo entre idade e patente limita as posições de autoridade, conquistadas ou atribuídas pelas promoções pelo critério de antiguidade ou merecimento.

A autoridade, tradicionalmente investida ao comandante, confere supremacia a este que opera dentro de sua competência e coordena o trabalho dos especialistas, mesmo não possuindo conhecimento técnico que o habilite a supervisionar ou avaliar o trabalho desenvolvido. Esse procedimento só é possível pelo fato de a organização policial-militar se estruturar na hierarquia formal e nas regras previamente definidas, que imputam ao comandante a responsabilidade pelo trabalho dos oficiais e praças. Isso obriga o comando a colocar alguns oficiais e graduados em supervisão e orientação aos indivíduos responsáveis pela execução das ações (JANOWITZ, 1973, p. 204).

Essa sistemática ocasiona conflitos de autoridade, onde os oficiais de estado-maior, conhecedores da área técnica, esbarram nos canais formais de comando quando necessitam intervir no escalão inferior para alcance de maior eficiência, o que obriga os comandantes das unidades a fiscalizarem seus técnicos, mesmo sem possuírem o conhecimento necessário.

É um círculo vicioso, pois é comum reclamações e lamúrias informais de subordinados que não se conformam às ordens superiores exaradas por quem “não conhece” ou “não sabe” o que está determinando, somente o fazendo por questão hierárquica.

O prestígio junto à sociedade civil, também, interfere na eficiência da autoridade policial-militar, sendo que inquérito de opinião pública coloca como resultado os militares em patamar de prestígio inferior aos médicos, cientistas,

professores universitários e clérigos³⁸. Em Consulta Nacional realizada por Soares, Rolim e Ramos (2009), o quadro relacional entre as instituições de segurança pública e a população apresentou percepções interessantes como o fato de os agentes de segurança pública entenderem que a população pouco confia nessas instituições (54,3%, pouco confiam, e 37,7%, não confiam). Da mesma forma, os agentes de segurança pública têm pouca confiança na população (36,6%, pouco confiam, e 42,9%, não confiam).

Independente do prestígio, a organização terá que definir sua eficácia, lembrando que o baixo prestígio junto à população civil reflete diretamente em como o policial-militar se vê e, por via de consequência, pode determinar as ações realizadas por ele (policial-militar). Também, não podemos descartar a possibilidade de esse prestígio ser decorrente da tensão entre desrespeitos e reconhecimento que marca a relação entre os policiais e os outros membros da sociedade quando aqueles estão em exercício de suas funções ou fora delas.

Certamente que as relações internas são modificadas pela tecnologia e pelo grau de conhecimento dos policiais militares. Normalmente a disciplina rígida não é suficiente para controle dos especialistas. A dependência técnica e do desempenho de terceiros é intrínseca à organização policial-militar e, inclusive, interfere no arranjo estrutural da autoridade. A autoridade tem que transmitir confiança, normalmente pela *manipulação*³⁹, em desprezo às práticas de *domínio*⁴⁰. (*idem*, p. 211).

³⁸ Public Opinion Surveys, Inc., Princeton, N. J., “Attitudes of Adult Civilians Toward the Military Services as a Career”. Preparado para as Forças Armadas, Serviço Informativo e Educacional, Departamento de Defesa, Washington, 1955.

³⁹ Manipulação “(...) envolve a influência do comportamento individual, menos através de instruções explícitas, porém mais por meio de técnicas indiretas de persuasão grupal e de ênfase dos objetivos grupais. (...) A manipulação envolve incentivos positivos, em vez de ameaças físicas; a manipulação retém a ameaça de exclusão do grupo, com uma forma de controle. As técnicas indiretas de manipulação são concebidas para levar em conta as predisposições individuais do soldado”. (JANOWITZ, 1973, p. 211).

⁴⁰ Domínio é a “(...) influência do comportamento de uma pessoa, dando instruções explícitas sobre o comportamento desejado, sem referência aos objetivos procurados. (...) envolve ameaças e sanções negativas e não incentivos positivos; tende a produzir o cumprimento mecânico e automático”. (*idem*).

4.1.2 Do acesso, inclusão, formação e carreira na organização policial militar

O acesso aos cargos, empregos e funções públicas é devido aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos na lei, pelo seu primado em nosso Estado.

Moraes (2002, p. 143), assim discorreu sobre o assunto:

“(...) No sistema constitucional brasileiro, os tipos de vínculos de trabalho que permitem o exercício de funções em nome da Administração são denominados cargos, funções e empregos públicos.

O cargo público consiste em lugar específico, que possui denominação própria, instituído na organização do serviço público com um conjunto de deveres e atribuições individuais, a ser provido e exercido por um titular.

A função pública consiste no conjunto de deveres e atribuições cometidos precariamente a determinada categoria profissional ou a determinados servidores, para a execução de serviços públicos eventuais.

(...) Observe-se que todo cargo possui funções, porém o inverso não corresponde à realidade, pois a determinada função pode não corresponder cargo específico.”

Podemos dizer que existe um verdadeiro direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas desde que preenchido os requisitos legais, sendo estes razoáveis e compatíveis com o princípio da igualdade. Bastos (1994, p. 278) nos lembra que “(...) a função pública é algo que todos têm o direito de pleitear. A atribuição desse benefício, de maneira afrontosa à igualdade de todos, é forma arbitrária e caprichosa do exercício do poder que o Estado de Direito repele”.

O acesso aos cargos e funções policiais militares, por disposição constitucional⁴¹, é regulamentado pelas Unidades Federativas, normalmente, em estatuto próprio que estabelece a organização estrutural e as carreiras policiais militares, caracterizadas por uma sequência de graus hierárquicos e devoção à finalidade das organizações⁴². A autoridade é vinculada aos graus hierárquicos e se sustenta nos regulamentos, empregados como mecanismo de controle.

⁴¹ Conforme o que dispõe o Artigo 42, §1º c/c 142, §3º, Inciso X da Constituição Federal/1988.

⁴² Em Mato Grosso o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso é disposto pela Lei Complementar nº 231, de 15 de dezembro/2005. No Rio Grande do Sul, o Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, é disposto pela Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 13.796 de 27 de setembro de 2011. No Rio de Janeiro, a PMERJ tem seu estatuto aprovado pela Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, alterado por diversas leis.

O ingresso do indivíduo na organização, como já dito, é procedido mediante processos de recrutamento e seleção, normatizados por regras positivadas no ordenamento jurídico e se dá mediante concurso público, dividido em várias etapas. As provas e avaliações se dão: (1) no plano teórico de acordo com o nível de escolaridade exigido para o cargo; (2) no plano físico, mediante testes de aptidão física e avaliação médica e odontológica; (3) no plano psicológico e mental através dos exames psicotécnicos e avaliação médica; e (4) no plano social, mediante as investigações de vida pregressa e análise de processos cíveis e criminais (certidões judiciais positivas ou negativas).

A maioria das organizações policiais determinam os perfis de seus integrantes e, normalmente, as provas e avaliações são direcionadas para o atendimento desses perfis.

A forma de seleção se consubstancia nos editais de abertura do certame seletivo e obedecem ao disposto nos ditames legais, onde eventuais irregularidades podem ser questionadas e retificadas se apresentadas as provas requisitadas e necessárias ao andamento processual, por acoplamento do Poder Judiciário. É uma saída democrática para as informalidades abusivas, possíveis de acontecerem nas etapas dos concursos às organizações policiais militares, onde se subvertem os princípios da universalidade e igualdade ao acesso aos cargos em disputa, através de práticas autoritárias, sádicas ou de “sacanagem” em seu estado puro. A facilidade no acesso às tecnologias tem contribuído para o controle de algumas etapas do concurso, tanto pelo lado da organização – como exemplo os equipamentos de monitoração eletrônica que coíbem as “colas” nas provas teóricas – quanto pelo lado do candidato – como no caso de filmagem dos testes de aptidão física, impedindo que o avaliador abuse de sua condição perante o candidato.

Após a fase de concurso, os selecionados frequentam os cursos de formação que visam à preparação do indivíduo para o exercício das funções policiais. Esses cursos são realizados em Academias de Polícia e Centros de Formação e seguem as diretrizes político-pedagógicas aprovadas pelo comando. A primeira etapa desses cursos é de adaptação, onde os alunos são submetidos a um regime de internato, canalizando suas energias exclusivamente para a organização policial, com ênfase nas disciplinas militares. A segunda etapa é marcada por um afrouxamento no internato e uma mescla

entre as disciplinas militares e as disciplinas de outras áreas (humanas e sociais aplicadas), incluindo os estágios.

São as diretrizes que definem o currículo e a pedagogia adotados. Em tese, devem contemplar o compromisso com a criticidade, a consciência e a capacidade ativa dos futuros policiais, fundamentados em princípios éticos, políticos e estéticos, mas não podemos esquecer que do plano formal para o plano material existe um grande fosso que os separa, demandando, além de compromisso ético com as diretrizes, uma intencionalidade dos agentes envolvidos pautada no reconhecimento do Outro. Essas diretrizes são planejadas e deliberadas no nível estratégico das organizações policiais; seu conhecimento apresenta dificuldade, pois sua localização é esparsa com catalogação em vários tipos de normas (decretos, resoluções, portarias ou normas de procedimento). Como são as diretrizes que ditam o “espírito” formal da educação, temos que a dificuldade de seu acesso, enquanto sistema perito giddensiano, restringe seu conhecimento de forma mais ampla.

Arthur Trindade e Maria Stela Grossi Porto (2011), em *“Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá”*, discutem os códigos de deontologia policial em uso na Polícia Militar do Distrito Federal (Brasil) e no Ottawa Police Service (Canadá) de maneira comparada em razão da necessidade de limitar e administrar o uso da força pelas polícias sem, no entanto, abdicar dos mecanismos de controle social. Afirmam que os códigos de condutas como fator de mudança comportamental dos policiais passam pelo treinamento e pela supervisão da atividade policial, bem como pela clareza e precisão das regras e obrigações que definem esse tipo de trabalho. A presença do excesso de discricionariedade e desconhecimento dos limites de ação faz parte do cotidiano policial brasileiro, deixando sem transparência a diferenciação entre uso da força e violência policial, ao contrário do exemplo canadense onde a ênfase se dá na possibilidade de justificativa da ação policial com base nas leis e códigos. Na análise estrutural das organizações pesquisadas pelos autores, destacamos o treinamento aplicado à polícia militar brasileira onde o ensino acadêmico organizacional tem “(...) poucas normas de condutas estabelecidas oficialmente e sistematizadas na forma de manuais de instrução” (p. 371), não estabelecendo os procedimentos que versem sobre os tipos de interação com o cidadão e o uso legal da força. Ao contrário, a polícia canadense tem seu treinamento centrado nos manuais de conduta policial que transmitem proteção ao

policial por orientar claramente sobre o seu proceder na atividade cotidiana. Enfatizam que o treinamento é muito mais do que apenas transmissão de habilidade, pois valores e princípios deontológicos integram esse aprendizado.

A matriz curricular, por sua vez, é o instrumento de regulação formal de todo conteúdo e atividades previstas para a comunidade escolar dos órgãos de segurança pública e se constitui em termômetro *normativo* da socialização proposta nas academias de polícia. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/2008), órgão vinculado ao Ministério da Justiça (MJ), aprovou a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública com a proposta de ser referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas das polícias, independentemente de organização, nível ou modalidade de ensino.

Em que pese a maioria das organizações policiais militares apontarem um sistema de avaliação, temos que a concretude nos conduz a exames de aferição, pois há um sistema de regras que ritualiza as provas, marcadas exacerbadamente pelo rigor disciplinar. Diria que em dia de provas escritas nas academias não se pode sequer respirar para não atrapalhar a concentração. Esse costume se deve ao valor que é dispensado à classificação hierárquica que refletirá em toda a carreira do agente de segurança pública que integre a polícia militar.

Há um sistema de retribuição e recompensa que tenta manter o equilíbrio e o clima organizacional, que no caso das organizações militares ganham uma compressão maior com o uso e aplicação de um sistema hierárquico-disciplinar. Ou seja, o desequilíbrio nessa relação de retribuição e recompensa é compensado pela hierarquia e disciplina.

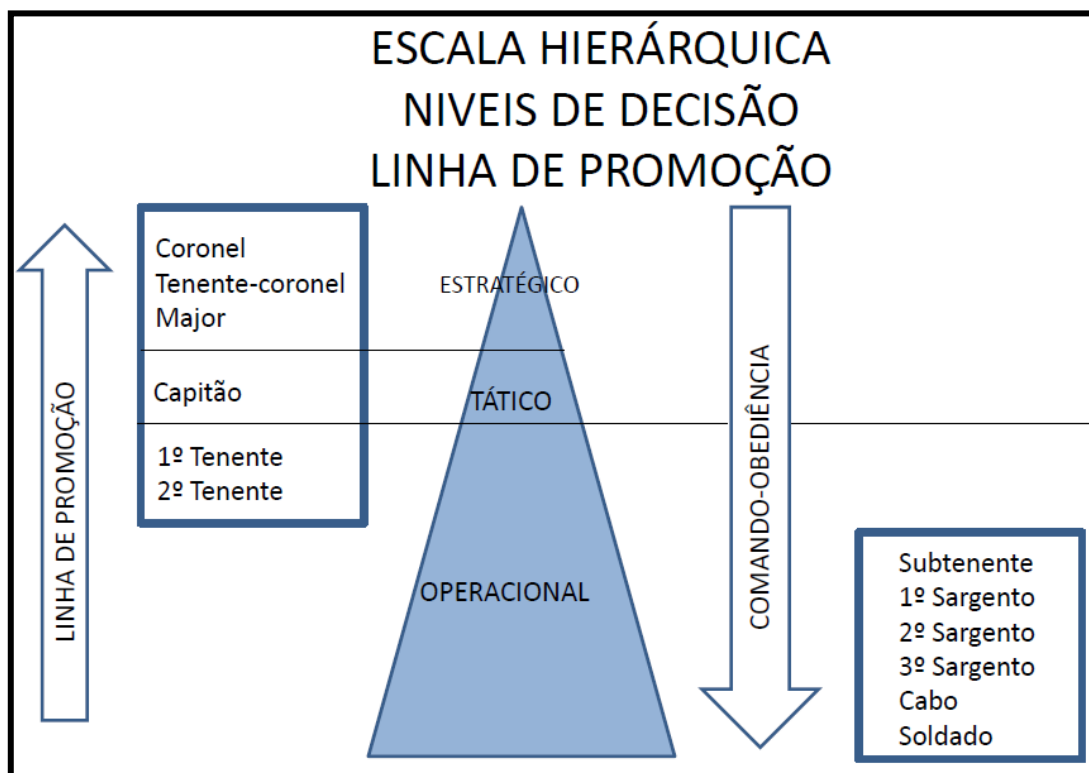
Promoções, medalhas, transferências, elogios e designações transitam na órbita da recompensa e trabalham de maneira centrípeta para localizar e controlar os agentes de segurança pública militares para cumprimento dos objetivos organizacionais.

A carreira policial militar começa com a posse no cargo inicial, após o concurso público de provas (em alguns Estados por concurso público de provas e títulos), em obediência ao comando constitucional. Ressalva-se que, após a realização do concurso público, o cidadão ou cidadã que ingressar na Polícia Militar para seguir a carreira deverá realizar curso de formação ou de habilitação e concluindo este fica na

condição de estágio probatório com a finalidade de se verificar se possui condições de permanecer nas fileiras da organização.

As organizações policiais militares possuem quadros que se dividem em círculos hierárquicos, cuja convivência é regulamentada por norma. Aos oficiais são concedidas cartas patentes pelos Governadores dos Estados e seus graus hierárquicos são denominados “Postos”, enquanto que as praças não possuem cartas patentes e seus graus hierárquicos são denominados “Graduações”.

A escala hierárquica policial-militar se apresenta em forma de pirâmide, ou seja, as vagas aos postos superiores diminuem proporcionalmente à base, o que acirra a concorrência à promoção. Enquanto a pretensão funcional segue uma linha de ascendência a linha de comando-obediência segue uma linha de descendência de conformidade com os níveis de decisão (estratégico, tático e operacional).



Quadro 7: Correlação entre os níveis de hierarquia, de decisão e de ascensão⁴³.

Os Estados disciplinam de maneira jurídica e lógico-estrutural o ingresso e a carreira policial-militar estabelecendo mecanismos de controle de acesso aos cargos

⁴³ Na BMRS, por disposição da Lei Complementar Estadual nº 10.992, de 18 de agosto de 1997, alterada pela LC 12.374, de 24 de novembro de 2005, foram extintas as graduações de aspirante a oficial, subtenente, 3º sargento e cabo, com as ressalvas e condições aos procedimentos de extinção.

policiais militares e coloca no rol taxativo de direitos a promoção, ressaltando a ela as condições e as limitações estabelecidas em “legislação específica”.

Importante é entendermos que a organização estrutural da Polícia Militar obedece à Constituição Federal e legislação infraconstitucional que foram aprovadas por Poder competente na vigência de um Estado Democrático de Direito, o que a insere na ordem jurídica brasileira e afasta pensamento de exceção regimental, mas não podemos descartar a reprodução de um modelo militarista vigente antes da democratização brasileira (Magna Carta de 1988).

A administração policial-militar tem uma imagem aparente de um todo organizado em uma burocracia racional-legal onde tudo e todos são regidos por regras sustentadas nos princípios da hierarquia e disciplina.

O nível de competição para ascendência funcional, em decorrência das regras e da estrutura hierárquica, é tamanho que as alianças entre os indivíduos pertencentes à organização militar são consolidadas na forma de relações encontradas nas dominações tradicional e carismática descritas por Weber. Aqueles que se posicionam em funções político-estratégicas usam seus *status* para imposição de seu poderio convertido em alianças. Algumas dessas relações são fisiológico-partidárias com interferências políticas-externas amplamente divulgadas com antecedência pelos próprios beneficiados quando da concorrência à promoção aos postos de escalão superior.

O militarismo marca, desde a criação, as organizações policiais militares, cuja característica se pauta na hierarquia e disciplina, com modelo de administração, regulamentos, códigos e justiça especializada próprios do regime jurídico especial. Com estrutura militarizada, as polícias militares possuem, pelos menos aparentemente, um rígido código de conduta que disciplina, inclusive, os critérios de ascensão profissional (promoção), regidos por princípios estabelecidos taxativamente na nossa Carta Magna⁴⁴, que acautelados pela tônica Kelseniana petrificam ‘simuladamente’⁴⁵ seu comando, em tese, vinculados estritamente ao que dispõe à lei de maneira positiva. As articulações grupais e dos indivíduos têm que transformar essa tônica legalista em coerência com seus anseios para consolidação das intenções de suas ações.

⁴⁴ Especificamente ao que dispõe o Artigo 37 da Constituição Federal/ 1988.

⁴⁵ A simulação aqui é entendida como o uso do mecanismo jurídico para legalizar um ato estritamente pessoal e de arbítrio, o que contraria frontalmente o espírito e senso de Justiça que pauta o Direito.

A moralidade não deve ser descartada, pois compele o Administrador a sua obediência, uma vez que os atos devem ser acostados no que for melhor e mais útil para o interesse público. Quando se trata de promoção a organização militar, apesar de esta (promoção) recair sobre o indivíduo, deveria avaliar os concorrentes e decidir pela promoção daqueles que, em tese, representam o desejo coletivo em atendimento ao princípio da moralidade. O desejo coletivo representa e se confunde com o ‘desejo do Estado’, mas recorrentemente é confundido com ‘desejo do Governo’ em um silogismo simplista que vincula os oficiais interessados na promoção aos políticos que exercem o poder governamental transitório⁴⁶.

O discurso do comando, quase sempre, segue um formato de justificativa das promoções na legitimidade e de que o que foi feito era o melhor que se podia fazer.

Dentre as linhas de justificativas para concretização das promoções, destaca-se o ‘caráter técnico’ que na realidade é um subterfúgio na tentativa de legitimação das promoções políticas.

O *status* decorrente do glamour da simbologia do superior hierárquico, refletido nas insígnias, seduz e aliena o indivíduo de maneira que este aja dentro do padrão de comportamento exigido pelas regras formais e informais da organização para se ver promovido. O papel é de subserviência e devoção aos superiores, verdadeiros reféns da ambição promocional, pois a crítica é usada como justificativa para não promoção, entendida como rebeldia, insubordinação e desmerecedora de retribuição positiva pelo comando.

A promoção é verdadeiro **estímulo**, pois de um posto para outro se aumenta substancialmente os subsídios ou soldos percebidos pelos oficiais e relativamente com referência às praças, o que transforma a promoção, principalmente àquela devida por merecimento em verdadeira competição entre os candidatos.

A cooperação que se desenvolve entre duas pessoas ou mais, concorrentes ou interessadas na promoção, cujos objetivos são antagônicos, se dá em uma relação de competição entre os concorrentes à promoção e simbiótica para com os aliados destes e no final o que se busca atingir é uma recompensa individual. Não há solidariedade na acepção sociológica concreta da palavra. Por vezes, pode ocorrer que pessoas

⁴⁶ Transitório porque o Governo passa. Ao contrário, o Estado permanece (ao menos enquanto perdurar esse modelo fundado na modernidade).

pertencentes a grupos rivais, em disputa por posições de poder, queiram evitar a promoção de pessoa integrante de outro grupo rival, tornando os objetivos compartilhados temporariamente com outros concorrentes à promoção, podendo ocorrer um relacionamento acomodatório.

O esforço despendido pelo indivíduo para ser promovido é tamanho que poderíamos afirmar que o nível de competição dentro da organização policial militar para a promoção é extremamente alto. No entanto, não há um padrão definido e os indivíduos usam as ‘armas’ que possuem, variantes desde a amizade com os avaliadores, até mesmo a influência política.

Alguns casos que nos foram relatados chegam às vias conflituosas, pois que indivíduos em situação de rivalidade buscaram a destruição do oponente, com impedimento de sua promoção causado por interferência política; transferências para outras localidades; nomeações para funções sem destaque; fomentação de estereótipos pejorativos do oponente ou não correspondentes com a ficha funcional deste.

A rivalidade surgida nos conflitos identificados foi totalmente individual e pessoal, com caráter unicamente vingativo, e os argumentos utilizados para a não consumação das promoções dos policiais militares rivais em discurso proferido pelo Comando foi o do argumento político (“necessidade de construção de pontes políticas”), normalmente atribuída à vontade de autoridades civis superiores.

O grupo de poder estabelece claramente seus aliados em razão dessas relações conflituosas. Algumas situações de conflito são resolvidas de maneira acomodatória, em forma de trégua e compromisso, após interferência política de agentes externos à organização e algumas promoções, tidas como que politicamente impossíveis, são consumadas após acordo entre as partes rivais.

O discurso da assimilação é empregado quando da ocorrência do conflito, sempre imperando a linha comando-obediência em contraposição à resistência aos imperativos da política de promoção apresentada pela organização.

A cultura do comando-obediência acostado na hierarquia e disciplina impede manifestações de desagravo por quem é prejudicado no processo de promoção, pois no regime castrense qualquer manifestação, por critério subjetivo superior, pode ser convertida em crime ou transgressão disciplinar. A título de exemplo, o Código Penal Militar considera crime de motim, a reunião de militares agindo contra ordem recebida

de superior, ou negando-se a cumpri-la (Artigo 149 do Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969).

A preterição de promoção por posicionamento político-ideológico contrário à política do comando⁴⁷ é empregada como forma de controle e se converte em desrespeito em ato cujos efeitos colaterais agridem a família, os princípios jurídicos e o próprio indivíduo como sujeito de direitos.

A resignificação do “Eu” é marcada pela subserviência dos subordinados às ordens do comando – mesmo que estas ordens afrontem os objetivos organizacionais – caso contrário não serão promovidos.

Podemos afirmar que a promoção cria uma divisão de interesses, externados em necessidades, o que resulta em constrangimentos efetivos no agir, ou seja, gera tensões que nunca serão resolvidas. A lógica da ação tem uma tendência de descartar posições indesejáveis. Principalmente quando se depende de terceiros para ter sua conduta avaliada em uma concorrência promocional. A ação individual recebe a marcação do desejo de quem julga, ou seja, o concorrente age como seus julgadores querem que ele aja e não como ele efetivamente gostaria de agir.

Entendemos que a promoção seja mais que um controle de autoridade, ela é uma necessidade para domínio das ações do indivíduo que se amarra nessa teia institucional. No entanto, o indivíduo ao conseguir seu desiderato de conquista de autoridade com sua promoção cumpre o círculo de sua ação perversa. Falamos que a ação é perversa por parte do indivíduo, pois é ele que tenta jogar com a estrutura em busca do próprio benefício, mesmo que em prejuízo de terceiros. A organização como moeda de troca pela retribuição promocional exige a obediência no cumprimento da razão instrumental.

É um jogo do ‘tudo pode’ para se ter a promoção do ponto de vista de quem concorre, sendo que para quem julga, apesar do discurso da responsabilidade, a responsabilidade é engolida pela convicção.

O arranjo organizacional e as condições externas fazem parte da compreensão do indivíduo na escolha de suas ações frente ao seu papel vocacional. A ação, *de per si*,

⁴⁷ Muitas das vezes a ‘política do comando’ (e não ‘política de comando’) não são coincidentes com os objetivos e metas da organização policial-militar.

ou de maneira sistemática apresenta um valor de viabilidade prática e um valor intrínseco ao agente que possui uma vocação política, cuja ética pode ser de convicção ou de responsabilidade. Independentemente da ética, “(...) toda ação (...) depende de pressuposições que precisam ser aceitas como verdade para que seja possível determinar seu significado” (SCHLUCHTER, 2000, p. 71).

O panorama da organização policial-militar apresentada neste capítulo nos possibilita compreender um recorte do universo organizacional onde os sujeitos policiais vivenciam a socialização secundária. A forma como se movimenta a organização gera tensões, variantes de sujeito para sujeito. São essas tensões que procuraremos esclarecer nos capítulos seguintes, a começar pelo perfil dos sujeitos participantes desta tese.

PARTE II

**FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO POLICIAL E
TEORIA SOCIOLÓGICA DA POLÍCIA RECONSIDERADA**

5 PERFIL DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Os capítulos iniciais buscaram traçar uma linha coerente no raciocínio desta tese, onde apresentamos a questão policial atual frente ao contexto da violência e segurança pública. Em seguida, discorremos sobre a socialização policial tomando como referência os estudos de Dominique Monjardet (1992, 1993, 1996, 1999 e 2003) e a “Teoria do Homem Plural” de Bernard Lahire (2002), vinculando-as à “Teoria Sociológica da Polícia”, formulada por Fabien Jobard. Discorremos, também, sobre a perspectiva organizacional policial com base no neofuncionalismo. Assim, tentamos visualizar o movimento dos sujeitos, conforme Monjardet (2012), tomando como perspectiva a instituição, a organização e a ocupação policial nesse quadro todo fragmentado.

Entretanto, a perspectiva fragmentária não pode desprezar a ação que dentro da Teoria do Ator Plural de Lahire é decorrente de disposições incorporadas e realizadas em determinados contextos. A ação ou senso prático pode sofrer interferência de disposições incorporadas anteriormente em diversos espaços de socialização. A compreensão da tensão entre o reconhecimento e os atos de desrespeitos na socialização dos agentes de segurança pública e sua possível influência é a meta almejada nesta tese.

Os valores construídos, os sentidos, visões, espaços e temporalidades dos sujeitos, como lócus de incorporação de disposição podem dar pistas de como se dá a tensão entre o reconhecimento e o desrespeito.

Este capítulo traça um breve perfil dos participantes passando ao leitor um panorama de quem são os sujeitos de tese. É a partir dele que poderemos, também, compreender a perspectiva dos agentes de segurança pública sobre como se dá a tensão entre reconhecimento e desrespeito.

Para efeito deste estudo comparado, o lócus da pesquisa se materializou na Brigada Militar do Estado de Rio Grande do Sul (BMRS), na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), onde foram realizados Grupos Focais, sendo dois (um de oficiais e outro de praças) por organização policial, e entrevistas semidirigidas em profundidade com os indivíduos selecionados pelo Comando dessas organizações.

O canal foi aberto de maneira formal, seguindo os trâmites burocráticos da organização, com expedição de ofícios ao alto comando e realização do campo somente após a competente autorização, com indicação dos locais a visitar.

O questionário para formatação do perfil foi vinculado à participação dos sujeitos nos grupos focais e entrevistas. Assim, todos os participantes responderam a 14 (catorze) questões fechadas (objetivas) que indicam o posto ou a graduação, o sexo, a idade, a cor autodeclarada, o estado civil, o número de dependentes, o domicílio, a escolaridade, a orientação religiosa, a participação em entidades sociais, conhecimento básico de língua estrangeira, local de trabalho, quantidade de horas trabalhadas por semana e ano de ingresso na organização (tempo de serviço).

É óbvio que poderíamos ter traçado um perfil mais abrangente, mas para o objetivo desta tese tais quesitos contribuíram sobremaneira para sua sustentação, pois, além de não tomar tempo do sujeito que logo em seguida participou de entrevista ou de grupo focal, ainda possibilitou verificar as afinidades e discrepâncias entre algumas categorias como é o caso dos postos e graduações que marcam a visão oficiais / praças, o sexo que marca o duplo feminino / masculino, a cor autodeclarada pode evidenciar o racismo institucional, o estado civil que influencia na relação familiar, a escolaridade que vincula o sujeito ao acesso ao ensino superior, a orientação religiosa que marca a liberdade de crença e de credo, o local de trabalho que vincula o tempo de deslocamento com o stress ocupacional, a quantidade de horas trabalhadas que pode desmistificar o discurso do excesso de trabalho e o ano de ingresso que marca o tempo de serviço dos sujeitos de pesquisa na organização, o que influencia nas vivências e visão do mundo corporativo, entre algumas possibilidades.

5.1 GRUPO FOCAL: O PERFIL NO DUPLO OFICIAIS/PRAÇAS

Os Grupos Focais (GFs) foram realizados em local determinado pelo Comando das organizações com os policiais militares designados, ou seja, a seleção se deu pelo canal formal de comunicação, na linha comando-obediência, de maneira que o pesquisador e seus colaboradores não pudessem intervir na seleção dos sujeitos participantes. Esse procedimento não interferiu nas ideias construídas durante as sessões, pois a metodologia propiciou o resultado de construções das simbologias e imagens homogêneas e heterogêneas a respeito dos temas debatidos.

Na BMRS os Grupos Focais foram realizados no Instituto de Pesquisa da Brigada em sala cedida para realização das sessões, com três encontros de uma hora e meia para cada grupo focal (oficiais e praças). O ambiente foi trabalhado para o conforto dos participantes.

Na PMERJ os Grupos Focais foram realizados no Quartel General da Polícia Militar no auditório do Estado-Maior, em uma única sessão, tanto para o GF dos oficiais quanto para o das praças, devido à apertada agenda da organização.

Na PMMT os Grupos Focais foram realizados no Comando Regional Especializado, em uma sessão única, tanto para o GF dos Oficiais quanto para o das praças, devido à agenda da organização policial.

Tabela 1
Graduação dos participantes dos grupos focais de praças

GRADUAÇÃO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
ST ou Sgt	2	2	16,67	16,67	0	0	0,00	0,00	2	2	18,18	18,18	4	4	13,79	13,79
Cabo ou Soldado	10	12	83,33	100,00	6	6	100,00	100,00	9	11	81,82	100,00	25	29	86,21	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os grupos focais de praças tiveram a composição de 13,79% de Subtenentes ou Sargentos (4 sujeitos) e de 86,21% de Cabos e Soldados (25 sujeitos), mas esse percentual variou nas polícias observadas com destaque ao Rio de Janeiro, onde 100% dos participantes foram de Cabos ou Soldados. Enfatizamos que a escolha dos participantes não sofreu interferência do pesquisador, uma vez que, após explicada a metodologia, era o Comando das Polícias que indicava os sujeitos de pesquisa. Mesmo com tais discrepâncias na composição hierárquica dos participantes, os discursos produzidos foram marcados por muitos pontos similares e diacrônicos (Tabela 1).

Tabela 2
Posto dos participantes dos grupos focais de oficiais

POSTO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Oficial Superior	2	2	28,57	28,57	2	2	28,57	28,57	1	1	16,67	16,67	5	5	25,00	25,00
Oficial Intermediário	5	7	71,43	100,00	4	6	57,14	85,71	2	3	33,33	50,00	11	16	55,00	80,00
Oficial Subalterno	0	7	0,00	100,00	1	7	14,29	100,00	3	6	50,00	100,00	4	20	20,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, os grupos focais de oficiais tiveram a composição de 25% de Oficiais Superiores (5 sujeitos), 55% de Oficiais Intermediários (11 sujeitos) e 20% de Oficiais Subalternos (4 sujeitos), mas esse percentual variou nas polícias observadas com destaque ao Rio Grande do Sul, onde o grupo focal não contou com representante dos Oficiais Subalternos, uma vez que a mudança na forma de ingresso na carreira do quadro de oficiais alterou a composição dos postos, configurando o posto de capitão (Oficial Intermediário) como inicial da carreira do quadro, reservando as funções subalternas para o ápice da carreira das praças. Por isso a concentração de 55% de Oficiais Intermediários no resultado final de participação dos grupos focais. Reforçamos o critério de escolha dos participantes que foram indicados pelo Comando das Polícias após solicitação formal do pesquisador (Tabela 2).

Tabela 3
Gênero dos participantes dos grupos focais de praças

SEXO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Masculino	9	9	75,00	75,00	4	4	66,67	66,67	7	7	63,64	63,64	20	20	68,97	68,97
Feminino	3	12	25,00	100,00	2	6	33,33	100,00	4	11	36,36	100,00	9	29	31,03	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Neste quesito de perfil (gênero) destacamos a presença de 31,03% de policiais militares femininos. Embora possa parecer demasiadamente desproporcional a presença feminina nos grupos focais de praças, tal percentual ainda fica muito acima do previsto para as organizações policiais militares cujo patamar é limitado a 10%. Pensamos em trabalhar com a equidade no tratamento dos gêneros, mas infelizmente, a escolha não

sofreu interferência do pesquisador. As justificativas do percentual desproporcional entre homens e mulheres obedecem ao discurso de que a especificidade da função, associada à alta carga física da ocupação, justifica essa desigualdade (Tabela 3).

Tabela 4
Gênero dos participantes dos grupos focais de oficiais

SEXO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Masculino	6	6	85,71	85,71	7	7	100,00	100,00	5	5	83,33	83,33	18	18	90,00	90,00
Feminino	1	7	14,29	100,00	0	7	0,00	100,00	1	6	16,67	100,00	2	20	10,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A desproporcionalidade de 10% dos participantes femininos contra 90% dos masculinos é decorrente de limitação normativa. As participantes do sexo feminino, apesar da inferioridade numérica, participaram ativamente dos debates, expondo seus anseios, dúvidas, opiniões, reclamações e sugestões acerca da organização policial.

Tabela 5
Idade dos participantes dos grupos focais de praças

IDADE	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
20 -----[25	1	1	8,33	8,33	2	2	33,33	33,33	1	1	9,09	9,09	4	4	13,79	13,79
25 -----[30	2	3	16,67	25,00	3	5	50,00	83,33	1	2	9,09	18,18	6	10	20,69	34,48
30 -----[35	2	5	16,67	41,67	0	5	0,00	83,33	6	8	54,55	72,73	8	18	27,59	62,07
35 -----[40	4	9	33,33	75,00	1	6	16,67	100,00	1	9	9,09	81,82	6	24	20,69	82,76
40 -----[45	2	11	16,67	91,67	0	6	0,00	100,00	1	10	9,09	90,91	3	27	10,34	93,10
45 -----[50	1	12	8,33	100,00	0	6	0,00	100,00	1	11	9,09	100,00	2	29	6,90	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Quanto à idade dos participantes dos grupos focais de praças, temos um percentual de 82,76% que apresentam idade de até 40 anos, mas a distribuição varia entre as polícias participantes. Enquanto no Rio Grande do Sul nós temos 75% dos participantes com mais de 30 anos, no Mato Grosso temos 81,82% com mais de 30 anos e no Rio de Janeiro 83,33% dos participantes têm menos de 30 anos (Tabela 5).

Tabela 6
Idade dos participantes dos grupos focais de oficiais

IDADE	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
20 -----[25	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	1	1	16,67	16,67	1	1	5,00	5,00
25 -----[30	0	0	0,00	0,00	1	1	14,29	14,29	2	3	33,33	50,00	3	4	15,00	20,00
30 -----[35	2	2	28,57	28,57	4	5	57,14	71,43	2	5	33,33	83,33	8	12	40,00	60,00
35 -----[40	1	3	14,29	42,86	2	7	28,57	100,00	1	6	16,67	100,00	4	16	20,00	80,00
40 -----[45	3	6	42,86	85,71	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	3	19	15,00	95,00
45 -----[50	1	7	14,29	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	1	20	5,00	100,00
TOTAL	7	100,00			7	100,00			6	100,00			20	100,00		

Fonte: Elaboração própria

Similar às praças, a idade dos participantes dos grupos focais de oficiais contou com um percentual de 80% que apresentam idade de até 40 anos e numa inversão da tabela, 80% apresentam idade superior a 30 anos, o que nos conduz a 60% dos participantes com idade entre 30 e 40 anos. Mas, a distribuição varia entre as polícias participantes. Enquanto no Rio Grande do Sul nós temos 100% dos participantes com mais de 30 anos, no Mato Grosso temos 80% com mais de 30 anos e no Rio de Janeiro 85,71% dos participantes têm mais de 30 anos (Tabela 6).

Tabela 7
Cor autodeclarada dos participantes dos grupos focais de praças

COR	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Indígena	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Preta	1	1	8,33	8,33	0	0	0,00	0,00	2	2	18,18	18,18	3	3	10,34	10,34
Parda	1	2	8,33	16,67	4	4	66,67	66,67	6	8	54,55	72,73	11	14	37,93	48,28
Amarela	0	2	0,00	16,67	0	4	0,00	66,67	0	8	0,00	72,73	0	14	0,00	48,28
Branca	10	12	83,33	100,00	2	6	33,33	100,00	3	11	27,27	100,00	15	29	51,72	100,00
TOTAL	12	100,00			6	100,00			11	100,00			29	100,00		

Fonte: Elaboração própria

A autodeclaração de cor foi adotada para marcação de como os participantes dos grupos focais de praças se autorreconhecem, sendo encontrado o percentual de 48,28% de declarantes pretos ou pardos e 51,72% de declarantes brancos, variando entre as polícias em pesquisa. No Rio Grande do Sul apenas 16,76% se declararam pretos ou pardos, enquanto no Rio de Janeiro obtivemos o percentual de 66,67% e no Mato Grosso 72,73% de negros (pretos ou pardos) (Tabela 7).

Tabela 8
Cor autodeclarada dos participantes dos grupos focais de oficiais

COR	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Indígena	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Preta	1	1	14,29	14,29	1	1	14,29	14,29	0	0	0,00	0,00	2	2	10,00	10,00
Parda	1	2	14,29	28,57	2	3	28,57	42,86	4	4	66,67	66,67	7	9	35,00	45,00
Amarela	0	2	0,00	28,57	0	3	0,00	42,86	0	4	0,00	66,67	0	9	0,00	45,00
Branca	5	7	71,43	100,00	4	7	57,14	100,00	2	6	33,33	100,00	11	20	55,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Dos participantes dos grupos focais de oficiais, 45% se autodeclararam pretos ou pardos e 55% brancos, variando entre as polícias em pesquisa. No Rio Grande do Sul nós tivemos 28,57% de pretos ou pardos, enquanto no Rio de Janeiro obtivemos o percentual de 42,86% e no Mato Grosso 66,67% (Tabela 8).

Tabela 9
Estado Civil dos participantes dos grupos focais de praças

ESTADO CIVIL	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Solteiro	6	6	50,00	50,00	4	4	66,67	66,67	5	5	45,45	45,45	15	15	51,72	51,72
Casado	2	8	16,67	66,67	2	6	33,33	100,00	5	10	45,45	90,91	9	24	31,03	82,76
Separado	2	10	16,67	83,33	0	6	0,00	100,00	1	11	9,09	100,00	3	27	10,34	93,10
Divorciado	1	11	8,33	91,67	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	1	28	3,45	96,55
Viúvo	0	11	0,00	91,67	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	0	28	0,00	96,55
Outro	1	12	8,33	100,00	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	1	29	3,45	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

O percentual de sujeitos praças casados foi de 31,03% contra 51,72% de solteiros e de 13,79% de separados ou divorciados. O Rio de Janeiro apresentou o maior índice de solteiros (66,67%), o Mato Grosso o maior índice de casados (45,45%) e o Rio Grande do Sul o maior índice de separados e divorciados (25%) (Tabela 9).

Tabela 10
Estado Civil dos participantes dos grupos focais de oficiais

ESTADO CIVIL	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Solteiro	1	1	14,29	14,29	4	4	57,14	57,14	2	2	33,33	33,33	7	7	35,00	35,00
Casado	2	3	28,57	42,86	3	7	42,86	100,00	4	6	66,67	100,00	9	16	45,00	80,00
Separado	1	4	14,29	57,14	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	1	17	5,00	85,00
Divorciado	0	4	0,00	57,14	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	17	0,00	85,00
Viúvo	0	4	0,00	57,14	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	17	0,00	85,00
Outro	3	7	42,86	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	3	20	15,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

O percentual de oficiais casados é de 45% e se formos considerar o percentual de união estável (15%) o percentual sobe para 60% contra 35% de solteiros e de 5% de separados. O Rio de Janeiro apresentou o maior índice de solteiros (57,14%), o Mato Grosso o maior índice de casados (66,67%) e o Rio Grande do Sul o maior índice de união estável (42,86%) (Tabela 10).

Tabela 11
Número de filhos dependentes dos entrevistados dos grupos focais de praças

NÚMERO DE DEPENDENTES	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Nenhum	3	3	25,00	25,00	4	4	66,67	66,67	3	3	27,27	27,27	10	10	34,48	34,48
Um	3	6	25,00	50,00	1	5	16,67	83,33	6	9	54,55	81,82	10	20	34,48	68,97
Dois	2	8	16,67	66,67	1	6	16,67	100,00	2	11	18,18	100,00	5	25	17,24	86,21
Três	3	11	25,00	91,67	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	3	28	10,34	96,55
Quatro	0	11	0,00	91,67	0	6	0,00	100	0	11	0,00	100,00	0	28	0,00	96,55
Mais de quatro	1	12	8,33	100,00	0	6	0	100	0	11	0,00	100,00	1	29	3,45	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao número de filhos, os participantes dos grupos focais de praças apresentaram os seguintes percentuais: 34,48% não possuem filhos e 65,52% possuem filhos, sendo que 34,48% possuem apenas um filho, 17,24% possuem dois filhos, 10,34% possuem três filhos e 3,45% têm mais de quatro filhos. O Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de participantes que não possuem filhos (66,67%), Mato Grosso com o maior índice de participantes com apenas um filho (54,55%) e o Rio Grande do Sul com o maior índice de participantes com três filhos (25%) (Tabela 11).

Tabela 12
Número de filhos dependentes dos entrevistados dos grupos focais de oficiais

NÚMERO DE DEPENDENTES	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Nenhum	3	3	42,86	42,86	4	4	57,14	57,14	2	2	33,33	33,33	9	9	45,00	45,00
Um	2	5	28,57	71,43	1	5	14,29	71,43	1	3	16,67	50,00	4	13	20,00	65,00
Dois	2	7	28,57	100,00	1	6	14,29	85,71	2	5	33,33	83,33	5	18	25,00	90,00
Três	0	7	0,00	100,00	1	7	14,29	100,00	0	5	0,00	83,33	1	19	5,00	95,00
Quatro	0	7	0,00	100,00	0	7	0,00	100,00	1	6	16,67	100,00	1	20	5,00	100,00
Mais de quatro	0	7	0,00	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	20	0,00	100,00
TOTAL	7	7	100,00		7	7	100,00		6	6	100,00		20	20	100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os oficiais participantes dos grupos focais apresentaram os seguintes percentuais: 45% não possuem filhos e 55% possuem filhos, sendo que 20% possuem apenas um filho, 25% possuem dois filhos, 5% possuem três filhos e 5% têm quatro filhos. O Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de participantes que não possuem filhos (57,14%), o Rio Grande do Sul com o maior índice de participantes com apenas um filho (28,57%) e o Mato Grosso com o maior índice de participantes com quatro filhos (16,67%) (Tabela 12).

Tabela 13
Domicílio dos participantes dos grupos focais de praças

DOMICÍLIO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Capital	11	11	91,67	91,67	1	1	16,67	16,67	6	6	54,55	54,55	18	18	62,07	62,07
Região Metropolitana	0	11	0,00	91,67	4	5	66,67	83,33	5	11	45,45	100,00	9	27	31,03	93,10
Interior	1	12	8,33	100,00	1	6	16,67	100,00	0	11	0,00	100,00	2	29	6,90	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A proposta de realização em três lócus organizacionais (BMRS, PMERJ e PMMT) limitou a mobilidade dentro da espacialidade territorial das unidades federativas participantes da pesquisa em decorrência do fator tempo. Sabemos que o espaço urbano em contraste com o rural pode influenciar nas percepções dos sujeitos participantes da pesquisa. Por tal razão resolvemos integrar no questionário de perfil o local de domicílio dos sujeitos investigados, o que pode indicar, de acordo com o local de trabalho, um alto dispêndio de energia gasta com o deslocamento no trajeto casa – trabalho, além de percepção de sua vivência influenciada pelo modo de vida do interior.

Observamos que 93,10% dos participantes praças residem em regiões metropolitanas que são conglomerados urbanos formados pelas capitais e seu entorno e apenas 6,90% residem no interior (Tabela 13).

Tabela 14
Domicílio dos participantes dos grupos focais de oficiais

DOMICÍLIO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Capital	6	6	85,71	85,71	5	5	71,43	71,43	4	4	66,67	66,67	15	15	75,00	75,00
Região Metropolitana	0	6	0,00	85,71	2	7	28,57	100,00	2	6	33,33	100,00	4	19	20,00	95,00
Interior	1	7	14,29	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	1	20	5,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

O percentual de oficiais participantes dos grupos focais residentes nas regiões metropolitanas foi de 95%, distribuídos em: 75% nas capitais e 20% nas regiões

metropolitanas. O destaque se deu nos residentes na capital gaúcha (85,71%) e a ausência de residentes no interior fluminense (Tabela 14).

Tabela 15
Escolaridade dos participantes dos grupos focais de praças

ESCOLARIDADE	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Médio completo	3	3	25,00	25,00	4	4	66,67	66,67	1	1	9,09	9,09	8	8	27,59	27,59
Superior incompleto	4	7	33,33	58,33	1	5	16,67	83,33	4	5	36,36	45,45	9	17	31,03	58,62
Superior completo	5	12	41,67	100,00	1	6	16,67	100,00	3	8	27,27	72,73	9	26	31,03	89,66
Pós-Graduação	0	12	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	3	11	27,27	100,00	3	29	10,34	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Das praças participantes nos grupos focais, 58,62% não possuem formação superior, 31,03% possuem a formação superior completa e 10,34% são pós-graduadas. O Rio Grande do Sul apresentou o percentual de 41,67% de participantes com formação superior; o Mato Grosso, por sua vez, teve o percentual de 27,27% de pós-graduados e o Rio de Janeiro contou com o percentual de 83,33% de participantes sem formação superior (Tabela 15).

Tabela 16
Escolaridade dos participantes dos grupos focais de oficiais

ESCOLARIDADE	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Médio completo	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Superior incompleto	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Superior completo	2	2	28,57	28,57	6	6	85,71	85,71	3	3	50,00	50,00	11	11	55,00	55,00
Pós-Graduação	5	7	71,43	100,00	1	7	14,29	100	3	6	50,00	100,00	9	20	45,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Dos oficiais participantes nos grupos focais, 100% possuem formação superior e destes 45% possuem a pós-graduação. Enquanto Mato Grosso apresentou um equilíbrio nos percentuais com 50% de participantes possuidores de curso superior completo e 50% com pós-graduação, o Rio Grande do Sul apresentou o maior índice de pós-graduados (71,43%), ao contrário do Rio de Janeiro que apresentou o menor índice de pós-graduados (14,29%) (Tabela 16).

Tabela 17
Orientação religiosa dos participantes dos grupos focais de praças

ORIENTAÇÃO RELIGIOSA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Evangélica pentecostal	0	0	0,00	0,00	2	2	33,33	33,33	3	3	27,27	27,27	5	5	17,24	17,24
Evangélica não-pentecostal	1	1	8,33	8,33	2	4	33,33	66,67	0	3	0,00	27,27	3	8	10,34	27,59
Umbanda	0	1	0,00	8,33	0	4	0,00	66,67	0	3	0	27,27	0	8	0,00	27,59
Espírita	1	2	8,33	16,67	0	4	0,00	66,67	2	5	18,18	45,45	3	11	10,34	37,93
Católica	10	12	83,33	100,00	2	6	33,33	100,00	5	10	45,45	90,91	17	28	58,62	96,55
Judaica	0	12	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	10	0	90,91	0	28	0,00	96,55
Outra	0	12	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	10	0,00	90,91	0	28	0,00	96,55
Não tem religião	0	12	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	1	11	9,09	100,00	1	29	3,45	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Quanto à orientação religiosa, 27,59% dos participantes dos grupos focais de praças são evangélicos e 58,62% são católicos. O Rio Grande do Sul apresentou o maior percentual de católicos (83,33%), o Rio de Janeiro o maior percentual de evangélicos (66,67%) e o Mato Grosso o maior percentual de não possuidores de religião (9,09%) (Tabela 17).

Tabela 18
Orientação religiosa dos participantes dos grupos focais de oficiais

ORIENTAÇÃO RELIGIOSA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Evangélica pentecostal	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	1	1	16,67	16,67	1	1	5,00	5,00
Evangélica não-pentecostal	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	3	4	50,00	66,67	3	4	15,00	20,00
Umbanda	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	4	0,00	66,67	0	4	0,00	20,00
Espírita	1	1	14,29	14,29	0	0	0,00	0,00	0	4	0,00	66,67	1	5	5,00	25,00
Católica	4	5	57,14	71,43	6	6	85,71	85,71	2	6	33,33	100,00	12	17	60,00	85,00
Judaica	0	5	0,00	71,43	0	6	0,00	85,71	0	6	0,00	100,00	0	17	0,00	85,00
Outra	0	5	0,00	71,43	0	6	0,00	85,71	0	6	0,00	100,00	0	17	0,00	85,00
Não tem religião	2	7	28,57	100,00	1	7	14,29	100,00	0	6	0,00	100,00	3	20	15,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A orientação religiosa dos oficiais participantes dos grupos focais ficou distribuída da seguinte forma: 60% de católicos; 20% de evangélicos; 15% de não possuidores de religião e 5% de espíritas.

O Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de católicos (85,71%), o Mato Grosso apresentou o maior percentual de evangélicos (66,67%) e o Rio Grande do Sul o maior percentual de sem religião (28,57%) (Tabela 18).

Tabela 19
Entidade que participam os participantes dos grupos focais de praças

ENTIDADE QUE PARTICIPA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Entidade de Bairro	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	2	2	18,18	18,18	2	2	6,90	6,90
Associação de Pais	1	1	8,33	8,33	0	0	0,00	0,00	0	2	0,00	18,18	1	3	3,45	10,34
Igreja	3	4	25,00	33,33	1	1	16,67	16,67	2	4	18,18	36,36	6	9	20,69	31,03
Outra	0	4	0,00	33,33	0	1	0,00	16,67	0	4	0,00	36,36	0	9	0,00	31,03
Nenhuma	8	12	66,67	100,00	5	6	83,33	100,00	7	11	63,64	100,00	20	29	68,97	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A participação em entidades extra-organização demonstra a interação do sujeito de pesquisa com a sociedade/ comunidade. Neste quesito, as praças participantes dos grupos focais apresentaram os seguintes percentuais: 68,97% não participam de entidades extra-organização; 20,69% participam da Igreja; 6,90% de entidades de bairro e 3,45% de associação de pais.

O Rio de Janeiro apresenta o maior índice (83,33%) de sujeitos que não participam de entidade extra-organização. O Rio Grande do Sul tem o maior índice (25%) de participantes de Igreja e Mato Grosso o maior índice de participantes de entidades de bairro (18,18%) (Tabela 19).

Tabela 20
Entidade que participam os participantes dos grupos focais de oficiais

ENTIDADE QUE PARTICIPA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Entidade de Bairro	1	1	14,29	14,29	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	1	1	5,00	5,00
Associação de Pais	0	1	0,00	14,29	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	1	0,00	5,00
Igreja	0	1	0,00	14,29	1	1	14,29	14,29	3	3	50,00	50,00	4	5	20,00	25,00
Outra	3	4	42,86	57,14	1	2	14,29	28,57	0	3	0,00	50,00	4	9	20,00	45,00
Nenhuma	3	7	42,86	100,00	5	7	71,43	100,00	3	6	50,00	100,00	11	20	55,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os oficiais apresentaram os seguintes percentuais: 55% não participam de entidades extra-organização; 20% participam da Igreja; 20% participam de outras entidades e 5% participam de entidades de bairro.

O Rio de Janeiro apresenta o maior índice (71,43%) de sujeitos que não participam de entidade extra-organização. O Rio Grande do Sul tem o maior índice (42,86%) de participantes de outras entidades e Mato Grosso o maior índice de participantes de Igreja (50%) (Tabela 20).

Tabela 21
Noções básicas de língua estrangeira dos participantes dos grupos focais de praças

LÍNGUA ESTRANGEIRA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Inglês	3	3	25,00	25,00	1	1	16,67	16,67	3	3	27,27	27,27	7	7	24,14	24,14
Espanhol	4	7	33,33	58,33	0	1	0,00	16,67	4	7	36,36	63,64	8	15	27,59	51,72
Francês	0	7	0,00	58,33	0	1	0,00	16,67	0	7	0,00	63,64	0	15	0,00	51,72
Italiano	0	7	0,00	58,33	0	1	0,00	16,67	1	8	9,09	72,73	1	16	3,45	55,17
Outra	1	8	8,33	66,67	0	1	0,00	16,67	0	8	0,00	72,73	1	17	3,45	58,62
Nenhuma	4	12	33,33	100,00	5	6	83,33	100,00	3	11	27,27	100,00	12	29	41,38	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

O conhecimento de língua estrangeira dos participantes dos grupos focais de praças apresentou o seguinte percentual: 41,38% não têm conhecimento língua estrangeira; 27,59% têm conhecimento de espanhol; 24,14% têm conhecimento de inglês.

O Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de participantes sem conhecimento de língua estrangeira (83,33%); o Mato Grosso apresentou o maior percentual de sujeitos com conhecimento em espanhol (36,36%) e inglês (27,27%) e o Rio Grande do Sul apresentou o maior índice (8,33%) de sujeitos com conhecimento de língua estrangeira diversa do inglês, do espanhol, do francês e do italiano (Tabela 21).

Tabela 22
Noções básicas de língua estrangeira dos participantes dos grupos focais de oficiais

LÍNGUA ESTRANGEIRA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Inglês	6	6	85,71	85,71	4	4	57,14	57,14	5	5	83,33	83,33	15	15	75,00	75,00
Espanhol	1	7	14,29	100,00	2	6	28,57	85,71	1	6	16,67	100,00	4	19	20,00	95,00
Francês	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	85,71	0	6	0,00	100,00	0	19	0,00	95,00
Italiano	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	85,71	0	6	0,00	100,00	0	19	0,00	95,00
Outra	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	85,71	0	6	0,00	100,00	0	19	0,00	95,00
Nenhuma	0	7	0,00	100,00	1	7	14,29	100,00	0	6	0,00	100,00	1	20	5,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os Oficiais participantes dos grupos focais apresentaram os seguintes percentuais quanto ao conhecimento de língua estrangeira: 75% têm conhecimento de inglês; 20% têm conhecimento de espanhol e 5% não têm conhecimento de língua estrangeira.

O Rio Grande do Sul apresentou o maior percentual de participantes com conhecimento de língua inglesa (85,71%); o Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de sujeitos com conhecimento em espanhol (28,57%). O destaque fica por conta do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso que apresentam 100% dos sujeitos participantes com conhecimento de língua estrangeira (Tabela 22).

Tabela 23
Local de trabalho dos participantes dos grupos focais de praças

LOCAL DE TRABALHO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Capital	12	12	100,00	100,00	5	5	83,33	83,33	10	10	90,91	90,91	27	27	93,10	93,10
Região Metropolitana	0	12	0,00	100,00	1	6	16,67	100,00	1	11	9,09	100,00	2	29	6,90	100,00
Interior	0	12	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	0	29	0,00	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

O local de trabalho marca a pesquisa no sentido de lócus de realização dos grupos focais de praças, pois a seleção dos sujeitos que iriam participar das reuniões, para facilidade do acesso, teve como indicação na sua totalidade os que residiam nas capitais (93,10%) ou regiões metropolitanas (6,90%) (Tabela 23).

Tabela 24
Local de trabalho dos participantes dos grupos focais de oficiais

LOCAL DE TRABALHO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Capital	6	6	85,71	85,71	7	7	100,00	100,00	6	6	100,00	100,00	19	19	95,00	95,00
Região Metropolitana	0	6	0,00	85,71	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	19	0,00	95,00
Interior	1	7	14,29	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	1	20	5,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Da mesma forma que o local de trabalho das praças, os grupos focais de oficiais teve como indicação 95% dos sujeitos que trabalhavam na capital e apenas 5% com lócus de trabalho no interior (Tabela 24).

Tabela 25
Horas trabalhadas/semana pelos participantes dos grupos focais de praças

HORAS TRAB/SEMANA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
0 ----[30	0	0	0,00	0,00	0	0	0	0	4	4	36,36	36,36	4	4	13,79	13,79
30 ----[40	9	9	75,00	75,00	5	5	83,33	83,33	4	8	36,36	72,73	18	22	62,07	75,86
40 ----[50	1	10	8,33	83,33	1	6	16,67	100,00	3	11	27,27	100,00	5	27	17,24	93,10
50 ----[60	0	10	0,00	83,33	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	0	27	0,00	93,10
60 ---- ∞	2	12	16,67	100,00	0	6	0,00	100,00	0	11	0,00	100,00	2	29	6,90	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Quanto à horas trabalhadas/ semana os grupos focais de praças apresentou 75,86% de sujeitos trabalhando até 40 horas/ semana, enquanto que 24,14% trabalham mais 40 horas/semanais. Mato Grosso apresentou o percentual de 36,36% praças trabalhando até 30 horas/ semana enquanto o Rio de Janeiro teve 100% de sujeitos trabalhando entre 30 e 50 horas/ semana (Tabela 25).

Tabela 26
Horas trabalhadas/semana pelos participantes dos grupos focais de oficiais

HORAS TRAB/SEMANA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
0 ----[30	0	0	0,00	0,00	1	1	14,29	14,29	1	1	16,67	16,67	2	2	10,00	10,00
30 ----[40	6	6	85,71	85,71	5	6	71,43	85,71	0	1	0,00	16,67	11	13	55,00	65,00
40 ----[50	1	7	14,29	100,00	0	6	0,00	85,71	1	2	16,67	33,33	2	15	10,00	75,00
50 ----[60	0	7	0,00	100,00	1	7	14,29	100,00	4	6	66,67	100,00	5	20	25,00	100,00
60 ---- ∞	0	7	0,00	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	20	0,00	100,00
TOTAL	7		100,00		7		100,00		6		100,00		20		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os oficiais participantes dos grupos focais apresentaram o seguinte percentual: 55% dos sujeitos trabalham entre 30 e 40 horas/ semana; 25% trabalham entre 50 e 60

horas/ semana; 10% trabalham até 30 horas/ semana e outros 10% trabalham entre 40 e 50 horas/ semana.

O Rio Grande do Sul contou com 85,71% de seus participantes trabalhando entre 30 e 40 horas/ semana. No Rio de Janeiro o mesmo percentual (85,71%) trabalhavam até 40 horas/ semana. Mato Grosso contou com 66,67% dos participantes trabalhando entre 50 e 60 horas/ semana (Tabela 26).

Tabela 27
Ano de ingresso na Polícia Militar dos participantes dos grupos focais de praças

ANO DE INGRESSO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
-----[1985	1	1	8,33	8,33	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	1	1	3,45	3,45
1985 -----[1990	0	1	0,00	8,33	0	0	0,00	0,00	1	1	9,09	9,09	1	2	3,45	6,90
1990 -----[1995	5	6	41,67	50,00	0	0	0,00	0,00	0	1	0,00	9,09	5	7	17,24	24,14
1995 -----[2000	2	8	16,67	66,67	0	0	0,00	0,00	2	3	18,18	27,27	4	11	13,79	37,93
2000 -----[2005	0	8	0,00	66,67	1	1	16,67	16,67	7	10	63,64	90,91	8	19	27,59	65,52
2005 -----[2010	4	12	33,33	100,00	0	1	0,00	16,67	0	10	0,00	90,91	4	23	13,79	79,31
2010 -----	0	12	0,00	100,00	5	6	83,33	100,00	1	11	9,09	100,00	6	29	20,69	100,00
TOTAL	12		100,00		6		100,00		11		100,00		29		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Pela tabela 27 podemos observar que 37,93% dos participantes dos grupos focais das praças ingressaram entre o ano de 1983 e 2000, ou seja têm mais de 13 (treze) anos de efetivo serviço, enquanto 27,59% ingressaram entre o ano 2000 e 2005; 20,69% ingressaram depois de 2010 e 13,79% ingressaram entre 2005 e 2010.

Podemos afirmar que os sujeitos selecionados refletem as socializações produzidas ao longo de 30 (trinta) anos, marcando vários períodos das políticas educacionais e de operacionalização das polícias, pois transitaram pela ditadura, pelo período da distensão política, a fase de democratização, período de consolidação da Constituição Cidadã, a criação do Plano Nacional de Segurança Pública e as diversas mudanças nas orientações e nas relações estabelecidas pelo Estado e pelos governos ao longo dessa temporalidade.

O grupo mais jovem de corporação foi o do Rio de Janeiro onde 100% dos participantes ingressaram depois do ano 2000 enquanto que no Rio Grande do Sul 50% dos participantes ingressaram antes de 1995 (Tabela 27).

Tabela 28
Ano de ingresso na Polícia Militar dos participantes dos grupos focais de oficiais

ANO DE INGRESSO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
-----[1985	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
1985 -----[1990	4	4	57,14	57,14	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	4	4	20,00	20,00
1990 -----[1995	2	6	28,57	85,71	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	2	6	10,00	30,00
1995 -----[2000	0	6	0,00	85,71	2	2	28,57	28,57	2	2	33,33	33,33	4	10	20,00	50,00
2000 -----[2005	0	6	0,00	85,71	4	6	57,14	85,71	2	4	33,33	66,67	6	16	30,00	80,00
2005 -----[2010	1	7	14,29	100,00	1	7	14,29	100,00	2	6	33,33	100,00	4	20	20,00	100,00
2010 -----	0	7	0,00	100,00	0	7	0,00	100,00	0	6	0,00	100,00	0	20	0,00	100,00
TOTAL	7	7	100,00		7	7	100,00		6	6	100,00		20	20	100,00	

Fonte: Elaboração própria

Entre os oficiais participantes dos grupos focais, 30% ingressaram entre o ano 2000 e 2005; 20% entre os anos de 1985 e 1990; 20% entre o ano 1995 e 2000; 20% entre o ano 2005 e 2010 e 10% entre o ano de 1990 e 1995, ou seja 50% dos oficiais participantes ingressaram na organização antes do ano 2000.

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul apresentou o grupo de participantes mais antigo de organização com 85,71% dos participantes ingressantes antes de 1995. O Rio de Janeiro e o Mato Grosso apresentaram o percentual de 100% dos participantes como ingressantes depois de 1995 (Tabela 28).

Em resumo, nos grupos focais de praças encontramos a maioria de Cabos e Soldados (86,21%); do sexo masculino (68,97%); com idade entre 20 e 35 anos (62,07%); brancos (51,72%), solteiros (51,72%); com filhos (65,52%); residindo nas capitais ou região metropolitana (93,10%); com curso superior ou pós-graduação (41,37%); católicos (58,62%); não participam de entidade extraorganização (68,97%); possuem conhecimento em língua estrangeira (58,62%); trabalham nas capitais ou regiões metropolitanas (100%); trabalham até 40 horas/ semana (62,07%); ingressaram na organização antes de 2005 (65,52%).

Em resumo, nos grupos focais de oficiais a maioria é de capitães (55%); do sexo masculino (90%); com idade entre 20 e 35 anos (60%); brancos (55%); casados (45%); com filhos (55%); residindo nas capitais ou região metropolitana (95%); com curso superior ou pós-graduação (100%); católicos (60%); não participam de entidade extraorganização (55%); possuem conhecimento em língua estrangeira (95%); trabalham nas capitais ou regiões metropolitanas (95%); trabalham até 40 horas/ semana (55%); ingressaram na organização antes de 2005 (80%).

5.2 ENTREVISTAS: O PERFIL NO PLANO INDIVIDUAL

A escolha dos entrevistados seguiu a mesma lógica dos grupos focais, pois foi o Comando das polícias quem indicou os participantes. O formato da entrevista foi semidirigido com as mesmas questões formuladas para os entrevistados. Os locais de realização variaram de acordo com a autorização do comando e disponibilidade das polícias. Contato prévio foi mantido com os comandantes das unidades, onde foi explicado o objetivo e a metodologia da pesquisa para evitar constrangimentos e situações inesperadas, ou seja os contatos com o escalão superior dos entrevistados foi eminentemente formal, seguindo a conhecida cadeia de comando.

Importante destacar que durante as entrevistas, observamos muitos mecanismos de defesa ativados pelos entrevistados, como a comunicação verbal substituída pelos gestos; reações por vezes agressivas em algumas perguntas, direcionando toda raiva e crítica sentida pelos superiores hierárquicos em transferência para o entrevistador; algumas vezes o silêncio, outras a apatia e até mesmo o desdém. Alguns entrevistados passaram de maneira informal importantes informações após as entrevistas. Todas essas ações são previsíveis e fazem parte das possibilidades de ocorrência em entrevistas, o que demandou perspicácia para contornar as situações relatadas, convertendo-as em *rapport*.

Tabela 29
Posto e Graduação dos entrevistados

POSTO/ GRADUAÇÃO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Oficial Superior	0	0	0,00	0,00	1	1	3,03	3,03	0	0	0,00	0,00	1	1	1,19	1,19
Oficial Intermediário	2	2	6,67	6,67	3	4	9,09	12,12	2	2	9,52	9,52	7	8	8,33	9,52
Oficial Subalterno	5	7	16,67	23,33	4	8	12,12	24,24	2	4	9,52	19,05	11	19	13,10	22,62
ST ou Sgt	12	19	40,00	63,33	7	15	21,21	45,45	5	9	23,81	42,86	24	43	28,57	51,19
Cabo ou Soldado	11	30	36,67	100,00	18	33	54,55	100	12	21	57,14	100,00	41	84	48,81	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados apresentaram os seguintes percentuais de postos e graduações: 48,81% de cabos ou soldados; 28,57% de subtenentes ou sargentos; 13,10% de oficiais subalternos (2º e 1º tenentes); 8,33% de oficiais intermediários (capitães) e 1,19% de oficiais superiores (majores).

Os percentuais variaram entre os Estados com destaque ao Mato Grosso que contou com 57,14% de cabos ou soldados entrevistados. O Rio Grande do Sul teve 40% de sargentos entrevistados e o Rio de Janeiro foi o único com oficial superior entrevistado (3,03%) (Tabela 29).

Tabela 30
Gênero dos entrevistados

SEXO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Masculino	22	22	73,33	73,33	23	23	69,70	69,70	13	13	61,90	61,90	58	58	69,05	69,05
Feminino	8	30	26,67	100,00	10	33	30,30	100,00	8	21	38,10	100,00	26	84	30,95	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Dos entrevistados, 69,05% eram homens e 30,95% eram mulheres. O Rio Grande do Sul apresentou o maior percentual de homens (73,33%) de entrevistados enquanto Mato Grosso o maior de mulheres (38,10%) (Tabela 30).

Tabela 31
Idade dos entrevistados

IDADE	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
20 -----[25	0	0	0	0	4	4	12,12	12,12	3	3	14,29	14,29	7	7	8,33	8,33
25 -----[30	1	1	3,33	3,33	14	18	42,42	54,55	6	9	28,57	42,86	21	28	25,00	33,33
30 -----[35	7	8	23,33	26,67	7	25	21,21	75,76	5	14	23,81	66,67	19	47	22,62	55,95
35 -----[40	4	12	13,33	40,00	5	30	15,15	90,91	3	17	14,29	80,95	12	59	14,29	70,24
40 -----[45	12	24	40,00	80,00	2	32	6,06	96,97	3	20	14,29	95,24	17	76	20,24	90,48
45 -----[50	6	30	20,00	100	1	33	3,03	100	1	21	4,76	100,00	8	84	9,52	100
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A idade dos entrevistados ficou distribuída da seguinte forma: 25% dos entrevistados possuem entre 25 e 30 anos; 22,62% possuem entre 30 e 35 anos; 20,24% entre 40 e 45 anos; 14,29% entre 35 e 40 anos; 9,52% entre 45 e 50 anos e 8,33% entre 20 e 25 anos.

O Rio Grande do Sul apresentou 60% dos entrevistados com idade superior a 40 anos. O Rio de Janeiro teve 63,63% dos entrevistados com idade entre 25 e 35 anos. Mato Grosso apresentou o percentual de 14,29% dos entrevistados com idade entre 20 e 25 anos (Tabela 31).

Tabela 32
Cor autodeclarada dos entrevistados

COR	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Indígena	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Preta	3	3	10,00	10,00	7	7	21,21	21,21	1	1	4,76	4,76	11	11	13,10	13,10
Parda	8	11	26,67	36,67	14	21	42,42	63,64	16	17	76,19	80,95	38	49	45,24	58,33
Amarela	0	11	0,00	36,67	0	21	0,00	63,64	0	17	0,00	80,95	0	49	0,00	58,33
Branca	19	30	63,33	100,00	12	33	36,36	100,00	4	21	19,05	100,00	35	84	41,67	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A cor autodeclarada apresentou os seguintes percentuais: 58,33% de negros (pretos ou pardos) e 41,67% de brancos, sendo que o Rio Grande do Sul apresentou um percentual de 63,33% de entrevistados brancos enquanto que Mato Grosso apresentou um percentual de 80,95% de entrevistados negros (sendo 76,19% de pardos) e o Rio de Janeiro com 21,21% de pretos (Tabela 32).

Tabela 33
Estado Civil dos entrevistados

ESTADO CIVIL	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Solteiro	2	2	6,67	6,67	15	15	45,45	45,45	5	5	23,81	23,81	22	22	26,19	26,19
Casado	24	26	80,00	86,67	15	30	45,45	90,91	9	14	42,86	66,67	48	70	57,14	83,33
Separado	2	28	6,67	93,33	0	30	0,00	90,91	0	14	0,00	66,67	2	72	2,38	85,71
Divorciado	1	29	3,33	96,67	2	32	6,06	96,97	2	16	9,52	76,19	5	77	5,95	91,67
Viúvo	0	29	0,00	96,67	0	32	0,00	96,97	0	16	0,00	76,19	0	77	0,00	91,67
Outro	1	30	3,33	100,00	1	33	3,03	100,00	5	21	23,81	100,00	7	84	8,33	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Dos entrevistados, 57,14% eram casados; 26,19% eram solteiros; 8,33% apresentaram outro estado civil (união estável, acordo de convivência, etc.); 5,95% eram divorciados e 2,38% eram separados. O Rio Grande do Sul apresentou o maior percentual de casados (80%); o Rio de Janeiro o maior percentual de solteiros (45,45%) e o Mato Grosso o maior percentual com outro estado civil (23,81%) (Tabela 33).

Tabela 34
Número de dependentes dos entrevistados

NÚMERO DE DEPENDENTES	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Nenhum	3	3	10,00	10,00	11	11	33,33	33,33	6	6	28,57	28,57	20	20	23,81	23,81
Um	9	12	30,00	40,00	9	20	27,27	60,61	8	14	38,10	66,67	26	46	30,95	54,76
Dois	8	20	26,67	66,67	6	26	18,18	78,79	1	15	4,76	71,43	15	61	17,86	72,62
Três	8	28	26,67	93,33	5	31	15,15	93,94	4	19	19,05	90,48	17	78	20,24	92,86
Quatro	2	30	6,67	100,00	2	33	6,06	100,00	2	21	9,52	100,00	6	84	7,14	100,00
Mais de quatro	0	30	0,00	100,00	0	33	0,00	100,00	0	21	0,00	100,00	0	84	0,00	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados apresentaram os seguintes percentuais quanto ao número de dependentes (filhos): 30,95% possuíam um (1) filho; 23,81% não tinham filhos; 20,24% possuíam três (3) filhos; 17,86% possuíam dois (2) filhos e 7,14% possuíam quatro (4) filhos.

Mato Grosso apresentou o percentual de 38,10% de entrevistados com apenas um (1) filho. O Rio Grande do Sul apresentou 26,67% de entrevistados com dois (2) filhos e 26,67% com três (3) filhos. O Rio de Janeiro apresentou 33,33% dos entrevistados sem filhos (Tabela 34).

Tabela 35
Local de domicílio dos entrevistados

DOMICÍLIO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Capital	19	19	63,33	63,33	26	26	78,79	78,79	13	13	61,90	61,90	58	58	69,05	69,05
Região Metropolitana	8	27	26,67	90,00	3	29	9,09	87,88	7	20	33,33	95,24	18	76	21,43	90,48
Interior	3	30	10,00	100,00	4	33	12,12	100,00	1	21	4,76	100,00	8	84	9,52	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Dos entrevistados, 90,48% têm domicílio nas capitais ou nas regiões metropolitanas, enquanto que 9,52% residem no interior. O Rio de Janeiro apresentou o percentual de 78,79% dos entrevistados residentes na Capital. O Mato Grosso o percentual de 33,33% de entrevistados residentes na Região Metropolitana. O Rio Grande do Sul o percentual de 10% de residentes no interior (Tabela 35).

Tabela 36
Escolaridade dos entrevistados

ESCOLARIDADE	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Médio completo	7	7	23,33	23,33	8	8	24,24	24,24	5	5	23,81	23,81	20	20	23,81	23,81
Superior incompleto	9	16	30,00	53,33	8	16	24,24	48,48	4	9	19,05	42,86	21	41	25,00	48,81
Superior completo	9	25	30,00	83,33	15	31	45,45	93,94	9	18	42,86	85,71	33	74	39,29	88,10
Pós-Graduação	5	30	16,67	100,00	2	33	6,06	100,00	3	21	14,29	100,00	10	84	11,90	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Quanto à escolaridade dos entrevistados, 39,29% possuem o curso superior completo; 25% possuem o curso superior incompleto; 23,81% apenas o médio completo e 11,90% possuem o curso de pós-graduação. Mato Grosso apresentou o percentual de 57,14% dos entrevistados possuidores do curso superior ou de pós-graduação enquanto o Rio de Janeiro apresentou o percentual de 51,52% e o Rio Grande do Sul 46,67%.

Tabela 37
Orientação religiosa dos entrevistados

ORIENTAÇÃO RELIGIOSA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Evangélica pentecostal	2	2	6,67	6,67	5	5	15,15	15,15	1	1	4,76	4,76	8	8	9,52	9,52
Evangélica não-pentecostal	2	4	6,67	13,33	7	12	21,21	36,36	2	3	9,52	14,29	11	19	13,10	22,62
Umbanda	0	4	0,00	13,33	0	12	0,00	36,36	0	3	0,00	14,29	0	19	0,00	22,62
Espírita	2	6	6,67	20,00	1	13	3,03	39,39	0	3	0,00	14,29	3	22	3,57	26,19
Católica	20	26	66,67	86,67	11	24	33,33	72,73	14	17	66,67	80,95	45	67	53,57	79,76
Judaica	0	26	0,00	86,67	0	24	0,00	72,73	0	17	0,00	80,95	0	67	0,00	79,76
Outra	1	27	3,33	90,00	1	25	3,03	75,76	1	18	4,76	85,71	3	70	3,57	83,33
Não tem religião	3	30	10,00	100,00	8	33	24,24	100,00	3	21	14,29	100,00	14	84	16,67	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

A orientação religiosa dos entrevistados foi marcada nos seguintes percentuais: 53,57% são católicos; 22,62% são evangélicos; 16,67% não possuem religião; 3,57% são espíritas e 3,57% possuem outras religiões.

O Rio Grande do Sul e o Mato Grosso apresentaram respectivamente o percentual de 66,67% de entrevistados católicos, enquanto que o Rio de Janeiro apresentou o percentual de 36,36% de evangélicos (Tabela 37).

Tabela 38
Entidade que participam os entrevistados

ENTIDADE QUE PARTICIPA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Entidade de Bairro	3	3	10,00	10,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	3	3	3,57	3,57
Associação de Pais	1	4	3,33	13,33	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	1	4	1,19	4,76
Igreja	9	13	30,00	43,33	9	9	27,27	27,27	9	9	42,86	42,86	27	31	32,14	36,90
Outra	2	15	6,67	50,00	3	12	9,09	36,36	0	9	0,00	42,86	5	36	5,95	42,86
Nenhuma	15	30	50,00	100,00	21	33	63,64	100,00	12	21	57,14	100,00	48	84	57,14	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à participação de entidades extraorganização: 57,14% dos entrevistados não participam de nenhuma entidade; 32,14% participam de igrejas; 5,95% participam de outras entidades (Rotary, Lions, Maçonaria, etc.); 3,57% participam de entidade de bairro e 1,19% participam de associação de Pais.

No Rio Grande do Sul, 50% dos entrevistados não participam de entidade extraorganização, enquanto no Rio de Janeiro 63,64% não participam de entidade e no Mato Grosso 57,14% dos entrevistados não participam.

A participação em Igrejas teve o percentual de 42,86% dos entrevistados no Mato Grosso; 30% dos entrevistados no Rio Grande do Sul e 27,27% no Rio de Janeiro (Tabela 38).

Tabela 39
Noção de língua estrangeira dos entrevistados

LÍNGUA ESTRANGEIRA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Inglês	7	7	23,33	23,33	20	20	60,61	60,61	1	1	4,76	4,76	28	28	33,33	33,33
Espanhol	11	18	36,67	60,00	4	24	12,12	72,73	5	6	23,81	28,57	20	48	23,81	57,14
Francês	0	18	0,00	60,00	0	24	0,00	72,73	0	6	0,00	28,57	0	48	0,00	57,14
Italiano	1	19	3,33	63,33	0	24	0,00	72,73	0	6	0,00	28,57	1	49	1,19	58,33
Outra	1	20	3,33	66,67	0	24	0,00	72,73	0	6	0,00	28,57	1	50	1,19	59,52
Nenhuma	10	30	33,33	100,00	9	33	27,27	100,00	15	21	71,43	100,00	34	84	40,48	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

40,48% dos entrevistados não possuem conhecimento de língua estrangeira, 33,33% conhecem o inglês; 23,81% conhecem o espanhol; 1,19% conhecem o italiano e 1,19% conhecem outras línguas.

O Rio de Janeiro apresentou o percentual de 60,61% dos entrevistados com conhecimento em língua inglesa. O Rio Grande do Sul apresentou 36,67% dos entrevistados com conhecimento em língua espanhola e o Mato Grosso apresentou 71,43% dos entrevistados sem conhecimento de língua estrangeira (Tabela 39).

Tabela 40
Local de trabalho dos entrevistados

LOCAL DE TRABALHO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
Capital	28	28	93,33	93,33	33	33	100,00	100,00	16	16	76,19	76,19	77	77	91,67	91,67
Região Metropolitana	0	28	0,00	93,33	0	33	0,00	100,00	5	21	23,81	100,00	5	82	5,95	97,62
Interior	2	30	6,67	100,00	0	33	0,00	100,00	0	21	0,00	100,00	2	84	2,38	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

97,62% dos entrevistados trabalham nas Capitais ou Regiões Metropolitanas, restando 2,38% com local de trabalho no interior. O Rio de Janeiro e o Mato Grosso apresentaram 100% dos entrevistados com local de trabalho na Capital e Região Metropolitana enquanto o Rio Grande do Sul apresentou 6,67% dos entrevistados com local de trabalho no interior (Tabela 40).

Tabela 41
Horas trabalhadas/semana pelos entrevistados

HORAS TRAB/SEMANA	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
0 ----[30	1	1	3,33	3,33	8	8	24,24	24,24	7	7	31,82	31,82	16	16	18,82	18,82
30 ----[40	23	24	76,67	80,00	9	17	27,27	51,52	7	14	31,82	63,64	39	55	45,88	64,71
40 ----[50	5	29	16,67	96,67	11	28	33,33	84,85	8	22	36,36	100,00	24	79	28,24	92,94
50 ----[60	1	30	3,33	100,00	3	31	9,09	93,94	0	22	0,00	100,00	4	83	4,71	97,65
60 ---- ∞	0	30	0,00	100,00	2	33	6,06	100,00	0	22	0,00	100,00	2	85	2,35	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		22		100,00		85		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Quanto às horas trabalhadas/ semana temos 45,88% dos entrevistados trabalhando entre 30 e 40 horas/ semana; 28,24% trabalhando entre 40 e 50 horas/ semana; 18,82% trabalhando até 30 horas/ semana; 4,71% trabalhando entre 50 e 60 horas/ semana e 2,35% trabalhando mais de 60 horas/ semana.

No Rio Grande do Sul, 76,67% trabalham entre 30 e 40 horas/semana; no Rio de Janeiro, 15,15% trabalham mais de 50 horas/ semana e no Mato Grosso, 36,36% trabalham entre 40 e 50 horas/ semana (Tabela 41).

Tabela 42
Ano de ingresso na Polícia Militar

ANO DE INGRESSO	Rio Grande do Sul				Rio de Janeiro				Mato Grosso				TOTAL			
	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac	f(i)	fac	%	%ac
-----[1985	3	3	10,00	10,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	3	3	3,57	3,57
1985 -----[1990	16	19	53,33	63,33	3	3	9,09	9,09	1	1	4,76	4,76	20	23	23,81	27,38
1990 -----[1995	3	22	10,00	73,33	1	4	3,03	12,12	5	6	23,81	28,57	9	32	10,71	38,10
1995 -----[2000	3	25	10,00	83,33	5	9	15,15	27,27	3	9	14,29	42,86	11	43	13,10	51,19
2000 -----[2005	2	27	6,67	90,00	5	14	15,15	42,42	7	16	33,33	76,19	14	57	16,67	67,86
2005 -----[2010	3	30	10,00	100,00	12	26	36,36	78,79	2	18	9,52	85,71	17	74	20,24	88,10
2010 -----	0	30	0,00	100,00	7	33	21,21	100,00	3	21	14,29	100,00	10	84	11,90	100,00
TOTAL	30		100,00		33		100,00		21		100,00		84		100,00	

Fonte: Elaboração própria

Dos entrevistados, 51,19% ingressaram na organização policial militar antes do ano 2000; 16,67% ingressaram entre 2000 e 2005; 20,24% ingressaram entre 2005 e 2010 e 11,90% ingressaram depois de 2010.

A Brigada Militar se destacou com o percentual de entrevistados mais antigos de polícia com 73,33% ingressantes antes de 1995. O Rio teve o percentual de entrevistados ingressantes mais recentes com 72,73% dos sujeitos incluídos na polícia depois do ano 2000 (Tabela 42).

Em resumo, os entrevistados são na maioria cabos ou soldados (48,81%), do sexo masculino (69,05%); com idade entre 20 e 35 anos (55,95%); pretos ou pardos (58,33%); casados (57,14%); com filhos (76,19%); residentes nas capitais ou regiões metropolitanas (90,48%); possuidores de curso superior ou pós-graduação (51,19%); católicos (53,37%); não participam de entidades extraorganização (57,14%); com conhecimento em língua estrangeira (59,52%); trabalham na capital (91,67%); até 40 horas/semana de trabalho (64,71%); ingressaram na organização antes de 2000 (51,19%).

Após a exposição de todos esses dados referentes aos perfis dos participantes dos grupos focais e das entrevistas, reputamos de extrema valia a elaboração de quadro representativo do perfil geral, como adiante se observa:

CATEGORIAS	GRUPO FOCAL PRAÇAS	GRUPO FOCAL OFICIAIS	ENTREVISTAS
QTDE PARTICIPANTES	3 grupos – 29 pessoas	3 grupos – 20 pessoas	84 pessoas
POSTO / GRADUAÇÃO	Cabos e soldados (86,21%)	Capitães (55%)	Cabos e soldados (48,81%)
SEXO	Masculino (68,97%)	Masculino (90%)	Masculino (69,05%)
IDADE	20 ----[35 anos - (62,07%)	20 ----[35 anos (60%)	20 ----[35 anos - (55,95%)
COR	Branco (51,72%)	Branco (55%)	Negros (58,33%)
ESTADO CIVIL	Solteiro (51,72%)	Casados (45%)	Casados (57,14%)
DEPENDENTES	Com filhos (65,52%)	Com filhos (55%)	Com filhos (76,19%)
LOCAL DOMICILIO	Capital/ Região Metropolitana (93,10%)	Capital/ Região Metropolitana (95%)	Capital/ Região Metropolitana (90,48%)
FORMAÇÃO ESCOLAR	Curso Superior ou pós-grad. (41,37%)	Curso Superior ou pós-grad. (100%)	Curso Superior ou pós-grad. (51,19%)
RELIGIÃO	Católica (58,62%)	Católica (60%)	Católica (53,37%)
ENTIDADE EXTRA-ORGANIZAÇÃO	Nenhuma (68,97%)	Nenhuma (55%)	Nenhuma (57,14%)
LINGUA ESTRANGEIRA	Conhecem (58,62%)	Conhecem (95%)	Conhecem (59,52%)
LOCAL DE TRABALHO	Capital/ Região Metropolitana (100%)	Capital/ Região Metropolitana (95%)	Capital (91,67%)
HORAS TRAB./SEMANA	Até 40 horas/sem. (62,07%)	Até 40 horas/sem. (55%)	Até 40 horas/sem. (64,71%)
ANO DE INGRESSO	-----[2005 - (65,52%)	-----[2005 - (80%)	-----[2000 - (51,19%)

Quadro 8: Perfil geral dos sujeitos de pesquisa

No capítulo seguinte apresentaremos os resultados obtidos junto ao campo de maneira a compreender a tensão gerada entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos vivenciados na socialização secundária junto às organizações policiais, relacionando-a (tensão) com as esferas familiar, jurídica e estatal.

6 DISCURSO GERAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Como já mencionado anteriormente, o estudo da socialização permite conhecer o núcleo duro das crenças compartilhadas e como se movimentam esses compartilhamentos de acordo com a mudança de posição dos sujeitos. Há nesse posicionamento uma contradição que marca a compreensão dos fenômenos, bem como o conhecimento das pluralidades, conflitos e dissensos ligados à ocupação policial militar no Brasil.

A indução, decorrente das falas coletadas nas entrevistas e discussões dos grupos focais, associada transversalmente às observações, foi utilizada para a compreensão do que sejam considerados como atos de reconhecimento e atos de desrespeitos pelos policiais militares sujeitos da pesquisa. Marca-se nessa perspectiva subjetiva dos sujeitos a relação que eles estabelecem com a família, com o direito e com o Estado de maneira por vezes ambivalente, por vezes antagônica, em um movimento de onda que exterioriza sentimentos múltiplos e demonstram a tensão vivida pelos sujeitos.

Assim, temos que o objetivo deste capítulo é apresentar o discurso geral dos policiais militares participantes, dando uma noção do discurso produzido globalmente, para no capítulo seguinte fazermos a comparação discursiva estado por estado, o que possibilitará a identificação das diacronias e sincronias discursivas variantes entre as regiões brasileiras. As especificidades de cada Estado e polícia serão tratadas no capítulo 7.

Eleitas como lócus empírico de demonstração da relação entre a socialização e a tensão estabelecida entre o reconhecimento e os desrespeitos temos a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e a Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), onde o campo foi concretizado.

Contamos com 84 (oitenta e quatro) entrevistados que são na maioria cabos ou soldados (48,81%), do sexo masculino (69,05%); com idade entre 20 e 35 anos (55,95%); pretos ou pardos (58,33%); casados (57,14%); com filhos (76,19%); residentes nas capitais ou regiões metropolitanas (90,48%); possuidores de curso

superior ou pós-graduação (51,19%); católicos (53,37%); não participam de entidades extraorganização (57,14%); com conhecimento em língua estrangeira (59,52%); trabalham na capital (91,67%); até 40 horas/semana de trabalho (64,71%); ingressaram na organização antes de 2000 (51,19%).

Nos grupos focais de praças – 29 (vinte e nove) participantes – encontramos a maioria de Cabos e Soldados (86,21%); do sexo masculino (68,97%); com idade entre 20 e 35 anos (62,07%); brancos (51,72%), solteiros (51,72%); com filhos (65,52%); residindo nas capitais ou região metropolitana (93,10%); com curso superior ou pós-graduação (41,37%); católicos (58,62%); não participam de entidade extraorganização (68,97%); possuem conhecimento em língua estrangeira (58,62%); trabalham nas capitais ou regiões metropolitanas (100%); trabalham até 40 horas/ semana (62,07%); ingressaram na organização antes de 2005 (65,52%).

Nos grupos focais de oficiais – 20 (vinte) participantes – a maioria foi de capitães (55%); do sexo masculino (90%); com idade entre 20 e 35 anos (60%); brancos (55%); casados (45%); com filhos (55%); residindo nas capitais ou região metropolitana (95%); com curso superior ou pós-graduação (100%); católicos (60%); não participam de entidade extraorganização (55%); possuem conhecimento em língua estrangeira (95%); trabalham nas capitais ou regiões metropolitanas (95%); trabalham até 40 horas/semana (55%); ingressaram na organização antes de 2005 (80%).

Lembramos que as dimensões abordadas (família, direito e Estado) foram pensadas na perspectiva hegeliana e honnethiana, mas as significações dos atos de desrespeitos e dos atos de reconhecimento foram construídas com base nas declarações dos sujeitos de pesquisa. Através dessas declarações pudemos compreender a socialização vivenciada nessas esferas, o que pode, em tese, ajudar a compreender algumas ações e seus contextos, não dispensando nesse caso o aspecto subjetivo dos sujeitos envolvidos. Os recortes dos discursos e suas ideias são acompanhados de codificação gerada pelo programa NVivo que marca a referência e o percentual de cobertura.

Dessa maneira passaremos a descrever o discurso geral anotado nas falas dos sujeitos, separando-os pelas dimensões da família, do direito e do Estado, facilitando a compreensão das relações estabelecidas nessas dimensões pelos sujeitos de pesquisa.

6.1 FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE A FAMÍLIA

A família como núcleo social é base da primeira socialização para a maioria das pessoas. É nesse espaço familiar que se constrói a moralidade social.

Atualmente, a família sofreu reconfigurações e aquele modelo nuclear – de pai, mãe e filhos – hoje subsiste junto com outras possibilidades como os modelos monoparentais (os filhos com a mãe ou com o pai); os compartilhados (os pais compartilham a guarda dos filhos, mas residem em casas separadas); famílias extensas (com a integração dos avós, tios e outros parentes); as famílias construídas em segunda relação (com o padrasto ou a madrasta e os meios (as) irmãos (ãs)); as famílias advindas das relação homoafetivas (dois ‘pais’ ou duas ‘mães’); as famílias de órfãos (os irmãos ou irmãs assumem os papéis dos pais ausentes), etc. Modelos estes que não nos interessam para efeito desta pesquisa, pois o que importou foi como o sujeito se viu em relação a sua família e não quanto ao arranjo familiar.

Enfatizamos que não entrevistamos familiares dos sujeitos de pesquisa, mas as perguntas – como sua família vê a polícia? E como sua família lhe vê na polícia? (Apêndice 2) – em complemento às demais questões e os relatos produzidos nos grupos focais serviram de base discursiva para compreensão na tensão que se estabelece entre o sujeito de pesquisa e sua família. Como a perspectiva de reconhecimento e desrespeito é subjetiva, o percurso passou pela perspectiva dos sujeitos participantes.

Ainda, tivemos que fazer uma separação dos discursos, pois muitos entrevistados afirmaram que suas famílias sofrem muita influência da mídia e dos grupos sociais que frequentam (vizinhos, escola, igreja, etc.), de maneira a restringir esses discursos ao círculo de relação mais próximo dos participantes da pesquisa, como pais, irmãos (ãs), esposa (o), filhos (as), tios (as), primos (as) e avós.

Reafirmamos que a perspectiva é do policial militar participante e não dos familiares. A compreensão da relação família / agentes de segurança pública militares passam por dois aspectos fundamentais: o primeiro se refere a vínculo firmado anteriormente ao ingresso dos sujeitos de pesquisa na organização com algum parente

ou amigo próximo que seja policial; o segundo se refere à ausência de contato anterior com alguém da família que seja policial.

O contato anterior desencadeia alguns sentimentos e opiniões a respeito dos agentes e da organização policial militar e pode facilitar a escolha de outros membros da família pela carreira policial.

A ideia de um legado do estilo de vida e da carreira policial militar é difundido no seio de algumas famílias e resultam naquilo que denominamos de “herança familiar”⁴⁸, estimulando, nesses casos, várias gerações dessas famílias a se integrarem nas organizações policiais militares.

Olha, atualmente tenho dois filhos, um de dezoito anos e outra de dezenove anos, que estão se preparando para o concurso militar e eles veem em mim, uma figura de um pai, um estilo de vida e querem seguir esse meu legado policial militar. Minha esposa também tem admiração por eu ser policial militar. A minha família, esposa e filhos me admiram. E meus filhos querem continuar também a mesma carreira. (Referência 3 - 5,97% Cobertura).

Há em alguns casos verdadeira paixão⁴⁹ e fascínio⁵⁰ pela polícia militar construídas pela relação com os familiares, também, militares, normalmente pai, avô ou tio. Isso gera uma perspectiva de escolha pela ocupação de policial militar.

Só gostaria de dizer que isto é um diferencial de pessoa para pessoa. Como eu falei anteriormente, eu sou de uma família de origem brigadiana, então desde pequeno a gente aprende a olhar, no caso, o meu avô, meu pai fardado, saindo para combater o crime, e aí a gente pega cria um estigma de herói. Ele é um herói pra nós. Depois, quando a gente cresce que a gente vê as implicações disso, do que é um risco de vida, dele não voltar, então o respeito, o carinho, aumenta; é maior ainda, que é o que sinto pela corporação. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 5 referências codificadas [36,81% Cobertura] / Referência 5 - 7,05% Cobertura)

⁴⁸ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120302_001_BMRS> - § 3 referências codificadas [25,72% Cobertura] e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 5 referências codificadas [36,81% Cobertura]

⁴⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 6 referências codificadas [30,59% Cobertura]

⁵⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_004_BMRS> - § 4 referências codificadas [15,58% Cobertura] / Referência 3 - 3,94% Cobertura.

O heroísmo⁵¹ marca a relação com os familiares e é característica das imagens dos sujeitos integrantes dessas “linhagens” de policiais dentro da herança familiar.

A confiança da família no membro que é policial atenua a visão negativa que se tem da organização e ajuda na aceitação dos erros e deficiência estruturais da polícia.

A visão negativa está mais associada às famílias sem contato com integrantes da organização policial e sua construção se dá pelos fatos veiculados pela mídia e pelo imaginário social, associando a polícia à permissividade, à corrupção, à truculência e à arbitrariedade.

A minha família de uma forma geral, é a visão..., essa visão mesmo bem clichê da polícia. O policial, se ele consegue andar de táxi é porque ele está roubando dinheiro. É aquela visão meio estranha. O policial é o guardião da lei, guardião da ordem e manutenção pública, mas o policial não tem direito a ter uma vida digna. O policial é uma coisa curiosa, o policial trabalha pra segurança dos outros, mas ele não consegue ter a sua própria segurança. Então, ele vive cercado desses paradigmas... O policial tem que andar armado. Eles acham estranho o fato de eu não ter uma arma porque eu ainda não tenho uma arma pessoal. Eles acham estranho o fato de eu não ter carro porque é o paradigma do policial, o policial corrupto, o policial que sempre dá um jeitinho, o policial que quebra a lei pra se beneficiar. E quando eu venho e conto certas histórias eles dizem: “*Não, isso é mentira, não pode ser assim, não pode ser dessa forma*”. É uma visão um pouco preconceituosa que ainda se tem da polícia, principalmente classes médias, médias altas e ricas, eles tem uma visão muito ruim do policial. (...) Mas existe este paradigma de que o policial é o corrupto, é aquele cara sujo, aquele cara que não cumpre a lei. Ele é o primeiro a desrespeitar a lei em benefício próprio, como se ele fosse acima da lei, acima da sociedade. Mas, ele também não merece o reconhecimento, não merece um bom salário, não merece uma boa escala de serviço, um descanso digno, como se fosse aquela pessoa que trabalha continuamente e vive continuamente na sujeira, existe essa visão, na minha própria família também. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_005_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,31% Cobertura] / Referência 1 - 7,31% Cobertura)

Algumas famílias, principalmente as que associam a estrutura militar à ditadura, vêem a polícia com medo, mas com confiança nas mudanças apresentadas por algumas organizações policiais militares⁵².

⁵¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 5 referências codificadas [36,81% Cobertura]

⁵² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 4 referências codificadas [27,74% Cobertura] / Referência 1 - 7,83% Cobertura

A crítica negativa presente no ambiente familiar antes do policial ingressar na organização policial é esvaecida pela presença do parente na polícia, enquanto que a crítica positiva é reforçada⁵³.

Após o ingresso na organização o policial militar, como referência familiar, tem suas atitudes observadas pelos familiares o que pesa em sua responsabilidade no desempenho de sua ocupação, pois há uma cobrança familiar por uma ação positiva⁵⁴.

Muitos policiais, da mesma forma que seus familiares, também possuíam visão negativa a respeito da polícia antes do ingresso na organização, mas mudam sua forma de perceber a organização policial, a partir do momento que começam a compreender o papel que esta (polícia) desempenha na sociedade⁵⁵.

O risco faz parte da relação entre familiares e sujeitos de pesquisa, integrando a tensão entre temor pelo infortúnio advindo da ocupação e o orgulho⁵⁶. Ou seja, a confiança da família na organização policial vai sendo construída gradativamente e caminha ao lado do medo pelo risco inerente à atividade⁵⁷, mas muitas famílias continuam com a visão de ressalva a respeito da polícia.

A presença de alguém da família na polícia militar muda a visão que se tem da organização policial pelos familiares⁵⁸. Normalmente, as experiências compartilhadas por meio de conversas e até mesmo devido às questões burocráticas que acabam interferindo no ambiente doméstico (jornada de trabalho excessiva, serviços extraordinários, punições disciplinares, etc.) transformam em sentimento positivo a

⁵³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 4 referências codificadas [27,74% Cobertura] / Referência 2 - 5,86% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_010_PMERJ> - § 1 referência codificada [8,36% Cobertura] / Referência 1 - 8,36% Cobertura.

⁵⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_004_PMERJ> - § 3 referências codificadas [23,97% Cobertura] / Referência 1 - 6,43% Cobertura

⁵⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\121010_007_PMERJ> - § 4 referências codificadas [40,44% Cobertura] / Referência 1 - 10,70% Cobertura

⁵⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_007_PMERJ> - § 2 referências codificadas [9,92% Cobertura] / Referência 1 - 6,51% Cobertura

⁵⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 8 referências codificadas [60,13% Cobertura] / Referência 4 - 4,90% Cobertura.

⁵⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_007_PMERJ> - § 2 referências codificadas [14,61% Cobertura] / Referência 1 - 5,04% Cobertura

percepção negativa formada pela mídia e pelo preconceito. Ter um parente na polícia faz diferença na percepção que se tem da polícia e, via de regra, quando a imagem da polícia continua negativa há uma desconexão desse posicionamento com a percepção que se tem do parente policial. Ou seja, o parente, normalmente, tem uma visão positiva do policial militar, mas uma percepção negativa da polícia⁵⁹.

Eles têm uma visão muito negativa da polícia. Já tiveram vários..., já passaram por várias situações com a polícia que deixaram uma imagem muito negativa. Eu estar na polícia militar, hoje, é um incomodo muito grande pra minha família. Ninguém é favorável a isso. Eles veem a polícia como..., o policial hoje é um ladrão, veio pra roubar, não veio pra ter..., pra gerar segurança. Hoje eles enxergam a polícia como um ladrão, como eu olho pra alguém aqui que eu sei que rouba, que eu sei que é usuário, que sei que vende drogas. Hoje em dia a imagem é muito negativa. Dentro da minha casa ninguém gosta. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_006_PMERJ> - § 3 referências codificadas [15,39% Cobertura] / Referência 1 - 5,13% Cobertura)

Há um desconhecimento por parte da família da posição que o policial ocupa dentro da organização. Esse desconhecimento miscegenado com a fantasia cria a figura do herói, não distinguindo graduações e patentes. Para muitos familiares não há diferença entre soldados e coronéis, todos são policiais⁶⁰.

A ausência de contato anterior com policiais desencadeia um processo de conversão nas famílias com visão negativa da polícia quando algum parente mais próximo ingressa na organização policial. A fase de conversão da família passa pela explicação por parte do policial de como a polícia trabalha, qual o seu papel e sua importância para a sociedade. O reforço da figura do herói e o sentimento de orgulho que o policial representa na família ajuda a construir a aceitação da organização perante a família⁶¹. Com o tempo de convivência e informação sobre a polícia, a família passa a

⁵⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 6 referências codificadas [30,59% Cobertura] / Referência 3 - 10,54% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_004_BMRS> - § 3 referências codificadas [27,28% Cobertura] / Referência 1 - 9,16% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_006_BMRS> - § 1 referência codificada [15,11% Cobertura] / Referência 1 - 15,11% Cobertura.

⁶⁰ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121123_012_PMMT> - § 4 referências codificadas [30,99% Cobertura] / Referência 2 - 5,69% Cobertura.

⁶¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_006_BMRS> - § 7 referências codificadas [38,51% Cobertura] / Referência 2 - 8,46% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 2 referências codificadas [11,94% Cobertura] / Referência 1 - 7,52% Cobertura

respeitar a ocupação, aceitando e apoiando aquilo que o policial faz⁶². A estabilidade financeira e profissional reflete na satisfação familiar⁶³ e resulta em um apoio moral e psicológico ao agente de segurança pública⁶⁴.

A conversão da família é potencializada com a entrada de outros membros da família na organização⁶⁵. Ressaltamos que nem todas as famílias são convertidas e muitas continuam a ter visão negativa da organização policial.

É... atualmente eu estou vivendo, moro com uma companheira que não entende. Tanto ela quanto os parentes a todo tempo veem a polícia com maus olhos. Que a polícia não presta, é isso, é aquilo. A gente sempre tem confronto. Tanto é que não conversamos sobre o meu trabalho, pois senão acabamos nos confrontando. Se eu falo algo, faço uma correção: “*ah, é porque você é polícia, é isso e aquilo, que a polícia se acha, é isso e se acha aquilo*”. E eles se baseiam nos casos que veem, que é noticiado, toma aquilo como verdade. Hoje em dia, o jornalista comenta, tece um comentário sem conhecimento algum sobre o policial e eles acabam tendo aquilo..., são pessoas de baixa escolaridade, não procuram ler sobre o assunto, se informar e acabam tendo essa visão. Então, hoje dentro de casa fala-se pouco sobre a minha profissão. Infelizmente é isso, dentro de casa eu não sou compreendido.

(<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121204_019_PMMT> - § 8 referências codificadas [61,57% Cobertura] / Referência 3 - 7,40% Cobertura)

A dedicação à organização policial é vista pela família como fator positivo e reforça o orgulho⁶⁶ acerca do policial que na perspectiva dos sujeitos de pesquisa reproduz os valores familiares no exercício de sua ocupação. Esta assertiva é confirmada pela fala de entrevistado: “Ela me vê como uma pessoa trabalhadora (...), honesta, que até se sentem orgulhosos de poder ver que aqueles valores que eles me

⁶² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_009_BMRS> - § 3 referências codificadas [9,56% Cobertura] / Referência 1 - 4,67% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_008_PMERJ> - § 3 referências codificadas [16,42% Cobertura] / Referência 3 - 3,49% Cobertura.

⁶³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_006_BMRS> - § 7 referências codificadas [38,51% Cobertura] / Referência 3 - 7,86% Cobertura

⁶⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 8 referências codificadas [60,13% Cobertura] / Referência 3 - 12,04% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_012_PMERJ> - § 1 referência codificada [4,31% Cobertura] / Referência 1 - 4,31% Cobertura.

⁶⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_002_PMERJ> - § 4 referências codificadas [22,00% Cobertura] / Referência 1 - 5,74% Cobertura

⁶⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 2 referências codificadas [11,94% Cobertura] / Referência 2 - 4,42% Cobertura

passaram; hoje eu consigo trazer para a instituição” (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_001_BMRS> - § 5 referências codificadas [37,46% Cobertura] / Referência 2 - 3,30% Cobertura)

Existe o “orgulho paramental” que é associado ao fardamento e a imagem de si de muitos sujeitos, onde as paramentas e insígnias fazem parte do orgulho do modo de ser policial militar e integram a estética que marca as distinções militares. A família reforça essa imagem “intocada” do policial quando o prestigia em solenidades que marcam as entregas de medalhas e promoções ou para as liturgias organizacionais⁶⁷.

A relação com a família influencia no desempenho do policial e o seu apoio é visto como ponto positivo⁶⁸. A família é o suporte psicológico para o enfrentamento de condições adversas pelo agente de segurança pública⁶⁹.

Eu acho que as famílias, elas tendem a se manifestar a favor, mas em algumas coisas, através da imprensa quando mostra algumas arbitrariedades, alguns abusos, a mesma família da gente começa a questionar, a falar que a polícia de repente só é pra pobre, que não tem muita necessidade dela. E aí a gente tem que contornar, tem que estar explicando como funciona. Mas, eu acho que no geral que as famílias elas acabam entendendo pelo fato de a gente estar na corporação, e acabar explicando. Mas, pela visão da população no geral, eu acho que ainda tem uma visão meio complicada em relação à polícia, ainda que diz respeito a abuso e às pessoas que trabalham mal, é isso. (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121204_016_PMMT> - § 2 referências codificadas [16,28% Cobertura] / Referência 1 - 11,89% Cobertura).

A minha família vê a polícia com ressalvas. Embora eu tenha que agradecer muito a minha instituição por ter, principalmente nos primeiros anos de vida funcional, por ter me passado uma bagagem muito interessante sobre o que é ser um homem de bem, o que é ser um cidadão, o que é ter responsabilidade para garantir a segurança de outros cidadãos. Eu tenho que agradecer muito e a minha família absorveu essas condições, absorveu esses princípios, essas doutrinas passadas, e isso eles são gratos também. Mas, ao longo da carreira muitas situações ocorridas que batiam, conflitavam de frente com esses princípios, daquilo que a gente vivenciou no passado, foi também trazendo pesar a alguns familiares. E aí junto a mim, como eu, mais junto a mim, acompanhando um pouco dessas condições que a gente passa da

⁶⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_006_PMMT> - § 3 referências codificadas [27,89% Cobertura] / Referência 2 - 5,72% Cobertura.

⁶⁸ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_004_BMRS> - § 4 referências codificadas [15,58% Cobertura] / Referência 2 - 5,41% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_005_BMRS> - § 2 referências codificadas [10,86% Cobertura] / Referência 1 - 5,77% Cobertura.

⁶⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_015_PMMT> - § 10 referências codificadas [83,01% Cobertura] / Referência 4 - 3,66% Cobertura

carreira, eles também desacreditaram em muito na polícia, por verem certas injustiças acontecendo. Então, eu posso ver que a minha família hoje ela tem um amor pela polícia, em razão de que este amor ainda vive no meu coração, por tudo aquilo que eu já vivi, por todas as experiências que já tive e por acreditar ainda no homem. E sendo assim acreditar na instituição porque é formada por homens. Mas não tem mais aquela paixão. É um amor um pouco mais cauteloso, um amor um pouco mais equilibrado, um pouco mais sereno. E um amor também que fica com um pé atrás pra não colocar muitas expectativas na instituição.

(<Internas\Entrevistas\PMMT\Audio\121126_015_PMMT> - § 5 referências codificadas [44,65% Cobertura] / Referência 1 - 5,81% Cobertura)

* * *

Sintetizando, podemos afirmar que, segundo os participantes, a família normalmente tem uma visão dicotomizada, separando a figura do entrevistado da imagem organizacional, ou seja, ela vê a polícia de uma forma e o policial de outra.

Quanto à polícia, a família dos entrevistados possuem uma perspectiva positiva e uma negativa. A perspectiva positiva, normalmente, está associada às famílias dos policiais entrevistados que já possuíam parentes policiais (pais, tios, irmãos, primos, etc.) antes de seu ingresso na organização e podemos destacar: 1) Reconhece os erros e as deficiências estruturais da polícia, mas com uma boa visão da organização; 2) Vê na organização a continuidade e tradição da atividade policial como herança familiar; 3) Realiza a defesa organizacional; 4) Considera a polícia necessária para a sociedade; 5) Confia na polícia; 6) Reconhece o risco da atividade policial; 7) Tem paixão pela polícia; 8) Alega a existência de uma nobreza policial militar.

A perspectiva negativa, normalmente anterior ao ingresso do sujeito de pesquisa na organização policial, é marcada por: 1) Visão influenciada pela mídia que divulga ações de violência policial; 2) Desconhecimento da atividade policial, vinculando a polícia à permissividade, à corrupção, à truculência, à arbitrariedade de maneira generalizada (preconceito); 3) Discriminação da atividade policial militar; 4) Descrédito na polícia que é vista como mal organizada; 5) Receio e medo com relação à polícia.

Com o ingresso do parente na organização ocorre: 1) Um processo de aceitação; 2) Aprendizado do respeito à organização; 3) Valorização pela melhoria de condição social do entrevistado.

Mas, em algumas famílias persistem: 1) Reclamações pela exigência demasiada da atividade policial (tempo) e muitas vezes não concordam com a permanência do entrevistado na polícia (polícia como trampolim profissional); 2) A polícia é vista com ressalvas; 3) Algumas continuam a ver na polícia a figura do bandido; 4) Outras, detestam a polícia (ódio) e a associam à desonra.

FAMÍLIA (O OLHAR SOBRE A POLÍCIA)	
FAMÍLIAS COM CONTATO ANTERIOR COM POLICIAL – VISÃO POSITIVA	
1) Reconhecimento dos erros e das deficiências estruturais da polícia, mas com uma boa visão da organização; 2) Vê na organização a continuidade e tradição da atividade policial como herança familiar; 3) Realiza a defesa organizacional; 4) Considera a polícia necessária para a sociedade; 5) Confia na polícia; 6) Reconhece o risco da atividade policial; 7) Tem paixão pela polícia; 8) Alegam a existência de uma nobreza policial militar.	
*Obs.: Algumas famílias podem ter visão negativa por falha no processo de aceitação desencadeado com o ingresso de familiar na organização policial.	
FAMÍLIAS SEM CONTATO ANTERIOR	
INGRESSO DE FAMILIAR NA ORGANIZAÇÃO	
ANTES (VISÃO NEGATIVA)	DEPOIS (VISÃO POSITIVA)
1) Visão influenciada pela mídia que divulga ações de violência policial; 2) Desconhecimento da atividade policial, vinculando a polícia à permissividade, à corrupção, à truculência, à arbitrariedade de maneira generalizada (preconceito); 3) Discriminação da atividade policial militar; 4) Descrédito da polícia que é vista como mal organizada; 5) Receio e medo com relação à polícia.	1) Processo de aceitação; 2) Aprendizado do respeito à organização; 3) Valorização pela melhoria de condição social do entrevistado.
EM ALGUMAS FAMÍLIAS PERSISTEM	
1) Reclamações pela exigência demasiada da atividade policial (tempo) e muitas vezes não concordam com a permanência do entrevistado na polícia (polícia como trampolim profissional); 2) A polícia é vista com ressalvas; 3) Algumas continuam a ver na polícia a figura do bandido com todos os vícios mencionados (corrupção, truculência, etc.); 4) Outras, detestam a polícia (ódio) e a associam à desonra.	

Quadro 9: Olhar da família sobre a polícia

O policial entrevistado percebe que sua família o vê como: 1) Herói; 2) Bom profissional; 3) Pessoa honesta; 4) Admiração; 5) Exemplo (referência de sucesso); 6) Orgulho; 7) Satisfação (estabilidade financeira); 8) Transmissor de valores; 9) Representante da família; 10) Cumpridor de deveres e de um papel de grande utilidade à sociedade. Além disso, a família reconhece o esforço físico, mental e de tempo que a atividade exige (cansaço da atividade, os problemas e as frustrações) e teme pelo risco da atividade (preocupação). O entrevistado vê a família como suporte e porto seguro para o exercício da atividade policial. E a família não associa o entrevistado à visão negativa que tem da polícia.

FAMÍLIA (O OLHAR SOBRE O POLICIAL)
POSITIVA
1) Herói; 2) Bom profissional; 3) Pessoa honesta; 4) Admiração; 5) Exemplo (referência de sucesso); 6) Orgulho; 7) Satisfação (estabilidade financeira); 8) Transmissor de valores; 9) Representante da família; 10) Cumpridor de deveres e de um papel de grande utilidade à sociedade.
A família reconhece o esforço físico, mental e de tempo que a atividade exige (cansaço da atividade, os problemas e as frustrações) e teme pelo risco da atividade (preocupação).
OBSERVAÇÕES
O entrevistado vê a família como suporte e porto seguro para o exercício da atividade policial. E a família não associa o entrevistado à visão negativa que tem da polícia.

Quadro 10: Olhar da família sobre o policial

6.2 FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO

Os sujeitos da pesquisa reconheceram um grande avanço no campo dos direitos dentro das organizações policiais militares, principalmente após a Constituição Federal de 1988 e democratização do Brasil com o término da ditadura militar (1964- 1985).

Os direitos marcaram ponto de reconhecimento na medida em que são cumpridos e revertem em benefício ou amparo ao policial militar.

Os direitos conseguidos ao longo da história são fatores positivos e vistos como reconhecimento por parte do Estado, como no caso de licença-maternidade, licença-prêmio, férias⁷⁰; entre alguns dos direitos mencionados.

O salário, dependendo da organização policial e da posição que o sujeito de pesquisa ocupa nessa organização, é visto como razoável e até bom quando comparado com outras ocupações, mas é ponto de reclamação, principalmente pela base da

⁷⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_010_BMRS> - § 2 referências codificadas [13,85% Cobertura] / Referência 1 - 10,24% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_004_BMRS> - § 3 referências codificadas [27,28% Cobertura] / Referência 3 - 6,60% Cobertura.

pirâmide hierárquica (cabos e soldados) que espera das entidades representativas de classe⁷¹ ou do próprio comando ou do governo ações para uma melhoria salarial⁷². Há uma relação direta em alguns discursos entre a satisfação salarial e a permanência na organização policial militar.

A segurança da família é motivo de preocupação dos policiais militares que reivindicam política governamental específica para atendimento desse direito.

Alguns direitos – como promoções, acesso ao concurso, conclusão de cursos de formação ofertados pelas organizações – foram buscados na esfera judicial, revertendo negativa administrativa de concessão, ou seja, há um conhecimento do direito de acesso ao Judiciário pelas praças e oficiais para reivindicação de direitos negados pelo escalão superior⁷³.

Existe perseguição e algumas vezes até assédio moral que são realizados por alguns “chefetes” que usam do poder regulamentar e hierárquico (amparados pelas regras organizacionais) para impedir os policiais militares que estudam de frequentarem as universidades, utilizando como subterfúgios as escalas e os regulamentos⁷⁴. Após a aquisição desse conhecimento, o policial militar, que foi muitas vezes impedido e até prejudicado de obtê-lo, é destacado para funções onde ele possa empregar esses conhecimentos adquiridos nas universidades, o que beneficia a organização. Isso demonstra um grande paradoxo, pois, primeiro se tenta impedir o policial a se qualificar e obter diploma de formação superior ou especialização, depois, quando este consegue sua formação superior, a organização busca fazer uso desse conhecimento que ela mesmo tentou impedir de alcançar⁷⁵.

⁷¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_004_BMRS> - § 1 referência codificada [22,79% Cobertura] / Referência 1 - 22,79% Cobertura.

⁷² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_002_BMRS> - § 2 referências codificadas [12,34% Cobertura] / Referência 2 - 8,05% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_011_BMRS> - § 4 referências codificadas [36,28% Cobertura] / Referência 3 - 5,88% Cobertura.

⁷³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_005_BMRS> - § 2 referências codificadas [10,86% Cobertura] / Referência 2 - 5,09% Cobertura

⁷⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 4 referências codificadas [27,74% Cobertura] / Referência 3 - 7,74% Cobertura

⁷⁵ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_003_BMRS> - § 4 referências codificadas [40,91% Cobertura] / Referência 4 - 14,41% Cobertura;

(...) em determinados momentos, devido ao regulamento disciplinar, eu acho que ainda nos tolhe alguns direitos nossos. Eu sempre jogo pra essa situação da inversão do ônus da prova nos procedimentos administrativo. Eu acho que nós deveríamos também ser abraçados pela constituição nos direitos individuais do artigo quinto e o policial militar ainda não tem a integralidade dos direitos constitucionais. Esta é a minha visão, como cidadão eu vejo que ainda não temos essa integralidade e o fato mais notório nesse sentido que eu vejo foi esse movimento agora de uma pseudo revolta nas polícias militares do Brasil, que embora nós sejamos serviços essenciais nos foi proibido de fazer o que qualquer outro trabalhador poderia fazer. Ainda não há o reconhecimento da gente nesse sentido. Então, eu vejo assim que nós poderíamos ter mais direitos, nós temos muitos deveres como policiais, mas também alguns direitos nos são cerceados. Eu acho que nesse sentido a estrutura deveria ser modernizada. E daí eu jogo de novo aquele raciocínio que eu fazia que ao invés de um regulamento disciplinar, eu acredito que seria mais correto nós termos um código de ética profissional que nos possibilitasse pelo menos dialogar, não impor. Sou contra a imposição seja ela de cima pra baixo ou de baixo pra cima, mas que a gente pudesse ter um ambiente mais de diálogo pra se ver que efetivamente se caminha a prestar serviço a comunidade que é o principal interessado. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_008_BMRS> - § 4 referências codificadas [45,45% Cobertura] / Referência 3 - 8,10% Cobertura)

O regulamento disciplinar é visto em várias perspectivas que variam de acordo com os pontos abordados. Quando é avaliado em termos históricos, há uma avaliação positiva porque inicialmente as sanções disciplinares eram aplicadas sem o contraditório e ampla defesa com possibilidade de castigos corporais⁷⁶. Alguns sujeitos de pesquisa veem uma normalidade nas cobranças dispostas no Regulamento Disciplinar, consideradas como parte integrante da vida da caserna, marcada pela hierarquia e disciplina. Os problemas são transferidos para o policial militar transgressor, pois o policial militar disciplinado e subserviente não tem problemas com o regulamento⁷⁷.

Na verdade o regulamento, da forma que está, ele tem atendido seus objetivos. A Brigada passou por três alterações recentes e nada muito substancial. É um regulamento que garante os direitos, da ampla defesa, do contraditório. Trás transgressões específicas. É claro que ele é muito

<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_015_PMMT> - § 5 referências codificadas [44,65% Cobertura] / Referência 4 - 10,84% Cobertura.

⁷⁶ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_001_BMRS> - § 5 referências codificadas [37,46% Cobertura] / Referência 4 - 11,54% Cobertura.

⁷⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_002_BMRS> - § 3 referências codificadas [20,42% Cobertura] / Referência 1 - 6,66% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_002_BMRS> - § 3 referências codificadas [20,42% Cobertura] / Referência 3 - 5,04% Cobertura..

abrangente e se for seguido à risca, qualquer ato, qualquer deslize é passível de punição disciplinar. Mas eu considero ele adequado, porque essa tem sido a tendência até mesmo no meio privado e por vezes até mais rigorosas em punições, afastamentos e até uma punição pecuniária no aspecto de suspensão do que nós temos. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_001_BMRS> - § 2 referências codificadas [14,32% Cobertura] / Referência 1 - 6,24% Cobertura)

Os discursos a esse respeito foram seccionados, onde parcela dos oficiais afirmou existir regulamento de menos (-) e grande parte das praças afirmou existir regulamento de mais (+), ou seja, para os oficiais o regulamento é brando, para as praças o regulamento é muito rigoroso. Há uma mudança da perspectiva variante com a posição que o sujeito ocupa na relação com o regulamento. Ao operador e aplicador da norma faltam instrumentos de controle da disciplina, enquanto que para o sujeito examinado o regulamento é muito castro.

Eu acho que é um pouco arcaico. Eu acho que poderia ser revisto, podia ter uma revisão. Eu acho que a policial militar usar a unha rosa, não poder usar, só poder usar a unha clara, neutra sem esmalte. Eu acho que isso não interfere em ser policial militar. Eu acho que punir por coisas muito poucas. Que eu vejo que às vezes a gente é punido porque, eu vejo coisas muito poucas gerarem punições. Eu sei que se o policial atrasar dez minutos, o cara fica preso. Acho que às vezes o trânsito está ruim realmente, o cara não está mentindo. Eu acho que podia ser, pegar um pouco mais leve. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_006_PMERJ> - § 3 referências codificadas [15,39% Cobertura] / Referência 2 - 5,91% Cobertura).

O regulamento disciplinar é parte integrante da cultura do medo que impera dentro dos quartéis e serve de instrumento de controle⁷⁸. O regulamento disciplinar e o discurso da superioridade ao tempo inerente ao militar é utilizado como forma de pressão, opressão e até mesmo assédio moral.

A mediação com formas alternativas nas soluções das transgressões disciplinares sem a exigência do rigor disciplinar e do cerceamento de liberdade é almejo, principalmente, dos policiais militares que integram a base hierárquica (cabos e soldados). Há uma necessidade de alteração normativa para limitação do poder

⁷⁸ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_011_BMRS> - § 4 referências codificadas [36,28% Cobertura] / Referência 2 - 8,91% Cobertura

disciplinar e hierárquico, evitando o mau uso do regulamento pelos superiores hierárquicos⁷⁹.

A mudança das sanções administrativas aplicadas às transgressões disciplinares é parte de discurso de grande parte dos participantes da pesquisa que entendem haver uma necessidade de abolição das penas restritivas de liberdade, devendo-se pensar uma forma de aplicação de medidas pecuniárias que na sua ótica poderiam surtir mais efeitos⁸⁰. Ainda, o regulamento disciplinar é motivo de reclamações pelas sanções inadequadas, denúncias de mau uso do regulamento, falta de dosimetria na aplicação das punições e necessidade de atualização devido a dinâmica social⁸¹.

Não há controle efetivo nas punições que muitas vezes são apenas lançadas na ficha pessoal do policial militar⁸².

Há uma perspectiva pela mudança na relação entre superiores e subordinados que passa por novas formas de inclusão e outros requisitos para acesso aos cargos, como a exigência de curso superior, e pela reformulação do Regulamento Disciplinar.

Outro ponto de destaque com relação aos direitos foi quanto à liberdade de expressão, proibida expressamente na Polícia Militar de Mato Grosso, conforme relato adiante transcrito:

R_3: Posso colocar um adendo? Eu acho que não só os direitos meus, mas de quase toda a corporação que é tolhido é o direito de expressão, liberdade de expressão (...).

R_: É... esse direito aí acabou de ser cerceado naquela ordem de que o comandante soltou aí de ficar proibindo você de se identificar-se (*sic*) como policial em qualquer meio de comunicação, o facebook, tudo quanto é

⁷⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_004_BMRS> - § 3 referências codificadas [27,28% Cobertura] / Referência 2 - 11,52% Cobertura

⁸⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 8 referências codificadas [60,13% Cobertura] / Referência 6 - 11,82% Cobertura

⁸¹ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_015_PMMT> - § 10 referências codificadas [83,01% Cobertura] / Referência 7 - 10,42% Cobertura; <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 24 referências codificadas [56,56% Cobertura] / Referência 4 - 3,47% Cobertura e <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 24 referências codificadas [56,56% Cobertura] / Referência 15 - 8,18% Cobertura.

⁸² <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 24 referências codificadas [56,56% Cobertura] / Referência 6 - 6,92% Cobertura

meio de comunicação. Foi feito portaria proibindo, você não pode nem expressar, dar opinião sobre o fato, porque... é pra prevenir.

R_: É complicado tipo assim, pra você se posicionar dar sua opinião, tem uma reunião, vem ser ouvido. Então tem que ser ouvido as pessoas pra que elas consigam encontrar uma solução, mas quando você reprime de se expressar, vai demorar muito mais pra ser resolvido este problema grave.

R_: Isso é um complô, funciona como um complô.
(<Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Praças\\121130_001_GFPR_PMMT> - § 40 referências codificadas [32,18% Cobertura] / Referência 40 - 0,67% Cobertura)

De fato o Comando Geral da PMMT emitiu, em 09 de novembro de 2012, a Portaria nº 350/QCG/DGP, que proíbe a utilização das redes sociais da internet para difundir assuntos relacionados à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Os fundamentos da portaria se deram com base nos pilares da natureza organizacional da polícia, cujo mandato constitucional lhe concede a competência para realização das ações de preservação da ordem pública e de polícia ostensiva. Foi dada ênfase às disposições da Constituição Federal, Constituição do Estado de Mato Grosso e do Código de Processo Penal Militar que reforçam a atribuição de polícia judiciária militar à organização. Por fim, invocou-se o regulamento disciplinar e o Estatuto dos Militares Estaduais de Mato Grosso que autorizam a apuração de “transgressão disciplinar” cometida por servidores da ativa ou da inatividade, em serviço ou fora dele, com reflexos em seu conceito da vida funcional, enquadrando-se tais condutas na ofensa à ética, à honra militar, ao pundonor e ao decoro da classe.

A portaria cita expressamente o Facebook, o MSN, o Orkut e o Youtube como ferramentas vedadas de manifestação em virtude de difusão de fotografias, opiniões e documentos que só dizem respeito à PMMT, com clara interferência na gestão da organização e nas diligências de polícia judiciária militar.

Assim, após tais justificativas, o artigo 1º da portaria proíbe a difusão de fotografias, vídeos, documentos, operações ou qualquer item que tenha a ver com as atividades típicas da PMMT nas redes sociais mencionados ou “qualquer outra rede social disponibilizada na internet”.

Segundo alguns sujeitos de pesquisa, o problema está no artigo 2º que diz: “de igual modo, vedar a emissão de comentário e opiniões nesses meios digitais de notícias da área de Segurança Pública ou outras que maculem o nome da Instituição”; e que tem sido utilizado como forma de ameaça contra toda e qualquer manifestação, inclusive as de cunho reivindicatório. Interessante que sequer opinião ou comentários estão permitidos, mesmo que a notícia tenha sido divulgada em veículos da imprensa, já que a manifestação na rede está proibida.

* * *

Quanto à esfera do direito, em resumo, podemos afirmar que os aspectos positivos se referem ao reconhecimento por parte do Estado e do cumprimento pela chefia de direitos basilares, como: 1) Salário; 2) Férias; 3) Aposentadoria especial; 4) Licença maternidade de seis meses; 5) Diárias; 6) Gratificação por função e local de trabalho; 7) Horas-extras; 8) Plano de saúde; 9) Bolsa formação; 10) Igualdade de gênero; 11) Contraditório e ampla defesa nos procedimentos administrativos.

DIREITO
OLHAR POSITIVO
1) Salário; 2) Férias; 3) Aposentadoria especial; 4) Licença maternidade de seis meses; 5) Diárias; 6) Gratificação por função e local de trabalho; 7) Horas-extras; 8) Plano de saúde; 9) Bolsa formação; 10) Igualdade de gênero; 11) Contraditório e ampla defesa nos procedimentos administrativos.
OBSERVAÇÕES
Os sujeitos reconhecem um desenvolvimento no campo do direito dentro das organizações policiais militares, sobretudo após a Constituição Federal de 1988.

Quadro 11: Olhar positivo sobre o direito

Os aspectos negativos são decorrentes, na visão dos sujeitos, de desrespeitos na dimensão dos direitos por parte do Estado, das normas, da chefia e dos colegas.

O Estado foi citado negativamente na: 1) Omissão no preparo e formação adequados (aulas práticas, aulas de tiro; etc.); 2) Ausência de condições materiais e estruturais (instalações adequadas, viaturas, equipamentos, armamento, fardamento, carteira de identidade); 3) Transferência da responsabilidade de qualificação ao policial; 4) Falta de atendimento e acompanhamento psicológico; 5) Defasagem de efetivo; 6) Falta de plano de carreira (promoção e ascensão funcional) com regras claras e isonômicas; 7) Negativa ao reconhecimento da antiguidade; 8) Falta de acompanhamento dos policiais reformados por acidente em serviço e portadores de necessidades especiais; 9) Jurisdicionalização dos conflitos (ação judiciais para aquisição de alguns direitos); 10) Questão salarial; 11) Questão de moradia.

Quanto às normas, a visão negativa se concentrou no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) e na sua aplicação, destacando-se: 1) A compreensão de que o Regulamento disciplinar é arcaico; 2) O RDPM é utilizado como instrumento de perseguição; 3) Existência de tipos abertos de transgressões disciplinares; 4) Uso abusivo da discricionariedade na aplicação das punições; 5) Não há duplo grau de avaliação das transgressões (a autoridade que acusa é a que julga); 6) Punição restritiva de liberdade para transgressão disciplinar imposta por Decreto; 7) Procedimentos aprovados em desacordo com normas superiores (ritos de apuração de transgressão disciplinar); 8) Inversão do ônus da prova nos procedimentos administrativos.

A chefia dos sujeitos de pesquisa foi vista de maneira cerceadora de direitos por: 1) Ausência de conhecimento de normas que amparam direitos; 2) Uso da pessoalidade no atendimento de requisições de direitos; 3) Emprego da burocracia como meio de protelação na concessão de direitos; 4) Uso do regulamento para assédio moral; 5) Imposição de carga horária excessiva para cumprimento de agenda política; 6) Emprego do policial no seu horário de folga; 7) Transferências compulsórias; 8) Aplicação de punições verbais com ausência de contraditório e ampla defesa; 9) Dificultar o acesso dos policiais ao estudo fora da polícia; 10) Cercear a liberdade de expressão.

Aos colegas restaram as reclamações das mulheres com relação a atos de preconceito e discriminação de gênero, ocorridos no âmbito do ambiente ocupacional.

DIREITO			
OLHAR NEGATIVO			
ESTADO	NORMAS	CHEFIA	COLEGAS
1) Preparo e formação adequados (aulas práticas, aulas de tiro; etc.); 2) Condições materiais e estruturais (instalações adequadas, viaturas, equipamentos, armamento, fardamento, carteira de identidade); 3) Transferência da responsabilidade de qualificação ao policial; 4) Falta de atendimento e acompanhamento psicológico; 5) Defasagem de efetivo; 6) Falta de plano de carreira (promoção e ascensão funcional) com regras claras e isonômicas; 7) Não reconhecimento da antiguidade; 8) Acompanhamento dos policiais reformados por acidente em serviço e portadores de necessidades especiais; 9) Jurisdicionalização dos conflitos (ação judiciais para aquisição de alguns direitos); 10) Salário; 11) Moradia.	1) A compreensão de que o Regulamento disciplinar é arcaico; 2) O RDPM é utilizado como instrumento de perseguição; 3) Existência de tipos abertos de transgressões disciplinares; 4) Uso abusivo da discricionariedade na aplicação das punições; 5) Não há duplo grau de avaliação das transgressões (a autoridade que acusa é a que julga); 6) Punição restritiva de liberdade para transgressão disciplinar imposta por Decreto; 7) Procedimentos aprovados em desacordo com normas superiores (ritos de apuração de transgressão disciplinar); 8) Inversão do ônus da prova nos procedimentos administrativos.	1) Ausência de conhecimento de normas que amparam direitos; 2) Uso da personalidade no atendimento de requisições de direitos; 3) Emprego da burocracia como meio de protelação na concessão de direitos; 4) Uso do regulamento para assédio moral; 5) Imposição de carga horária excessiva para cumprimento de agenda política; 6) Emprego do policial no seu horário de folga; 7) Transferências compulsórias; 8) Aplicação de punições verbais com ausência de contraditório e ampla defesa; 9) Dificultar o acesso dos policiais ao estudo fora da polícia; 10) Cercear a liberdade de expressão.	Aos colegas restaram as reclamações das mulheres com relação a atos de preconceito e discriminação de gênero, ocorridos no âmbito do ambiente ocupacional.

Quadro 12: Olhar negativo sobre o direito

Ponto de observação na percepção sobre o direito se refere à relação estabelecida com o Judiciário quando do julgamento de ações policiais que não foi priorizada nesta tese, uma vez que demandaria muito mais tempo para sua compreensão, encerrando-se assim as percepções no plano jurídico.

6.3 FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE O ESTADO

O Estado é o suporte da institucionalização da polícia e no interesse de manutenção e preservação do *status quo* tem no seu aparato estrutural estratégias e mecanismos para conformar os sujeitos que ingressam na organização policial aos seus objetivos. Essa conformação ganha um destaque especial nas táticas e técnicas de resignificação do sujeito e aplicadas na socialização secundária.

Uma estratégia eficaz empregada pela organização para a resignificação do “Eu” é a adoção do “nome de identificação institucional”. Quando o sujeito ingressa na organização ele ganha uma nova identificação; essa identificação é conhecida por “nome de guerra”, mas existe um trabalho latente em algumas polícias militares que

lutam para desvincular sua imagem do Exército, alterando algumas expressões castrenses. Durante a realização de grupo focal um jovem oficial se rebelou quando lhe foi perguntado se havia diferença entre o seu “nome de guerra” e o seu nome de batismo. Ele dizia: “*Não temos nome de guerra, temos identificação institucional. Não fazemos guerra!*” Interessante que os oficiais mais antigos presentes no mesmo grupo focal mencionavam a expressão “nome de guerra”. Podemos perceber que há uma estratégia da academia de polícia, órgão de formação de oficiais, para alterar essa concepção de ‘guerra’ do linguajar dos jovens oficiais. No entanto, podemos afirmar que de nada adianta estratégias discursivas pontuais se a prática demonstra a permanência de ações e comportamentos vinculados e arraigados nas estruturas das forças de defesa externa, contrárias à essência da função policial.

Quanto ao nome utilizado no exercício das ocupações existem alguns arranjos possíveis, pois nem todos têm seus nomes de identificação alterados, o que gera uma fusão ilusória entre o mundo de dentro dos quartéis e o mundo da pólis.

Já o nome de reconhecimento alterado cria uma fissura nos sujeitos que nesse dilema caminha tentando conciliar a diferença de tratamento identificada⁸³. O “nome de guerra” é associado à organização policial⁸⁴.

São duas situações distintas. Ali quando eu estou fardado eu não estou representando o N..., este N... ele é revestido de toda uma situação da instituição que está atrás de mim. Eu represento ali um Estado, eu represento ali a corporação, então quando alguém se dirige pra mim, um cidadão se dirige pra mim, e me chama pelo nome de guerra N..., ele não está chamando o cidadão N..., ele está chamando o policial militar N... que tem seus deveres, suas atribuições para satisfazer as aspirações do cidadão que está ali me interpellando. E como R... eu sou mais um cidadão, também cumpridor dos meus deveres e direitos, mas ali eu estou representando a minha pessoa perante a sociedade, a minha família, meu comportamento, este de cidadão do R... (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 5 referências codificadas [36,81% Cobertura] - Referência 3 - 10,43% Cobertura)

⁸³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 5 referências codificadas [36,81% Cobertura]

⁸⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_009_PMERJ> - § 2 referências codificadas [7,98% Cobertura] / Referência 1 - 5,57% Cobertura

Como já mencionada, a inclusão e a formação de policiais militares muitas vezes ficam condicionadas a agenda política que despreza critérios técnicos e não leva em conta planejamento e matriz curricular⁸⁵.

O ingresso de mulheres na organização policial militar teve muitas resistências pelo efetivo masculino e inicialmente contou com estratégias e ações administrativas sexistas, como impedimento do trabalho conjunto entre homens e mulheres, o que demonstra que as organizações policiais militares não foram preparadas para receber o efetivo feminino. Esse quadro se alterou, hoje há uma melhor aceitação, mas permanecem situações de discriminação⁸⁶.

(...) na época que eu fiz o curso, eu classificaria como ruim, bem ruim. É... porque fazendo uma analogia, um outro profissional numa situação nossa que é de risco, que é onde a gente pode ou tirar a vida de outra pessoa ou perder a nossa própria vida, eu acho que deveria ser..., o curso tem que ser muito bom, muito bom e muito treinamento após também. Então, a gente tem que ser especialista no que a gente faz, não é meia boca porque as consequências são muito sérias. Então, eu acho que o curso faltou muito, faltava muito instrutor, perdia muito tempo com coisas que não era estritamente policial e o curso era voltado muito para o militar, para a forma militar de ordem unida e outras coisas. E a parte policial que é a parte principal, deixou a desejar e muito. Então, a visão que eu tenho é essa que é fraco e acredito que ainda é muito fraco. (<Internas\Grupos Focais\PMMT\Praças\121130_001_GFPR_PMMT> - § 40 referências codificadas [32,18% Cobertura] / Referência 14 - 1,24% Cobertura).

O curso de formação é marcado por ilegalismos e abusos contra os alunos policiais que são trabalhados no sentido de docilização com foco no aspecto militar em detrimento do conhecimento policial⁸⁷.

Faxina eu já sabia. No CEFAP eu só me aperfeiçoei. Aquela coisa intensa, faxina minha mãe ensinou a fazer de primeira. No CEFAP foi só a fazer em grupo e se alguém me perguntasse o que você aprendeu a fazer? O que, que eu aprendi no CEFAP, eu ia demorar uma meia hora pra poder buscar no meu pensamento o que eu aprendi no CEFAP. Realmente eu não

⁸⁵ <Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio\120208_003_BMRS> - § 27 referências codificadas [68,31% Cobertura] / Referência 1 - 1,85% Cobertura / Referência 2 - 5,65% Cobertura

⁸⁶ <Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio\120223_001_BMRS> - § 34 referências codificadas [45,18% Cobertura] / Referência 22 - 4,64% Cobertura

⁸⁷ <Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio\120214_001_BMRS> - § 12 referências codificadas [27,86% Cobertura] / Referência 10 - 5,65% Cobertura

lembro, a não ser de..., não porque eu ficava para dormir no quartel, dormia sempre no quartel, porque eu era sempre o último da tropa. (<Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Praças\\121130_001_GFPR_PMMT> - § 40 referências codificadas [32,18% Cobertura] / Referência 17 - 1,01% Cobertura)

(...) O pior prejuízo que eu vejo é que eu acho que isso é característica da formação militar é vincular as atividades de corpo de aluno com as seções de ensino. Acho que isso não precisa nem ter doutorado ou mestrado ou pós-graduação em qualquer área pra saber que pessoa nenhuma consegue aprender dessa forma. Essa é a verdade, só não vê quem não quer. Porque se tira serviço a cada quatro horas, se tira duas horas descansa quatro, duas quatro, duas quatro. Então, muitas das vezes fica se tirando o serviço, eu tirei muito tempo serviço ali, um dia folgava dois, outro dia folgava dois. Folgava. As atividades do corpo de aluno são muito exaustivas, eu digo, a própria ordem unida, formação militar em si. Eu acho que não é muito inteligente juntar isso. Porque é claro que a pessoa vai dar resposta, porque é uma situação de guerra, vamos dizer assim. Não vamos exagerar tanto, mas formação seria essa. A resposta vai ser dada, mas com a mínima qualidade. Eu não me recordo alguma coisa que eu tenha aprendido, eu tenho que fazer força pra lembrar algo que eu tenha decorado nesses dois anos. Porque é aquela memória, nós temos vários tipos de memória, é aquela memória pra decorar o número de telefone ou coisa assim. É pra prova antes, como vou dizer, é o que a gente usava o MINIMI. É assim, porque tem que acertar ali. É aquela memória que não é a memória construtiva, a longo prazo, que a pessoa realmente estuda com calma e vai aprendendo. Isso não é dado a mínima importância na formação do curso quando eu tive ali. (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120214_001_BMRS> - § 21 referências codificadas [74,27% Cobertura] / Referência 11 - 9,76% Cobertura)

Além da questão do militarismo excessivo, o conhecimento no período de formação é considerado não suficiente quando confrontado com o cotidiano e a prática policial⁸⁸.

(...) O policial por mais que seja bom o curso, ele sai do curso e não faz mais nada. Ele não treina um tiro. Não tem uma defesa pessoal que só cria barriga, não aguenta correr 100 metros. Aí, o que acontece? O policial fica despreparado depois de formado porque aqui a gente só engorda. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Praças\\120626_001_PMERJ> - § 5 referências codificadas [9,28% Cobertura] / Referência 4 - 3,58% Cobertura).

A formação policial sofreu uma transformação sobretudo pela reformulação dos currículos e abertura gradual da relação entre superiores e subordinados. O espaço

⁸⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_005_PMERJ> - § 1 referência codificada [12,21% Cobertura] / Referência 1 - 12,21% Cobertura

para diálogo é marcado positivamente em alguns discursos, mas o treinamento continua deficitário com a agenda política interferindo no planejamento da organização⁸⁹.

Eu acho que a primeira coisa é quebrar e nós já quebramos isso no estágio. Eu não posso falar pelo CFAP, mas acredito que o CFAP também tem acompanhado esta mudança porque é a mudança do discurso desalinhado da prática. Isso é descabido em qualquer lugar, principalmente na instituição militar. Eu não posso ter um discurso, eu falo de direitos humanos e te desrespeito, eu não posso. O meu discurso tem que ser comprovado na prática. Então, essa é a primeira coisa, é o mais importante. Num estágio eu não vou falar nunca algo que eu não faço. E se algum instrutor meu fizer, coisa que ainda não aconteceu, mas se identificado for, serão devidamente responsabilizados como qualquer administração responsabiliza a quem não está de acordo com as normas. Essa é a primeira coisa que tem que ficar bem clara. Agora, o diferencial é trabalhar as questões das estratégias de polícia de proximidade. O que é isso? Por que não polícia comunitária? Alguém pode fazer esse 'quiz' aí. Mobilização social ou comunitária, mediação de conflito, resolução pacífica de conflitos que são coisas distintas, relacionamento de pessoal, troca de experiência, o uso de técnicas de menor letalidade, uso progressivo da força. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_001_PMERJ> - § 4 referências codificadas [15,44% Cobertura] / Referência 1 - 7,24% Cobertura)

A aprendizagem proporcionada ao longo da carreira, através dos cursos cujo ingresso se processa mediante seleção ou indicação, é vista como reconhecimento⁹⁰.

Durante a formação o agente executa muitas ações de serviços policiais e com a conclusão do curso de fato passa a exercer as funções de seu cargo, vivendo o ambiente de trabalho.

A prática é ensinada pelos veteranos no cotidiano policial e aprendida por “analogia”.

(...) eu não preciso, eu não preciso que o meus superiores lá no curso de formação fiquem é..., (...) humilhando, (...) usando a todo momento da hierarquia. A todo momento: “cala a boca”, “cesse o papo”. Eu acho que ao invés de perder tempo com..., primeiro que já tinha que ter acabado o militarismo há muito tempo. (...) Eu acho que deveria (...) investir mais na parte de abordagem, na parte de leis, o policial saber até que ponto ele pode agir, até que ponto não pode agir, aonde está a legalidade do que ele está fazendo, como que ele pode conduzir uma ocorrência. Eu acho que essas coisas deveriam ser passadas. Aí o policial fica ali, tem que correr de manhã,

⁸⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_005_PMERJ> - § 3 referências codificadas [33,35% Cobertura] / Referência 3 - 16,35% Cobertura

⁹⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_006_BMRS> - § 7 referências codificadas [38,51% Cobertura] / Referência 7 - 7,01% Cobertura

fazer flexão. (...) Se for pego dormindo fica preso, não sei o que, leva aquele tempo todinho, não usa os armamentos que tem que ser usados. Às vezes não tem munição no curso de formação, aí vem pra rua pega uma outra realidade, ninguém quer saber se você aprendeu ou se você não aprendeu e se você foi infeliz numa ocorrência, chegar numa delegacia não souber levar ao conhecimento como tem que ser. Ao invés de você conduzir você já faz parte da ocorrência e quando chegar na mão do juiz lá, o capa preta, ele não quer saber como foi o seu curso de formação, pra ele você é formado, pra ele você é perito ali, e aí? Aí a instituição não te formou bem, você não tem um advogado da instituição pra te orientar, você está sozinho. Então, você é pego, o pessoal coloca uma farda em você e uma arma na tua cintura e vai, e seja o que Deus quiser porque se você for bem, beleza, se você tiver chance de tomar pancada, mas sair ileso, você vai levar tua vida numa boa. Agora se você pegar um colega que infelizmente não está nem aí pra carreira, que já está todo enrolado, tu vai se enrolar junto com ele, e dentro de um ano, dois anos, tu está excluído, mas só quem perde é a população. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_010_PMERJ> - § 6 referências codificadas [55,89% Cobertura] / Referência 2 - 12,56% Cobertura).

No quesito ambiente de trabalho há uma dependência do comandante⁹¹, pois o papel do chefe ou do líder é fundamental para consolidação do sentimento de corpo organizacional e marca de maneira pessoal a percepção que o policial militar tem a respeito de sua organização.

O ambiente de trabalho é visto de maneira positiva quando há um vínculo mais pessoal entre os policiais que integram esse espaço de convivência.

A figura do chefe que motiva e que é acessível e aberto ao diálogo é entendido como ação de reconhecimento pelos policiais militares⁹².

A relação entre o comando e o pessoal da atividade operacional é prejudicado por questões burocráticas⁹³ e se dá de maneira pessoal. Esta relação pessoal estabelecida entre chefia e subordinados encobre a tensão entre os atos de reconhecimento estatal e os desrespeitos aos direitos, ou seja, o policial dentro da relação pessoal estabelecida com seus superiores de forma positiva se sente reconhecido e não associa o desrespeito a seus direitos a essa relação. Canaliza-se os desrespeitos ao Estado como se a chefia se

⁹¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 8 referências codificadas [60,13% Cobertura] / Referência 5 - 4,14% Cobertura

⁹² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_007_BMRS> - § 2 referências codificadas [10,04% Cobertura] / Referência 1 - 6,40% Cobertura

⁹³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_008_BMRS> - § 2 referências codificadas [21,05% Cobertura] / Referência 1 - 14,53% Cobertura

desconectasse de sua representação estatal e não tivesse responsabilidade nesses desrespeitos jurídicos⁹⁴.

Benefícios e gratificações são vinculados ao comportamento e, por consequência, às transgressões disciplinares⁹⁵, o que não deixa de ser uma forma de controle.

A rotulação depreciativa, muitas vezes exteriorizada de maneira pública, também é utilizada como mecanismo de controle e até mesmo assédio moral por parte de superiores hierárquicos⁹⁶.

A visão de si como um bom profissional⁹⁷ e consequente reconhecimento passa pela disciplina implícita nesse sistema hierarquizado da estrutura policial militar

O discurso do desbravador implica em dizer que aquele que primeiro se predispõe a servir em determinado lugar ou posto é tido como exemplo de coragem e honradez, ou seja, “os primeiros sempre serão os primeiros” num apelo mítico pela história biográfica de cada policial que se dispõe a acatar as ordens recebidas⁹⁸.

Há relato do reconhecimento às avessas, onde o policial militar que comete indisciplinas e não obedece é “punido” com transferências e designações para funções e postos melhores, o que causa uma indignação ao policial militar que é tido como disciplinado.

(...) Já me senti injustiçado várias vezes, em vários momentos, seja por falta do reconhecimento ou em outro tipo de injustiça, mas, mais por falta de reconhecimento. Muitas vezes não se valorizam uma situação. Outra é demasiadamente pequena, aumentam-se a gravidade, fazem uma tempestade em copo d'água e em muitas vezes em uma situação que deveria ser dada uma

⁹⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_004_PMERJ> - § 3 referências codificadas [23,97% Cobertura] / Referência 3 - 4,86% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120628_014_PMERJ> - § 2 referências codificadas [16,97% Cobertura] / Referência 2 - 6,07% Cobertura

⁹⁵ <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 12 referências codificadas [28,60% Cobertura] / Referência 5 - 3,22% Cobertura

⁹⁶ <Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Oficiais\\121129_001_GFOF_PMMT> - § 20 referências codificadas [22,68% Cobertura] / Referência 4 - 3,41% Cobertura

⁹⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120302_001_BMRS> - § 3 referências codificadas [25,72% Cobertura]

⁹⁸ <Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 25 referências codificadas [31,00% Cobertura] / Referência 2 - 3,47% Cobertura

importância, algo de grave, e a gente acaba percebendo que não há esse mesmo tratamento. Então, há esta disparidade. (...) Já aconteceu comigo, já sofri com isso. Às vezes a falta de reconhecimento por motivos pessoais, da gente não se dar com a pessoa mesmo e não haver o reconhecimento da outra parte, de comandantes passados. Mas, eu já me senti bem desvalorizado nesse sentido, falta de reconhecimento, de ser mal tratado mesmo. Como (...) já me senti valorizado, bem tratado em outras ocasiões. Bem, como eu falei, isso aí não é a instituição em si e sim pessoas em particular que acabam estragando a imagem pra polícia. (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_002_PMMT> - § 2 referências codificadas [17,22% Cobertura] / Referência 2 - 11,27% Cobertura)

A autoestima muitas vezes se vincula ao serviço que é desempenhado pelo policial militar e o sentimento de importância que este desenvolve por fazer aquilo que gosta⁹⁹.

A atividade de policiamento é vista como desvalorizada por alguns dos sujeitos de pesquisa em razão do distanciamento entre o pessoal da ponta e o comando. Essa visão é até depreciativa, pois a atividade fim é vista por muitos como castigo¹⁰⁰, enquanto que o pessoal do administrativo tem uma maior afinidade com os superiores pelo contato mais próximo que torna as relações mais pessoais¹⁰¹.

O amor à ocupação policial militar está associado, muitas vezes, ao sentimento de utilidade do serviço policial que resulta na retribuição em forma de gratidão das pessoas que foram bem atendidas pela polícia¹⁰².

A frustração marca muitos discursos, principalmente pelo mau aproveitamento do policial pela organização¹⁰³; o que gera não atendimento das expectativas.

O reconhecimento se vincula à realização profissional, independentemente de posto ou graduação e passa muitas vezes, não pela complexidade do cargo e funções

⁹⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_003_BMRS> - § 1 referência codificada [4,47% Cobertura] / Referência 1 - 4,47% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_003_BMRS> - § 4 referências codificadas [40,91% Cobertura] / Referência 2 - 15,15% Cobertura..

¹⁰⁰ <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120208_003_BMRS> - § 27 referências codificadas [68,31% Cobertura] / Referência 1 - 1,85% Cobertura.

¹⁰¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_002_BMRS> - § 3 referências codificadas [20,42% Cobertura] / Referência 2 - 8,72% Cobertura.

¹⁰² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 4 referências codificadas [27,74% Cobertura] / Referência 2 - 7,00% Cobertura

¹⁰³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_004_BMRS> - § 4 referências codificadas [15,58% Cobertura] / Referência 4 - 2,69% Cobertura

desempenhados, mas pelo sentimento de valorização¹⁰⁴ e pela realização de um sonho idealizado por muitos dos entrevistados. Há relatos de muitos que tentaram seguir a carreira nas Forças Armadas, mas devido à dispensa do serviço militar optaram pelo ingresso na Polícia Militar¹⁰⁵ como forma de compensação para realização do sonho de ser militar.

O elogio é visto como forma de reconhecimento pelos serviços prestados e tem papel de motivação para alguns dos participantes da pesquisa¹⁰⁶.

O auxílio financeiro para algumas funções de atividade de policiamento ostensivo como forma de gratificação serve de estímulo para que policiais se interessem em servir em determinados locais¹⁰⁷. Arranjos são implementados com a participação dos vários níveis de governo da federação brasileira¹⁰⁸.

O estilo de vida policial militar com as honras e liturgias dentro do espírito castrense denota autorrealização que se vincula aos interesses pessoais do sujeito e se concretiza, muitas vezes, com a ascensão hierárquica.

Mesmo estando na reserva, muitos sujeitos aceitam a convocação para o serviço ativo, alguns para complementação de sua renda, outros por não conseguirem se afastar do ambiente da caserna.

Importante destacar que a alteração na relação entre oficiais e praças é vista de maneira positiva, sobretudo por parte daqueles que viveram e acompanharam tais mudanças posturais e comportamentais e relatam uma melhora na forma como os novos oficiais tratam as praças (discurso pontual do Estado do Rio Grande do Sul).

¹⁰⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_006_BMRS> - § 7 referências codificadas [38,51% Cobertura] / Referência 1 - 5,85% Cobertura.

¹⁰⁵ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_006_BMRS> - § 7 referências codificadas [38,51% Cobertura] / Referência 4 - 4,28% Cobertura

¹⁰⁶ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 8 referências codificadas [60,13% Cobertura] / Referência 7 - 7,65% Cobertura

¹⁰⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_001_PMERJ> - § 4 referências codificadas [15,44% Cobertura] / Referência 3 - 1,05% Cobertura;
<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_001_PMERJ> - § 4 referências codificadas [15,44% Cobertura] / Referência 4 - 4,36% Cobertura;
<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_002_PMERJ> - § 5 referências codificadas [54,13% Cobertura] / Referência 2 - 12,19% Cobertura

¹⁰⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_002_PMERJ> - § 5 referências codificadas [54,13% Cobertura] / Referência 1 - 12,40% Cobertura

Essa safra nova de oficiais está vindo com uma nova mentalidade. Diferente (...). Eu sou de família de policiais, meu pai é policial, se aposentou. Então eu sempre vivi dentro de âmbito militar. Passei o maior tempo de minha infância dentro do quartel com meu pai. Então eu acompanhei bastante coisa; ela teve três momentos, primeiro momento o militarismo, depois mudou pra meio termo, e depois pra este último agora, que é meu conceito, que vem vindo essa safra nova de oficiais que, sessenta ou oitenta por cento, está com uma mentalidade mais abrangente e eu acho que isso aí vai ser bom pra polícia, principalmente aqui no Sul. E os oficiais dessa safra nova estão vindo (...), tendo (...) um contato maior com o pessoal de frente, com o soldado, com sargento e buscando orientação, (...) buscando saber o que é realmente, aquele homem não tinha, eu acho que isso aí é importante. É de vital importância pra melhorar (...). (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 8 referências codificadas [60,13% Cobertura] / Referência 1 - 9,13% Cobertura).

O preconceito contra a mulher policial militar é denunciado pelas policiais participantes e muitas não encaram essa atitude como desrespeito, pois se sentem reconhecidas naquilo que fazem¹⁰⁹.

Então, muitas vezes, pelo fato da pessoa escolher a carreira militar, ela passa a ser direcionada ou julgada ou tratada de forma como se ela deixasse de ser mulher. E isso nunca vai acontecer. Então, que se tivesse uma visão um pouco mais aberta. A nossa sociedade gaúcha ela é muito machista, muito conservadora então a minha declaração principal é essa, que se levasse mais em consideração essa questão que a mulher, por escolher uma carreira de policial, ela não vai deixar de ser mulher, com todas as atribuições, e encargos que a espécie humana da mulher tem. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_004_BMRS> - § 3 referências codificadas [26,91% Cobertura] / Referência 3 - 8,79% Cobertura)

As mulheres, dependendo do local de ocupação, encontram dificuldades para o exercício de sua ocupação em decorrência de muitos policiais militares do sexo masculino não aceitarem ou resistirem ao fato de a mulher ser superior hierárquico, o que demanda um tempo para a aceitação e reconhecimento, exigindo ‘prova’ de competência e cumprimentos de liturgias masculinizadas por aquela¹¹⁰.

(...) me sinto sim(...), eu já tive um pouco de dificuldades, mas assim. Tem uma barreira por ser mulher dentro da corporação, mas sou reconhecida sim. (...) É, em muitos lugares que eu trabalhei eu era a única

¹⁰⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_005_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,48% Cobertura] / Referência 1 - 7,48% Cobertura

¹¹⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_008_BMRS> - § 2 referências codificadas [20,52% Cobertura] / Referência 1 - 10,97% Cobertura

mulher, então eu chegava lá e encontrava uma dificuldade, uma resistência por parte do policial, do policial ser subordinado a uma mulher. Eu nunca tive maiores problemas, mas o pessoal resistia bastante, mas depois com o tempo, a gente começava a trabalhar e se adaptava. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_008_BMRS> - § 3 referências codificadas [27,00% Cobertura] / Referência 2 - 10,97% Cobertura)

(...) Aos poucos as coisas foram se remodelando, as pessoas foram ficando mais humanas porque até o próprio sentimento de carinho, de amizade e vai ter esse vínculo e a mulher tem adjetivos que o homem não tem no sentido de trabalho. E tem coisas que o homem tem que a mulher não tem pra trabalhar e vice-versa, óbvio. Então, as coisas vão se modificando aos poucos. (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Praças\\Audio\\120223_001_BMRS> - § 12 referências codificadas [18,91% Cobertura] / Referência 12 - 4,64% Cobertura).

A percepção da população com relação às mulheres policiais é diferenciada, algumas vezes reveste-se de preconceito, outras vezes a percepção é mais docilizada, conforme o relato adiante:

A população jamais vai conseguir igualar o tratamento de uma policial feminina a de um policial masculino. O tratamento nunca vai ser igual, ela nunca vai ver uma mulher ou vai pensar numa mulher agindo com truculência. Sempre vai ver, vai pensar na ideia da mulher agindo com um pouquinho mais de delicadeza; uma forma diferente de chegar no público alvo. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_004_PMERJ> - § 1 referência codificada [12,44% Cobertura] / Referência 1 - 12,44% Cobertura)

Há pontos que ainda não foram observados e compreendidos nas relações interpessoais, como o choque de gerações, pois convivem no espaço hierarquizado da organização militar pessoas de diferentes gerações que incorporaram disposições marcadas diferentemente pelas temporalidades das historicidades de cada uma dessas pessoas, ocorrendo pressões de diversas ordens, por exemplo, quando os mais antigos se sentem menos valorizados por algumas políticas organizacionais que beneficiam ou nivelam o tratamentos com os mais recrutas¹¹¹.

Não, eu só tenho a agradecer porque isso aqui está sendo pra mim tipo um desabafo, d'eu poder falar, entendeu? Ter alguém pra me ouvir, a dizer isso aí. O que eu tenho a dizer é só indignação. Que eu estou prestes a ir embora e a maioria do pessoal do mesmo período que eu incluí também está indo, e ninguém vai ficar integral. Do jeito que está o pessoal pegou um

¹¹¹ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121123_011_PMMT> - § 5 referências codificadas [34,51% Cobertura] / Referência 3 - 5,96% Cobertura

período proporcional ou mesmo, até essas pessoas que incluem hoje na PM, são recrutadas, eles entram, na polícia ali como se fosse um suporte. Ele estuda, estuda. Ele quer o horário de estudo acadêmico. Ele tem o serviço de acordo com o horário dele. Não é ele adequar ao serviço pra estudar. Amanhã faz um concurso melhor e sai da instituição. Acabam que entregam as vagas de quem realmente queria permanecer, quem almejava a permanecer; e vai embora. (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121123_011_PMMT> - § 5 referências codificadas [34,51% Cobertura] / Referência 5 - 9,02% Cobertura)

A valorização dos policiais “recrutados” por possuírem melhor formação e qualificação em áreas consideradas fundamentais, como tecnologia e informática, em detrimento dos policiais mais antigos é vista como um ato de desrespeito, pois estes, quando ingressaram na organização policial não tiveram oportunidade e sequer lhes foi dada a possibilidade, por parte da organização, de se especializarem ou qualificarem. Há um entendimento por parte dos policiais militares antigos entrevistados que os “recrutados” devem vivenciar as experiências de rua, o “verdadeiro trabalho policial” antes de serem convocados a trabalhar em gabinetes ou passarem à disposição de outros órgãos e Poderes.

As condições materiais e pessoais de trabalho melhoraram consideravelmente quando se leva em consideração o que se tinha há algumas décadas atrás, mas existe um clamor da base por um melhora no relacionamento interpessoal, atendimento de direitos¹¹² e estrutura da organização policial.

Bom eu vejo a polícia de forma desorganizada, de forma a-histórica e a-social. Ela não acompanha a sociedade, não acompanha os progressos científicos. É... Tem-se muito estudo em relação à polícia, tenta-se abrir um viés democrático, mas ao mesmo tempo que tenta-se fazer isso, tenta-se segurar também. É um exemplo, não sei se o senhor acompanhou, foi a pesquisa sobre o fardamento, a enquete que foi realizada pra se mudar o fardamento da polícia militar do Estado de Mato Grosso, sendo que a gente sabia que era uma corrente nacional, que isso tinha força nacional e que ia mudar, mas foi feita essa enquete. Segundo os dados que fiquei sabendo mais de 80% não concordaram e mesmo assim vai mudar. Então assim, tenta-se abrir pra democracia ao te perguntar, mas se as pessoas não aceitarem o que eu quero, vai ser o que eu quero mesmo. Sabe, então, isso é só um exemplo de como as coisas acontecem e a gente vê assim. Eu pergunto pra você qual é a sua opinião, mas se a sua opinião não for a mesma que a minha, então não vale. (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121123_012_PMMT> - § 4 referências codificadas [48,08% Cobertura] / Referência 1 - 7,47% Cobertura)

¹¹² <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121123_011_PMMT> - § 5 referências codificadas [34,51% Cobertura] / Referência 2 - 8,90% Cobertura

Pois é, eu me vejo hoje em um dilema. Um dilema grande..., porque eu vejo colegas adoecendo e que não vão sair, que vão ficar. Porque não..., não pensam, não refletem e quando refletem preferem parar de pensar, preferem impedir o fluxo de um pensamento porque isso trás sofrimento. (...) E por outro lado eu busquei fazer essa faculdade de psicologia pensando em sair da polícia. O que eu queria era sair e hoje eu começo a olhar com esse olhar mais de psicólogo, mais profundo e fico com vontade de ficar pra ajudar. Então assim, eu penso primeiro em terminar a faculdade, no próximo ano eu termino, e ver se eu consigo fazer alguma coisa dentro da polícia. E se eu não conseguir fazer, eu vou sair porque eu não vou ficar e adoecer junto com os outros. Hoje, eu quero ajudar, eu quero ajudar. Mas assim, sem entrar em nível macro, sem tentar levar a minha ideia lá pra cima porque é como eu tava (*sic*) comentando outro dia com um amigo, quando a gente é adolescente a gente quer mudar o mundo. Quando eu entrei na polícia, por ter 20 anos e estar no meio da primeira faculdade eu ainda pensava em mudar a polícia, eu queria mudar a polícia e achava que os meus pensamentos iriam ajudar a mudar a polícia. E hoje eu acho que se eu conseguir ajudar quem está perto de mim já vai ser uma grande coisa, já vai ser um grande feito.

(<Internas\Entrevistas\PMMT\Audio\121123_012_PMMT> - § 4 referências codificadas [48,08% Cobertura] / Referência 2 - 10,41% Cobertura)

A instrumentalidade dos policiais vistos como peça descartáveis é ponto negativo, pois na opinião de muitos dos sujeitos há uma dedicação cuja retribuição não corresponde ao sacrifício dispendido, pois o resultado pode ser, inclusive, a perda de sua vida.

A polícia, hoje eu vejo como uma instituição fragilizada. Uma instituição que foi extremamente ocupada por egoísmos, ocupada por individualismo, ocupada por pessoas que utilizaram do poder institucional para garantir condições próprias, condições..., condições que tendem a garantir posições dentro desse organograma, dentro desse ciclo de poder. E em muitas situações esses objetivos confrontavam com os objetivos constitucionais. E a polícia em razão disso ficou fragilizada. Nós temos a fragilidade com relação à corrupção. Nós temos a fragilidade em relação à condição moral. E nós temos uma condição de fragilidade que diz respeito a nossa fuga da essência do militarismo. A polícia militar hoje foge da essência do militarismo. Aquilo que o militarismo defendia como uma irmandade, como uma família, como aquele que disciplina e aquele que é disciplinado, ele entende a disciplina que lhe é imposta. Isso aí hoje não existe mais dentro do militarismo estadual, ao menos pelo qual, no qual eu me encontro. Nós não encontramos essa essência do militarismo. Encontramos sim alguns periféricos do militarismo, que diz respeito apenas à responsabilização e não à conscientização. E isso pra mim tem sido o grande problema das instituições militares estaduais, da minha instituição militar estadual. Fugiu do militarismo; da base da disciplina e da hierarquia como regular, como fazer prosperar um sentimento de família, um sentimento de igualdade, um sentimento de isonomia. Foge disso aí e usa essas mesmas ferramentas simplesmente para manipulação. Isso aí pra mim tem sido o caos trazido às instituições militares estaduais.

(<Internas\Entrevistas\PMMT\Audio\121126_015_PMMT> - § 10 referências codificadas [83,01% Cobertura] / Referência 1 - 7,35% Cobertura)

Apesar das reclamações do relacionamento interpessoal, houve uma considerável melhoria na relação entre praças e oficiais, acontecendo aquilo que chamamos de flexibilização¹¹³ quando levamos em conta o percurso temporal da organização.

Para alguns, a organização policial militar tem como marca de identidade o corporativismo e o coleguismo, devido ao fato de passarem, às vezes, mais tempo na atividade ocupacional do que junto com a própria família. Cria-se um espírito de corpo que é fragilizado a cada perda de um membro policial desse círculo de convivência, seja por invalidez, morte ou inatividade.

A religião entra como um componente de agregação para alguns sujeitos e tem uma forte marcação, principalmente para o segmento evangélico neopentecostal, que tenta conciliar a doutrina religiosa com a doutrina militar nos espaços de ação policial.

Existe um discurso de que o afastamento na relação das organizações policiais com as Forças Armadas ajudou a construir a imagem de ‘profissional de segurança’, cujo diferencial está na execução do policiamento de proximidade e, também, pela alteração normativa que autorizou a polícia militar a lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência¹¹⁴.

Por sua vez, a relação de proximidade com a população interfere no grau de confiança que esta tem a respeito da organização policial. A polícia de proximidade com possibilidades de identificação pessoal do policial pela comunidade ajuda no controle social das atividades de polícia¹¹⁵.

Também existe uma sensação de que a polícia de proximidade não desempenha uma atividade policial e sim uma atividade assistencialista¹¹⁶.

¹¹³ <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Praças\\Audio\\120228_001_BMRS> - § 25 referências codificadas [56,03% Cobertura] / Referência 3 - 2,90% Cobertura

¹¹⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_011_BMRS> - § 4 referências codificadas [36,28% Cobertura] / Referência 1 - 8,00% Cobertura

¹¹⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_010_PMERJ> - § 3 referências codificadas [5,92% Cobertura] / Referência 2 - 1,60% Cobertura

¹¹⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_005_PMERJ> - § 3 referências codificadas [33,35% Cobertura] / Referência 1 - 10,63% Cobertura

O reconhecimento da organização pela sociedade tem uma ligação com o tipo de serviço desenvolvido, por exemplo, as unidades responsáveis pelo policiamento ambiental tem uma imagem melhor que as unidades que desempenham as atividades de policiamento ostensivo convencional¹¹⁷.

A comunidade, de acordo com os sujeitos de pesquisa, tem uma relação ambivalente com a polícia que varia pelas circunstâncias experimentadas em cada localidade. Para muitos entrevistados, enquanto a população reconhece o trabalho do policial, o Estado não o valoriza¹¹⁸. Ocorre uma tensão nesse reconhecimento, pois para muitos policiais o reconhecimento advindo da sociedade pelos serviços prestados é maior que o reconhecimento por parte do comando da organização e do Estado¹¹⁹.

Há uma diferença entre a imagem da polícia na capital e regiões metropolitanas e a imagem que se tem dela nas cidades interioranas¹²⁰. O sentimento de uma valorização maior é relatada pelos sujeitos de pesquisa que já serviram no interior dos Estados, talvez pela estilo de vida interiorana onde prevalece o conhecimento e a proximidade de todos que fazem parte da comunidade¹²¹.

As experiências vividas junto às comunidades carentes e de seu cotidiano, participando das reivindicações, e acompanhando as agrurias da população menos favorecida possibilita uma transformação na perspectiva da relação entre os policiais e o serviço policial¹²².

(...) Aqui há uma valorização da massa humana. Há uma valorização nossa. (...) Eu todos os dias converso com os policiais, e a

¹¹⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_008_BMRS> - § 2 referências codificadas [20,52% Cobertura] / Referência 2 - 9,55% Cobertura

¹¹⁸ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 6 referências codificadas [30,59% Cobertura] / Referência 2 - 2,58% Cobertura.

¹¹⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 4 referências codificadas [27,74% Cobertura] / Referência 3 - 6,41% Cobertura

¹²⁰ <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 12 referências codificadas [28,60% Cobertura] / Referência 1 - 2,84% Cobertura.

¹²¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_002_BMRS> - § 3 referências codificadas [20,35% Cobertura] / Referência 1 - 9,24% Cobertura

¹²² <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_007_PMERJ> - § 2 referências codificadas [14,61% Cobertura] / Referência 2 - 9,57% Cobertura

primeira coisa que eu pergunto é como eles estão, se estão bem para o serviço, se estão bem de saúde pra exercer o serviço, entendeu? Se eles estão com algum problema psicológico pra exercer o serviço. (...) A gente precisa estar bem, pra passar um bem estar pro cidadão, pra conversar, ter paciência pra lidar com o cidadão mais carente. (...) Eu me sinto como pessoa e aqui dentro da UPP eu já sofri experiência que até fiquei, me senti mais humano. (...) Aqui dentro eu vi situações, pais de vida difíceis que mesmo sofrendo eles agradecem a Deus, a coisas pequenas. Então, passei a agradecer mais a Deus, o ar que eu respiro de manhã, eu comecei a aprender bastante disso aí. Então, realmente como policial pacificador, a própria comunidade nos trás benefício. Ela nos dá retorno daquilo que a gente é pra ela, entendeu? Ela nos agradece. Isso aí é recompensador. Agora mesmo eu recebi um elogio de um cidadão e hoje ainda hoje eu ganhei um elogio da nossa policial ali. Estava indo embora, estou indo embora, ela veio me agradecer pela, justamente, pela pessoa humana que eu sou. Ela se referiu assim, ela não se referiu ao sargento, mas se referiu diretamente à pessoa: *“Muito obrigado à pessoa humana que você é!”*. Então, isso é: *“Alguém foi humano comigo”*. Eu estou repassando pra ela e ela vai repassar pro cidadão. Aqui uma das diretrizes do comandante é dar importância ao policial, então normalmente eu sou reconhecido aqui como pessoa.

(<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_007_PMERJ> - § 2 referências codificadas [14,61% Cobertura] / Referência 2 - 9,57% Cobertura)

A presença da polícia de maneira isolada em algumas regiões onde claramente se vê ausência de outros serviços públicos essenciais como saúde e educação, além, da carência estrutural básica, como água tratada, esgoto, atendimento médico, etc; é vista como um erro estratégico, já que a força policial por si só não resolve e não resolverá questões estruturais e orgânicas do Estado brasileiro¹²³. Em contrapartida, essa presença policial junto à comunidade muda a imagem que esta tem da organização e o trabalho desenvolvido junto ao público infantil reforça a imagem positiva¹²⁴.

Há espaços de convivência que a polícia não é bem recebida pela comunidade e se faz necessário um trabalho de paciência para mudança nessa forma de relação. O preparo psicológico do policial é primordial, pois terá que suportar e enfrentar desrespeitos, manifestações hostis e até mesmo agressões físicas. Essas manifestações são contra o Estado, representado em ato pela polícia na figura do policial¹²⁵.

¹²³ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_001_PMERJ> - § 4 referências codificadas [15,44% Cobertura] / Referência 2 - 2,80% Cobertura

¹²⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_001_PMERJ> - § 2 referências codificadas [20,46% Cobertura] / Referência 1 - 15,99% Cobertura

¹²⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_004_PMERJ> - § 3 referências codificadas [23,97% Cobertura] / Referência 2 - 12,68% Cobertura

Muitos conflitos entre policiais e membros da sociedade são decorrentes do fato de o policial prestar serviço no local de maneira obrigatória, contra sua vontade, comprovando-se nas ações arbitrárias o escape direcionado ao pólo mais frágil da relação, qual seja a sociedade¹²⁶.

O alto prestígio, semelhante a de outras ocupações, é reivindicado por alguns policiais. Aqui reputamos equívoco na perspectiva, pois o status ocupado, quando se leva em consideração o salário percebido pelos policiais, é equivalente ou acima da média nacional; o prestígio é a aceitação e reconhecimento de determinada ocupação e pode não coincidir com o seu status. Temos exemplos de ocupações que apresentam alto status e baixo prestígio, enquanto que outras apresentam baixo status, mas possuem alto prestígio¹²⁷. A elevação do prestígio da organização policial passa pela alteração da visão da polícia pela sociedade que está carregada de uma carga simbólica muito negativa, reforçada pelo imaginário social e pelas denúncias de violência e corrupção policial.

A mídia é tida como responsável pela imagem negativa que a sociedade tem da organização policial¹²⁸.

A polícia é vista como uma organização que assume responsabilidades e serviços que não são de sua competência, o que sobrecarrega a base principalmente e não traz o reconhecimento esperado, tanto por parte da sociedade como por parte do próprio Estado¹²⁹.

¹²⁶ <Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 25 referências codificadas [39,04% Cobertura] / Referência 16 - 1,93% Cobertura

¹²⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_011_BMRS> - § 4 referências codificadas [36,28% Cobertura] / Referência 4 - 13,49% Cobertura

¹²⁸ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_001_BMRS> - § 2 referências codificadas [14,32% Cobertura] / Referência 2 - 8,08% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_003_BMRS> - § 1 referência codificada [9,79% Cobertura] / Referência 1 - 9,79% Cobertura

¹²⁹ <Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Praças\\Audio\\120223_001_BMRS> - § 12 referências codificadas [18,91% Cobertura] / Referência 2 - 2,53% Cobertura

Há um sentimento de fraqueza institucional em razão dos governos utilizarem a polícia militar para fazer o serviço que é recusado por outros órgãos, e para cobertura de serviços em caso de greve de outras categorias¹³⁰.

Há uma ideia de defasagem na dinâmica temporal da organização policial quando comparada com a sociedade de uma forma geral¹³¹.

* * *

Em síntese, o Estado, como ente abstrato e juridicamente e politicamente organizado, para efeito desta pesquisa é considerado em três secções, sendo o primeiro corte relacionado à perspectiva dos sujeitos de pesquisa com relação ao Estado e a função policial; o segundo corte se refere à sociedade como polo da relação; e o terceiro corte se refere aos sujeitos de pesquisa que se inserem nos dois polos.



Quadro 13: Secções das perspectivas sobre o Estado

No **primeiro corte** (Estado e a função policial), a visão positiva se liga a três planos, sendo o primeiro associado às questões macros do Estado e se confunde com o seu próprio papel; o segundo se refere às políticas desenvolvidas pelo Estado com relação às questões ocupacionais e de direitos; e a terceira está ligada diretamente às questões de reivindicações e busca por direitos pelos policiais frente ao Estado.

¹³⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120302_001_BMRS> - § 4 referências codificadas [34,34% Cobertura] / Referência 1 - 6,54% Cobertura

¹³¹ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121123_011_PMMT> - § 5 referências codificadas [34,51% Cobertura] / Referência 1 - 5,09% Cobertura

Com referência às questões macros, a visão positiva se deve ao fato dos sujeitos entenderem que: 1) A polícia é uma das responsáveis pelo Estado Democrático de Direito; 2) A polícia cumpre o papel de servir e proteger a sociedade; 3) A polícia representa o Estado (sensação de poder).

A visão positiva das políticas ligadas à polícia desenvolvidas pelo Estado é decorrente de: 1) Valorização da polícia; 2) Concessão e cumprimento de direitos; 3) Política desenvolvida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) via programas e projetos de incentivo à formação e qualificação profissional; 4) Reconhecimento dos adicionais pelas atividades extras e das gratificações pelo exercício de função e localidade.

No plano das reivindicações, a visão positiva se deve: 1) Às greves reivindicatórias; 2) Busca pelo comando de melhorias salariais.

1) ESTADO E A FUNÇÃO POLICIAL		
OLHAR POSITIVO		
PROBLEMAS MACROS DO ESTADO	POLÍTICAS ELABORADAS	REIVINDICAÇÕES
1) A polícia é uma das responsáveis pelo Estado Democrático de Direito; 2) A polícia cumpre o papel de servir e proteger a sociedade; 3) A polícia representa o Estado (sensação de poder).	1) Valorização da polícia; 2) Concessão e cumprimento de direitos; 3) Política desenvolvida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) via programas e projetos de incentivo à formação e qualificação profissional; 4) Reconhecimento dos adicionais pelas atividades extras e das gratificações pelo exercício de função e localidade.	1) As greves reivindicatórias; 2) Busca pelo comando de melhorias salariais.

Quadro 14: Olhar positivo da secção Estado e a função policial

A visão negativa é associada a uma ausência ou excesso nas situações identificadas e se reveste de um caráter reivindicatório, ou seja, os sujeitos se manifestaram em um sentido de mudança do quadro apresentado em quatro planos, sendo o primeiro associado às questões macros do Estado e se confunde com o seu próprio papel; o segundo é ligado às questões organizacionais, sobretudo aos aspectos do militarismo; o terceiro se refere às políticas desenvolvidas pelo Estado com relação às questões ocupacionais e de direitos; e a terceira está ligada diretamente às questões de reivindicações e busca por direitos.

Nas questões macros, a visão negativa se deu por: 1) Ausência de políticas sociais que interfiram diretamente na atuação policial (ausência do Estado); 2) Resistência às mudanças e exigências sociais; 3) Incapacidade do Estado em responder às demandas sociais; 4) Ausência de política salarial adequada, o que obriga muitos policiais a realizarem “bicos”; 5) Falta de combate à corrupção; 6) Ausência de segurança para o policial e para sua família.

No plano organizacional, com destaque a várias questões ligadas ao militarismo, a visão negativa decorre de: 1) Machismo; 2) Militarismo; 3) Hierarquização das relações; 4) Coerção e coação para subjetivação da “cultura organizacional”; 5) Regulamentação e rigor excessivo nas cobranças; 6) Vinculação das bolsas e gratificações, muitas vezes, ao comportamento, fazendo do regulamento disciplinar instrumento de opressão; 7) Excesso de liturgias; 8) Egoísmo e individualismo; 9) Problemas de relacionamento interpessoal, principalmente com superiores; 10) Sectarismo organizacional (praças/ oficiais; polícia/ bombeiro; operacional/ administrativo; por unidade operacional); 11) Ausência de planejamento de ações; 12) Ausência de continuidade de ações estratégicas da polícia (polícia comunitária, polícia de proximidade, mobilização social ou comunitária, mediação de conflito, resolução pacífica de conflitos, relacionamento de pessoal, troca de experiência, o uso de técnicas de menor letalidade, uso progressivo da força, etc.); 13) Subaproveitamento dos policiais; 14) Interferência política nas promoções e designações de funções; 15) Alta concorrência entre os postos; 16) Empirismo; 17) Descaso com algumas situações como reparo e adequação de condições estruturais.

Quanto às políticas ligadas à polícia, a visão negativa se deve a: 1) Desvalorização da ocupação policial; 2) Carência de profissionalização (plano de carreira definido); 3) Ausência de política efetiva de promoção de Direitos Humanos aos policiais; 4) Ausência de política efetiva para coibir discriminação de gênero.

No plano de reivindicação, a visão negativa se deve a: 1) Ausência de recomposição de efetivo; 2) Excessiva jornada de trabalho; 3) Falta de acompanhamento psicológico para acompanhamento dos policiais, o que poderia contribuir para a diminuição da violência policial; 4) Falta de assessoria jurídica para defesa em caso de abertura de processo criminal e administrativo contra o policial.

1) ESTADO E A FUNÇÃO POLICIAL			
OLHAR NEGATIVO			
PROBLEMAS MACROS DE ESTADO	NIVEL ORGANIZACIONAL	POLITICAS ELABORADAS	REIVINDICAÇÕES
1) Ausência de políticas sociais que interfiram diretamente na atuação policial (ausência do Estado); 2) Resistência às mudanças e exigências sociais; 3) Incapaz de responder às demandas sociais; 4) Ausência de política salarial adequada, o que obriga muitos policiais a realizarem “bicos”; 5) A falta de combate à corrupção; 6) Ausência de segurança para o policial e para sua família.	1) Machismo; 2) Militarismo; 3) Hierarquização das relações; 4) Coerção e coação para subjeitização da “cultura organizacional”; 5) Regulamentação e rigor excessivo nas cobranças; 6) Vinculação das bolsas e gratificações, muitas vezes, ao comportamento, fazendo do regulamento disciplinar instrumento de opressão; 7) Excesso de liturgias; 8) Egoísmo e individualismo; 9) Problemas de relacionamento interpessoal, principalmente com superiores; 10) Sectarismo organizacional (praças/ oficiais; polícia/ bombeiro; operacional/ administrativo; por unidade operacional); 11) Ausência de planejamento de ações; 12) Ausência de continuidade de ações estratégicas da polícia (polícia comunitária, polícia de proximidade, mobilização social ou comunitária, mediação de conflito, resolução pacífica de conflitos, relacionamento de pessoal, troca de experiência, o uso de técnicas de menor letalidade, uso progressivo da força, etc.); 13) Subaproveitamento dos policiais; 14) Interferência política nas promoções e designações de funções; 15) Alta concorrência entre os postos; 16) Empirismo; 17) Descaso com algumas situações como reparo e adequação de condições estruturais.	1) Desvalorização da ocupação policial; 2) Carência de profissionalização (plano de carreira definido); 3) Ausência de política efetiva de promoção de Direitos Humanos aos policiais; 4) Ausência de política efetiva para coibir discriminação de gênero.	1) Ausência de recomposição de efetivo; 2) Excessiva jornada de trabalho; 3) Falta de acompanhamento psicológico para acompanhamento dos policiais, o que poderia contribuir para a diminuição da violência policial; 4) Falta de assessoria jurídica para defesa em caso de abertura de processo criminal e administrativo contra o policial.

Quadro 15: Olhar negativo da secção Estado e a função policial

No **segundo corte** (sociedade), a visão dos sujeitos de pesquisa se concentrou na relação que a organização policial e seus integrantes têm com a sociedade, destacando-se de uma maneira positiva o: 1) Reconhecimento da população às ações policiais, principalmente às de proximidade; 2) Confiança e gratidão da sociedade; 3) Empatia sociedade/polícia.

Como pontos negativos da relação polícia/ sociedade, os sujeitos destacaram: 1) O desrespeito à organização policial; 2) O preconceito contra a polícia; 3) as agressões verbais e físicas à polícia devido à herança das relações consolidadas pelo tráfico de drogas; 4) as hostilidades de moradores, com xingamentos e maus tratos aos policiais; 5) a discriminação contra o policial; 6) a discriminação contra a mulher policial; 7) a incompreensão das deficiências estruturais e materiais da polícia.

2) ESTADO (SOCIEDADE E POLÍCIA)	
POSITIVO	NEGATIVO
1) Reconhecimento da população às ações policiais, principalmente às de proximidade; 2) Confiança e gratidão da sociedade; 3) Empatia sociedade/polícia.	1) O desrespeito à organização policial; 2) O preconceito contra a polícia; 3) As agressões verbais e físicas à polícia devido à herança das relações consolidadas pelo tráfico de drogas; 4) As hostilidades de moradores, com xingamentos, maus tratos com os policiais; 5) A discriminação contra o policial; 6) A discriminação contra a mulher policial; 7) A incompreensão das deficiências estruturais e materiais da polícia.

Quadro 16: Olhar sobre a secção sociedade e polícia

No **terceiro corte** (organização policial), apresentamos como os sujeitos percebem sua relação com a organização policial, com a chefia e com seus pares, destacando positivamente o: 1) Sentimento de nobreza; 2) Sentimento de equipe; 3) Narcisismo (identidade ocupacional); 4) Honradez e humildade; 5) Chamamento para participação da elaboração das políticas organizacionais; 6) Bom ambiente profissional (pessoalidade nas relações); 7) Reconhecimento do trabalho pela chefia o que motiva o policial; 8) Corporativismo; 9) Estima ocupacional; 10) Realização de projeto de vida.

Como pontos negativos, temos: 1) A ausência de condições materiais e estruturais para o exercício da atividade de polícia; 2) A ausência de apoio social à família do policial (moradia, creche, lazer, etc.); 3) A alta frustração devido ao clima organizacional (promoções, perseguições, punições, transferências, desprestígio, etc.) e impossibilidade de resposta aos anseios sociais; 4) O mau planejamento em algumas ações que acabam cerceando direitos, como o caso das operações nas eleições que acabam por impedir o policial de votar; 5) O entendimento de que há uma exclusividade na compreensão dos assuntos relacionados à polícia; 6) O distanciamento nas relações funcionais e ausência de diálogo; 7) A ausência de reconhecimento do trabalho pela chefia imediata; 8) As perseguições pela chefia; 9) A falta de compreensão por parte da chefia devido aos problemas familiares que interferem na rotina do policial; 10) A ausência de iniciativas de confraternização entre os policiais; 11) O sentimento de menosprezo; 12) As intrigas advindas das lutas por espaço e ascensão funcional; 13) A falta de companheirismo; 14) A visão negativa do reconhecimento proporcionado aos policiais que estão à disposição do Governador, Casa Militar e outros Poderes em

menosprezo aos que exercem a polícia de fato; 15) O impedimento de se manifestar em redes sociais.

3) ESTADO (RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO POLICIAL)	
POSITIVA	NEGATIVA
1) Sentimento de nobreza; 2) Sentimento de equipe; 3) Narcisismo (identidade ocupacional); 4) Honradez e humildade; 5) Chamamento para participação da elaboração das políticas organizacionais; 6) Bom ambiente profissional (pessoalidade nas relações); 7) Reconhecimento do trabalho pela chefia o que motiva o policial; 8) Corporativismo; 9) Estima ocupacional; 10) Realização de projeto de vida.	1) A ausência de condições materiais e estruturais para o exercício da atividade de polícia; 2) A ausência de apoio social à família do policial (moradia, creche, lazer, etc.); 3) A alta frustração devido ao clima organizacional (promoções, perseguições, punições, transferências, desprestígio, etc.) e impossibilidade de resposta aos anseios sociais; 4) O mau planejamento em algumas ações que acabam cerceando direitos, como o caso das operações nas eleições que acabam por impedir o policial de votar; 5) O entendimento de que há uma exclusividade na compreensão dos assuntos relacionados à polícia; 6) O distanciamento nas relações funcionais e ausência de diálogo; 7) A ausência de reconhecimento do trabalho pela chefia imediata; 8) As perseguições pela chefia; 9) A falta de compreensão por parte da chefia devido aos problemas familiares que interferem na rotina do policial; 10) A ausência de iniciativas de confraternização entre os policiais; 11) O sentimento de menosprezo; 12) As intrigas advindas das lutas por espaço e ascensão funcional; 13) A falta de companheirismo; 14) A visão negativa do reconhecimento proporcionado aos policiais que estão à disposição do Governador, Casa Militar e outros Poderes em menosprezo aos que exercem a polícia de fato; 15) O impedimento de se manifestar em redes sociais.

Quadro 17: Olhar sobre a secção relação com a organização policial

6.4 FRAGMENTOS DA TENSÃO DISCURSIVA

A tensão discursiva foi extraída das respostas e explicações realizadas nas entrevistas e nos grupos focais de acordo com as perguntas formuladas de maneira aberta, cujas respostas reproduzidas nas narrativas já foram explicitadas.

Diríamos que o policial militar tem sua vida marcada por uma tensão constante que se distribui nas esferas da família, jurídica e do Estado, o que implica em disposições incorporadas nos diversos espaços de convivência e afloradas em determinados contextos.

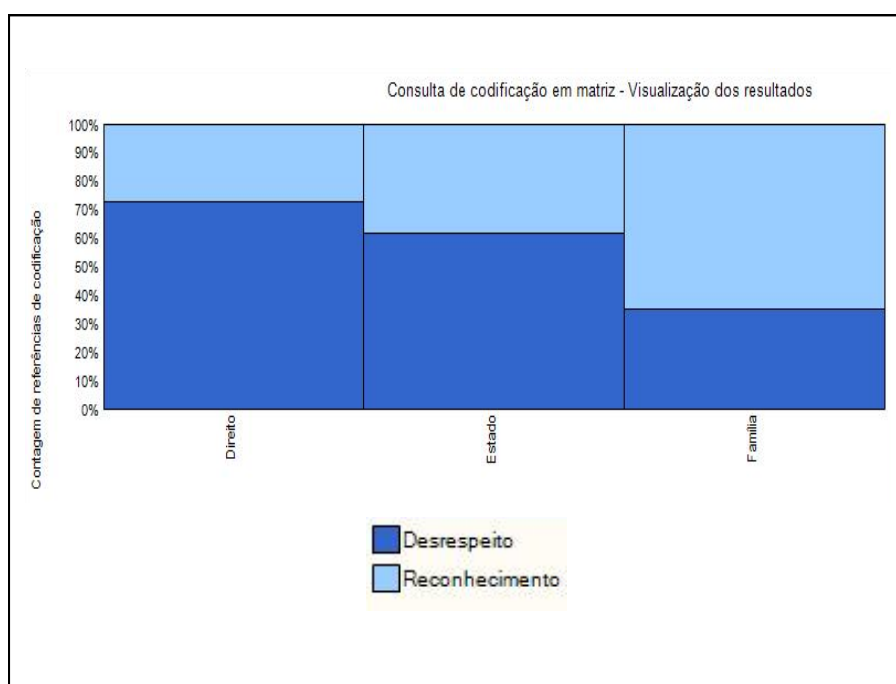


Gráfico 1: Distribuição do percentual discursivo da tensão desrespeito/ reconhecimento

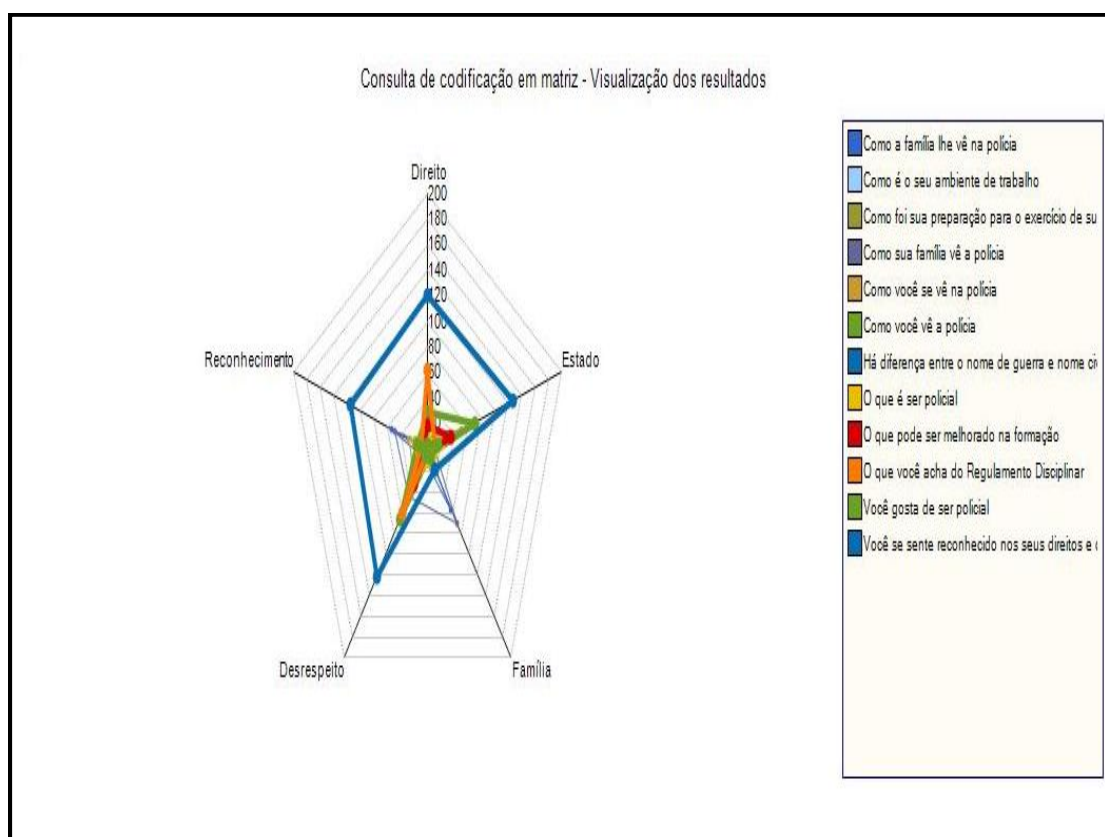


Gráfico 2: Associação entre as perguntas formuladas e os “nós” (esferas: família/direito/ Estado e a tensão:reconhecimento/ desrespeito)

Após a codificação e estabelecimento dos percentuais discursivos associados aos nós família, direito e Estado, podemos afirmar que a tensão estabelecida entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos na perspectivas dos sujeitos participantes da pesquisa, de uma forma global que se leva em consideração os Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, apresentaram os seguintes resultados: 1) 70% dos discursos sobre as questões de direito foram negativos com relatos de atos de desrespeitos contra 30% de relatos versando sobre os reconhecimentos; 2) quanto ao Estado, temos 60% dos discursos indicando atos de desrespeitos contra 40% de reconhecimento; 3) a família, por sua vez, teve 30% de discurso negativo contra 70% positivo no indicativo de atos de reconhecimento. Assim, podemos afirmar que há uma evidente dependência por parte dos sujeitos de pesquisa de suas relações familiares, ou seja, a família é o suporte para o equilíbrio da tensão geral (gráficos 1 e 2).

Feita a apresentação discursiva geral, passemos doravante às diacronias e sincronias entre as polícias comparadas.

7 DISCURSOS PARTICULARES: DOS PAMPAS, DOS FLUMINENSES E DOS HOMENS DO MATO

Para a compreensão discursiva dos sujeitos participantes desta pesquisa na perspectiva estadualizada, uma vez que participaram de policiais militares da Região Sul (Brigada Militar do Rio Grande do Sul – BMRS), Sudeste (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ) e Centro-oeste (Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT), apresentamos neste capítulo os discursos variantes pelas regiões e posições dos sujeitos nas organizações.

Marcamos as diferentes perspectivas subjetivas dos sujeitos em relação à família, ao direito e ao Estado, variantes na espacialidade e nas posições que estes ocupam na organização, o que possibilita identificar as diacronia e sincronias tomadas com base no discurso geral apresentado no capítulo anterior.

A **Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul (BMRS)** foi criada em 18 de novembro de 1837, sendo inicialmente denominada de Força Policial. Ao longo dos tempos teve várias designações, como Corpo Policial (1841), Força Policial (1873), Guarda Cívica (1889), Corpo Policial (1889) e Brigada Militar a partir de 1892¹³².

Por disposição da Constituição Federal do Brasil é a organização policial competente para realizar a polícia ostensiva no Estado do Rio Grande do Sul. Como Unidade Federativa, o Rio Grande do Sul faz fronteira com o Estado de Santa Catarina (norte), o oceano Atlântico (leste), o Uruguai (sul) e a Argentina (oeste). Tem uma área de 282.062 km². As cidades mais importantes são Porto Alegre (capital), Caxias do Sul, Pelotas, Canoas e Santa Maria.

O censo de 2010 computou para o Rio Grande do Sul uma população de 10.693.929 habitantes, sendo o 5º Estado mais populoso do país e o mais populoso da região sul, com 6% da população brasileira. Possui 80,8% da população vivendo no

¹³² Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Brigada_Militar_do_Rio_Grande_do_Sul > Acessado em 03 de outubro de 2013.

espaço urbano. A região metropolitana de Porto Alegre possui cerca de 4 milhões de habitantes¹³³.

A Brigada Militar conta com efetivo de 25.011 homens, sendo 7.806 oficiais, 14.491 praças, 3 cadetes e aspirantes-a-oficial e 2.711 de pessoas em outras situações¹³⁴ para cumprir sua missão.

Contamos com 30 (trinta) brigadianos entrevistados que são na maioria subtenentes ou sargentos (40%); do sexo masculino (73,33%); com idade entre 40 e 45 anos (40%); brancos (63,33%); casados (80%); com filhos (90%); residentes na capital (63,33%); possuidores de curso superior ou pós-graduação (46,67%); católicos (66,67%); participam de entidades extraorganização (igreja, entidade de bairro e associação de bairro) (50%); com conhecimento em língua estrangeira (66,67%); trabalham na capital (93,33%); até 40 horas/semana de trabalho (80%); ingressaram na organização antes de 1995 (73,33%).

No grupo focal de praças – 12 (doze) participantes – encontramos a maioria de Cabos e Soldados (83,33%); do sexo masculino (75%); com idade entre 30 e 40 anos (50%); brancos (83,33%); solteiros (50%); com filhos (75%); residindo na capital (91,67%); com curso superior (41,67%); católicos (83,33%); não participam de entidade extraorganização (66,67%); possuem conhecimento em língua estrangeira (66,67%); trabalham na capital (100%); trabalham até 40 horas/ semana (75%); ingressaram na organização antes de 2000 (66,67%).

No grupo focal de oficiais – 7 (sete) participantes – a maioria foi de capitães (71,43%); do sexo masculino (85,71%); com idade entre 35 e 45 anos (57,15%); brancos (71,43%); outro estado civil (42,86%); com filhos (57,14%); residindo na capital (85,71%); com curso superior ou pós-graduação (100%); católicos (57,14%); participam de entidade extraorganização (57,14%); possuem conhecimento em língua estrangeira (100%); trabalham na capital (85,71%); trabalham até 40 horas/ semana (85,71%); ingressaram na organização antes de 1995 (85,71%).

¹³³ Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande_do_Sul > Acessado em 03 de outubro de 2013.

¹³⁴ Conforme o Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2012, p. 72).

A **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)** foi criada em 13 de maio de 1809. Teve inúmeras designações ao longo de sua história, como Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (1809), Corpo de Guardas Municipais Permanentes (1831), Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro (1835), Corpo Municipal Permanente da Corte (1842), Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro (1844), Corpo Policial da Corte (1858), Corpo Policial Provisório da Província do Rio de Janeiro (1865), Corpo Militar de Polícia da Corte (1866), Corpo Militar de Polícia do Município Neutro (1889), Força Militar do Estado do Rio de Janeiro (1889), Regimento Policial da Capital Federal (1890), Brigada Policial da Capital Federal (1890), Força Policial do Distrito Federal (1905), Brigada Policial do Distrito Federal (1911), Polícia Militar do Distrito Federal (1920), Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (1920) e Polícia Militar do Estado da Guanabara (1960)¹³⁵.

A PMERJ é a organização responsável pela polícia ostensiva no Estado do Rio de Janeiro que faz fronteira com os Estados do Espírito Santo (nordeste); de Minas Gerais (noroeste); de São Paulo (sudoeste) e com o oceano Atlântico (sul, sudeste e leste). Tem uma área de 43.696 km². As cidades mais importantes são Rio de Janeiro (capital), São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti, Campos dos Goytacazes, Petrópolis e Volta Redonda. O censo de 2010 computou para o Rio de Janeiro uma população de 15.993.583 habitantes, sendo o 3º Estado mais populoso do país e o mais densamente povoado, com 8,4% da população brasileira.¹³⁶

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro conta com efetivo de 43.547 homens, sendo 17.094 oficiais, 22.257 praças, 346 cadetes e aspirantes-a-oficial e 3.850 alunos-soldado¹³⁷ para o exercício de ações de sua competência.

Contamos com 33 (trinta e três) fluminenses entrevistados que são na maioria cabos ou soldados (54,55%); do sexo masculino (69,70%); com idade entre 20 e 35 anos (75,76%); pretos ou pardos (63,64%); solteiros (45,45%); com filhos (66,67%);

¹³⁵ Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro > Acessado em 03 de outubro de 2013.

¹³⁶ Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro > Acessado em 03 de outubro de 2013.

¹³⁷ Conforme o Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2012, p. 72).

residentes na capital (78,79%); possuidores de curso superior ou pós-graduação (51,51%); evangélicos (36,36%) e destaque aos sem religião (24,24%); não participam de entidades extraorganização (63,64%); com conhecimento em língua estrangeira (72,73%); trabalham na capital (100%); até 40 horas/semana de trabalho (51,52%); ingressaram na organização depois de 2000 (72,73%).

No grupo focal de praças – 6 (seis) participantes – encontramos a maioria de Cabos e Soldados (100%); do sexo masculino (66,67%); com idade entre 20 e 30 anos (83,33%); pardos (66,67%); solteiros (66,67%); sem filhos (66,67%); residindo na região metropolitana (83,33%); com curso médio completo (66,67%); evangélicos (66,67%); não participam de entidade extraorganização (83,33%); não possuem conhecimento em língua estrangeira (83,33%); trabalham na capital (83,33%); trabalham até 40 horas/ semana (83,33%); ingressaram na organização depois de 2000 (100%).

Nos grupos focais de oficiais – 7 (sete) participantes – a maioria foi de capitães (57,14%); do sexo masculino (100%); com idade entre 25 e 35 anos (71,43%); brancos (57,14%); solteiros (57,14%); sem filhos (57,14%); residindo na capital (71,43%); com curso superior ou pós-graduação (100%); católicos (85,71%); não participam de entidade extraorganização (71,43%); possuem conhecimento em língua estrangeira (85,71%); trabalham na capital (100%); trabalham até 40 horas/ semana (85,71%); ingressaram na organização depois de 1995 (100%).

A **Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT)** foi criada pela Lei nº 30 em 05 de setembro de 1835¹³⁸ e recebeu diversas denominações ao longo de sua história como Companhia de Ordenanças, Guarda Nacional, entre outras. A lei nº 9.768, de 28 de junho de 2012, alterou a data de criação da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, indicando 06 de novembro de 1720 como a nova data oficial.

A PMMT é responsável pela polícia ostensiva no Estado do Mato Grosso que tem suas fronteiras com os Estados do Amazonas e do Pará (norte); de Tocantins e de Goiás (leste); de Mato Grosso do Sul (sul) e de Rondônia (oeste), também faz fronteira

¹³⁸ Há indícios históricos que a criação da Polícia Militar de Mato Grosso se deu como forma de controle à Guarda Nacional e à Guarda Municipal, extintas com o ato, cujos integrantes participaram ativamente da rebelião cuiabana de 1834 (“rusga”) onde foram mortos representantes da elite comercial e política da província (portugueses, estrangeiros e alguns brasileiros).

com a Bolívia (oeste). Tem uma área de 903.358 km². As cidades mais importantes são Cuiabá (capital), Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Cáceres, Sorriso, Primavera do Leste e Barra do Garças. O censo de 2010 computou para o Mato Grosso uma população de 3.115.336 habitantes, sendo o 19º Estado mais populoso do país¹³⁹.

Para sua missão constitucional a Polícia Militar de Mato Grosso conta com efetivo de 6.982 homens, sendo 1.173 oficiais, 5.673 praças, 121 cadetes e aspirantes-a-oficial e 15 alunos-soldado¹⁴⁰.

Contamos com 21 (vinte e um) mato-grossenses entrevistados que são na maioria cabos ou soldados (57,14%); do sexo masculino (61,90%); com idade entre 20 e 35 anos (66,67%); pretos ou pardos (76,19%); casados (42,86%); com filhos (71,43%); residentes na capital (61,90%); possuidores de curso superior ou pós-graduação (57,15%); católicos (66,67%); não participam de entidades extraorganização (57,14%); sem conhecimento em língua estrangeira (71,43%); trabalham na capital (76,19%); até 40 horas/semana de trabalho (63,64%); ingressaram na organização depois de 1995 (71,43%).

No grupo focal de praças – 11 (onze) participantes – encontramos a maioria de Cabos e Soldados (81,82%); do sexo masculino (63,64%); com idade entre 20 e 35 anos (62,07%); negros (72,73%); solteiros (45,45%); com filhos (72,73%); residindo na capital (54,55%); com curso superior ou pós-graduação (54,54%); católicos (45,45%); não participam de entidade extraorganização (63,64%); possuem conhecimento em língua estrangeira (72,73%); trabalham na capital (90,91%); trabalham até 40 horas/semana (72,73%); ingressaram na organização depois de 2000 (72,73%).

Nos grupos focais de oficiais – 6 (seis) participantes – a maioria foi de tenentes (50%); do sexo masculino (83,33%); com idade entre 25 e 35 anos (66,66%); pardos (66,67%); casados (66,67%); com filhos (66,67%); residindo na capital (66,67%); com curso superior ou pós-graduação (100%); evangélicos (66,67%); participam de entidade extraorganização (igreja) (50%); possuem conhecimento em

¹³⁹ Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Mato_Grosso > Acessado em 03 de outubro de 2013.

¹⁴⁰ Conforme o Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2012, p. 72).

língua estrangeira (100%); trabalham na capital (100%); trabalham entre 50 e 60 horas/semana (66,67%); ingressaram na organização depois de 1995 (100%).

Seguindo a sistemática adotada no capítulo anterior, passaremos a descrever os discursos de maneira regionalizada nas dimensões da família, do direito e do Estado, o que possibilitará perceber as diferenças e congruências discursivas.

7.1 FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE A FAMÍLIA

No que se referem à percepção familiar, os discursos dos sujeitos de pesquisa apresentam uma sincronia com o discurso geral apresentado no capítulo anterior, o que nos conduz à visão dicotomizada que separa a figura do sujeito da imagem organizacional de maneira generalizada.

Na perspectiva positiva, que é identificada nas famílias marcadas pelo contato com agentes de segurança pública anterior ao ingresso do parente na organização policial, há uma sincronia discursiva entre os Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso.

No Rio Grande do Sul, há um discurso de origem familiar brigadiana, onde a figura do herói policial é trabalhada no seio da família e instiga o ingresso dos descendentes na Brigada Militar; no entanto esse discurso não pode ser visto de maneira totalizante, pois pode ser decorrente de interferência da amostra selecionada pelo Comando da BMRS para participar da pesquisa. O simbólico das insígnias e das fardas e paramentos reforçam o interesse pela ocupação policial¹⁴¹ e despertam a paixão pela organização¹⁴². O pertencimento à família brigadiana altera a perspectiva de percepção que se tem a respeito da ocupação policial. A polícia é vista como balizadora das regras e condutas sociais¹⁴³.

¹⁴¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 2 referências codificadas [12,27% Cobertura] / Referência 2 - 7,05% Cobertura

¹⁴² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [43,89% Cobertura] / Referência 1 - 3,98% Cobertura

¹⁴³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_003_BMRS> - § 2 referências codificadas [11,86% Cobertura] / Referência 2 - 9,31% Cobertura

No Rio de Janeiro, as famílias cariocas¹⁴⁴ com contato anterior com parentes policiais, também, reforçam a admiração e o orgulho¹⁴⁵ que sentem pelo fato do familiar integrar a organização policial, mas o medo integra a relação em decorrência do risco da ocupação policial.

No Mato Grosso, o discurso é o mesmo, com o reconhecimento do valor da polícia militar¹⁴⁶ e orgulho¹⁴⁷ pelo parente estar na organização¹⁴⁸. A visão de honestidade e responsabilidade¹⁴⁹ é destaque. A visão do herói policial¹⁵⁰ contribui naquilo que chamamos de herança familiar¹⁵¹.

A perspectiva negativa sincroniza-se especialmente na visão que a família possui da polícia fundamentada na mídia¹⁵². Os cariocas destacaram aquilo que eles

¹⁴⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_007_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,04% Cobertura] / Referência 1 - 5,04% Cobertura

¹⁴⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_004_PMERJ> - § 1 referência codificada [4,20% Cobertura] / Referência 1 - 4,20% Cobertura;
<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 1 referência codificada [4,42% Cobertura] / Referência 1 - 4,42% Cobertura e
<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_004_PMERJ> - § 1 referência codificada [3,05% Cobertura] / Referência 1 - 3,05% Cobertura

¹⁴⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_002_PMMT> - § 1 referência codificada [5,95% Cobertura] / Referência 1 - 5,95% Cobertura

¹⁴⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_002_PMMT> - § 1 referência codificada [2,59% Cobertura] / Referência 1 - 2,59% Cobertura

¹⁴⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_004_PMMT> - § 1 referência codificada [6,61% Cobertura] / Referência 1 - 6,61% Cobertura

¹⁴⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_007_PMMT> - § 1 referência codificada [10,20% Cobertura] / Referência 1 - 10,20% Cobertura

¹⁵⁰ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_004_PMMT> - § 1 referência codificada [2,42% Cobertura] / Referência 1 - 2,42% Cobertura

¹⁵¹ <Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Oficiais\\121129_001_GFOF_PMMT> - § 6 referências codificadas [8,25% Cobertura] / Referência 1 - 2,12% Cobertura

¹⁵² <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_009_PMERJ> - § 2 referências codificadas [11,29% Cobertura] / Referência 1 - 8,57% Cobertura e
<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_007_PMMT> - § 1 referência codificada [11,75% Cobertura] / Referência 1 - 11,75% Cobertura

conhecem como “visão clichê”¹⁵³, o que resulta no fato de muitos familiares não gostarem da polícia, mesmo possuindo parentes policiais¹⁵⁴.

O processo de aceitação¹⁵⁵ da organização pela família foi identificado nos discursos coletados nos três estados.

Seria um pouco difícil eu te responder porque quando a tua família vê a polícia ela vê a polícia em si. Quando ela tem um policial na família, ela começa a ter outra visão, porque frequentemente quando não tem nenhum vínculo direto com a polícia, coisas que tu não tem conhecimento da polícia, como um cidadão comum se tu é um parente tu vai ter, tu vai ter uma visão diferente. As pessoas vão enxergar, vão ouvir certas coisas que às vezes a própria mídia não transmite e as pessoas da família descobrem, aprende a respeitar os colegas da gente e veem que atrás de uma farda também bate um coração, porque as pessoas enxergam assim: o policial não fez isso ou o policial fez aquilo, ou eles estão sempre reclamando ou eles deixam de fazer. Agora a partir do momento que tu pertence a uma família de policial tu tem uma visão diferente. Porque tu também enxerga o teu marido ou esposa como policial mas também como teu parente, como teu filho, como marido ou como uma esposa. Sabe as frustrações que a pessoa tem, o cansaço, os problemas, então a visão é diferente. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [43,89% Cobertura] / Referência 2 - 10,54% Cobertura)

É curioso assim, por um lado eles sabem que eu trabalho na UPP e como eu não sustento ou aparento esses, ah, sei lá como que eu posso definir esses símbolos né? Do crescimento. Eu não tenho carro, não uso relógio, não tenho pulseira, não tenho pistola, não tenho um comportamento violento padrão de achar que sou o xerife da área, eles até acham que está mudando. Mas, assim por outro lado é bom, porque uma grande parte da minha família mora na Tijuca e a Tijuca foi toda cercada por UPPs, Formiga, Borél, Andaraí, Salgueiro. E o meu primo sempre fala: Pô, depois que as UPPs foram instaladas, assim a vida de uma forma geral melhorou muito. Porque era uma área de muito assalto a veículos. Era a maior área do Rio de Janeiro, maiores índices, muitos assaltos a pedestres, muito. Era um caos. Todo dia briga, guarda municipal, camelô e depois das UPPs. Depois das UPPs e de todo este planejamento o bairro ficou muito melhor, houve a valorização

¹⁵³ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_005_PMERJ> - § 2 referências codificadas [17,74% Cobertura] / Referência 1 - 7,31% Cobertura

¹⁵⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_006_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,13% Cobertura] / Referência 1 - 5,13% Cobertura

¹⁵⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,52% Cobertura] / Referência 1 - 7,52% Cobertura;
<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_005_PMERJ> - § 1 referência codificada [9,17% Cobertura] / Referência 1 - 9,17% Cobertura;
<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_012_PMERJ> - § 1 referência codificada [4,31% Cobertura] / Referência 1 - 4,31% Cobertura;
<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_006_PMMT> - § 1 referência codificada [14,91% Cobertura] / Referência 1 - 14,91% Cobertura

imobiliária e assim a sensação mesmo de segurança que existe ela é muito grande e eu me mudei recentemente pra Tijuca e realmente é perceptivo. É algo assim quase que palpável essa sensação que a UPP causa. Então pra eles é como se fosse uma observação concreta que algo diferente está acontecendo. Assim mesmo as UPPs vieram trazendo alguma coisa, criou-se aquele clichê: a UPP vai ficar até 2016, depois de 2016 vai. Tem moradores que não falam conosco por causa disto, depois de 2016 eles voltam e vocês vão embora e como é que a gente fica? Ou então, alguns que falam conosco, tem uma senhora aqui que vende comida na casa dela, vários policiais vão almoçar, aí ela fala: Ah, tem várias pessoas dizendo pra mim, que depois de 2016 eles vêm me pegar porque vocês vão embora e eu fechei com vocês. A gente não tia, é um programa de governo, vai permanecer e este é um grande problema. Alguns que querem ter um aproximação, querem passar informações, querem ter um relacionamento normal do dia-a-dia, oi, bom dia, boa tarde. Mas tem esse receio, do terror imposto pelo bandido, pode assim dizer e alguns ainda permanecem, tem sempre aqueles informantes, que passam a informação, eles também são mensageiros. Oh, você está fechando com policial, cuidado, tal, vou te pegar. Aí, vêm e falam pra polícia, o fulano de tal me ameaçou. Mas assim, tem melhorado, acho que o saldo é positivo. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_005_PMERJ> - § 2 referências codificadas [17,74% Cobertura] / Referência 2 - 10,43% Cobertura)

Temos como sincronia nas três organizações policiais o fato de que mesmo passando pelo processo de aceitação, algumas famílias continuam a ver a polícia com ressalvas¹⁵⁶ e com medo da atividade desempenhada pelo parente em razão do risco inerente¹⁵⁷.

Pra ser sincera, eles constantemente eles me cobram eu sair da polícia, eles me cobram eu fazer um outro concurso, focado na minha área de curso superior. E eles colocam um incentivo pra que seja uma fase passageira. Que seja só mesmo um trampolim que foi uma estabilidade que eu atingi pra poder continuar estudando, pra melhorar realmente de vida. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_005_PMERJ> - § 1 referência codificada [2,94% Cobertura] / Referência 1 - 2,94% Cobertura)

¹⁵⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_015_PMMT> - § 1 referência codificada [5,81% Cobertura] / Referência 1 - 5,81% Cobertura

¹⁵⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_004_PMERJ> - § 1 referência codificada [3,17% Cobertura] / Referência 1 - 3,17% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_006_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,81% Cobertura] / Referência 1 - 5,81% Cobertura

As famílias que continuam com visão negativa da polícia¹⁵⁸ pressionam os parentes para que deixem a organização, pois a imagem familiar é colocada em dúvida ante a imagem atribuída à polícia¹⁵⁹.

O duplo risco–confiança na relação família–policial–organização gera um temor com relação à integridade do parente policial devido ao risco da ocupação policial enquanto que a confiança no parente policial aumenta o orgulho pela função que este desempenha¹⁶⁰. Essa relação ganha destaque nas falas brigadianas, fluminenses¹⁶¹ e mato-grossenses¹⁶².

7.2 FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO

A perspectiva discursiva sobre o campo dos direitos é sincrônica no que tange às conquistas, ou seja, há um olhar positivo geral que faz parte dos discursos brigadianos, fluminenses e mato-grossenses, sobretudo com relação aos direitos¹⁶³ conseguidos com e após a Constituição Federal de 1988.

O olhar negativo relativo aos direitos apresentou secções referentes à chefia, às normas, ao Estado e aos colegas.

Quanto à chefia e aos colegas tivemos uma condução sincrônica nos discursos dos sujeitos de pesquisa que levaram a reclamações sobre a forma como se relacionam com o escalão superior no quesito direito, com reclamações de diversas ordens que

¹⁵⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121204_019_PMMT> - § 1 referência codificada [7,40% Cobertura] / Referência 1 - 7,40% Cobertura

¹⁵⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_005_PMERJ> - § 1 referência codificada [1,32% Cobertura] / Referência 1 - 1,32% Cobertura

¹⁶⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [43,89% Cobertura] / Referência 3 - 3,18% Cobertura

¹⁶¹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_010_PMERJ> - § 1 referência codificada [8,70% Cobertura] / Referência 1 - 8,70% Cobertura

¹⁶² <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121204_020_PMMT> - § 1 referência codificada [3,99% Cobertura] / Referência 1 - 3,99% Cobertura

¹⁶³ Salário; férias; aposentadoria especial; licença maternidade de seis meses; diárias; gratificação por função e local de trabalho; horas-extras; plano de saúde; bolsa formação; igualdade de gênero; contraditório e ampla defesa nos procedimentos administrativos.

variaram desde a ausência de conhecimento para exigir e aplicar as normas regentes da organização até o mau uso da burocracia e do poder discricionário (atribuído juridicamente) para assédio moral, imposição de carga horária excessiva e cerceamento de direitos constitucionais. Aos colegas destacamos as reclamações das mulheres policiais sobre as questões de gênero, revestidas de preconceito e discriminação.

Nas secções ligadas às normas e ao Estado, tivemos um discurso geral de caráter sincrônico, mas com algumas diacronias sobre alguns aspectos.

Tivemos uma discussão enfatizada no regulamento disciplinar carregada de tensão e que retrata o questionamento sobre o caráter militarizado das polícias estaduais responsáveis pela polícia ostensiva.

Os gaúchos veem o regulamento disciplinar como necessário, pois cumpre o papel de limitador comportamental das ações policiais¹⁶⁴. A natureza militar da organização Brigada, também, reforça a necessidade do regulamento disciplinar¹⁶⁵. Mas, há ressalvas ao exagero na sua aplicação¹⁶⁶. Essa mesma visão de necessidade e rigidez foi compartilhada por fluminenses¹⁶⁷ e por mato-grossenses¹⁶⁸

R_: (...)O nosso regulamento atual é de 2004 e ele veio substituindo um que, digamos assim, tinha vindo pra solucionar os problemas da Brigada. E foi um grande problema quando se deu a primeira suspensão. (...) Mas dai se criou em 2004 o nosso Regulamento Disciplinar e porque que eu acho que perdeu-se uma excelente oportunidade de ter uma legislação disciplinar boa, primeiro que ele é um Decreto e a nossa legislação é Lei Complementar.

¹⁶⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_001_BMRS> - § 1 referência codificada [11,88% Cobertura] / Referência 1 - 11,88% Cobertura

¹⁶⁵ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 1 referência codificada [3,89% Cobertura] / Referência 1 - 3,89% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 1 referência codificada [4,57% Cobertura] / Referência 1 - 4,57% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_005_BMRS> - § 1 referência codificada [7,51% Cobertura] / Referência 1 - 7,51% Cobertura

¹⁶⁶ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120302_001_BMRS> - § 1 referência codificada [7,08% Cobertura] / Referência 1 - 7,08% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 1 referência codificada [9,99% Cobertura] / Referência 1 - 9,99% Cobertura

¹⁶⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_002_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,29% Cobertura] / Referência 1 - 7,29% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 1 referência codificada [4,62% Cobertura] / Referência 1 - 4,62% Cobertura

¹⁶⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_002_PMMT> - § 1 referência codificada [10,38% Cobertura] / Referência 1 - 10,38% Cobertura

Então, dentro da lei, na hierarquia das leis o nosso decreto já está bem abaixo e não deve. Se nós temos um Regulamento Disciplinar e uma Lei Complementar como estatuto eles têm que ter hierarquias semelhantes, até porque um faz referência direta ao outro, primeiro aspecto, primeira crítica. Segunda crítica, ele contém inconstitucionalidades claras, cristalinas, escancaradas em relação às medidas cautelares, porque ele ainda prevê aquela, não digo com todas as letras, prisões para averiguações, mas diz que alguém pode ficar, digamos assim, ser cerceado da sua liberdade enquanto uma questão está sendo investigada. Isso pós Constituição de 88 não existe mais. Eu acho que foi um tropeço do legislativo o nosso regulamento disciplinar ser aprovado com gritantes inconstitucionalidades no ano de 2004 (...). (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 8 referências codificadas [43,74% Cobertura] / Referência 1 - 3,47% Cobertura)

Em 2001 uma mudança política muito grande aqui no Rio Grande do Sul, principalmente. E aí se tentou essa ideia de extinguir a punição de encarceramento, prisão, que se for buscar no P1, coisa politicamente correta, prisão, esse nome de prisão, pra uma transgressão disciplinar, mas também não se achavam a substituição. “Ó, punir, mas não com prisão”. E como? Aí se achou a saída de fazer a semelhança do civil, com suspensão, com a primeira suspensão de 15 dias que deram e já foi problemática. A de 30 dias acabou com a punição, porque deram uma suspensão de 30 dias a um servidor que tinha feito alguma coisa e ele não se defendia da suspensão, mas ficou sem o salário durante 30 dias. Aí sim ele se defendeu: “Oh, pode me suspender por 30 dias, mas não pode me tirar o salário todo, como é que eu vou sobreviver e a família?” Então, a justiça devolveu o salário e ele completamente correto se entendeu. Bom, aí começou, se nós suspendermos aplicando o regulamento que está aí em vigor e não tirar o salário, é uns dias de férias pro servidor e ele está sendo beneficiado. Então, não tem finalidade nenhuma pra mim e aí é onde entrou o dilema, o regulamento morreu em alguns meses, quer dizer, em meses. Voltou uma semelhança do antigo, mas com algumas imperfeições como essa, haviam descautelado, que permitia que se enquanto a gente tivesse culpado está com a liberdade cerceada, completamente contraditório. O que nós temos hoje daí, minha opinião e experiência que é, nós temos hoje uma dificuldade muito grande de mecanismo de controle. Então, a gente não sabe, como se leva o regulamento atual. Nós fizemos o cálculo uma vez na ponta do lápis e leva consigo hoje tranquilamente sem fazer nenhuma, nenhum esforço jurídico eu consigo protelar uma decisão de um procedimento administrativo disciplinar em 90 dias ou mais. Tem gente que tem dois anos aí. Quer dizer, não tem mais sentido. Tem pessoas que, às vezes são punidas aí, só vai pro boletim e, às vezes, a pessoa nem sabe que foi punida. (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120216_002_BMRS> - § 8 referências codificadas [43,74% Cobertura] / Referência 3 - 6,92% Cobertura)

Nos três Estados (RS/ RJ e MT) os sujeitos participantes defenderam uma necessidade de revisão do regulamento e adoção de outras formas de responsabilização¹⁶⁹. Alinharam os discursos sobre a excessiva abrangência do

¹⁶⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 1 referência codificada [11,82% Cobertura] / Referência 1 - 11,82% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_014_PMMT> - § 2 referências codificadas [9,29% Cobertura] / Referência 2 - 4,99% Cobertura e

regulamento¹⁷⁰, seu rigor¹⁷¹ e sua ampla discricionariedade¹⁷², o que gera uma fábrica de banalidades¹⁷³.

A diacronia destacada está nos discursos dos policiais militares do Rio de Janeiro que marcaram uma oposição na perspectiva regulamentar entre praças e oficiais.

É um mau necessário. Não sei, ainda não tenho esse conhecimento de ver um regulamento melhor do que esse. Eu não conheço nada melhor, não sei se tem piores, mas é um mau necessário. Só como exemplo, assim que eu entrei na academia em 2004, a gente vinha do réveillon de 2003 e assim que eu entrei na polícia eu ouvi falar o seguinte: é que naquele réveillon, que eu tinha acabado de entrar, foi o réveillon que tinha sido abolido o regulamento disciplinar pela então governadora e naquele réveillon teve oitocentas faltas no serviço, por conta da ausência do regulamento disciplinar. A gente vive numa sociedade, onde no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, tinha muita indisciplina, as pessoas não têm disciplina consciente, por isso que o regulamento é um mal necessário. Por exemplo, supervisão é uma coisa que se não me engano existe em alguns lugares do Brasil, aqui é um deles que existe a figura do oficial supervisor, pra ver, entre outras coisas, se o policial está lá onde deveria estar, fazendo o que deveria fazer. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_010_PMERJ> - § 1 referência codificada [9,12% Cobertura] / Referência 1 - 9,12% Cobertura)

Alguns oficiais fluminenses afirmaram haver necessidade de um maior rigor na aplicação do regulamento. O não cumprimento do regulamento prejudica no relacionamento entre superiores e subordinados¹⁷⁴.

Bom, eu sou a favor da hierarquia e disciplina, acho que é base das instituições militares. Tem que haver o regulamento. Eu estou há dois anos no comando da UPP e peguei dois RDPM, diferentes lá. O primeiro RDPM é

<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_004_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,75% Cobertura] / Referência 1 - 5,75% Cobertura

¹⁷⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_001_BMRS> - § 1 referência codificada [6,24% Cobertura] / Referência 1 - 6,24% Cobertura

¹⁷¹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_011_PMERJ> - § 1 referência codificada [8,33% Cobertura] / Referência 1 - 8,33% Cobertura

¹⁷² <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_001_PMMT> - § 1 referência codificada [8,63% Cobertura] / Referência 1 - 8,63% Cobertura

¹⁷³ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_009_PMERJ> - § 1 referência codificada [10,66% Cobertura] / Referência 1 - 10,66% Cobertura

¹⁷⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_007_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,04% Cobertura] / Referência 1 - 7,04% Cobertura

aquele que você que é militar ele não cumpria com o corpo, só cumpria com a ficha lá, ficava suja a ficha dele e eu tinha várias e inúmeras faltas e eles não estavam nem aí com o regulamento. Você ia lá punia o cara e ele não estava nem aí. Só ia na ficha, ia lá punia o cara só na ficha, pro cara o salário continua o mesmo. Se eu vim ou não vir continua a mesma coisa. E a partir da introdução, da volta da prisão as coisas se acertaram, as pessoas que faltavam muito pararam de faltar e quem nunca cometeu um desvio também continua sem cometer desvio. Eu acho que é uma coisa a se pensar sim, você ter outro, outra forma de punição não com o corpo, mas na questão financeira, cortar parte do salário do policial, cortar a gratificação. Mas, eu acho que tem que haver outro tipo de punição, só na ficha eu acho que é muito brando. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 5 referências codificadas [9,51% Cobertura] / Referência 2 - 1,44% Cobertura)

No Mato Grosso, os sujeitos de pesquisa afirmaram que falta dosimetria na aplicação das sanções administrativas¹⁷⁵ e que seu uso está direcionado para o controle das praças¹⁷⁶.

Na secção referente ao Estado levantamos no discurso geral apresentado no capítulo anterior os pontos negativos destacados na Brigada Militar, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e na Polícia Militar de Mato Grosso com ênfase na preparação e formação como direito; as condições materiais estruturais; o acompanhamento psicológico; a carência de efetivo; a falta de apoio aos policiais reformados por acidente em serviço e portadores de necessidades especiais; a questão da moradia e a jurisdicionalização dos conflitos entre policiais e administração pública.

O salário como direito foi ponto de concordância nos três locais de pesquisa, havendo reclamação por parte das praças, principalmente, o que reflete um sentimento de desvalorização da atividade policial, pois deixa grande parcela de policiais a mercê da criminalidade, inclusive, dividindo espaços sociais com pessoas ligadas ao crime¹⁷⁷.

¹⁷⁵ <Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Oficiais\\121129_001_GFOF_PMMT> - § 7 referências codificadas [8,09% Cobertura] / Referência 6 - 1,21% Cobertura

¹⁷⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_009_PMMT> - § 1 referência codificada [5,79% Cobertura] / Referência 1 - 5,79% Cobertura

¹⁷⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 1 referência codificada [12,82% Cobertura] / Referência 1 - 12,82% Cobertura; <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_008_PMERJ> - § 1 referência codificada [2,60% Cobertura] / Referência 1 - 2,60% Cobertura

A polícia... eu vejo ela (...) é menos valorizada em sentido financeiro, ela não tem valor em questão de salário ideal para compor a atividade fim de policial. Por exemplo, o policial militar, ele fica com salários baixos e fica a mercê da criminalidade. Ele mora no mesmo bairro que o traficante mora. O filho dele estuda na mesma escola que o traficante, o filho do traficante estuda também. Então eu vejo a polícia muito pouco valorizada, mas em contraponto isso aí o policial, a polícia (...) é formada por policiais. Os policiais, eles têm uma autoestima muito forte porque mesmo assim ele enfrenta a criminalidade e continua trabalhando com todos esses percalços que existem na vida do policial. Então eu vejo a polícia como uma ferramenta muito útil e importante para a sociedade. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 6 referências codificadas [47,81% Cobertura] / Referência 1 - 12,82% Cobertura)

No Rio de Janeiro houve reclamação quanto à ausência do direito de voz, o que conduz o policial militar a um sentimento de inferioridade¹⁷⁸ e no Mato Grosso foi denunciada a vedação formal do direito de expressão¹⁷⁹.

Em todos os Estados tiveram muitas reclamações referentes às normas que regulamentam o processo de promoção, tanto no âmbito de praças quanto de oficiais, mas no Mato Grosso a reclamação nesse quesito foi generalizada.

Sabe o que eu quero dizer também que não te dá direito pra melhorar, porque se fosse num posto, tudo bem quando eu pulei o nível eu vou me sentar, vou fazer as coisas certinhas pra não levar nenhum procedimento, vou tomar cautela. Não. Então, um defeito que você praticou agora, como segundo tenente, na sua promoção a tenente coronel você vai levar ela com você se você não tiver cancelado ela. Ela vai negativamente te prejudicar a vida inteira, enquanto o elogio só vale no posto e em números de anos que você está no posto. (<Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Oficiais\\121129_001_GFOF_PMMT> - § 9 referências codificadas [13,42% Cobertura] / Referência 8 - 0,50% Cobertura)

Os gaúchos apontaram uma luta através dos movimentos grevistas para obtenção de reconhecimento de alguns direitos¹⁸⁰.

¹⁷⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_010_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,06% Cobertura] / Referência 1 - 7,06% Cobertura

¹⁷⁹ <Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Praças\\121130_001_GFPR_PMMT> - § 12 referências codificadas [8,17% Cobertura] / Referência 12 - 0,67% Cobertura

¹⁸⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_008_BMRS> - § 2 referências codificadas [14,62% Cobertura] / Referência 2 - 8,10% Cobertura

Os fluminenses viram as gratificações pagas a quem trabalha nas UPPs como reconhecimento¹⁸¹.

7.3 FRAGMENTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE O ESTADO

O discurso geral sobre a tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos existentes na relação com o Estado foi dividido em três cortes, sendo eles: 1) Estado e a função policial; 2) Sociedade; 3) Organização policial, conforme já apresentado no capítulo anterior. Cada um desses cortes têm duas perspectivas, sendo uma positiva e outra negativa

Para uma melhor compreensão da tensão, apresentaremos as diacronias e sincronias corte por corte, destacando os aspectos de relevância.

7.3.1 Estado e a função policial

A sincronia marcou os discursos dos brigadianos, dos fluminenses e dos matogrossenses nos aspectos positivos e que se referiram aos problemas macros do Estado (a polícia cumpre o papel de servir e proteger para representar e ser uma das responsáveis pelo Estado Democrático de Direito); as políticas elaboradas (valorização, concessão e cumprimento de direitos e políticas de formação e qualificação profissional) e as reivindicações (movimentos grevistas e busca por melhorias salariais).

Discurso brigadiano dá destaque à formação, onde se trabalha a visão institucional e a conversão dos policiais que têm uma visão negativa da organização, o que reflete no “gostar” da ocupação policial¹⁸². O aprendizado enfatiza a hierarquia e a disciplina¹⁸³. A atividade policial é vista como autorrealização¹⁸⁴. Mesma linha seguiu os “homens do mato”.

¹⁸¹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_001_PMERJ> - § 1 referência codificada [1,05% Cobertura] / Referência 1 - 1,05% Cobertura

¹⁸² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_001_BMRS> - § 2 referências codificadas [17,45% Cobertura] / Referência 1 - 10,40% Cobertura

¹⁸³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_001_BMRS> - § 1 referência codificada [5,24% Cobertura] / Referência 1 - 5,24% Cobertura

Para os fluminenses participantes desta pesquisa, o destaque foi para o programa UPP que emprega estratégias preventivas, com uma maior proximidade com a comunidade¹⁸⁵. Há muitos atendimentos sociais (assistencial)¹⁸⁶, subsistindo a ideia de que a polícia está realizando ações que não são de sua competência¹⁸⁷. Fora dos morros há trabalho repressivo, nos morros a maior parte dos atendimentos são assistenciais¹⁸⁸. As UPPs são vistas como renovação da polícia militar do Rio de Janeiro¹⁸⁹ e uma tentativa de resgate da imagem institucional¹⁹⁰.

O corte negativo, nas suas secções: a) Problemas macros de Estado; b) Nível organizacional; c) Políticas elaboradas; d) Reivindicações, foi marcado por diacronias e sincronias o que nos conduz a uma apresentação mais detida em alguns pontos de relevância em cada uma dessas secções.

a) Problemas Macros do Estado

Esta secção foi marcada por sincronia nos discursos dos três Estados (RS/ RJ e MT) em todos os pontos destacados, como no caso da ausência de políticas sociais que interfiram diretamente na atuação policial (ausência do Estado) e a incapacidade de respostas às demandas sociais; a falta de combate à corrupção e a resistência às mudanças exigidas pela dinâmica social; refletindo em outros pontos como ausência de política salarial, principalmente da base da pirâmide hierárquica, e segurança para o policial e sua família. Para os policiais militares fluminenses, a falta de condições estruturais mínimas, como esgoto, saúde, saneamento, coleta de lixo, energia elétrica e

¹⁸⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_001_BMRS> - § 1 referência codificada [2,26% Cobertura] / Referência 1 - 2,26% Cobertura

¹⁸⁵ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_006_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,79% Cobertura] / Referência 1 - 5,79% Cobertura

¹⁸⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 2 referências codificadas [14,47% Cobertura] / Referência 2 - 10,69% Cobertura

¹⁸⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_010_PMERJ> - § 1 referência codificada [4,46% Cobertura] / Referência 1 - 4,46% Cobertura

¹⁸⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_004_PMERJ> - § 1 referência codificada [6,43% Cobertura] / Referência 1 - 6,43% Cobertura

¹⁸⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_007_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,42% Cobertura] / Referência 1 - 5,42% Cobertura

¹⁹⁰ <Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 7 referências codificadas [14,26% Cobertura] / Referência 1 - 0,64% Cobertura

fornecimento de água fazem das UPPs uma das poucas representações e recurso do poder público em algumas comunidades do Rio de Janeiro. Esse quadro ajuda na melhora da relação polícia – comunidade, mas as situações de resistência e baixo prestígio com relação à polícia permanecem pelo histórico de violência e excesso na repressão¹⁹¹. Ainda, há uma aplicação da organização policial em primeiro plano nas comunidades pacificadas, quando, na opinião dos sujeitos de pesquisa, deveriam ser as políticas de educação, de saúde e de saneamento¹⁹².

b) Nível organizacional

No nível organizacional como secção negativa nos discursos sobre o reconhecimento do Estado, destacamos como pontos sincrônicos dos discursos dos pampas, dos fluminenses e dos mato-grossenses o machismo e o militarismo¹⁹³ presentes nas organizações; a hierarquização das relações, o que resulta num sectarismo organizacional (praças/ oficiais; polícia/ bombeiro; operacional/ administrativo; por unidade operacional) e exigência de regulamentação e rigor excessivo nas cobranças, além do excesso de liturgias. A alta concorrência entre os postos e graduações resulta na interferência política nas promoções e designações de funções.

R_: (...) Eu estava até em uma reunião, eu vi lá um oficial que veio numa cerimônia aqui no Exército e aí um coronel falou assim: “*Eu acho estranho vocês, porque o nosso (...) quando troca um general, os comandantes dos batalhões e das brigadas permanecem e os de vocês não, troca o comandante, muda todo mundo!*” Isso aí demonstra que nós temos um problema no comandamento, às vezes as pessoas confia mais na ligação pessoal do que na ligação profissional. Ou nós estamos criando uma nova vertente porque é realmente complicado, se quem assume um batalhão não tem condições de comandar quem está abaixo dele, não tem a função de líder. Está meio difícil, porque você está tendo que colocar pessoas ligadas a você pra você conseguir conduzir uma unidade. Ele falou isto e mostra que a gente está negando a própria raiz, porque se a gente veio do Exército e no Exército não se faz isso, então por que nós estamos fazendo? Deveria até levantar estas raízes de porquê nós estamos alterando isto. (<Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Oficiais\\121129_001_GFOF_PMMT> - § 7 referências codificadas [15,92% Cobertura] / Referência 5 - 2,81% Cobertura)

¹⁹¹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_005_PMERJ> - § 2 referências codificadas [14,60% Cobertura] / Referência 2 - 10,63% Cobertura

¹⁹² <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_001_PMERJ> - § 1 referência codificada [2,80% Cobertura] / Referência 1 - 2,80% Cobertura

¹⁹³ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121204_021_PMMT> - § 1 referência codificada [4,91% Cobertura] / Referência 1 - 4,91% Cobertura

Os brigadianos, os fluminenses¹⁹⁴ e os mato-grossenses¹⁹⁵ reclamaram da excessiva interferência política que altera o planejamento da organização e desvia funções dos sujeitos de pesquisa.

(...) me vejo uma parte de um contexto que a gente precisa ainda de muitas, muitas, muitas evoluções na parte do trato pessoal. Na convivência pessoal melhorou muito nos últimos anos, melhorou muito mesmo, foi considerável a mudança, mas ainda há muito a si fazer, pra que a nossa polícia ela possa deixar um pouco aquela imagem de truculenta em relação à história do Rio Grande do Sul, de participar de guerras, de trincheiras e coisa e tal, sempre envolvido na questão política. Nossa polícia ela é muito política. Por esse lado a gente conseguiu melhorias, na questão do trato pessoal, mas ainda na questão de execução de tarefas, na questão propriamente funcional, eu vejo que a gente necessita ainda de bastante evolução. Pra que possamos nos comparar com as melhores polícias, que temos aí. Nós não podemos ter como parâmetro polícias locais do nosso país, a gente tem que procurar buscar a evolução nos modelos das polícias que estão além de nós. Nós ainda temos bastante pra crescer. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_004_BMRS> - § 1 referência codificada [8,88% Cobertura] / Referência 1 - 8,88% Cobertura)

A coerção e a coação para subjetivação da “cultura organizacional” acabam por refletir no descaso com algumas situações como reparo e adequação de condições estrutural. A preparação foi questionada pelos gaúchos que a consideraram fraca devido à ausência de condições materiais e ênfase no aspecto militar, o que diluiu os aspectos técnicos policiais, transferindo o aprendizado dessa técnica para a fase pós-formação, através do contato com os veteranos em reforço ao discurso de que a prática policial prevalece sobre o ensino acadêmico¹⁹⁶. A seguinte fala: “(...) eu concluí o curso; eu não me sentia preparada pra exercer o serviço. Eu fui aprender lá na rua, aprendi com as minhas colegas. Eu me sentia bastante insegura no serviço. Eu acho assim que deixou bastante a desejar o curso¹⁹⁷”, demonstra tal assertiva.

¹⁹⁴ (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 7 referências codificadas [14,26% Cobertura] / Referência 7 - 3,37% Cobertura)

¹⁹⁵ (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_008_PMMT> - § 1 referência codificada [7,19% Cobertura] / Referência 1 - 7,19% Cobertura)

¹⁹⁶ (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120302_001_BMRS> - § 1 referência codificada [5,54% Cobertura] / Referência 1 - 5,54% Cobertura)

¹⁹⁷ (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_008_BMRS> - § 1 referência codificada [5,17% Cobertura] / Referência 1 - 5,17% Cobertura),

O resultado da preparação é o empirismo, conforme destacamos do seguinte relato:

Tudo na prática é... nunca é exatamente aquilo que você aprende na teoria. Na prática as coisas são mais complexas. Na teoria ela fica muito regrada, muito mecanizada. Na prática as coisas, você precisa mais de certo jogo de cintura, precisa mais de avaliação, percepção pessoal pra você resolver os problemas e na formação acadêmica você fica muito no mecânico, entendeu? (...)

(<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 1 referência codificada [10,91% Cobertura] / Referência 1 - 10,91% Cobertura

Para os gaúchos, a vinculação das bolsas e gratificações ao comportamento faz do regulamento disciplinar instrumento de opressão.

Problemas de relacionamento interpessoal, principalmente com superiores, que podem ser resultado do egoísmo e até mesmo individualismo, marcaram os discursos dos participantes do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso¹⁹⁸.

Os participantes indicaram uma ausência de cumprimento do planejamento de ações nas organizações policiais; o que pode indicar uma solução de continuidade de ações estratégicas da polícia (polícia comunitária, polícia de proximidade, mobilização social ou comunitária, mediação de conflito, resolução pacífica de conflitos, relacionamento de pessoal, troca de experiência, o uso de técnicas de menor letalidade, uso progressivo da força, etc.). Tal quadro pode resultar no subaproveitamento dos policiais.

Os fluminenses afirmaram que a organização policial militar do Rio de Janeiro tem sua aplicação associada ao combate ao tráfico, com confrontos nas favelas e nos morros¹⁹⁹, colocando as estratégias de enfrentamento em oposição às estratégias de proximidade²⁰⁰.

¹⁹⁸ <Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_015_PMMT> - § 1 referência codificada [7,35% Cobertura] / Referência 1 - 7,35% Cobertura.

¹⁹⁹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_001_PMERJ> - § 1 referência codificada [6,52% Cobertura] / Referência 1 - 6,52% Cobertura

²⁰⁰ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_012_PMERJ> - § 1 referência codificada [3,74% Cobertura] / Referência 1 - 3,74% Cobertura

c) Políticas elaboradas

Nesta secção houve sincronia dos discursos dos sujeitos participantes no que tange à desvalorização da ocupação policial; carência de profissionalização (plano de carreira definido); ausência de política efetiva de promoção de Direitos Humanos aos policiais e ausência de política efetiva para coibir discriminação de gênero.

Destacamos nesse quesito alguns discursos que marcam a questão de gênero:

Há 20 anos atrás pras mulheres era sofrido, a gente tinha que mostrar que era homem por dentro, que a gente não tinha sentimento, que a gente não tinha família, que a gente não tinha filho, que não era casada. E há 20 anos atrás era muito difícil e a gente tinha que ter assim um autocontrole, mas foi bom, foi ruim, mas foi bom. (<Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio\120223_001_BMRS> - § 10 referências codificadas [19,57% Cobertura] / Referência 1 - 0,65% Cobertura)

R_: Que a colega que era de uma das primeiras turmas aí né..., de FEM né. As colegas FEM não trabalhavam conosco, não trabalhavam em alguns turnos, conosco também. Dependendo do turno também não trabalhavam, só em grupo e às vezes eu lembro que ainda na época que eu entrei ainda era assim que tinha uma guarnição de 2 policiais que era masculino neste posto aqui, tinha escalado 2 policiais FEM, no mesmo posto. A gente podia no máximo estar com elas em contato visual, ou questão de ocorrência, claro, ou apoio. Quando elas pegassem ou quando nós pegássemos, mas aquele negócio de trabalhar no mesmo posto, no mesmo turno, mas não trabalhando na verdade juntos. A instituição em si não deixava. Ainda não tinha evoluído. Não tinha evoluído, não tinha se preparado ou nos preparado. Não sei se era a instituição que não estava preparada, se era a sociedade gaúcha que não estava preparada na época ou nós. Eu nunca tive problema em trabalhar com colega FEM.

R_: Mas, na verdade tudo depende dessa hospitalidade. É porque a média brigadiana não aceitava a brigadiana, o próprio comando e os homens não aceitavam a policial, porque ela era uma mulher e foi uma transformação.

R_: Não sei se era a sociedade ou instituição.

R_: Porque era um sociedade machista que não aceitava aquilo ali e na verdade existia uma cobrança pra que houvesse aquela mudança de mentalidade, mas mudou sim e mudou pra muito melhor

R_: Não hoje em dia é o que eu já falei evoluiu muito.

R_: Quando eu entrei na Brigada era uma coisa assim, a gente tinha que baixar a cabeça: “*sim senhor, não senhor*”. A gente não poderia se dirigir a um oficial ou a um sargento, que eles achavam assim que aquilo lá era uma coisa horrível. E aí aos poucos as coisas foram se remodelando, as pessoas foram ficando mais humanas porque até o próprio sentimento de carinho, de amizade e vai ter esse vínculo e a mulher tem adjetivos que o homem não tem no sentido de trabalho. E tem coisas que o homem tem que a

mulher não tem pra trabalhar e vice-versa, óbvio. Então, as coisas vão se modificando aos poucos, a gente sofreu.

R_: Eu chorei muito. (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Praças\\Audio\\120223_001_BMRS> - § 10 referências codificadas [19,57% Cobertura] / Referência 10 - 4,64% Cobertura

Eu, sinceramente que mulher ainda é um pouco preterida na polícia. É uma coisa meio velada, mais é. Você vê, ah, a é FEM. Ah, porque FEM não serve pra nada. FEM tinha que ficar no administrativo. FEM não sei que lá. Ainda tem muito desse preconceito, embora já anos exista a mulher dentro da polícia, ainda tem este preconceito sim. E por exemplo, tem certas necessidades femininas, eu digo até mesmo fisiológicas, que é diferente do masculino, só que assim a maioria dos nossos comandantes, então a maioria ainda é homem, eles não têm desse discernimento. Essa noção, entendeu? Eu acho que ainda tem muito o que melhorar em relação a mulher. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_002_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,72% Cobertura] / Referência 1 - 5,72% Cobertura)

d) Reivindicações

Marcou essa secção a sincronia dos discursos que solicitaram a recomposição de efetivo; uma racionalização no tempo da jornada de trabalho; um melhor acompanhamento psicológico para acompanhamento dos policiais e a prestação de assessoria jurídica para defesa em caso de abertura de processo criminal e administrativo contra o policial.

7.3.2 Sociedade

A relação entre a organização e seus integrantes e a sociedade marcaram os discursos desta secção. A polícia é vista como controladora de emoções e canalizadora das pulsões negativas²⁰¹. O resultado é uma tensão no sentimento de valorização pela população, pois enquanto alguns agentes policiais se sentem reconhecimentos outros se veem desvalorizados²⁰².

²⁰¹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_006_BMRS> - § 1 referência codificada [6,43% Cobertura] / Referência 1 - 6,43% Cobertura

²⁰² <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [41,62% Cobertura] / Referência 1 - 2,58% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [41,62% Cobertura] / Referência 5 - 20,79% Cobertura

Os pontos positivos marcaram uma sincronia nas falas dos brigadianos, dos fluminenses e dos mato-grossenses nos aspectos tangentes ao reconhecimento da população às ações policiais, principalmente às de proximidade; à confiança e à gratidão da sociedade e à empatia sociedade/polícia.

A Brigada Militar, na perspectiva dos sujeitos de pesquisa, goza de um bom conceito perante a comunidade gaúcha e é reconhecida como um dos pilares do Estado, responsável pela manutenção da democracia²⁰³. Para muitos brigadianos o reconhecimento maior vem da sociedade e não da organização ou do Estado²⁰⁴. A noção de cidadania é atrelada ao exercício da ocupação policial que deve cumprir seus deveres na comunidade e, também, na família²⁰⁵.

Vejo a polícia como uma instituição sólida que dá uma resposta positiva para a comunidade. Eu vejo como uma entidade que é necessária que atua em todas as vertentes sociais seja ela no combate ou no auxílio. E vejo ela, aqui no Rio Grande do Sul, principalmente porque nós temos uma instituição que preserva muito a história, como sendo uma das organizações mais conceituadas do Estado. Então, eu tenho orgulho de trabalhar na corporação que a sociedade entende e tem como necessária. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_008_BMRS> - § 1 referência codificada [2,77% Cobertura] / Referência 1 - 2,77% Cobertura)

A polícia gaúcha eu vejo ela como uma força, uma força de uma cultura muito grande, uma tradição muito preservada. Uma tradição histórica. Não se conseguiria ver a sociedade sem a presença dessa polícia. Ela já está arraigada, ela já está introduzida definitivamente, da criança ao mais velho, como algo que faz parte da comunidade. Não é um órgão que foi introduzido, não teve uma determinada aceitação e depois ele é colocado de escanteio, não. Ela é..., eu vejo a polícia gaúcha como algo definitivo, como algo necessário e com conceito, no meu ponto de vista, muito bom. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_004_BMRS> - § 1 referência codificada [6,57% Cobertura] / Referência 1 - 6,57% Cobertura)

eu vejo a polícia ainda diferente daquilo tudo que a mídia pode dizer. Ainda como uma das instituições de maior reconhecimento, de maior credibilidade, principalmente no nosso Estado. A Brigada Militar é a instituição onde a comunidade ainda acredita, porque é a única instituição do

²⁰³ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_001_BMRS> - § 1 referência codificada [3,61% Cobertura] / Referência 1 - 3,61% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_003_BMRS> - § 3 referências codificadas [19,45% Cobertura] / Referência 1 - 4,36% Cobertura

²⁰⁴ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 2 referências codificadas [11,24% Cobertura] / Referência 2 - 6,50% Cobertura

²⁰⁵ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_002_BMRS> - § 2 referências codificadas [12,27% Cobertura] / Referência 1 - 5,22% Cobertura

Estado que tem em todos os nossos municípios, não tem exceções. É o único braço do Estado que funciona vinte e quatro horas por dia. E isso faz com que agente atue em todas as áreas, não só na atividade polícia ostensiva, atividade de bombeiro. Então torna muito mais complexo do que já é a atividade de polícia. Então vejo que isso também por vez pode ser uma fragilidade nossa que acaba nos dando muitas funções, muitas missões, além daquilo, do nosso objetivo original. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_001_BMRS> - § 1 referência codificada [6,84% Cobertura] / Referência 1 - 6,84% Cobertura)

No Rio de Janeiro, a polícia militar é vista pelos sujeitos como em recuperação e com muitos problemas na parte administrativa²⁰⁶. A imagem da polícia carioca é associada à repressão, mas com o projeto UPPs há uma mudança nessa perspectiva²⁰⁷. O policiamento de proximidade desenvolvido nas áreas das UPPs é visto de maneira diferenciada pela sociedade que não associa os policiais que trabalham nas UPPs ao modelo policial tradicional de combate²⁰⁸.

(...) A gratificação, uma escala e o reconhecimento da sociedade, que talvez seja o principal estímulo. Na verdade as UPPs estão recuperando uma imagem da polícia militar que foi perdida há décadas. Hoje a polícia, a gente percebe dos moradores que veem falar com a gente, que fala com os policiais, que eles se orgulham dos policiais que trabalham nas unidades de polícia pacificadora. Veem os policiais mais bem qualificados, um policial que não age na repressão e sim na prevenção, protegendo vidas e liberdades. Essa é a principal filosofia dos policiais, é garantir vidas e liberdade. Nós estamos lá na UPP pra garantir isso, e somente se alguém vier a conflitar com essas garantias, aí sim vamos atuar, vamos prender e fazer o nosso serviço de polícia de repressão. Então basicamente é isso, gratificação, reconhecimento da sociedade e uma escala melhorada. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_002_PMERJ> - § 2 referências codificadas [21,32% Cobertura] / Referência 1 - 12,40% Cobertura)

Os pontos negativos, de maneira sincrônica, versaram sobre o desrespeito à organização policial; o preconceito contra a polícia; as agressões verbais e físicas à

²⁰⁶ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_002_PMERJ> - § 1 referência codificada [3,76% Cobertura] / Referência 1 - 3,76% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_003_PMERJ> - § 1 referência codificada [1,34% Cobertura] / Referência 1 - 1,34% Cobertura

²⁰⁷ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_010_PMERJ> - § 1 referência codificada [8,52% Cobertura] / Referência 1 - 8,52% Cobertura

²⁰⁸ <Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 10 referências codificadas [16,89% Cobertura] / Referência 1 - 1,29% Cobertura

polícia devido à herança das relações consolidadas pelo tráfico de drogas; as hostilidades de moradores, com xingamentos, maus tratos com os policiais; a discriminação contra o policial; a discriminação contra a mulher policial e a incompreensão das deficiências estruturais e materiais da polícia.

Na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, há um sentimento de que existe uma visão por parte da população de que o policial é um autômato, desprovido de família e sem coração, onde a indignidade e a corrupção são inerentes à ocupação policial em flagrante falta de respeito e reconhecimento pela atividade policial²⁰⁹.

No Rio de Janeiro, muitos policiais tinham uma concepção de autoridade policial antes de ingressar na polícia e se sentem decepcionados pela forma de tratamento que recebem da população que não vê no policial a figura do herói²¹⁰. A fase inicial de implantação da UPP é marcada por resistência e hostilidade da comunidade participante do programa²¹¹. Há uma busca pela confiança da comunidade²¹², mas resta um sentimento de hostilidade contra os policiais da UPP²¹³, pois o ambiente tem um simbólico de conflito com domínio pelo tráfico de drogas e risco constante²¹⁴.

Lá dizem que é assim, por exemplo, aqui não respeitam muito o policial de UPP. Você passa eles mandam você tomar não sei aonde. Coisa que você não vê na rua. Você com a aquela outra farda, outro policial, realmente a gente acha que é besteira, mas a gente muda demais, tanto é que eles chegam na gente chama de UPP, não chama de policial. (...) A comunidade vê uma diferença enorme entre o policial de UPP e o policial de batalhão. Tanto é que eles não respeitam. A maioria não respeitam policiais de UPP. Eles já chegaram a me perguntar: *“Como é que eu faço pra ser*

²⁰⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [43,89% Cobertura] / Referência 5 - 20,79% Cobertura

²¹⁰ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120628_015_PMERJ> - § 1 referência codificada [17,45% Cobertura] / Referência 1 - 17,45% Cobertura

²¹¹ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_007_PMERJ> - § 1 referência codificada [17,25% Cobertura] / Referência 1 - 17,25% Cobertura

²¹² <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_008_PMERJ> - § 1 referência codificada [7,20% Cobertura] / Referência 1 - 7,20% Cobertura

²¹³ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_005_PMERJ> - § 2 referências codificadas [14,45% Cobertura] / Referência 2 - 10,56% Cobertura

²¹⁴ <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_002_PMERJ> - § 1 referência codificada [6,82% Cobertura] / Referência 1 - 6,82% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_003_PMERJ> - § 1 referência codificada [5,52% Cobertura] / Referência 1 - 5,52% Cobertura

UPP? Precisa fazer prova pra polícia? Mas, é a mesma polícia? É a mesma coisa?” Eles não têm esse discernimento. Essa conscientização. E no batalhão é muito diferente. Assim, a sociedade vê de uma maneira muito diferente, inclusive no aspecto negativo também. Eles não veem a gente como os truculentos, os ladrões. Os policiais de batalhões, a maioria da sociedade já vê assim, entendeu? *“Ah, aquele ali é ladrão, aquele ali não presta, polícia safada”*. E na UPP não tem muito disso. Não tem essa imagem feia que fizeram ao longo dos anos na polícia. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_002_PMERJ> - § 2 referências codificadas [20,39% Cobertura] / Referência 2 - 10,54% Cobertura)

Eu acho que a situação do ambiente externo que eu observo lá na comunidade que é a minha unidade pacificadora, nesses locais, a grande maioria dos moradores, observando particularmente, são favoráveis às UPPs, mas sofrem um pouco ainda uma coação pública, mais restrita daqueles remanescentes do tráfico, mais de pessoas que eram parentes de alguns traficantes, se utilizam disso, dizendo que a UPP não é eterna, que no término das olimpíadas vão sair. Então, isso aí que inibe um pouco a aproximação dos moradores, isso cabe a cada um de nós promover esta aproximação, porque acaba que é uma pequena minoria que a gente não tem como identificar, que consegue ainda amedrontar a grande maioria. Quem já confia no policial, que o policial vai quebrando aquela vidraça, aquela distância que ele tinha do morador, ele trás o morador através da confiança no seu trabalho, mas em alguns você sente um pouco de receio, você sente que tem medo que a unidade saia futuramente, seja só um programa temporário, programa político, então isso aí ainda tem um pouco de interferência. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 8 referências codificadas [17,31% Cobertura] / Referência 4 - 1,65% Cobertura)

7.3.3 Organização policial

Neste corte, a relação mantida pelos sujeitos de pesquisa com a organização, com a chefia e com seus pares foi o destaque e, também, apresentou uma perspectiva positiva e outra negativa.

Na perspectiva positiva, a sincronia dos participantes nos conduziu ao sentimento de nobreza; ao sentimento de equipe; ao narcisismo (identidade ocupacional); à honradez e humildade; ao chamamento para participação da elaboração das políticas organizacionais; ao bom ambiente profissional (pessoalidade nas relações); ao reconhecimento do trabalho pela chefia o que motiva o policial; ao corporativismo; à estima ocupacional e à ocupação como realização de projeto de vida.

Destacamos as falas apontadas no Rio Grande do Sul onde, dependendo da complexidade das funções atribuídas, muitos sujeitos de pesquisa associam essa responsabilidade como uma forma de reconhecimento, ou seja, o fato de a função ser de difícil realização demanda um reconhecimento da capacidade da pessoa que irá executá-la²¹⁵. Para os gaúchos, os elogios por execução de ações policiais são vistos como forma de reconhecimento pelos bons serviços prestados²¹⁶. O espírito de corpo reforça a ideia de que a organização constitui a segunda família do policial e para alguns, em ordem de prioridade, a organização vem em primeiro plano²¹⁷. A experiência de formação integrada foi ressaltada como ponto positivo, pois permitiu que os participantes conhecessem melhor as demais organizações que fazem parte do sistema de segurança pública²¹⁸. Os oficiais selecionados por novo processo de ingresso têm boa aceitação pelas praças brigadianas²¹⁹. O clima organizacional amigável reflete em sentimento de reconhecimento²²⁰.

Os pontos negativos apresentaram sincronia quanto algumas angústias e críticas na forma como as organizações policiais conduzem as relações e as políticas de pessoal que interferem no clima organizacional. Estiveram presentes nos discursos dos sujeitos de pesquisa a ausência de apoio social à família do policial (moradia, creche, lazer, etc.); o mau planejamento em algumas ações que acabam cerceando direitos, como o caso das operações nas eleições que acabam por impedir o policial de votar; o entendimento de que há uma exclusividade na compreensão dos assuntos relacionados à polícia; as perseguições pela chefia; a falta de compreensão por parte da chefia devido

²¹⁵ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_006_BMRS> - § 6 referências codificadas [47,81% Cobertura] / Referência 4 - 6,41% Cobertura

²¹⁶ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_003_BMRS> - § 4 referências codificadas [32,59% Cobertura] / Referência 3 - 7,28% Cobertura

²¹⁷ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [43,89% Cobertura] / Referência 4 - 5,40% Cobertura e <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120312_006_BMRS> - § 1 referência codificada [8,64% Cobertura] / Referência 1 - 8,64% Cobertura

²¹⁸ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_001_BMRS> - § 1 referência codificada [8,92% Cobertura] / Referência 1 - 8,92% Cobertura

²¹⁹ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 1 referência codificada [9,13% Cobertura] / Referência 1 - 9,13% Cobertura

²²⁰ <Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120308_003_BMRS> - § 5 referências codificadas [41,62% Cobertura] / Referência 3 - 4,91% Cobertura

aos problemas familiares que interferem na rotina do policial; a falta de companheirismo e a visão negativa do reconhecimento proporcionado aos policiais que estão à disposição do Governador, Casa Militar e outros Poderes em menosprezo aos que exercem a polícia de fato. O impedimento à livre manifestação foi ponto de reclamação em todos os Estados (RS/ RJ e MT), mas em Mato Grosso este impedimento se dá de maneira expressa.

Outros pontos discursivos merecem destaques regionalizados, como por exemplo, com relação à ausência de condições materiais e estruturais para o exercício da atividade de polícia; ponto que os gaúchos afirmaram que a estrutura organizacional da Brigada Militar sofreu alterações estruturais que impedem uma definição clara do fazer policial disposto no Regimento interno e que é uma tentativa de dizer o que faz cada cargo com suas respectivas funções com a gradação de “complexidade” inerente a cada função. Alterações foram implementadas de maneira a subverter a linha comando-obediência da estrutura militar numa linha mais gerencial administrativa, mas a configuração hierárquica resultou em controvérsias e situações peculiares, como subordinados hierárquicos ocupando função na linha ascendente de superiores hierárquicos e superiores exercendo função destinada a subordinados, o que gerou indisposição na comunicação e na relação entre alguns oficiais.

(...) Nós criamos esse monstro e não temos mais como fazer ter algum problema para definir no papel os cargos e funções. Hoje é um problema político que atravessou a instituição.

R_: O mais perto que se chegou hoje. Forcei a vez. A reunião dos currículos, alguém tentou me convencer. Mas, é o trabalho de baixa complexidade é pro oficial tal, o trabalho de média complexidade é para o oficial tal e o trabalho de alta complexidade é pros oficiais superiores. Sim, me diga qual o rol de atividades que são de alta complexidade, não tem nenhuma definição. No departamento administrativo nós tivemos um problema, inclusive prático nesse sentido. Havia uma reunião de oficiais pra decidir e aí tivemos varias divergências por essa indefinição. Havia um sargento que se negou um dia, estava o telefone tocando, e alguém escutou o telefone tocando e depois disse: *“Poxa, o telefone está tocando e pensei que não tinha ninguém aqui dentro e tem um sargento ali”*. Aí o sargento veio e disse: *“Sou primeiro sargento e minha função não é atender telefone pra tratar de tal coisa”*. E alguns ficaram brabos e outros não. E aí começou toda uma discussão por que a gente não sabe se é ou não. É ou não é função? Claro que a gente está acostumado a dizer: *“Não custaria para ele atender”*. Mas, essa não era... O problema pra resolver na prática é muito simples, mas fez a gente pensar. Pois é, a gente não sabe se é ou não. Na verdade a conclusão que a gente chega é que a gente não sabe o que é para um primeiro

sargento fazer. A gente não sabe o que é para um major fazer, o capitão... Ah, é tarefa de alta complexidade, mas quais são as tarefas de alta complexidade? Claro que tem umas que a gente vai... Algumas vão ficar fora de todas as práticas. Mas, há como definir. O Código Brasileiro de Ocupação ele diz tal tarefa é de um médico tal, tal tarefa tem que ser um médico especializado, tal tarefa tem que ser de um engenheiro do trabalho, tal tarefa pode ser de um engenheiro que seja geral. (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120214_001_BMRS> - § 1 referência codificada [6,79% Cobertura] / Referência 1 - 6,79% Cobertura)

No que tange ao discurso da alta frustração devido ao clima organizacional (promoções, perseguições, punições, transferências, desprestígio, etc.) e impossibilidade de resposta aos anseios sociais; no Rio de Janeiro, há um sentimento de preconceito por parte dos policiais militares que prestam serviço nas UPPs, conforme relato adiante transcrito:

Sim, existe ainda um preconceito entre policiais de unidades convencionais, batalhões, e nós policiais de UPPs. Existe ainda um grande conflito, não vou falar com todos, mas com a grande maioria existe.

P : e qual que é este preconceito?

E_19: Às vezes mesmo, nós em um batalhão, somos tratados não por policiais, mas por UPPs. UPP vem cá UPP. Eles não nos chamam por policiais, a e b, policial cicrano, policial beltrano, soldado Medeiros, eles chamam de UPP. Vem aqui UPP. Faz isso UPP. UPP faz aquilo. Então, você percebe que ainda existe uma certa diferença entre a relação deles com o policial que trabalha na unidade de polícia pacificadora. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_001_PMERJ> - § 2 referências codificadas [22,61% Cobertura] / Referência 2 - 5,69% Cobertura)

Existe um preconceito, sim de dizermos que nós somos os smurfes, somos de UPPs, que nós não somos policiais como eles. E até mesmo a comunidade, eu já vi casos não nessa, eu estava em outra e o policial subiu de bug, porque a gente usa o terceiro B. Pô, tem polícia aqui hoje. Porque nós somos os UPPs e os policiais enxergam a gente assim, como os UPPs. A nossa escala é melhor do que a deles, nós temos gratificações melhor do que a deles e acaba sendo discriminado. E posso te dizer uma coisa, infelizmente é triste porque eles vinham viam o tráfico, pegavam dinheiro e iam embora e eles não tem mais como fazer isso. Então tem batalhão que trata a gente mal por causa disso. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_006_PMERJ> - § 2 referências codificadas [19,65% Cobertura] / Referência 2 - 6,03% Cobertura)

No Mato Grosso, a frustração fica por conta da resistência da chefia em cumprir direitos basilares, conforme o relatado adiante:

Engraçado que eu já vi um oficial superior, num posto maior que o meu, ele falar uma vez que o militar não era cidadão, não cabia o artigo quinto ao militar. Então, em 2011, que foi quando eu ouvi esta..., inclusive nós passamos várias horas conversando e não conseguimos chegar ao consenso, era a posição dele. Mas, a gente fica até triste porque nós vemos hoje quem é que está acima e tem que ser um guardião e tendo um posto maior aumenta a responsabilidade dele em ser guardião das leis e de passar pro pessoal que trabalha com ele um melhor nível, uma melhor estrutura, que esses direitos sejam mantidos. Mas, a gente escuta isso e tem que conviver. Agora, a polícia militar, ela acaba sendo ao contrário porque o que é direito seu não teria que você fazer um requerimento. Deveria, já que é um direito, deveria ser automático e ocorre o contrário quem tem, e que tem que fazer uma correria extrema pra conseguir ele. Levando em conta as férias e licenças, então, agora melhorou, mas eu lembro que da minha época da minha turma, que quando você ia pedir alguma coisa, ia pedir uma licença você tinha que sempre vincular ela a alguma coisa. *“Ah, meu pai está com câncer! Ah, eu vou fazer uma cirurgia!”* Ou pessoas que deixavam de usar ou comandantes que autorizava ele a tirar uma licença prêmio, sendo que era falado: *“Não. Você tem direito a licença ao tratamento de saúde, não tem porque você gastar este direito seu! Então já que você quer fazer este curso, então você usa o que tem de licença, já que você quer fazer isso”*. Como já teve alguns oficiais que foram fazer curso fora do Estado. Curso ganho, utilizando a licença prêmio e era pra usar dentro da instituição. Então, tem uns direitos que a gente acha que é isso, que não teria que o militar correr atrás, deveria ser uma coisa rápida. (<Internas\Grupos Focais\PMMT\Oficiais\121129_001_GFOF_PMMT> - § 9 referências codificadas [13,42% Cobertura] / Referência 2 - 5,45% Cobertura)

No ponto de distanciamento nas relações funcionais e ausência de diálogo, destacamos discursos gaúchos que nos levam a pensar a organização militar nos aspectos de relação hierárquica.

(...) R_: Ele não cumprimenta, ele não estende a mão pra te cumprimentar. Ele, o soldado perguntou assim logo no início, comentou com ele: *“Oh, coronel que calor que está hoje, né?”* Ele se virou pro lado e disse assim: *“No meu tempo praça não conversava com oficial”*.

R_: Cruzes.

R_: Eu dirigi pra ele, entrei mudo e sai calado (...). (<Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio\120228_001_BMRS> - § 10 referências codificadas [50,10% Cobertura] / Referência 5 - 5,84% Cobertura)

Depende? Na verdade, geralmente os praças são os executores, então quem faz o ambiente de trabalho geralmente são os praças. Eu não tenho queixa do meu ambiente de trabalho porque eu que faço meu ambiente de trabalho. Não tenho grandes restrições. Eu acho assim que nós poderíamos sim ser mais ouvidos porque na polícia, como muda cada ano todos os chefes, muda tudo. Geralmente, os gestores, eles não têm uma grande preocupação de ouvir os praças, sobre os problemas daquele setor. Eu acho que eles deveriam nos ouvir mais antes de nos destinarem só. (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Praças\\Audio\\120228_001_BMRS> - § 10 referências codificadas [50,10% Cobertura] / Referência 1 - 0,91% Cobertura)

Dos discursos de ausência de reconhecimento do trabalho pela chefia imediata, destacamos as falas brigadianas, onde o reconhecimento organizacional está mais ligado à personalidade das relações estabelecidas entre chefia-subordinados²²¹.

(...) A nossa relação de gestão ela se dá por questão personalíssima, amizade ou qualquer outra coisa. E quando a gente quer que o cara vá pra reserva, eu não sei se é muito diferente de outras unidades, coloca ele a onde ele não queria estar, mexe as peças do tabuleiro, pra forçar o cara a ir embora. Isso é um efeito cascata. Se o cara tem o cacique ali e ele está totalmente desanimado não quer, a instituição para por meses, às vezes por anos e aí nós ficamos (...). (<Internas\\Grupos Focais\\Brigada Militar\\Oficiais\\Audio\\120208_003_BMRS> - § 6 referências codificadas [18,15% Cobertura] / Referência 4 - 5,73% Cobertura)

No Mato Grosso, a fala destaca o sentimento de ausência de reconhecimento pela chefia do serviço prestado pelo policial militar.

Eu me vejo como uma das poucas que trabalha correto e que infelizmente já quer sair porque é muito desanimador estar aqui.

p : Por que desanimador?

E_4: Porque um..., pra mim é como uma empresa que você trabalha e não tem reconhecimento nenhum. Você é tratado mesmo fazendo tudo certo, você é tratado como qualquer um e não tem um benefício, uma coisa que eu não me imagino fazendo a vida inteira. (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121010_004_PMMT> - § 1 referência codificada [13,30% Cobertura] / Referência 1 - 13,30% Cobertura)

²²¹ (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120309_002_BMRS> - § 2 referências codificadas [13,76% Cobertura] / Referência 1 - 8,72% Cobertura)

Quanto à ausência de iniciativas de confraternização entre os policiais; os gaúchos destacaram a perda da tradição de reunião de oficiais o que resultou em alteração na forma de contato entre os oficiais, ou seja, hoje há um distanciamento entre os oficiais por alteração de algumas liturgias²²².

Dos discursos de sentimento de menosprezo, também, apontamos expurgos discursivos da Brigada Militar, onde a transferência para a inatividade não é preparada pela organização, o que gera sentimentos de perda e um vazio para quem é transferido para a reserva²²³.

Das intrigas advindas das lutas por espaço e ascensão funcional como plano discursivo, destacamos os fluminenses que afirmaram haver no Rio de Janeiro uma divisão simbólica entre as UPPs e as unidades de polícia convencional.

É isso, os colegas já falaram tudo, concordo com o que ele falou, porque a polícia parece estar dividida. Porque... polícia da UPP e polícia de batalhão. Portanto que às vezes parece que ainda somos recrutados pra eles. Ao ver deles parecem que nós não sabemos nada. Na comunidade em... é o mesmo serviço, trabalhamos da mesma forma que a gente trabalha no batalhão, entendeu? E na UPP parece que a gente está na... lá brincando de polícia, parece... é o meu ver, porque esse é o jeito. A gente tá ligando, passando um rádio pra sala, é dificuldade, às vezes de vir uma viatura no local que a gente está. Agora se a gente fala que é no batalhão, como já fizemos algumas vezes, rapidinho vem, é diferente porque o pessoal do batalhão chamar a sala e de a gente estar chamando. (<Internas\Grupos Focais\PMERJ\Praças\120626_001_PMERJ> - § 7 referências codificadas [13,49% Cobertura] / Referência 6 - 2,17% Cobertura)

R_: Eu não pensava que ia ser assim? Antes de entrar pra polícia?

R_: Eu estou nervoso.

R_: Eu nem imaginava como que seria. No início, a gente chega com um pensamento diferente, aí depois a gente acha que...; chega a uma conclusão que não é bem assim. Eu fui ouvir de um oficial numa ocorrência, oficial de outro batalhão que ele foi me cobrar cobertura e me disse que: *“Você é policial de mentirinha, polícia de UPP, polícia de “faz de conta”, nem polícia vocês são direito!”* Então, isso deixa a gente triste né.

R_: É isso que eu falei que a polícia é meio dividida, tem discriminação dos próprios colegas.

²²² <Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio\120208_003_BMRS> - § 6 referências codificadas [18,15% Cobertura] / Referência 2 - 4,77% Cobertura

²²³ <Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio\120309_002_BMRS> - § 4 referências codificadas [29,56% Cobertura] / Referência 2 - 3,21% Cobertura

R_: E a própria população também, já tá distinguindo dois tipos de polícia, porque eles chamam a gente de polícia UPP. Eu tirando serviço aqui em Copacabana: “*Vocês são policiais da onde? Polícia de UPP? Ah, vocês não são polícia não*”. A população. Não é só de dentro da instituição. O interessante... essa diferença dentro da instituição, a população também já está reconhecendo que existe uma coisa que difere uma da outra, a polícia de UPP e a polícia de batalhão. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Praças\\120626_001_PMERJ> - § 7 referências codificadas [13,49% Cobertura] / Referência 7 - 3,03% Cobertura)

Hoje aqui no Rio de Janeiro parece que dividiu um pouco a polícia. A polícia comunitária, que é a UPP, da polícia convencional que é do batalhão. Então, pra muitos policiais, a gente é até motivo de chacota, acham que a gente é polícia terceirizada e não sabe como é o decorrer do dia na comunidade. E muitas das vezes o oficial vem e cobra uma coisa da gente que não tem cabimento aquilo ali. A gente já está cumprindo o nosso dever ali dentro da comunidade, que é uma área de risco, entendeu? E a gente fica sendo cobrado por uma coisa que, no meu ver, não tem nada haver. Então, a polícia, eu amo a polícia do Rio de Janeiro, amo ser policial, mas peca muito nesse erro, peca muito nesse erro. Eu acho que polícia tem que tá (sic) do lado do policial. Muitas vezes a gente acaba sendo surpreendido do... de tá (sic) passando a mão na cabeça de um meliante e a gente tem que ficar passando por isso. Ver isso tudo e ficar por isso, tem que ficar quieto porque no caso não tem passagem. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Praças\\120626_001_PMERJ> - § 7 referências codificadas [13,49% Cobertura] / Referência 5 - 2,53% Cobertura)

No Mato Grosso, existe um discurso de luta pelo poder que subverte os conceitos de honra da própria estrutura militar, nos termos seguintes:

Dentro dessa policia eu me vejo frustrado. Porque recebi conceitos primários na academia, três (3) anos de formação, e esses conceitos me falavam de uma realidade muito distante da que hoje eu vivo. Conceitos que dizem a humildade, a honradez. Conceitos que dizem respeito à verdade. Aquela olho no olho. Aquela condição do superior dizer ao subordinado aquilo o que fazer e aquilo que ele dizia é eminentemente honrado, é eminentemente verdadeiro; tem um cunho de força e de ordem. E essa ordem não simplesmente pela autoridade, mas sim pelas experiências que aquela autoridade tem, pela condição moral que aquela autoridade tem, por ele já ter passado pela circunstância que eu passei, vivenciado as coisas que eu vivi. E de repente através das experiências que ele teve me projetar algo especial a partir dessa vivência. Mas não, o que a gente vê nessa situação é simplesmente a manipulação do poder, simplesmente pessoas querendo defender a sua condição a todo custo, a autoridade que lhe foi outorgada, a todo custo (...). (<Internas\\Entrevistas\\PMMT\\Audio\\121126_015_PMMT> - § 1 referência codificada [6,53% Cobertura] / Referência 1 - 6,53% Cobertura)

7.4 FRAGMENTOS DA TENSÃO DISCURSIVA

A sistematização da pesquisa proporcionada pelo Programa NVivo.10, possibilitou, através dos nós criados, identificar a tensão discursiva entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos, extraída das falas realizadas nas entrevistas e nos grupos focais no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Mato Grosso.

O gráfico adiante possibilita visualizar as tensões nas dimensões família, direito e Estado de maneira comparada.

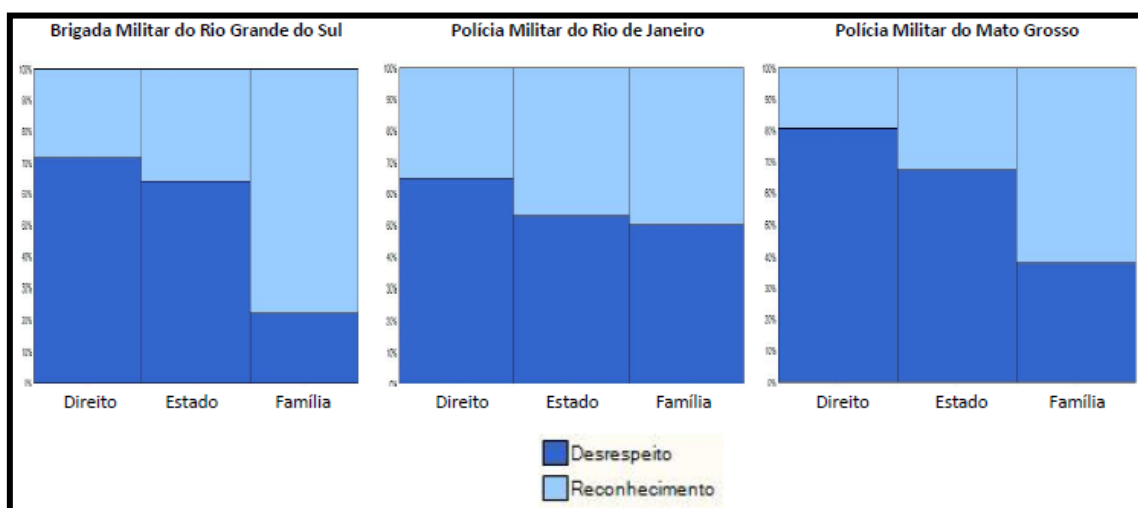


Gráfico 3: Comparação entre a distribuição dos percentuais discursivos da tensão desrespeito/ reconhecimento obtidos na BMRS, PMERJ e PMMT.

Diríamos que o Rio Grande do Sul é o local onde a tensão entre os atos de desrespeitos e os atos de reconhecimento nas esferas da família, do direito e do Estado foram mais equilibrados. É o Estado que contou com os discursos mais positivos quando comparado com os outros. Em que pese ter apresentado percentuais negativos nas esferas do direito e do Estado levemente superiores ao Rio de Janeiro, os discursos sobre a família foi o mais positivo.

O Rio de Janeiro é o local onde a percepção dos sujeitos participantes sobre a família foi mais negativa no que tange à aceitação e apoio ao exercício da atividade policial (reconhecimento), o que em tese reflete o prestígio da polícia militar fluminenses perante a sociedade do Rio.

No Mato Grosso, os discursos negativos e denotativos de desrespeito marcaram as três esferas (família, direito, Estado), o que nos conduz à reflexão sobre como fica o sujeito policial militar nesse processo, que pode estar sendo veio canalizador de violências, inclusive, com reflexos na sociedade que sofre a ação policial. O discurso sobre a família foram mais positivos quando comparados com o Rio de Janeiro.

8 O CUBO MÁGICO

O cubo mágico é um objeto que longe de sua aplicação lúdica tem um simbólico de solução de problema em razão da alteração de suas configurações originais. A remessa a essa metáfora é proposital, pois a visualização inicial do cubo, via de regra, é de que existe um enigma insolúvel com seus pedaços embaralhados. O papel do sociólogo é tentar movimentar as peças de maneira que localizadas possam de fato apresentar uma coerência nas figuras que se apresentam em cada face desse cubo.

A alusão é proposital, pois o que pretendemos neste capítulo é justamente tentar observar o nosso cubo (socialização dos agentes de segurança pública) e apresentar uma compreensão sobre sua configuração nas espacialidades e temporalidades observadas, triangulando as percepções obtidas teoricamente e empiricamente, usando, inclusive, dados indiretos obtidos de outras pesquisas. Esse recurso possibilitou a elaboração de um quadro de dimensões consideradas inéditas para esses sujeitos do ponto de vista de pesquisa no Brasil, quais sejam a família, o direito e o Estado, tendo como ponto de partida as opiniões dos policiais militares participantes da pesquisa, num percurso indutivo.

Convém lembrarmos que a base de referência foram os estudos de Dominique Monjardet que empregou análise fatorial em sua compreensão, caminho que dispensamos, pois optamos por percurso qualitativo, acostado nos discursos obtidos nas entrevistas e grupos focais e nas observações diretas, escolha esta que não impediu o exercício de hermenêutica sobre a socialização dos sujeitos de pesquisa.

Basicamente, as questões que direcionaram as entrevistas e os grupos focais seguiram a lógica Monjardetiana, pois que indiretamente se referiram às percepções sobre a atividade policial (“*o que faz a polícia*”), a ligação ao metier, a formação, o simbólico da organização e a ligação entre a família dos policiais e a organização, bem como a ligação da sociedade com a organização.

8.1 ANTES DO INGRESSO NA ORGANIZAÇÃO

A fase que antecede o ingresso do sujeito na organização policial, dentro de uma perspectiva de pluralidade, não pode ser descartada pois apresenta carga de disposições que o sujeito carrega consigo e que foram incorporadas ao longo de sua existência.

Antes do ingresso na organização já existe um quadro situacional geral que pode ser de desconhecimento dos sujeitos, mas que não se pode descartar, pois interferirá de maneira direta ou indireta na socialização que aquele vivenciará no âmbito policial. A inter-relação entre a questão policial e a questão social, nos dizeres de Tavares dos Santos (2009), é um exemplo. Inegável é a transição paradigmática da polícia brasileira que de maneira inconclusa, paradoxal, indeterminada, contingencial, participativa, reconfiguradora não pode ser dissociada do quadro social.

Cardia (2012, p. 27) apresenta compreensão da violência e seus impactos nas atitudes, crenças e valores ligados às organizações de segurança pública, tendo como base estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) em dez capitais, no ano de 1999, repetido no ano de 2010 em onze capitais, com metodologia ampliada. A autora identificou melhorias no decênio a destacar: a estabilização da economia, a alternância dos partidos políticos nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal); a diminuição da desigualdade; o aumento da escolaridade da população; a queda do desemprego e da mortalidade infantil, etc.

Todo esse quadro veio acompanhado de uma expectativa de queda nos índices de violência, o que não aconteceu. Ao contrário, foram identificados núcleos de autoritarismos que se colocam a favor do rigor excessivo na punição, na aplicação da força pela polícia e na ofensa aos direitos e garantias individuais do cidadão. Foi visualizada a presença do “autoritarismo socialmente implantado” de Guillermo O’Donnel que chancela o arbítrio em nome da segurança e da disciplina.

Ainda, como dito, vigora no Brasil dois modelos estatutários de organização policial nas esferas estaduais, sendo um militar, amparado na vinculação com as Forças Armadas (Exército Brasileiro), e outro civil que cumpre um papel investigativo na

persecução criminal de competência do sistema de segurança pública²²⁴. O sistema foi pensado para funcionamento integrado, mas as discrepâncias das estruturas impedem, inclusive, o reconhecimento recíproco entre os integrantes dessas organizações que não se veem como parte do mesmo sistema.

Na organização civil impera a cultura bacharelesca jurídica, onde as Polícias Judiciárias, em que pese pertencerem ao Executivo, lutam por sua inclusão nas carreiras jurídicas com lobbies marcados por objetivos de demonstração de uma diferenciação dessa organização quando comparada com a Polícia Militar. Esta por sua vez, caracteriza-se pelos pilares hierarquia e disciplina²²⁵, com rígido controle disciplinar, inclusive com mitigação de alguns direitos sociais (greve, adicional noturno, remuneração diferenciada por trabalho nos fins de semana, etc.), mas, também, realiza seus lobbies junto aos Poderes constituídos.

Em Consulta Nacional aos Profissionais de Segurança Pública realizada no ano de 2009, entre os meses de abril e maio, com base em questionários virtuais respondidos por 64.130²²⁶ agentes da segurança pública brasileira, Soares, Rolim e Ramos (2009, p. 29) identificaram contrariedade ao modelo militar de polícia, inclusive entre os próprios policiais militares. Em pergunta de opinião sobre a atual vinculação da Polícia Militar ao Exército, 60% entenderam como “não adequada”.

Esse debate é antigo e desde a distensão política da ditadura militar brasileira, nos idos da década de 80, discute-se a viabilidade da existência de um modelo militar de polícia no Estado brasileiro, em defesa do Estado e não do cidadão, e vinculada ao Exército (ZAVERRUCHA, 2005 e COSTA, 2011).

²²⁴ Conforme o Artigo 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Ressaltamos que no âmbito federal vigora polícias ostensivas com estéticas militares e estatutos civis, como a Polícia Rodoviária Federal.

²²⁵ A disciplina é mais importante do que a hierarquia, pois sem ela esta última não existe; por isso o excessivo controle disciplinar via micropenalidades a *la* Foucault para controle do efetivo integrante das Polícias Militares. A disciplina consiste na pronta obediência às regras e superiores, enquanto que a hierarquia consiste no escalonamento verticalizado das autoridades a quem se deve obedecer.

²²⁶ (4.720) policiais civis; (40.502) militares; (215) federais; (333) rodoviários federais; (360) peritos não ligados à polícia civil; (5.957) bombeiros militares; (4.312) agentes penitenciários e (7.731) guardas civis municipais, o que corresponde a 20,75% do universo de profissionais cadastrados na Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP).

O modelo existente, principalmente o militar, é questionado quanto a sua funcionalidade. Sua ligação ao Exército reflete em como a polícia é vista, pois associada a uma polícia de Estado e não uma polícia Cidadã como muitos políticos apregoam nas plataformas políticas (COSTA, 2011). A castração patrocinada pelas organizações militares e sua pseudoburocracia racional-legal na aplicação da violência legítima violenta e desrespeita seus integrantes de variadas formas, sendo seus pilares de sustentação – hierarquia e disciplina – percebidos como formas de violência, devido seu mau uso pelos superiores hierárquicos.

Segundo Francisco de Souza (2012, p. 9) o problema do militarismo vigente no Brasil é que ele fecha o campo da Segurança Pública para outras possibilidades e modelos ao reforçar a dimensão policial e desprezar as estratégias e versatilidades das políticas públicas de segurança.

Essas diferenças, entre as outras tantas existentes, constituem um dado importante, pois as organizações policiais propiciam um tipo de socialização aos seus integrantes que varia conforme o seu estatuto, seus valores e sua cultura organizacional e que refletirá em suas ações quando no exercício do *múnus público* da “polícia”.

O motivo que leva o sujeito a optar pelo ingresso na organização policial de estatuto militar pode ter várias roupagens e não podemos desconsiderar as influências e disposições incorporadas obtidas junto à família e a outros espaços de convivência como escola, igreja, associações e grupos de referência. O ideal é que pudéssemos realizar estudos biográficos sobre os sujeitos participantes da pesquisa e sobre seus espaços de convivência; ação prejudicada por limitações temporais e de recursos materiais e financeiros, entretanto, a partir de estudos realizados por outros pesquisadores e dos relatos coletados tentaremos avançar no exercício de compreensão, parcial, dessa fase.

A opção de escolha e a motivação pelo ingresso na organização policial pode se dar por diversos fatores e é tema trabalhado por Malochet (2011, p. 415 – 420) no duplo Acaso (“le hasard”) / Vocação e por Pruvost e Roharik (2011, p. 289 – 295) nos aspectos de escolha que podem se dar por: 1) Realismo; 2) Aventura; 3) Missão (missionário); 4) Rigor.

Para Malochet (*idem*), o *acaso* é vinculado à oportunidade de um emprego estável dentro do funcionalismo público que confere diferenças estatutárias para quem ingressa na polícia. Histórias de policiais que deixaram a escola cedo e logo se casaram e uma necessidade familiar conduzindo-os a “pequenos” trabalhos antes do ingresso na organização policial reforça o acaso. A *vocação* está ligada à vontade de envergar o fardamento, mas não podemos desconsiderar as relações relativas à esfera privada como conciliação entre trabalho e vida de família.

(...) Eu sou oriundo do interior e morei em fazenda, sou da agricultura e superei a minha fase de pré-adolescência. A minha fase de adolescência e adulto era na ditadura e todo cidadão que morava no mato, morava no interior, ele tinha vontade de ser militar porque é um meio de você tá (*sic*) se ascendendo na escala social. Então, eu vim com esse pensamento: “*eu vou ser policial*”. Eu queria entrar era no Exército, mas não deu certo e vim e entrei na polícia militar. E polícia militar pra mim... e ser policial militar pra mim é uma vocação porque a minha formação sem ser militar... Eu já sou militar, sou rígido comigo mesmo e, além disso, é um meio que eu tenho de sustentação, de sustentar e de me integrar como contribuição de um ser que vive neste mundo capitalista e contribuo com a minha força de trabalho. Para tal fim, ser policial militar é a base da minha vida hoje. (<Internas\\Grupos Focais\\PMMT\\Praças\\121130_001_GFPR_PMMT> - § 12 referências codificadas [9,44% Cobertura] / Referência 3 - 1,21% Cobertura)

Pruvost e Roharik (*idem*) identificam motivações que se vinculam aos tipos de escolha, por exemplo:

1) Realismo: a) salário; b) segurança do emprego;

(...) Eu entrei na brigada, posso dizer com todas as letras, pelo salário da época que era a transição (...) e ainda se ganhava oito salários mínimos. Se comparar com hoje, era um baita salário (...). Depois eu gostei, então eu entrei por uma razão e fiquei por outra. Eu me adaptei. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120302_001_BMRS> - § 3 referências codificadas [19,93% Cobertura] / Referência 1 - 8,32% Cobertura)

2) Aventura: a) trabalho que não para; b) serviço fora do comum; c) influência dos romances, séries, filmes policiais;

Eu me vejo assim, como uma pessoa que chegou pra fazer a diferença. Eu tento fazer a diferença. Tento participar. Tento ajudar as pessoas, na medida do possível. E é isso.

(<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120627_002_PMERJ> - § 1
referência codificada [1,82% Cobertura] / Referência 1 - 1,82% Cobertura)

3) Missão (missionário): a) fazer um serviço útil; b) fazer respeitar a lei e a ordem; c) fazer um serviço de contato;

Ser policial é uma missão e quando ela é bem desempenhada ela dá orgulho, dá prazer, dá honra. E muito das vezes ser policial requer sacrifício. Nessas horas, com nossos familiares, nossos entes queridos. E salvar vidas, é..., arriscar nossas vidas. Ser policial é todo um contexto. É, vamos dizer assim, um contexto bem amplo. Bem desempenhado dá orgulho. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120625_008_PMERJ> - § 1
referência codificada [9,03% Cobertura] / Referência 1 - 9,03% Cobertura)

Poderia enumerar várias coisas, mas defino sempre em uma palavra que eu falo pros outros colegas: solidariedade. O policial ele tem que ser solidário. Eu acho que essa é a principal característica da pessoa que é policial. (<Internas\\Entrevistas\\Brigada Militar\\Audio\\120315_005_BMRS> - § 2 referências codificadas [5,57% Cobertura] / Referência 1 - 1,00% Cobertura).

4) Rigor: a) o comandamento; b) o respeito.

(...) A policia é uma casa. É uma mãe. E nós somos todos os seus filhos. Eu acho que a gente tem que respeitar como a gente respeita a nossa mãe. (...) Hoje em dia, você vê a polícia militar, não só como a instituição que você serve, mas você acaba se identificando, acaba criando um laço. (<Internas\\Entrevistas\\PMERJ\\Audio\\120626_009_PMERJ> - § 1
referência codificada [9,49% Cobertura] / Referência 1 - 9,49% Cobertura)

Nos relatos colhidos nos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Mato Grosso encontramos discursos que poderiam ser perfeitamente adequados tanto ao modelo proposto por Malochet (2011) – *acaso e vocação* – quanto ao modelo adotado por Pruvost e Roharik (2011) – tipos de escolha, reservando-se a possibilidade de ocorrência de pluralidade de motivações.

Destacamos nos discursos algumas possibilidades como: 1) influência da família (herança militar); 2) influência dos grupos de referência; 3) influência de filmes e séries policiais; 4) vocação (opção própria); 5) aventura; 6) estabilidade funcional; 7) fatores econômicos; 8) falta de outra opção no mercado de trabalho.

Assim, longe de um ou de outro enquadramento, temos que a motivação passa não só pelas disposições como, também, pelo contexto que pode conter componentes subjetivos de afeição e de estratégia, e até mesmo econômicos, como fatores de decisão para o ingresso na organização policial.

A família como núcleo de relações influencia tanto positivamente como negativamente, podendo reforçar ou desencorajar a escolha. Sabemos que a escolha final é do sujeito que muitas vezes decide contra o posicionamento familiar (ou, na ausência da família, contra o grupo de relacionamento mais próximo), o que resulta em tensões no exercício de sua ocupação policial, resultando em dilemas não resolvidos e que muitas vezes o acompanham por toda a carreira.

Não podemos esquecer que antes de ingresso nas academias e nos centros de formação há uma fase de seleção (concurso público) que, em tese, deve indicar os mais aptos à função de agente de segurança pública, levando-se em consideração diversos aspectos, variantes desde as condições físicas até a psicológica, conforme as disposições estatutárias.

Destacamos a exigência de bacharelado em Direito como requisito para participação de concurso à carreira de oficial na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o que frustra as praças que não atendem a esse requisito, pois, devido às dificuldades com relação ao tempo para o estudo depois do ingresso na organização, dificilmente conseguirão passar no concurso para carreira de oficial por não preencherem tal exigência.

Uma vez aprovado no concurso o futuro policial se insere no processo de preparação para a atividade policial que se dá nas academias e nos centros de formação.

8.2 INÍCIO E FIM DA FORMAÇÃO INICIAL

A socialização formal ofertada nas academias e centros de formação tem como base a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ/ 2008) com caráter de orientação e não de vinculação. Ou seja, os Estados têm a liberalidade de decidir quais os aspectos serão enfatizados na formação dos agentes de segurança pública.

Segundo o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP/2000), as bases curriculares visam identificar as necessidades de formação, aperfeiçoamento e especialização dos agentes de segurança pública; ainda, a compatibilização dos

currículos para modernização do ensino policial em referência à trilogia: Profissional – Institucional – Pessoal.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI/2007) coloca como uma das ferramentas de ação estratégica a formação e a valorização dos policiais e, segundo Brasil (2012, p. 206), “consolida um novo paradigma na área da segurança pública, denominado segurança cidadã”. O Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) traz sua contribuição para a educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança. Ainda, existe a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) que estimula iniciativas de projetos de educação continuada e à distância.

No entanto, de acordo com os relatos das experiências vividas pelos sujeitos de pesquisa nos órgãos de formação policial, observamos um saber ilustrado cujo resultado no saber pelo saber, liga a prática à finalidade, numa mistura perversa de cultura interna e tecnicismo que resulta num “qualquer coisa” em desacordo com o projeto ético político pretendido pela SENASP, em razão das discrepâncias das realidades regionais e vinculação da execução do projeto a um orçamento que não dá conta, muitas vezes reduzindo o tempo de formação e as disciplinas previstas para cumprimento de uma agenda política.

A ênfase do formal se concentra na pragmática e na disciplina, em contraposição vigora na informalidade a falta de sensibilidade e a construção de tipos ideais de chefias mais próximos aos “chefetes”, responsáveis pela construção das significações opressoras e redutoras dos sujeitos.

Eu acho que ainda está engatinhando essa visão aí, da nova realidade, da nossa nova realidade, com as instruções ali porque nossos instrutores ainda são resistentes a essa nova realidade. A verdade é essa, eu acabei de vir do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, onde você tinha que mostrar pro (*sic*) instrutor a nova realidade de polícia, porque ele tava (*sic*) acostumado àquele... tiro, porrada e bomba. E ele ainda tenta passar isso pro aluno e a gente fazendo cursos aí na instituição, a gente tenta mostrar pra ele e pros alunos que estão formando essa nova realidade. Que os alunos já vê (*sic*) com o tio, com o avô, o que ele via na televisão, daquela polícia truculenta e a gente tem que mostrar pra ele que a polícia mudou, ela não é mais aquela de quando a gente entrou. E é difícil. Esse processo está engatinhando.

(<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Oficiais\\120628_013_PMERJ> - § 4 referências codificadas [6,05% Cobertura] / Referência 4 - 1,20% Cobertura)

O regime de internato é utilizado para adaptação do sujeito que ingressa na organização e normalmente essa adaptação é reforçada pelo contínuo de rituais militares para exaltação e incorporação dos valores internos, como a honra militar que se sustenta, sobretudo, pelo sacrifício e pela bravura que, por sua vez, irão reforçar a disciplina e a hierarquia. Integram essas estratégias as cerimônias formais como aulas magnas, formaturas militares e aulas inaugurais. Para cada estágio que se conclui ou se inicia a marcação se dá por rituais.

A padronização e a uniformização são, também, parte dessa estratégia de adaptação. Seu início se dá pelos cortes de cabelo e roupas e avança nos gestos e posturas, constituindo-se em importante papel de internalização das regras e valores da caserna. O nome do sujeito pode ser resignificado e este passa a ter uma identificação institucional que – quando diferente do nome de tratamento no ambiente civil – marca outra temporalidade e espacialidade. O conflito entre o antes e o depois é uma constante e o descompasso com essas regras internas é visto como desvio.

O espaço recebe uma marcação e todos devem respeitar seu território, inclusive a localização de cada um no sistema hierárquico. Há tempo para tudo e ele ocupa um papel fundamental no isolamento do agente de segurança pública para com o mundo da polis, convalidando o internato. O despertar, os deslocamentos, as aulas, as refeições, as provas físicas e intelectuais, todos recebem uma marcação espaço-temporal. O não cumprimento do tempo e o desrespeito à localização espacial são vistos como incapacidade e ofensivos à honra militar. Há uma cadeia de deveres insertos em espacialidade e temporalidades próprias do ambiente militar com o objetivo de inculcar os valores ressaltados.

O vínculo com a organização é reforçado de diversas formas como no caso das escalas extras cumpridas interna ou externamente com justificativa na necessidade de experiência prática, mas, também, como recursos humanos para reforço ao policiamento já existente. Temos que o objetivo principal dessa prática é aumentar o tempo de contato entre o sujeito e a organização e, justamente, impedir que disposições exteriores interfiram ou sejam incorporadas pelos agentes de segurança pública.

Esse fechamento da organização sob a falsa ideia de um todo homogêneo e organizado tenta automatizar e padronizar as ações futuras dos agentes, inclusive com

orientações apostas em manuais e cartilhas de procedimentos. A técnica prevalece com clara instrumentalidade de colonização da personalidade.

A socialização formal sofre interferência direta: 1) da matriz curricular; 2) das tendências pedagógicas do corpo docente que integra as academias e os centros de formação; 3) da cultura organizacional, sobretudo aquela que não aparece na socialização formal; 4) das relações políticas estabelecidas; 5) das disposições anteriormente incorporadas que podem ser despertadas dependendo do contexto.

O sistema tende a funcionar como determinante da ação, buscando anular o sujeito quando este reproduz a lógica desse tipo de relação que coloniza a personalidade. Muito do que se reproduz é incorporado não pelo que dita o formal, mas conforme se trabalha a informalidade, como bem descrito na dissertação de Leal (2011).

É na informalidade da socialização ofertada pelas organizações de segurança pública que inúmeras disposições são incorporadas e não reconhecidas oficialmente. Desvios, micropenalidades, estigmas, preconceitos e discriminação fazem parte de uma rotina não oficial e negada discursivamente pelo nível estratégico das organizações policiais, mas aceita como parte integrante da mentalidade policial.

O normal é estabelecido pelos “empreendedores morais” e tem como referência a disciplina e a hierarquia. Pequenos testes são realizados para identificar os “desviantes”. Ordens consideradas absurdas e até improcedentes são dadas como forma de testes. Por exemplo, em algumas academias realizam-se velórios e enterros de formigas, gafanhotos e outros insetos sob a justificativa de treinamento das ordens militares para as cerimônias fúnebres (guarda fúnebre), é óbvio que tais eventos acontecem fora do horário do expediente e normalmente são conduzidos por oficiais de baixa patentes (tenentes) ou graduados (sargentos) e contribuem para a construção dos chamados “chefetes” e sacralização da disciplina. A justificativa para esse treinamento informal é a necessidade de incorporação de disposições que deveriam ser ensinadas formalmente.

Outro exemplo é a proibição de saída dos quartéis dos agentes “desviantes” sem qualquer procedimento administrativo que contemple a ampla defesa, condicionando a liberdade de locomoção a eventos da natureza como chuva ou sol; interessante que nos Estados onde o período de sol prepondera, a condição se vincula à ocorrência de chuva. Onde prepondera o frio ou chuva, a liberdade é condicionada ao

aparecimento do sol ou à elevação da temperatura. O desviante é tido como indisciplinado e não adaptado ao meio militar. O objetivo da organização é expurgar aquele que não é visto como “normal”, através de ações que se resume na famosa frase: “*Pede pra sair!*”.

A micropenalidade é a compensação pela falta (desvio) cometida. A falta não precisa ser disciplinar, mas normalmente é dimensionada pela hierarquia e pela visão negativa que o superior tem do subordinado. A micropenalidade tem a ideia de castigo e pode variar da imposição de exercícios físicos extenuantes até a humilhação em público. Lembramos que muitos agentes considerados desviantes jamais cometeram desvios e muitos considerados “normais” cometem reiteradamente atos tidos como desvios, mas não são tratados como desviantes em razão da personalidade que impera nas relações superior - subordinado.

Os estigmas carregam a biografia de alguns agentes de segurança pública e os conduzem ao rótulo de “desviantes”, o que acirra a vigilância sobre suas condutas e em alguns casos com explícita perseguição por parte dos superiores. Como exemplo de estigma, citamos o caso da praça que é aprovada para a carreira de oficiais; há uma rede de boatos que a rotula com o “ranço”, algo que impregna e marca sua biografia com o estereótipo de preguiça, de embromação, de “esperteza” negativa inerente a todas as praças de um ponto de vista conservador e discriminatório de alguns oficiais. Também, o caso dos últimos classificados nos cursos de formação que são tidos como “mocorongos²²⁷” e incompetentes. Esses estigmas são constantemente reafirmados, inclusive discursivamente.

Os preconceitos permeiam as relações internas das organizações policiais. Imagens negativas das minorias carregam o imaginário interno e são reproduzidas informalmente no ambiente de socialização, como no caso da violência simbólica de gênero, especificamente contra as mulheres que, primeiro, têm que se inserir numa organização machista com resquícios patriarcais, onde se pensa do ponto de vista masculino; e, segundo, enfrentar o reforço do preconceito pelas piadas e expressões pejorativas (exemplo: “FEM” para as mulheres) exaradas por superiores, pares e até

²²⁷ “Mocorongo” é gíria militar que representa a pessoa dotada de certa “lentidão” na execução de tarefas determinadas ou que não as consegue realizar ou as faz de maneira equivocada. É desvio negativo e marca a biografia.

subordinados e constantes comparações entre os desempenhos dos sexos nas atividades propostas. A organização tenta anular a sexualidade. Orientação sexual é assunto proibido, constituindo-se em tabu sua discussão. Quando se discute o tema, a discussão se dá em tom pejorativo e em forma de piadas em desfavor (contra) quem tenha orientação homossexual ou bissexual ou integre o gênero minorado.

A discriminação, também, se faz presente na socialização secundária informal ao convalidar os atos contra os “desviantes”, os estigmatizados e as minorias. Os controles informais (micropenalidades, detenções verbais, “missões”) comprovam a discriminação tornando-a uma constante.

Os integrantes das organizações policiais ao serem indagados sobre o tratamento dispensado aos entrevistados no treinamento e qualificação ocupacional, em Consulta Nacional realizada por Soares, Rolim e Ramos (2009, p. 64), afirmaram que cerca 20,5% foram vítimas de tortura em treinamento, destacando nesse quesito os oficiais PM (26,7%), as praças PM (25,6%); ou seja, os integrantes das instituições militares, justamente aquelas encarregadas pelo aspecto preventivo da segurança pública, são os que mais foram ultrajados em sua condição de humanos (física e psicologicamente) na fase em que deveriam ser preparados para lidar com sociedade.

Podemos afirmar que o período da socialização secundária que marca o início e o fim da formação policial inicial é relatado como estritamente formalizado, mas apresenta aspectos informais consideráveis. A formalidade se fundamenta na política pedagógica das academias de polícia e está refletida nos relatórios que tentam associar o currículo ao método de ensino, seria o aparente, enquanto que a informal se consubstancia em um fazer oculto não relatado na formalidade, mas diretamente interferente na aprendizagem e nas disposições que são incorporadas pelos agentes.

Como dito, os rituais marcam essa fase e determinam as biografias revestidas de coragem, bravura, honra, disciplina, pontualidade, persistência, fracasso, indisciplina, etc. Assim, os sujeitos acabam sendo “peneirados” em uma seleção constante, pois aqueles que são tidos como fracassados ou indisciplinados nesses rituais são “pressionados” a solicitar o desligamento da organização policial militar durante essa fase que integra um jogo maior por reconhecimento do sujeito perante a organização.

A equipe de pesquisadores (SOARES, ROLIM e RAMOS, 2009) esboçou uma tentativa de construção de um consenso mínimo na agenda de segurança pública, óbvio com a perspectiva dos entrevistados, onde a dimensão policial no seu aspecto de recursos humanos foi percebida como problemática quanto à formação e treinamento dispensados aos agentes (81,9% avaliaram muito importante e 16,6% como importante) com real incapacidade das estruturas em aproveitar os potenciais de cada agente (67,7%, muito importante; 29,4%, importante) (*idem*, p. 58). Na percepção dos entrevistados, o espaço de socialização propiciado pela escola é deficitário e acaba por não cumprir o seu papel de socialização, inclusive com desprezo ao perfil profissiográfico.

A fase de formação tem seu fim anunciado em ritual de formatura onde são apresentados à sociedade os novos policiais titularizados que no exercício da função terão que lidar com situações antagônicas e oscilatórias, como socorro a uma parturiente e em seguida o embate com assaltantes. Como dito por Passos (2011, p. 11), a formação não será exterior ao sujeito humano e implementa um conjunto de conhecimentos e saberes, sentidos e valores que lhe dá sentido.

8.3 TITULARIZAÇÃO

Após a formação, os policiais são obrigados a cumprir com os protocolos de recursos humanos e política de pessoal. A carteira de identidade funcional e o porte de arma são objetos de desejo que nessa fase podem ser consumados, pois que na condição de alunos nos órgãos de formação existe uma precariedade nesse quesito. Muitas vezes a burocracia e a falta de condições materiais interferem na concessão desses documentos basilares para o exercício da ocupação policial.

R_: A gente se forma vai pra rua. Depois de quase dois meses que eu peguei a carteira. Depois de me formar, nem “fantasminha²²⁸” eu tinha. Falei assim: *Como que eu vou pra rua? E a minha identidade da polícia? Ah, já vai sair, já vai sair.* E isso levou quase dois meses (...). (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Prašas\\120626_001_PMERJ> - § 5 referências codificadas [10,86% Cobertura] / Referência 4 - 2,85% Cobertura)

²²⁸ “Fantasminha” é o documento provisório que atesta a condição de policial militar até ser expedida a Carteira de Identidade oficial.

O uniforme (fardamento) é outro ponto de destaque, pois algumas organizações policiais, apesar da previsão estatutária de custeio pelo Estado, não cumprem com seu papel, deixando ao policial o ônus pela aquisição dos uniformes previstos no regulamento.

Normalmente, após designação, os novos recrutas são apresentados às unidades de serviço, onde os comandantes em formatura geral realizam as primeiras recomendações.

Marca essa fase a tensão entre a realização (conformação) e a frustração, pois o novo recruta tem expectativas e desejo de servir em determinado local ou função.

Existe uma visão de que, obrigatoriamente, os recrutas devem trabalhar com os veteranos e, então, aprender como se faz a verdadeira polícia, diferente de tudo o que se aprendeu na escola de formação policial. O discurso do esquecimento do “mundo de faz de conta” vivido antes do contato com a “realidade” marca a atividade de rua e, junto com a pressão natural pela aceitação perante o grupo profissional, é referência dessa socialização específica da rua que tenta desconstruir o ensinamento transmitido nas academias de polícia.

Como eu tenho pouco tempo se comparado com o resto do grupo em si, eu tenho cinco anos de Brigada, eu acho a preparação muito fraca em relação ao dia-a-dia na rua. O que a gente vê no dia-a-dia no curso (...) é muito diferente do dia-a-dia da rua. Em relação à disciplina e hierarquia, eu fiz o curso no Batalhão de Operações Especiais, comparado à hierarquia e disciplina foi bem rígido, bem puxado. Só que o que deixou a desejar foi prática da rua antes da arma. No meu ver, pro cara representar a polícia tinha que ser mais longo o curso e com mais cadeiras práticas. (<Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio\120223_001_BMRS> - § 10 referências codificadas [19,57% Cobertura] / Referência 2 - 1,16% Cobertura)

A titularização reforça esta mentalidade, pois que, empossado no cargo, o policial se sente mais seguro para deixar de fazer aquilo que deveria.

8.4 BANALIZAÇÃO

Nessa fase, os agentes de segurança pública se localizam dentro da organização policial e começam a compreender como de fato funcionam as relações. Os saberes

adquiridos na fase de formação são confrontados e os resultados dessas experiências são novas disposições que podem alterar a forma de agir.

Os interesses políticos determinam as relações de poderes de maneira fisiológica em uma prática clientelista e paternalista de administração, variando entre a dominação tradicional e carismática, apesar da falsa ideia que se passa de que a organização policial militar seja uma dominação racional-legal.

A carreira é vista como um caminho cheio de recortes e possibilidades de atalho para aqueles que compreendem e sabem jogar o jogo. O ‘caráter técnico’ empregado como justificativa das promoções por merecimento é somente um subterfúgio na tentativa de legitimação de algumas promoções eminentemente políticas.

Quanto à ética em vigor na organização, vale lembrar que, na visão weberiana, há uma distinção entre a ética da responsabilidade e a ética da convicção. A primeira relaciona os meios com os fins, ou seja, é dotada de uma criticidade que percebe e avalia os valores políticos dentro de uma realidade. A ética da responsabilidade é racional e sua posição se pauta na dialética dos valores identificados, se aferindo objetivamente as relações causais e de valor. Segundo Schluchter (2000, p.82), “(...) o conhecimento que é isento de valor, mas relativo ao valor, cria exatamente os fatos que podem então ser avaliados ‘responsavelmente’”. A segunda (ética da convicção) se dirige a uma meta de maneira absoluta, sem considerar a realidade, chegando às vias da intolerância em não reconhecer na política a possibilidade de um resultado danoso, mesmo que a ação inicial seja dotada de boas intenções. A ética que impera na organização militar é a da convicção, onde muitas vezes a realidade é desconsiderada com propensão de danos às relações internas e abalo das estruturas basilares do funcionamento organizacional, qual sejam a hierarquia e a disciplina.

Qualquer que seja a justificação e o conteúdo da ação baseada em princípios na política, ela mutila as condições do presente; ela requer o sacrifício do intelecto ou o das lições empíricas ou o de ambos. O ato baseado em princípios polariza: ele transforma o correligionário político em um discípulo, e o adversário em um inimigo (SCHLUCHTER, 2000, p.82).

A aplicação das regras segue um interesse político que muda de acordo com as circunstâncias e vontade do grupo dominante. As regras jurídicas, muitas vezes, são

empregadas para legitimar a convicção política do comando em caráter de pseudolegitimidade.

No campo operacional, a competência e a experiência sobrepõem à qualificação que indicam uma assimilação de saberes, do saber-fazer e do saber-ser eficaz, conforme descrito por Monjardet (1999), que conduzem ao conhecimento “verdadeiro” do *métier* fundado no saber prático (“*streets vibes*”) que pode, inclusive, normalizar a execução dos chamados “serviços sujos” (VAN MAANEN, 1974).

Pois é, no começo eu tinha falado sobre a historicidade, e a socialidade (*sic*) da polícia. Eu acredito que independente de brigas salariais, aumento de salário que é assim muito cobrado hoje, que é o que a gente mais ouve e enxerga, eu acredito que o reconhecimento, o reconhecimento enquanto profissional, é... traria maiores benefícios tanto pra polícia quanto para os policiais (...) e faria com que os policiais implicassem mais na ação; se implicassem mais no fazer policial. (...) E eu acho que falta muito disso na polícia. O ser humano tem um potencial criativo e (...) esse potencial criativo ele fica tentando sair de todo jeito. Se aqui dentro isso é cobrado, punido, vai se desenvolver de alguma forma, algumas pessoas conseguem fazer uma canalização (...) e desenvolver esse potencial criativo pro bem, e muita gente vai usar este poder criativo associado ao conhecimento que a polícia te dá e ao conhecimento de polícia que ele tem, das dificuldades da polícia e vai usar pro mal. E aí, a criação, talvez a opinião de um modo de fazer que ele, não pode falar, não pode sugerir aqui, lá junto ao crime organizado ele é ouvido, ele tem voz ativa. E aí ele passa a desenvolver este potencial criativo em outro lugar (...).

(<Internas\Entrevistas\PMMT\Audio\121123_012_PMMT> - § 4 referências codificadas [48,08% Cobertura] / Referência 4 - 15,46% Cobertura)

A chamada cultura policial interfere nas situações de trabalho e pode alterar, inclusive, os procedimentos operacionais padrões (orientações gerais da atividade) e, também, as orientações particulares, resultando em outros valores permeados pelo poder e dotados de força vinculante.

Malochet (2011, p. 424) afirma que os modos de integração e de investimento no serviço não são determinados unilateralmente pela situação de trabalho, mas são dados, também, em função das representações ocupacionais, das histórias de vida e das experiências anteriores, o que afasta a visão objetiva das condições trabalho.

É nesse percurso que o policial experimenta o trabalho cotidiano marcado pelas prescrições organizacionais, pelas demandas da sociedade e interesse da organização (MONJARDET, 1996). Esses níveis se intercalam e resultam na consideração da concepção do “real” trabalho que é ensinado pelos veteranos; da adesão ou da contestação da sociedade em razão das intervenções policiais e da definição e do reconhecimento da ação pela autoridade de tutela.

Dentro do quadro relacional entre as instituições de segurança pública e a população, Soares, Rolim e Ramos (2009), em consulta nacional aos agentes de segurança pública, apresentaram percepções interessantes como o fato de os agentes de segurança pública entenderem que a população pouco confia nessas instituições (54,3%, pouco confiam, e 37,7%, não confiam). Da mesma forma, os agentes de segurança pública têm pouca confiança na população (36,6%, pouco confiam, e 42,9%, não confiam).

A população, por sua vez, “(...) cobra a pronta atuação e a eficiência das forças policiais no enfrentamento da desordem, bem como a imediata solução dos crimes e a punição dos criminosos” (COSTA, 2011, p. 252), com subordinação das ações policiais aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito. No entanto, a visão que se tem da polícia, principalmente por parte da parcela populacional excluída das políticas públicas de segurança, é que “(...) a polícia é pior que bandido” com “(...) vários policiais envolvidos com o tráfico de drogas”, torturadores de trabalhadores e perturbadores da ordem. Ou seja, é uma instituição feita para pobres que a vê como o “inimigo comum das comunidades” (*idem*, p. 257/ 258).

Fechamento e abertura integram esse cotidiano. O fechamento é mecanismo de defesa refletido no espírito de corpo e na solidariedade entre os integrantes da organização policial quando ocorrem atos de hostilidade contra a polícia ou quando a opinião pública é desfavorável. A abertura é associada à receptividade da sociedade às ações policiais, normalmente ligadas às estratégias de proximidade.

8.5 CRISTALIZAÇÃO

A socialização organizacional resulta em competências, atitudes e disposições, em tese, compatíveis com os outros membros da organização, resultando em uma

cultura comum e um sentimento de compartilhamento. A apresentação unificada de normas e valores tabulados nas regras da caserna mascara a diferenciação existente.

Logo, poderíamos começar questionando algo até certo ponto simplista, como: *o que se cristaliza dessa socialização organizacional policial militar?*

Gostaria de tangenciar, talvez, o ponto que marque a diferença entre a caserna e a *polis*, algo que se cristaliza com a socialização organizacional e que empodera e marca o reconhecimento interno dos policiais militares, qual seja a honra militar.

A ênfase na honra militar serve de estímulo à vida pública. Aqui nos reportamos ao sentido emprestado de Montesquieu por Durkheim (2008, p. 41) que designa a honra como sendo as ambições particulares que motivam os sujeitos ou grupos a conseguirem uma condição mais elevada. Ela, a honra, tem sua grandeza, mas pode se transformar em defeito ao originar excessivamente um amor-próprio. Há uma compensação nessa tensão, pois, segundo Montesquieu (*idem*) o estímulo que a honra propicia compensa as imperfeições.

No bojo dessa questão está o dilema entre o sacrifício e a bravura. O sacrifício se refere a um dano sofrido pelo agente de segurança pública em razão do exercício de sua ocupação, enquanto que a bravura se atrela a um ato heroico. Sandel (2012, pp. 19-20), ao discutir o dilema da concessão da condecoração “Coração Púrpura” no Exército dos Estados Unidos nos agracia com um dilema recorrente nos ambientes militares, onde o sacrifício é rotina e, portanto, excluído do reconhecimento na maioria dos casos, pois o militar não pode apenas se sacrificar ele tem que ser bravo.

Os danos psicológicos são excluídos dessa valorização e do reconhecimento pelo sacrifício dispensado à organização pelo agente, uma vez que os sujeitos que apresentam esse problema são vistos como que dotados de uma fraqueza de caráter, o que anula a maioria das honrarias por esse motivo (problema psicológico). Instaura-se nesse caso um conflito com os valores militares.

As medalhas militares refletem uma antiga ética de honra e virtude que refletem valores próprios da caserna e marca um desvio positivo, o que destaca os agraciados. Ao mesmo tempo se observa uma banalização na concessão das medalhas, pois a avaliação é subjetiva e muitas vezes dependente do capital político do agraciado.

Como disse Sandel (*idem*), “(...) não podemos determinar quem merece uma medalha militar sem que sejam questionadas as virtudes que tal condecoração realmente exalta”.

Lembramos que a estima social chegou a sua configuração atual exasperando além do enquadramento estamental das sociedades precedentes, quando então substituiu os conceitos de honra. Ou seja, os objetivos éticos estratificavam a “honra” de acordo com o estamento ao qual pertencia o indivíduo, vinculando seu comportamento ao *status* social, impingindo-lhe um “valor” aferido em retribuição a sua contribuição social. O “comportamento honroso” consiste no fiel cumprimento a esses valores compartilhados pelo estamento. Assim, a estima social quando segue esse padrão estamental configura os grupos no interior desse estamento que podem ser *determinados* por *status* ou *definidos* por *status*. No caso dos grupos determinados pelo *status*, a situação social comum (mesmo estamento) faz com que as pessoas se estimem por compartilharem propriedades e valores comuns. No caso dos grupos definidos por *status* há uma hierarquia nas relações de estima onde os membros podem avaliar alguém que não é de seu estamento, mas que partilha dos mesmos valores.

Com a modernidade, e o conflito trazido a reboque, o processo de mudança estrutural foi inevitável alterando os valores e as condições do direito. A burguesia tem um papel fundamental nessas transformações, pois, na luta por novos valores, travou uma disputa em torno do *status*, individualizando a disputa por estima contra as concepções aristocráticas de honra.

Muitos princípios, antes vinculados à honra, migraram para o plano jurídico com validade universal como a “dignidade humana” que tem por função, inclusive, proteger a reputação ou prestígio social e corroborar com a estima social. O valor da pessoa sofreu uma alteração em sua valoração passando de “honra” para “dignidade” e da “privatização da honra” para “integridade”. Honneth (2009, p. 206) afirma que “(...) o ‘prestígio’ ou a ‘reputação’ referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de autorrealização, porque de algum modo contribui com ela à implementação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos”.

A honra militar não é algo simples de se compreender, pois que além do sacrifício torna obrigatória a bravura, formando uma ligação direta com outros dois princípios em vigor na caserna, a hierarquia e a disciplina. Para ser honrado não basta

ser bravo e se sacrificar, é necessário que o sujeito seja, também, disciplinado. A disciplina, por sua vez, sustenta a hierarquia. Por isso que a honra militar pode ser considerada estamentária e vinculada a um *status*, muitas vezes, negando a dignidade humana que tem um estatuto universal.

Soares, Rolim e Ramos (2009), em consulta nacional a 64.130 agentes de segurança pública, formularam pergunta que vinculou hierarquia e desrespeito e injustiças profissionais; onde 65,6% dos entrevistados entenderam que a hierarquia provoca desrespeito e injustiças profissionais, mas esse resultado quando estratificado por função tem o percentual reduzido para 47,8% dos Oficiais da Polícia Militar, o que demonstra que a base sente mais o peso da hierarquia e a vinculam ao desrespeito e injustiças organizacionais.

No quesito sobre disciplina (*idem*), 59,3% dos entrevistados responderam que suas instituições são dotadas de disciplina. No entanto, 72,2% entenderam que existe mais rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança pública. Esse percentual é acentuado nas organizações policiais militares, onde ampla maioria possui regulamentos disciplinares que foram influenciados pelos “Artigos de Guerra” do Conde de Lippe (MAYR, 2004, p. 33), com foco na vigilância e aplicação de micropenalidades disciplinares, como no caso do militar deixar, deliberadamente, de corresponder a cumprimento de subordinado; dar toques ou fazer sinais, sem ordem para tal; contrair dívidas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades, comprometendo o bom nome da classe, entre algumas possibilidades (PINHEIRO DA SILVA, 2006, p. 58-60).

Quanto ao desrespeito por parte de superiores, 53,9% dos entrevistados se disseram humilhados ou desrespeitados por superiores hierárquicos, sendo que entre os oficiais da PM esse índice sobe para 61,9% e entre as praças PM para 57,7%. Quando perguntando quanto ao desrespeito/humilhação por colegas de mesmo posto, 21,1% dos entrevistados responderam já ter sofrido esse tipo de ação; percentual que cai para 7,2% dos entrevistados quando o autor é colega de posto inferior (SOARES, ROLIM e RAMOS, 2009, p. 72 e 73).

Muitos sujeitos de tese manifestaram nessa mesma linha de pensamento com relação à hierarquia e disciplina, conforme adiante destacamos:

A polícia militar, eu acho que é muito atrasada; muito atrasada com essa hierarquia. Militarmente ela é atrasada porque ela não é força armada. Ela tem muitas falhas também. Na minha opinião, pra trabalhar com o público e ainda ser militar, eu acho muito difícil. Tipo, o militar do Exército ele não lida com o público, ele só lida com aquartelamento, é uma pressão diferente. A gente não, a gente tem que (...) lidar com o público, com hierarquia. Às vezes você está fazendo um serviço arriscado você tem que tá (*sic*) de cobertura, tem que tá (*sic*) preocupado com aquilo ali. Que às vezes, não vem ao caso, você está subindo o morro, se você tiver sem a cobertura você pode ficar preso porque você está sem a cobertura. Eu acho atrasada por isso. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Praças\\120626_001_PMERJ> - § 7 referências codificadas [13,49% Cobertura] / Referência 1 - 1,83% Cobertura)

Também concordo com o colega (...). Eu acho que a instituição, ela também, muitas das vezes, ela se preocupa com coisas é..., coisa sobre o tipo uniforme; uma cobrança desnecessária. Que a gente tá (*sic*) na rua trabalhando, arriscando ali a nossa vida, dando o nosso sangue ali pra população e muitas das vezes a gente é cobrado por coisas assim, supérfluas. Eu acho assim que a instituição nesse ponto ela tinha que é diminuir, ou até mesmo acabar com o militarismo. Que a gente é policial. O nome vem primeiro: “*policial*”. “*Polícia*”. Depois vem o militar. Então, muitas das vezes a gente acaba sendo cobrado do militarismo, sem necessidade. Então, eu acho que tinha (...) que reaver, tinha que reaver esse, esse estudo. De... de repente acabar com o militarismo, é isso. (<Internas\\Grupos Focais\\PMERJ\\Praças\\120626_001_PMERJ> - § 7 referências codificadas [13,49% Cobertura] / Referência 2 - 2,16% Cobertura)

O agente violentado, mesmo que simbolicamente, pode reproduzir essa violência em desfavor do elo mais fraco da relação, a sociedade. Ainda, essa violação produz uma “polícia” violentada e não reconhecida cujos limites podem ser estendidos para além do reconhecimento do Outro, materializada em atos de arbítrio, em represália às violências sofridas estruturalmente. Não se justifica essa transferência de violência, como um efeito dominó, mas não podemos descartar essa possibilidade.

É por isso que a compreensão da honra militar não é tão simples, pois em nome dela se permite ofensas e desrespeitos com o outro. Barreira (2008, pp. 73-88) apresenta o sentimento de honra vinculado a um fechamento e a um tradicionalismo com “fortes princípios morais”, onde esses valores podem atravessar a vingança, a coragem e a valentia. A apologia à cultura do sacrifício e da bravura gera um jogo em que quase tudo é permitido para a obtenção desse reconhecimento organizacional. Pequenos desvios como “deixar a barba por fazer”, “não engraxar os sapatos”, “atrasos para o serviço”, entre algumas possibilidades, são punidos com todo o rigor, pois vistos como fatos que corrompem a disciplina, o que atinge a hierarquia e atropela a honra militar. Em contrapartida, atos que afetam a dignidade humana são tolerados em nome da

chamada bravura, como os atos de arbítrio e os ilegalismos cometidos em ação policial, cuja representação se manifesta no combate em oposição aos atos de proximidade.

Na Consulta Nacional aos agentes de segurança pública, quando perguntado aos entrevistados como se comportariam diante de uma situação de corrupção, 42,2% afirmaram que conversariam com o colega para que ele não fizesse mais; 24,8% fingiriam não ter visto; 2,4% conversariam com o colega para também receber propina; 9,0% não saberiam avaliar e 21,6% denunciariam o colega à corregedoria ou órgão similar (SOARES, ROLIM e RAMOS, 2009, p. 49).

Este quesito nos leva a um ponto de reflexão quanto à tolerância com relação a crimes cometidos de maneira paradoxal quando comparada com o rigor dispensado às pequenas falhas disciplinares. Seria uma “*tolerância zero*” às avessas? Temos que os agentes de segurança pública não são eficazmente policiados pelas organizações, havendo certo comodismo e até mesmo conivência com atos de ilegalidade praticados por eles. A lógica desse comportamento pode ser estendida a outros tipos de delitos e comportamentos violentos, como exemplo, o racismo e a discriminação.

Esse caldeirão de vivências, sentimentos e estratégias tem um sentido que é a formação da identidade organizacional da polícia que, conforme já afirmamos, apresenta as seguintes características: 1) identificação e até fusão com a Razão de Estado; 2) profissionalismo; 3) corporativismo; 4) espírito de ordem; 5) tecnicismo; 6) regulamentar; 7) rigidez; 8) disciplinar (RONDON FILHO, 2013). Também, conduz aos atos de ilegalismos nos termos descritos por Jobard (2011 e 2012).

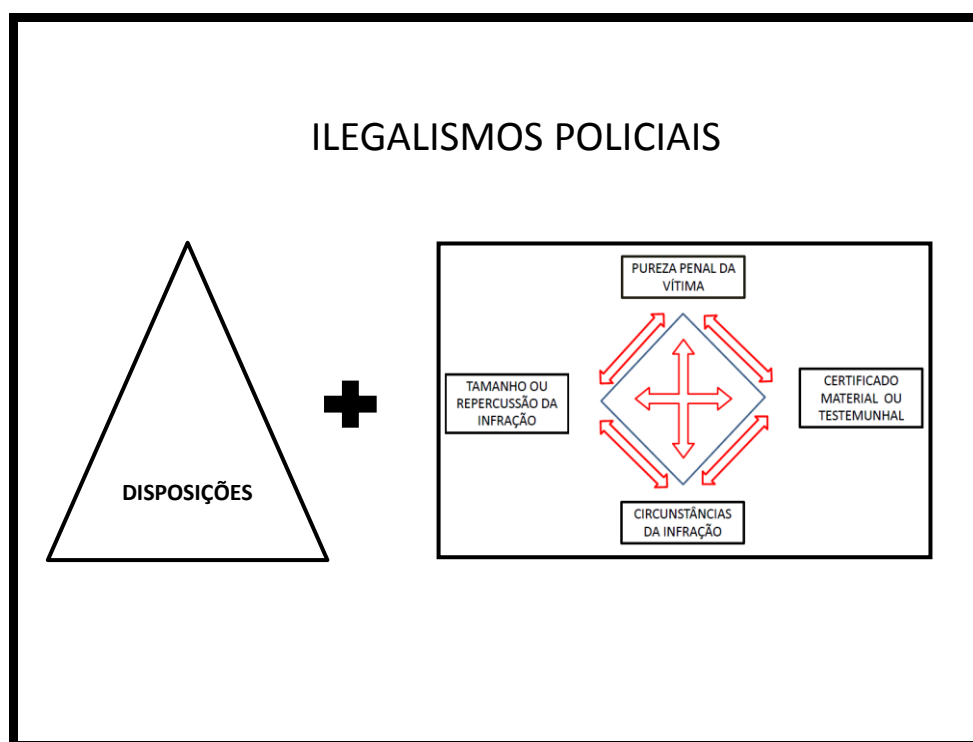
Entretanto, subsiste dentro dessa realidade de socialização a possibilidade do ator plural que carrega consigo as disposições de suas vivências e pode agir de maneira diversa da esperada, tanto positiva como negativamente. Em nome dessa pluralidade temos uma reconsideração na Teoria Sociológica da Polícia formulada por Jobard (2011 e 2012) que apresentaremos a seguir.

8.6 TEORIA SOCIOLOGICA DA POLÍCIA RECONSIDERADA

Em breve resumo, a Teoria de Jobard (2012) apresenta os ilegalismos policiais em um quadrado de possibilidades onde cada vértice representa os requisitos

necessários de ocorrência dos ilegalismos, a destacar: 1) a pureza penal; 2) o tamanho da infração; 3) a certificação material ou testemunhal; 4) as circunstâncias da infração (ver capítulo 3).

Acrescentamos a esse quadrilátero – que na linha do decisionismo schmittiano priorizou a polícia e não o policial – as disposições que o sujeito (policial) incorporou ao longo de suas vivências (socializações), o que pode fazer toda diferença no momento da ação policial que pode ou não ser considerada como ato de ilegalismo.



Quadro 18: Reconsideração dos ilegalismos policiais

Esclarecendo, não podemos afirmar que todos os policiais, postos em condições idênticas a de outros que cometeram atos de ilegalismos, cometeriam os atos assim considerados. Isso porque cada sujeito tem suas próprias disposições que podem ou não servir de freio para ações dessa natureza. Ainda, dificilmente se vê atos de ilegalismos cometidos por uma única pessoa. Normalmente a ação é conjunta (grupo de policiais), o que coloca na cena dos ilegalismos a necessidade de um vínculo subjetivo entre os participantes da ação.

Quando não há esse vínculo, entram em cena outros determinantes como a não execução dos atos de ilegalismos ou a omissão por parte daquele (s) que presenciou (aram) e não tomou (aram) as medidas necessárias para evitar o seu cometimento.

A omissão pode ganhar várias roupagens, a destacar: 1) o silêncio do (s) policial (is) que não concorda (m) com a ação, mas assim se comporta (m) porque o agressor (es) é (são) superior (es) hierárquico (s) ou amigo (s); 2) o corporativismo; 3) a obtenção de favores dentro da estrutura organizacional em troca do silêncio; 4) o medo pela denúncia de um colega (s); entre algumas possibilidades.

A perspectiva de que os policiais conseguem diferenciar as boas das más práticas foi defendida por Chan, Devery e Doran (2003), resta saber por que alguns não são capazes de resistir às pressões dos pares em caso de disfunção (ilegalismos).

No Brasil, o quadrilátero dos ilegalismos ganha uma nova roupagem pós-manifestações de junho de 2013. A teoria de Jobard é um referencial europeu e como tal deve ser vista restritivamente quando se tratar de atuação policial que foge às situações do cotidiano policial. As manifestações que eclodiram por todo o território brasileiro e apresentaram várias bandeiras de reivindicações com um espectro fragmentário e difuso e ao mesmo tempo sincronizado, aclamado e convocado pelas redes sociais, tiveram como um dos fatos de origem atos de ilegalismos policiais realizados em praça pública contra vítimas que apresentavam pureza penal. As testemunhas tinham credibilidade e houve ampla visibilidade e divulgação pela imprensa. A tensão foi deslocada dos espaços sociais considerados invisíveis e periféricos para a praça pública, convertida em violência em ato: pública, aberta e visível.

A observância da natureza da ocorrência, a eventualidade das testemunhas confiáveis e o tamanho da infração suscetível de cometer no caso das manifestações brasileiras deveriam indicar outro tipo de conduta policial. As circunstâncias que envolveram os eventos ao invés de limitar a amplitude do que se podia fazer e vincular a ação policial à natureza do meio tiveram um efeito contrário, o que demonstra o traço de brutalidade, de autoritarismo e de machismo da polícia brasileira que, associado à influência cultural de resolução dos conflitos através da violência, conduziram à prática dissociada dos valores e do compromisso ético fundados na educação policial formal.

Segundo Lahire (2002, p. 41-42) o ator plural não é necessariamente um agente duplo por incorporar diferentes esquemas de ação, mas pode ser conduzido a conflitos limitados em razão de vivenciar diversos contextos sociais. Esses conflitos seriam mais da ordem de hábitos ou de esquemas de ação do que psíquicos ou internos.

A dita homogeneidade da socialização ofertada nas organizações policiais militares visa tornar previsíveis as reações dos agentes frente às novas situações, pois estes agentes não homogêneos precisam concordar entre si.

O dilema que resta é: a socialização policial conduz ou não aos ilegalismos?

Diríamos que formalmente não. Mas a carga informal, dependendo dos espaços, das pessoas que participam e das circunstâncias em que se materializa pode resultar em ações futuras que dependendo do contexto se convertem em atos de ilegalismos. Assim afirmamos porque pode ocorrer com os agentes de segurança pública aquilo que Lahire (2002, p. 42) denominou de “desclassificação pelo alto” pela diferença de valores entre o ambiente civil e o ambiente castrense em razão de incorporação de diferentes disposições que resulta em conflitos internos tendentes a organizar a existência desses agentes. Isso pode conduzir, dependendo do agente, inclusive, a problemas psíquicos e mentais.

Lembramos que para Lahire (2002, p. 60) a ativação dos esquemas de ação depende de: 1) microssituação social; 2) domínios de práticas; 3) universo social, e 4) momento do ciclo de vida, o que nos conduz ao tipo de policiais que compõe o grupamento envolvido nos atos de ilegalismos.

O discurso de homogeneidade policial deve ser recusado, pois os sujeitos são particulares em suas disposições incorporadas e mesmo em suas compreensões da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas as possibilidades teóricas e realizados os trabalhos de campo, passemos doravante às nossas considerações sobre os resultados de todo o percurso percorrido nesta tese, cujo tema é **‘a socialização dos agentes de segurança pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito’**.

A centralidade da pesquisa se deu nas formas de socialização observadas nas organizações policiais estaduais brasileiras de estatuto militar com base teórica nos precursores estudos de Dominique Monjardet (1992, 1993, 1996, 1999 e 2003) e nas “Teoria Sociológica da Polícia” de Fabien Jobard (2011 e 2012) e “Teoria do Homem Plural” de Bernard Lahire (2002). A concentração dos estudos visou compreender a tensão entre os atos de reconhecimento e os atos de desrespeitos vividos nessa socialização secundária.

Os sujeitos de pesquisa são policiais militares integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT), cujos discursos foram coletados no transcurso do ano de 2012 através de entrevistas em profundidade e grupos focais, complementadas por observação sistemática e relatos informais (2011, 2012 e 2013) obtidos em trabalho de campo.

A questão guia foi: **como o processo de socialização materializado nas organizações de Segurança Pública interfere na tensão entre os desrespeitos e reconhecimentos inerente aos sujeitos submetidos a esse processo?**

Secundariamente, buscamos compreender como se dá o confronto entre os saberes produzidos nos órgãos de formação e os saberes práticos do cotidiano policial e

quais os conflitos entre os desrespeitos e reconhecimento que se produzem no interior ou fora das organizações durante a vivência organizacional dos policiais militares e seus reflexos nas esferas da família, do direito e do Estado.

Essa socialização secundária realizada nas organizações de segurança pública, para efeito desta tese, foi compreendida nas seguintes fases: 1) antes do ingresso na organização; 2) início e fim da formação inicial; 3) titularização; 4) banalização; e 5) cristalização.

A socialização policial tem seu início formal marcado pelos cursos de formação realizados nas academias e centro de formações de policiais militares, mas esse processo é precedido de contato com a segurança pública que reflete paradoxos e indeterminações contingenciais, ligadas a um quadro social e de um contato com familiares e grupos de referências que resultam em uma visão dicotomizada positiva / negativa sobre a polícia. Visão esta que transferida para o sujeito que ingressa na organização policial resulta em dilemas e pode interferir em como o sujeito se liga à polícia e à sociedade.

A escolha e a motivação para o ingresso na polícia pode se dar por vocação ou acaso (MALOCHET, 2011) ou, em outra perspectiva, por realismo, aventura, missão ou rigor (PRUVOST e ROHARIK, 2011). Foram destacados os seguintes motivos dos discursos coletados: 1) influência da família (herança militar); 2) influência dos grupos de referência; 3) influência de filmes e séries policiais; 4) vocação (opção própria); 5) aventura; 6) estabilidade funcional; 7) fatores econômicos; 8) falta de outra opção no mercado de trabalho.

Iniciada a formação policial militar, a organização emprega estratégias para marcar a socialização do sujeito, como indicação de identificação funcional (“nome de guerra”) que muitas vezes difere do nome de batismo (“nome civil”); o regime de internato; o contínuo de rituais militares com cerimônias e exercícios que funcionam como rituais de passagem; a marcação temporal; a determinação espacial; a padronização de gestos e posturas; visando cristalizar a chamada “honra militar”, marcada pelo sacrifício e pela bravura, resultando em biografias muito específicas.

Formalmente, a execução dessa socialização tem seu foco na pragmática e na disciplina de um saber ilustrado, cujo projeto ético político não atende às

recomendações da SENASP e se vincula às nuances políticas que interferem no tempo de formação e nas disciplinas recomendadas, fechando-se na falsa ideia de uma homogeneidade instrumental que coloniza a personalidade do sujeito.

A ligação com a organização é reforçada pela apropriação do tempo do sujeito que passa a viver pela polícia em razão das escalas extras, punições disciplinares e deveres do curso, fechando-se numa redoma espacial e temporal com a finalidade de evitar interferências do mundo da *polis* nessa socialização. As redes informais possuem conjunto específico de saberes não ditados pelo plano formal que têm como objetivo converter os sujeitos para a cultura própria da organização. O resultado é a construção de significações opressoras e redutoras que resignificam os sujeitos.

A titularização é marcada por ritual de passagem em cerimônia militar onde os novos recrutas e oficiais são apresentados à sociedade. Após, são cumpridos os protocolos de recursos humanos e de pessoal com a designação do local onde esses novos policiais irão trabalhar. É uma fase que carrega a tensão entre a realização (conquista) e a frustração (perda) devidas ao fato de o novo policial ser ou não designado para servir no local ou posto almejado ou reputado.

Na fase denominada de banalização, os saberes e disposições produzidos na formação são confrontados com a prática cotidiana. Os “veteranos” desqualificam a dimensão teórica e o discurso de que a verdadeira polícia pode agora ser conhecida ganha força pela vivência prática. A analogia prepondera nas ações e novas disposições são incorporadas.

A cristalização marca determinadas competências, atitudes e disposições compatíveis com os outros membros da organização, refletida naquilo que conhecemos como cultura comum. A honra militar, fundada nos valores do sacrifício e da bravura, cristaliza-se e sustenta os princípios da hierarquia e da disciplina marcando a diferença entre a caserna e a *polis*, uma vez que na primeira a honra se dá por determinação ou definição pelo status e, na segunda, tem-se uma tendência de universalização de direitos vinculados à dignidade humana em substituição ao princípio da honra. Ou seja, após a ultrapassagem das provas e ritos pelo agente e sua imersão no mundo castrense a referência, comumente, passa a ser esse espaço particular com regras próprias e valores

distintos do mundo civil; a honra, pautada na hierarquia e disciplina, suplanta o princípio da dignidade.

Alguns pontos observados no transcurso de todas essas etapas merecem destaque a começar pela tensão entre os atos de desrespeitos e os atos de reconhecimento nas esferas da família, do direito e do Estado.

Na esfera familiar encontramos uma perspectiva dicotomizada, havendo famílias que possuem uma visão positiva e outras que possuem visão negativa sobre a atividade policial e sobre a polícia. O fato de o policial possuir parentes na organização influencia positivamente, tanto antes de seu ingresso como posteriormente. A visão negativa sofre forte influência da mídia e do imaginário social. O ingresso de parente na polícia desencadeia nas famílias que possuem visão negativa da organização um processo de aceitação que contém o respeito e a valorização da ocupação policial. Há uma desconexão entre a visão que a família tem da organização e a visão que se tem do policial. Normalmente a visão que se tem do parente policial é positiva, o que nem sempre acontece com a visão a respeito da organização. A família tem forte influência nas escolhas ocupacionais dos sujeitos entrevistados e os discursos a respeito daquela foram marcados por aspectos positivos, o que reforça a ideia de que o ambiente familiar influencia no ambiente ocupacional e serve de anteparo quando o sujeito enfrenta condições de desrespeitos intraorganização.

Na esfera do direito, a extensão de direitos constitucionais como férias, licença maternidade, ampla defesa, contraditório, etc., é vista positivamente e como reconhecimento ao sujeito. No entanto, o descumprimento de determinações normativas que preveem o preparo e a formação com adequados recursos materiais e humanos; a falta de assistência psicológica; a falta de efetivo; a falta de plano de carreira definida; a jurisdicionalização dos conflitos administrativos; a política salarial; a política de moradia para os policiais; a inversão do ônus da prova nos procedimentos administrativos; o uso instrumental do direito pelo escalão superior para mitigação de direitos (regulamento disciplinar); a discriminação; o preconceito e o machismo; são algumas das possibilidades discursivas dos sujeitos de pesquisa que indicam desrespeitos no plano jurídico.

O Estado foi relatado discursivamente em três planos, sendo: 1) função policial; 2) sociedade; e 3) organização policial.

A função policial foi relatada positivamente em três planos decorrentes: a) das questões macros do Estado que ligam a polícia à responsabilidade pelo Estado Democrático de Direito; b) das políticas sobre as questões ocupacionais e de direitos; e c) das reivindicações e busca pelos direitos. Os relatos negativos versaram sobre: a) questões macros do Estado (ausência de políticas sociais e de combate à corrupção, resistência às mudanças sociais, etc.); b) o nível organizacional (machismo, militarismo, rigor excessivo, sectarismo organizacional, ausência de planejamento, etc.); c) políticas elaboradas (falta de profissionalismo, ausência de política efetiva de promoção de Direitos Humanos aos policiais, etc.); e d) reivindicações (efetivo, acompanhamento psicológico, etc.).

Com relação à sociedade os pontos positivos se referiram à empatia sociedade / polícia; a confiança e a gratidão da sociedade; e o reconhecimento das ações policiais pela sociedade. Os pontos negativos se referiram ao desrespeito à organização policial; o preconceito contra a polícia; as hostilidades dos moradores; a discriminação contra o policial e a mulher policial; e a incompreensão das deficiências estruturais e materiais da polícia.

A organização policial como terceiro corte indicou como os sujeitos de pesquisa se relacionam no ambiente ocupacional com a chefia, seus pares e subordinados destacando-se positivamente o sentimento de nobreza; a honra e a humildade; o corporativismo; a estima ocupacional; etc. Negativamente temos a alta frustração; a ausência de condições materiais e estruturais para o exercício da atividade de polícia; a falta ou o mau planejamento; o distanciamento das relações; as perseguições pela chefia; as intrigas advindas das lutas por espaço e ascensão funcional; o sentimento de menosprezo; etc.

Assim, temos que nas esferas da família, do direito e do Estado os discursos variaram nos seguintes percentuais: a família teve 70% dos discursos marcados positivamente; as questões de direito tiveram 70% dos discursos marcados negativamente; e o Estado teve 60% dos discursos de maneira negativa. Tais percentuais demonstram que o equilíbrio na tensão entre os atos de desrespeitos e os

atos de reconhecimento vivenciados pelos sujeitos de pesquisa se acosta, sobretudo em sua relação com a família, o que indica a influência de outro espaço de convivência que produz outras disposições que podem ser diversas daquelas “forjadas” no ambiente policial.

Entretanto, esses percentuais se alteraram conforme a região dos sujeitos de pesquisa. O Rio Grande do Sul foi o Estado onde os sujeitos apresentaram os discursos mais positivos, marcando o reconhecimento nas três esferas (família, direito, Estado), em que pese ter um apontamento negativo nas esferas do direito e do Estado levemente superior ao Rio de Janeiro. Mato Grosso apresentou, de maneira geral, os discursos mais negativos, com exceção na esfera familiar onde o Rio de Janeiro apresentou o percentual mais negativo. No Rio de Janeiro os sujeitos apresentaram os discursos mais negativos no plano familiar e no que diz respeito à aceitação e apoio ao exercício da ocupação policial, o que pode refletir o prestígio da polícia militar fluminense perante a sociedade do Rio.

Podemos afirmar que os agentes de segurança pública estão sujeitos ao fenômeno da violência (desrespeito) no duplo distribuir/sofrer, pois, como integrantes de organizações formadoras do ciclo de segurança e defesa social, podem fazer o uso legítimo da força que tem a possibilidade de se converter em violência contra o Outro, não se descartando o fato de esses mesmos sujeitos poderem, também, sofrer violências, tanto no âmbito da organização como na relação com a sociedade, como provado por Moraes Jr. (2013, p. 100-170).

Desse percurso, inferimos que as atividades policiais de Segurança Pública, formada e resultada das organizações e agentes, sofrem interferências do arranjo organizacional, das vinculações entre os níveis de governo e sua relação entre os Poderes constituídos, da política, da educação policial, da cultural organizacional, do saber prático e das redes de sociabilidade, entre algumas possibilidades, nas quais ainda incluímos a socialização nos órgãos de formação e no exercício da ocupação policial que não se materializa de maneira linear.

A socialização organizacional não consiste somente na transmissão de valores, pois é marcada pelas experiências que o sujeito vivencia, o que dita sua capacidade de adaptação ao meio e sua capacidade individual. A interiorização das normas e dos

modelos é estruturada pela integração, pela estratégia e pela subjetividade do sujeito, em um processo tenso e contraditório. O princípio de socialização domina o de subjetivação. O processo de conversão e absorção do sujeito pela organização é trabalhado com ênfase na honra militar e nos princípios da disciplina e da hierarquia, cristalizando e normalizando as práticas institucionais. A relação é ambivalente, pois se emprega instrumentos e discursos militares para se exigir a prática e dedicação de uma atividade na *civitas*. A tensão e a contradição marcam essa socialização organizacional – que além de transmitir valores tenta adaptar esses sujeitos ao meio organizacional, focando, inclusive, na capacidade de cada um – uma vez que as normas e modelos apresentados nem sempre coincidem com os adquiridos pelos agentes de segurança pública no plano informal e em suas socializações primárias.

Ou seja, o processo de socialização materializado no período de formação e no exercício ocupacional dos agentes de Segurança Pública é marcado por ritos, ilegalismos e excessivo controle disciplinar que visam à formatação dos sujeitos às regras da caserna e à Razão de Estado pela ressignificação do seu “Eu”, através de desrespeitos cujo objetivo é evitar a alteração desse *status quo*. Os agentes permanecem nas organizações devido à compensação desses desrespeitos por atos entendidos como de reconhecimento e que são decorrentes dos vínculos pessoais familiares e das relações estabelecidas internamente na organização ou mesmo socialmente no exercício da ocupação e até mesmo dependência financeira. Há uma lógica de conformação do indivíduo à organização, quando a realidade da dinâmica social indica que a organização policial é que deve se conformar a novos valores, visando à consolidação da transição paradigmática que se processa nesse campo.

Ainda, os saberes práticos do cotidiano policial suplantam os saberes produzidos nos órgãos de formação e qualificação, deslegitimando os próprios professores/ instrutores militares vistos como não sabedores da cultura de rua (pragmática policial).

Logo, as hipóteses inicialmente apresentadas se restaram comprovadas, mesmo que somente no recorte temporal e espacial desta tese, uma vez que se quedaram todas as tentativas de seu falseamento.

O resultado foi a reconsideração da Teoria da Polícia de Fabien Jobard (2011 e 2012) onde acrescentamos como requisito necessário para materialização dos ilegalismos policiais, além dos vértices do quadrilátero: 1) pureza penal da vítima; 2) tamanho ou repercussão da infração; 3) certificado material ou testemunhal; 4) circunstâncias da infração; as disposições que o sujeito incorpora ao longo de sua existência, sem esquecermos que no caso brasileiro das manifestações de junho de 2013 essa teoria não é aplicada.

Várias sugestões foram coletadas dos sujeitos de pesquisa para alteração dos quadros vistos como desrespeitosos, incluindo aspectos que variavam desde os aspectos sociais até os estruturais e conjunturais do Estado. Resolvemos destacar algumas sugestões que foram mais ligadas à socialização organizacional, como:

1) No plano educacional, as propostas seguem uma linha que já foi apresentada por MacNamara (1967) e que se refere à fundação de uma “nova escola de polícia”, onde de fato os saberes práticos sejam conciliados com a teoria e maior carga horária destinada para os estágios (meios de aprendizagem mais realistas e concretos). Ainda, diminuir a carga militarista e profissionalizar a área de ensino, melhorando a qualidade dos instrutores. Não descartamos a possibilidade de uma escola nacional para qualificação e aperfeiçoamento dos policiais.

2) Criação de zonas de debates possíveis, estabelecendo uma relação de confiança, onde prepondere a igualdade, de preferência com a figura do “tutor” para acompanhamento dos estágios dos novos recrutas e oficiais, amenizando o impacto ocasionado pelo confronto entre os saberes aprendidos nas escolas de formação e a prática policial.

3) Diminuição da politização das relações intraorganização com aprovação de Lei Orgânica Nacional, traçando a “espinha dorsal” de funcionamento das organizações policiais estaduais com definição de forma e requisitos de inclusão; determinação das bases da carreira e ascensão funcional; previsão de direitos, garantias e prerrogativas, deixando para os Estados a definição das questões mais particulares.

4) Política de reforço da visibilidade da ação policial, principalmente as de proximidade, e da comunicação entre a polícia e a população (canais de participação que possam se converter em controle social).

5) Política organizacional que reconheça a singularidade dos policiais, organize a reciprocidade e pense a comunidade, estabelecendo laços de confiança no duplo conhecimento / compreensão, visando combater o machismo, o preconceito, a discriminação e o racismo contra as minorias intraorganização e no trato com a sociedade.

6) Abertura e controle da polícia por órgãos externos.

Talvez, reste a sensação de incompletude do trabalho, mas esse sentimento é inerente à própria condição da humanidade, somos seres incompletos, sempre em busca de respostas. A complexidade das relações e do próprio homem traz consigo as interrogações e a possibilidade de uma solução em espiral que não se encerra em si mesmo e sempre nos conduz a outras interrogações.

Por derradeiro, reafirmamos que a compreensão das organizações policiais é um auxílio para a compreensão da Segurança Pública e, até mesmo, do Estado brasileiro; diríamos que é um caminho para compreensão da própria sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO DA SILVA, José. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 9ª Edição. 3ª Tiragem. São Paulo: Malheiros, 1993.
- ALAIN, Marc e PRUVOST, Geneviève. *Police: une socialisation professionnelle par étapes*. In: ALAIN, Marc e PRUVOST, Geneviève (ed.). *Déviance et société*. Vol. 35, nº 3. Paris: Georg Éditeur, 2011, pp. 267-280.
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de & MACHADO, Eduardo Paes. *Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar*. In: *Sociologias*, ano 3, nº 5. Porto Alegre: UFRGS, jan/jun 2001, p. 214-237.
- ÁVILA, Paulo de Faria. *Indicadores de desempenho nas ações de polícia preventiva*. Cuiabá: Editora Individual, 2003.
- BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. 29 ed. São Paulo: Globo, 1997.
- BARREIRA, César. *Cotidiano Despedaçado. Cenas de uma violência difusa*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.
- _____. *Violências e Conflitos Sociais. Trajetórias de Pesquisa*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2010.
- BASTOS, Celso. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERIAIN, Josetxo (Comp.). *Las consecuencias perversas de la modernidad: modernidad, contingencia y riesgo*. Traducción de Celso Sánchez Capdequí. Barcelona: Anthmpos, 1996, p. 7-29.
- BITTNER E., 2001, Florence Nightingale à la poursuite de Willie Sutton, *Déviance et Société*, 25, 3, 285-306 (trad. de l'article paru en 1974, in Jacob (dir.), 1974, *The Potential for Reform of Criminal Justice*).
- _____. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Les sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. *Sur l'État. Cours au Collège de France. 1989-92*. Paris: Seuil, 2012.
- BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Disponível em < www.planalto.gov.br > Acessado em 03 de janeiro de 2013.
- _____. *Código Penal Militar*. Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em < www.planalto.gov.br > Acessado em 03 de janeiro de 2013.

- BRASIL, Glauécira Mota. *O novo diálogo: academias de polícia e universidades*. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente e TEIXEIRA, Alex Niche. *Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 205-223.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. *Tempo Social*, vol. 9, nº 1. São Paulo: Edusp, 1997, p. 79-94.
- BRETAS, Marcos Luiz & PONCIONI, Paula. *A cultura policial e o policial civil carioca*. In CARVALHO, José Murilo de Carvalho; CARNEIRO, Leandro Piquet & GRZYNSZPAN, Mario (orgs). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 149-163.
- BRODEUR J.-P., (ed.), 1983, *High and Low Policing. Remarks on the Policing of Political Activities*, *Social Problems*, 30, 5, 507-520 (repris et révisé in La police politique. La haute police, in *Les visages de la police. Pratiques et perceptions*, Montréal, Presses universitaires de Montréal, 2003, 225-254).
- _____. (dir.), 2005, *La police en pièces détachées*, *Criminologie*, 38, 2, 3-172.
- _____. 2008, *Que dire maintenant de la police ?*, in Monjardet D., Chauvenet A., Ocqueteau F., (dir.), *Notes inédites sur les choses policières (1999-2006)*, Paris, La Découverte, 255-268.
- _____. 2008, *Haute et basse police après le 11 septembre*, *Criminologie*, 41, 1, 133-151 (repris in Jean-Paul Brodeur d’hier à aujourd’hui, numéro spécial de *Criminologie*, 44, 1, 2011, p. 225-245, présentation F. Ocqueteau).
- _____. 2011, *The Policing Web*, Oxford, Oxford University Press.
- BURKE, Peter. *Violência Urbana e Civilização*. In: Oliveira, Nilson Vieira (org.). *Insegurança Pública. Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 32-50.
- CAHEN-SALVADOR, E.G. *La situation matérielle et morale des fonctionnaires. Revue politique et parlementaire*. Paris: [s.ed.]. 1926.
- CARDIA, Nancy. *Conservadores ou liberais?* In: *Le Monde Diplomatique – Brasil*. Ano 6. Número 63. Outubro 2012. São Paulo: Palavra Livre, 2012, p. 27.
- CASSAN, Damien. *Une ethnographie de l’intégration professionnelle du gardien de la paix et du police constable*. In: ALAIN, Marc e PRUVOST, Geneviève (ed.). *Déviance et société*. Vol. 35, nº 3. Paris: Georg Éditeur, 2011, p. 361-383.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CEPIK, Marco. *Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização*. Tese de doutorado defendida e aprovada junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ em 2001. A pesquisa

que deu origem ao trabalho mencionado foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 1, 2003, pp. 75 a 127.

CHAN, J.B.L.; DEVERY C.; DORAN,S. *Fair cop: Learning the art of policing*. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

CICOUREL, Aaron. *Teoria e método em pesquisa de campo*. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975. p. 87-121.

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*. Coleção Sociologia. 7ª edição. 5ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, Naldson Ramos da. *Modelo operacional, violência policial e democracia*. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche & RUSSO, Maurício. *Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p. 252-269.

DANTAS, George Felipe, *et al.* *A análise criminal como instrumento de gestão integrada da Segurança Pública*. Apostila apresentada no curso de Especialização com Ênfase em Inteligência de Segurança Pública. Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis. S.ed. 2006.

DEBARBIEUX, Eric. *La violence em milieu scolaire*. 2. Le désordre des choses. Paris: ESF, 1999.

DUBAR, Claude. *La Socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. 4e edition revue. Paris: Armand Colin, 2013.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa. O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *O suicídio*. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Montesquieu e Rosseau: Pioneiros da Sociologia*. Tradução Júlia Vidili. São Paulo: Madras, 2008.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ERICSON, R.V. *Reproducing order: A study of police patrolwork*. Toronto: University of Toronto Press, 1982.

ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973.

FASSIN D. *La force de l'ordre. Une anthropologie de la police des quartiers*. Paris: Seuil, 2011.

- FAVRE P. *Quand la police fabrique l'ordre social. Un en-deçà des politiques publiques de la police ?* *Revue française de science politique*, 59, 6, 2010, pp. 1231-1250.
- FIELDING, N. G. *Joining forces: Police training, socialization, and occupational competence*. London: Routledge, Chapman & Hall, Inc., 1988.
- FLEURY, Sonia. *Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta*. In: *Sociologias*, ano 14, nº 30, mai/ago 2012. Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2012, pp. 194/222.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 6. São Paulo: FBSP, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes. 2005. 262 p.
- _____. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCISCO DE SOUZA, Luís Antônio. *A militarização da segurança*. In: *Le Monde Diplomatique – Brasil*. Ano 5. Número 56. Março 2012. Curitiba: Posigraf, 2012, p. 08-09.
- FREIDSON, Eliot. *Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso de do conhecimento formais*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 31, ano 11, jun. 1996, pp.141-154.
- _____. *O Renascimento do Profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.
- FREIRE COSTA, Ivone. *Polícia e Sociedade*. Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social. Salvador: Editora da UFBA, 2005.
- FREIXO, Marcelo. *Por detrás da revolta fardada*. In: *Le Monde Diplomatique – Brasil*. Ano 5. Número 56. Março 2012. Curitiba: Posigraf, 2012, p. 16-17.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidad y autoidentidad*. In: BERIAIN, Josetxo (Comp.). *Las consecuencias perversas de la modernidad: modernidad, contingencia y riesgo*. Traducción de Celso Sánchez Capdequí. Barcelona: Anthmpos, 1996, p. 33-71.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Brasil, Jorge Zahar Editor, 1980.
- _____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

- HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris-La Haye: Mouton, 1976.
- HASSNER, Pierre. *La violence et la paix. De la bombe atomique au nettoyage éthinique*. Paris: Éd. Esprit, 1995.
- HONNETH, Axel. *Sufrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rúrion Soares Melo. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007a.
- _____. *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz, 2007b.
- _____. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- _____. *Crítica del poder. Fases em la reflexión de una Teoría Crítica de la sociedad*. Madrid: Mínimo Tránsito, 2009.
- HOPKINS, Terence K. Autoridade Burocrática: A convergência de Weber e Barnard. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 90-105.
- HUGHES, E. C. *Le regard sociologique*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.
- JANOWITZ, Morris. *Hierarquia e Autoridade no Estabelecimento Militar*. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 198-211.
- JOBARD, Fabien. (2011), *Police: Usage de la force*. Disponível (on-line) em: <http://hal.inria.fr/docs/00/54/17/43/PDF/Jobard_Police_-_Force.pdf>
- _____. (2012), *Propositions sur la théorie de la Police*. Champ Pénal, Nouvelle revue internationale de criminologie. Vol. 9. Disponível (on-line) em: <<http://champpenal.revues.org/8298>>
- _____. [e] LÉVY, René. (2009), *Police et minorités visibles: Les contrôles d'identités à Paris*. Disponível (on-line) em: <<http://www.cnrs.fr/inshs/recherche/docs-actualites/rapport-facies.pdf>>
- KERBER, Aline de Oliveira e PAZINATO, Eduardo. *Muitas cabeças muitas sentenças*. Curitiba: Multideia, 2013.
- KLOCKARS C.B., 1985, *The Idea of Police*, California, Sage Publications Beverly Hills.
- LAHIRE, Bernard. *Homem plural: determinantes da ação*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2002.
- LEAL, Gabriel Rodrigues. *Currículo Cultural: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde*. Dissertação de Mestrado em Educação. Cuiabá: UFMT, 2011.

- LEITE, Márcia Pereira. *Preconceito racial e racismo institucional no Brasil*. In: Le Monde Diplomatique – Brasil. Ano 5. Número 60. Julho 2012. Curitiba: Posigraf, 2012, pp. 24-25.
- LESLIE, Gerald R.; LARSON, Richard F.; GROMAN, Benjamin L. *Order and Change*. New York: Oxford University Press, 1973.
- MACNAMARA, J. H. *Uncertainties in Police Work: Recruits' Backgrounds and Training*. Indianapolis: Éditions John Wiley & Sons inc., 1967.
- MALOCHET, Virginie. *La socialization professionnelle des polices municipales en France*. In: ALAIN, Marc e PRUVOST, Geneviève (ed.). *Déviance et société*. Vol. 35, n° 3. Paris: Georg Éditeur, 2011, p. 415-438.
- MANCUSO, Amanda Pinheiro. *A profissão militar: uma revisão de conceitos*. GT 12: Ocupação e profissões. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte: [s. Ed.], 2005.
- MANNING P.K., 1977, Rules, Colleagues, and Situationally Justified Actions, in Manning P.K., Van Maanen J. (Eds), *Policing. A View from the Street*, New York, Random House, 71-88.
- _____. 2003, *Policing Contingencies*, Chicago, University of Chicago Press.
- _____. 2010, *Democratic policing in a changing world*, Boulder, Paradigm Publishers.
- MARCH, James G.; SIMON, Herbert A. *A Teoria do Equilíbrio da Organização*. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 70-79.
- MARIANO, Benedito Domingos; FREITAS, Isabel (org.). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Coleção Estado e Sociedade. Porto Alegre: Editora CORAG, 2002.
- MARTINS, Joel. *Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis*. Organização do texto Vitória Helena Cunha Espósito. São Paulo: Cortez, 1992.
- MAYR, Eduardo. *Os malfadados "Artigos de Guerra"*. *Revista Direito Militar*, n. 50, Florianópolis: AMAJME, 2004, p.33.
- MEAD, George Herbert. *L'esprit, le soi et la société*. Paris: Puf, 1963.
- MENKE, Ben A.; WHITE, Mervin F.; CAREY, William L. *Profissionalização da Polícia: Em Busca de Excelência ou de Poder Político?* In: GREENE, Jack R. (org.). *Administração do Trabalho Policial. Questões e Análises*. São Paulo: Edusp, 2002.
- MERTON, Robert K. *Estrutura Burocrática e Personalidade*. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 57-69.
- MISSE, Michel. *Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno*. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente e TEIXEIRA, Alex Niche. *Conflitos Sociais e perspectivas da paz*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 25-42.

- MONJARDET, D. *Ce que fait la Police*. Paris: La Découverte, 1996.
- _____. *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. 1 ed reimpressa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MONJARDET, D.; GORGEON, C. *La socialisation professionnelle: 1 167 recrues – Description de la 121e promotion des élèves-gardiens de la paix de la Police nationale*. Paris: IHESI, 1992.
- _____. *La socialisation professionnelle des policiers. Étude longitudinal de la 121e promotion des élèves gardiens de la paix – La formation initiale. Tome I*. Paris: IHESI, 1993.
- _____. *La socialisation professionnelle des policiers. Étude longitudinal de la 121e promotion des élèves gardiens de la paix – La titularisation. Tome II*. Paris: IHESI, 1996.
- _____. *La socialisation professionnelle des policiers. Étude longitudinal de la 121e promotion des élèves gardiens de la paix – La banalisation. Tome III*. Paris: IHESI, 1999.
- _____. *La socialisation professionnelle des policiers. Étude longitudinal de la 121e promotion des élèves gardiens de la paix – La cristallisation. Tome IV*. Paris: IHESI, 2003.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MORAES JR, Martim Cabeleira. *A violência das (e contra as) polícias do Estado do Rio Grande do Sul*. In: SPANIOL, Marlene Inês. *Questões Sociais e Jurídicas da Atividade Policial*. Porto Alegre: Spazio Itália, 2013, p. 100-171.
- MOREAU DE BELLAING, C. *De l'obligation à la ressource. L'apprentissage différencié du droit à l'école de police*. *Déviance et société*. Vol. 34, n° 3. Paris: Georg Éditeur, 2010, p. 325-346.
- NAPOLI, Paolo. *Naissance de La policia*. Paris: La Découverte, 2003.
- NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. *A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia?* In: *Sociologias*, ano 12, n° 23, jan./abr. Porto Alegre: UFRGS.IFCH, 2010, p. 74-141.
- NUNES, José Francisco & SOUZA, Delma P. Oliveira. *No risco do ofício: reflexões sobre a saúde do trabalhador policial militar*. Artigo não publicado. Cuiabá: Nievci/UFMT, [s.d.].
- PARSONS, Talcott. *Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização*. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 43-57.
- PASSOS, Luiz Augusto. *Prefácio*. In: RONDON FILHO, E.B. *Fenomenologia da Educação Jurídica na Formação Policial-Militar*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 11-18.

- PEQUENO, Marconi. *Ética e violência: reflexões sobre a natureza do mal*. Disponível em < http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/textos/pequeno_etica.html > Acessado em 07 de janeiro de 2013.
- PETERS, Edward. *História da Tortura*. Lisboa: Teorema, 1985.
- PINHEIRO DA SILVA, Carlos Eduardo. *Poder disciplinar castrense: legalidade, eficiência e efeitos do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso*. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública na Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis (FAECC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá: UFMT, 2006.
- POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. *Manual básico de policiamento ostensivo*. s.l.: CSM/Int., [s.d.]
- PONCIONI, Paula. *O modelo profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro*. In Revista Sociedade e Estado, v. 20, n. 3. Brasília: UnB, 2005, p. 585-610.
- PORTO, Maria Stela Grossi. *Análise weberiana da violência*. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde Loiola de (orgs.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília : São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 311-329.
- PRUVOST, Geneviève e ROHARIK, Ionela. *Comment devient-on policier? 1982-2003 Évolutions sociodémographiques et motivations plurielles*. In: ALAIN, Marc e PRUVOST, Geneviève (ed.). *Déviance et société*. Vol. 35, n° 3. Paris: Georg Éditeur, 2011, p. 281-312.
- REINER R., 1992, *The Politics of the Police*, Toronto, Toronto University Press, 2d ed.
- REISS A.J., BORDUA D.J., 1967, *Environment and Organization. A Perspective on the Police*, in Bordua D.J. (Ed.), *The Police. Six Sociological Essays*, New York, John Wiley & Sons, 25-54.
- RONDON FILHO, E. B. *Fenomenologia da Educação Jurídica na Formação Policial-Militar*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- _____. *Polícia e minorias: Estigmatização, desvio e discriminação*. In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol 6. n° 2. Abr-mai-jun. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 269-293.
- RUDNICK, Dani. *A polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito*. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche & RUSSO, Maurício. *Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p. 197-212.
- RUSSO, Mauricio Bastos. *Violência Policial Militar em Porto Alegre no início do século XXI*. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex

- Niche & RUSSO, Maurício. *Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p. 316-328.
- SAIN, Marcelo Fabián. *Seguridad, democracia y reforma del sistema policial en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. *El Leviatã Azul: Policía y política en la Argentina*. 1a ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- SANDEL, Michael J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SANSONE, Livio. *Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. In: Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº 3. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2002, p. 513-532.
- SAPORI, Luis Flávio. *Segurança Pública no Brasil*. Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SAUL, Ana Maria. *Currículo*. in STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 120-121.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade*. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde Loiola de (orgs.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília : São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 55-109.
- SCHMITT C., 1932, *Der Begriff des Politischen*, Berlin, Duncker & Humblot (trad. angl. : *The Concept of the Political*, transl. G. Schwab, Chicago, Chicago University Press, 2007).
- _____. 1934, *Politische Theologie. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*, Berlin, Duncker & Humblot (trad. gb : *Political Theology. Four Chapters on the Concept of Sovereignty*, transl. G. Schwab, Cambridge, MIT Press).
- SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. *O uso do método comparativo nas Ciências Sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP). *Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública*. Brasília: [S.ed.], 2008.
- SELZNICK, Philip. *Fundamentos da Teoria de Organização*. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 30-43.

- SILVA, Jorge da. *Segurança Pública e Polícia*. Criminologia Crítica Aplicada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.
- SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. *The uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry*. Comparative Studies in Society and History, Vol. 22, nº 2 (Apr., 1980), p. 174-197. Disponível em <
<http://links.jstor.org/sici?sici=0010-4175%28198004%2922%3A2%3C174%3ATUOCHI%3E2.0.CO%3B2-P>>
 Acessado em 20 de abril de 2012.
- SKOGAN W.G., FRYDL K., 2004, *Fairness and Effectiveness in Policing. The evidence*, Washington, The National Academies Press.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança Pública: Uma abordagem antropológica (repleta de valores e opiniões)*. In: Lima, Antônio Carlos de Souza (Coord.). Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 294-299.
- SOARES, Luiz Eduardo; ROLIM, Marcos & RAMOS, Silvia. *O que pensam os profissionais da segurança pública*. Distrito Federal: Ministério da Justiça – SENASP, 2009.
- SPANIOL, Marlene Inês. *Observatório de Segurança Pública de Canoas: Análise da sua implantação e resultados iniciais*. Porto Alegre: Spazio Itália, 2013.
- STRAUSS, A.L. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009 (Série Sociologia das Conflitualidades, 3).
- _____. *A Violência como Dispositivo de Excesso de Poder*. In: *Sociedade e Estado*. v.10, n.2. Brasília, 1996, p.281-298.
- _____. *Entrevista*. Por Renato Sergio de Lima. In: LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz. *As Ciências Sociais e os Pioneiros nos Estudos sobre Crime, Violência e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: FBSP, 2011, p. 176-191.
- THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro : Achiamé, 1983.
- TOURAINÉ, A. *Pour la sociologie*. Paris, Seuil, 1974. Em defesa da sociologia, Rio de Janeiro, Zahar, 1976. *Pela Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Apresentação* da Coleção Os Economistas. Max Weber. Textos Selecionados. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997, p. 5-15.
- TRINDADE, Arthur & PORTO, Maria Stela Grossi. *Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá*. In: Sociologias, ano 13, nº 27. Porto Alegre: UFRGS, mai/ago 2011, p. 342-381.

- VAN MAANEN, J. *Pledging the police: A study of selected aspects of recruit socialization in a large urban police department*. Unpublished doctoral dissertation. Irvine: University of California, 1972.
- _____. *Working the street: A developmental view of police behaviour*. In: JACOB H (ed.). *The potential for reform of criminal justice*. Beverley Hills: Sage Publications, 1974, p. 210-228.
- _____. *Observations on the making of policemen*. In: MANNING P. K., VAN MAANEN, J. (Eds.). *Policing: A view from the street*. Santa Monica: Goodyear Publishing Company, Inc., 1978, pp. 292-308.
- WADDINGTON, P.A.J. *Police (canteen) sub-culture: an appreciation*. In: NEWBURN, T. *Policing key readings*. Cullompton: Willan Publishing, 1994, pp. 364-386.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 2000, v. 1.
- _____. Os três aspectos da autoridade legítima. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 17-26.
- _____. *Textos selecionados. Traduções de* Maurício Tragtenberg, Waltensir Dutra,; Calógeras A. Pajuaba, M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. *Revisão de* Cássio Gomes (Parlamentarismo e Governo). Título original: *Parlament und regierung in Neuordneten Deutschland* (Cap. IV de *Parlament und Deutschland*); *The "Relations of the Rural community to Other Branches of Social Science"* (Congress of Arts and Science, Universal Exposition, St. Louis, 1904); *Wahrecht und Demokratie in Deutschland*. S. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1997
- WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997. São Paulo: EdUsp, 1997, p. 5-41.
- ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário de qualificação dos profissionais de segurança pública entrevistados e participantes dos Grupos Focais

PESQUISA

1 de 1

O processo de socialização na formação do profissional de segurança pública: desrespeito e reconhecimento.

UFRGS - IFCH
PPGS - GPVCData: / / Nº do questionário:

- Por favor, leia atentamente e responda todas as questões;
- Todas as informações obtidas com este questionário serão mantidas em **total sigilo**;
- **A única finalidade deste questionário é científica**: os dados coletados servirão para traçar um perfil das Polícias Militares em diferentes estados do País;
- **Em hipótese alguma** os responsáveis pela pesquisa repassarão esses dados para terceiros;
- **Você não deverá se identificar** em nenhum lugar do questionário.

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO**SEÇÃO 1 – CARACTERÍSTICAS PESSOAIS**

001 Posto / Graduação 1. Cabo ou Soldado 2. ST ou Sgt 3. Oficial Subalterno 4. Intermediário 5. Oficial Superior <input type="text"/> <input type="text"/>	002 Sexo 1. Masculino 2. Feminino <input type="text"/>	003 Idade <input type="text"/> <input type="text"/>	004 Cor Auto-declarada 1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena <input type="text"/>	005 Estado civil 1. Solteiro 2. Casado 3. Separado 4. Divorciado 5. Viúvo 6. Outro <input type="text"/>	006 Número de dependentes <input type="text"/> <input type="text"/>	007 Domicílio 1. Capital 2. Região metropolitana 3. Interior <input type="text"/>
008 Escolaridade 1. Médio completo 2. Superior incompleto 3. Superior completo 4. Pós-Graduação <input type="text"/>	009 Orientação religiosa 1. Evangélica pentecostal 2. Evangélica não-pentecostal 3. Umbanda 4. Espírita 5. Católica 6. Judaica 7. Outra 8. Não tenho religião <input type="text"/>	010 Com relação à sua vida na comunidade, você participa de: () Entidade de bairro () Associação de pais () Igreja () Outra (qual?) _____ _____ _____ () Nenhuma	011 Indique a língua estrangeira em que você tem conhecimento básico: () Inglês () Espanhol () Francês () Italiano () Outra () Nenhuma			
012 Local de trabalho: 1. Capital 2. Região metropolitana 3. Interior <input type="text"/>	013 Quantas horas por semana você trabalha como policial? <input type="text"/> <input type="text"/>	014 Em que ano entrou na Polícia Militar? <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>				

APÊNDICE B

Roteiro da entrevista em profundidade aplicada aos profissionais de segurança pública

ROTEIRO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Após a qualificação do questionário e para nos conhecermos um pouco melhor, gostaria que você falasse um pouco sobre você (aspectos sociais, projeções de futuro, porquê está na polícia, etc.).

GRUPO		PERGUNTA
1	1	Para você, o que é ser policial?
	2	Como você vê a polícia? E como você se vê na polícia?
	3	Como sua família vê a polícia? E como ela lhe vê na polícia?
	4	Você gosta de ser policial?
2	1	Como foi sua preparação para o exercício ocupacional nos órgãos de formação policial?
	2	O que poderia ser melhorado na formação ocupacional?
	3	Fale-me sobre o ambiente de trabalho
3	1	O que acha do regulamento disciplinar?
	2	Você tem nome de guerra? É diferente de seu nome civil? Se diferente como você se sente melhor reconhecido, pelo nome de guerra (institucional) ou se pelo nome civil (ou apelido)? O que muda para você nesses nomes?
	3	Você se sente reconhecido como pessoa e nos seus direitos dentro da organização? Se não, por que?

GRUPO	TEMA
1	Percepção de entrevistado sobre sua ocupação
2	Ambiente de ocupação
3	Reconhecimento e desrespeitos

*Obs.: Essas perguntas são apenas balizadoras, pois como a entrevista é em profundidade restará ao pesquisador a habilidade de realizar perguntas pertinentes e julgadas esclarecedoras das dúvidas sobre a temática

APÊNDICE C

Temática dos grupos focais

TEMÁTICA DOS GRUPOS FOCAIS

O guia de temas serve para orientar e sistematizar as questões e objetivos dos GF, no entanto, deixamos claro que a postura indutiva será levada em consideração e, se pertinente, o mediador poderá aceitar a alteração da proposta temática realizada pelos participantes.

Sabemos que a qualidade das questões é mais relevante do que a quantidade, por isso a elaboração de perguntas que despertem insights é tão importante e, nesse sentido, descrevemos algumas julgadas pertinentes, como:

- 1) O que você pensa sobre a POLÍCIA?
- 2) O que você entende por RECONHECIMENTO e DESRESPEITO? Como você aplicaria ou veria esses conceitos na sua organização policial?
- 3) Polícia e reconhecimento, que associação você faz (o que é ser reconhecido na polícia)? Aspectos positivos e negativos.
- 4) Como você se vê e se sente com relação a essa questão (polícia e reconhecimento)?
- 5) Família e polícia, como fica essa relação?

O mediador terá o papel de induzir o debate e conduzi-lo às questões afetas ao problema de pesquisa.

Ao final das sessões os participantes serão perquiridos individualmente sobre o que acharam da sessão e o que a discussão trouxe de reflexão para eles (as), principalmente as resignificações?

APÊNDICE D

**Termo de Consentimento para uso da gravação das falas dos participantes e
compromisso de sigilo ético**

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DA GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, _____, natural de _____ - _____, nascido (a) em ____/ ____/ 19____, portador (a) da Carteira de Identidade RG nº _____, policial militar, após conhecimento do teor da pesquisa e concordância em responder as perguntas a mim formuladas, autorizo o pesquisador Edson Benedito Rondon Filho, regularmente matriculado, sob o nº 195638, no Doutorado em Sociologia do PPGS do IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a fazer uso científico, na tese intitulada “A formação do Agente de segurança pública como processo de socialização: reconhecimento e desrespeito”, da entrevista por mim concedida no dia ____ de _____ de 20_____.

Por ser verdade, firmo o presente termo que dato e assino.

_____ - _____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do entrevistado

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DA GRAVAÇÃO DAS FALAS DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS

Eu, _____, natural de _____ - _____, nascido (a) em ____/____/19____, portador (a) da Carteira de Identidade RG nº _____, policial militar, após conhecimento do teor da pesquisa e concordância em responder as perguntas a mim formuladas, autorizo o pesquisador Edson Benedito Rondon Filho, regularmente matriculado, sob o nº 195638, no Doutorado em Sociologia do PPGS do IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a fazer uso científico, na tese intitulada “A formação do Agente de segurança pública como processo de socialização: reconhecimento e desrespeito”, das falas registradas e decorrentes de minha participação no Grupo Focal _____, realizado na

Por ser verdade, firmo o presente termo que dato e assino.

_____ - _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do (a) participante

APÊNDICE E

Codificações das entrevistas e dos grupos focais (NVivo.10)

CODIFICAÇÃO NVIVO – ESFERAS (FAMÍLIA / DIREITO / ESTADO)

120208_003_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio	37	72,04%
120214_001_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio	32	86,28%
120216_002_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio	35	73,42%
120223_001_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio	46	54,65%
120228_001_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio	38	66,83%
120302_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	6	42,70%
120302_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	93,99%
120308_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	18,45%
120308_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	36,81%
120308_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	9	64,72%
120309_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	37,46%
120309_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	27,63%
120309_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	4,47%
120309_004_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	22,79%
120309_006_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	6	47,81%
120312_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	21,45%
120312_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	2	12,34%
120312_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	47,73%
120312_004_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	6	30,12%
120312_005_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	8	59,46%
120312_006_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	7	38,51%
120312_007_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	26,65%
120312_008_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	3	27,00%
120312_009_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	26,08%
120312_010_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	3	25,73%
120312_011_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	36,28%

120315_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	2	14,32%
120315_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	24,16%
120315_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	38,84%
120315_004_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	36,07%
120315_005_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	9	67,82%
120315_006_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	2	19,38%
120315_007_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	3	20,00%
120315_008_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	51,97%
120315_010_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	4,25%
120315_011_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	26,68%
120625_001_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	16,96%
120625_002_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	54,13%
120625_003_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	3	16,22%
120625_004_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	14,75%
120625_005_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	47,90%
120625_006_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	13,14%
120625_007_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	0,21%
120625_008_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	19,30%
120625_009_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	35,76%
120625_010_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	9,55%
120626_001_PMERJ	Internas\Grupos Focais\IPMERJ\Praças	24	34,20%
120626_002_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	22,00%
120626_003_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	27,70%
120626_004_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	22,74%
120626_005_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	40,67%
120626_006_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	29,00%
120626_007_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	14,61%
120626_009_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	9,47%

120627_001_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	3	28,42%
120627_002_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	3	19,62%
120627_003_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	1	11,54%
120627_004_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	5	39,20%
120627_005_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	4	25,56%
120627_006_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	3	21,48%
120627_007_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	2	9,92%
120627_008_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	5	45,07%
120627_009_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	4	23,06%
120627_010_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	6	55,89%
120627_011_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	4	30,11%
120627_012_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	2	8,41%
120628_013_PMERJ	Internas\Grupos Focais\PMERJ\Oficiais	50	55,09%
120628_014_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	3	23,35%
120628_015_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	1	4,61%
120628_016_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	2	18,85%
120628_017_PMERJ	Internas\Entrevistas\PMERJ\Audio	1	5,74%
121010_001_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	3	28,45%
121010_002_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	3	27,59%
121010_003_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	1	13,40%
121010_004_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	7	48,91%
121010_005_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	2	25,05%
121010_006_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	4	35,30%
121010_007_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	4	40,44%
121010_008_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	3	32,08%
121010_009_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	5	37,76%
121010_010_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	8	57,81%
121123_011_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	5	34,51%

121123_012_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	7	64,33%
121126_013_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	4	31,71%
121126_014_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	2	19,18%
121126_015_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	10	83,01%
121129_001_GFOF_PMMT	Internas\Grupos Focais\PMMT\Oficiais	31	26,18%
121130_001_GFPR_PMMT	Internas\Grupos Focais\PMMT\Praças	58	37,01%
121204_016_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	3	32,13%
121204_017_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	4	27,46%
121204_018_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	6	35,24%
121204_019_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	8	61,57%
121204_020_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	4	25,64%
121204_021_PMMT	Internas\Entrevistas\PMMT\Audio	4	42,22%

CODIFICAÇÃO NVIVO – TENSÃO RECONHECIMENTO - DESRESPEITO

Nome	Na pasta	Referências	Cobertura
120208_003_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio	36	70,97%
120214_001_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio	32	86,28%
120216_002_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Oficiais\Audio	35	73,42%
120223_001_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio	46	54,65%
120228_001_BMRS	Internas\Grupos Focais\Brigada Militar\Praças\Audio	38	66,83%
120302_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	6	42,70%
120302_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	93,99%
120308_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	18,45%
120308_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	36,81%
120308_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	9	64,72%
120309_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	37,46%
120309_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	27,63%
120309_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	4,47%
120309_004_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	22,79%
120309_006_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	6	47,81%
120312_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	21,45%
120312_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	2	12,34%
120312_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	47,73%
120312_004_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	6	30,12%
120312_005_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	8	59,46%
120312_006_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	7	38,51%
120312_007_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	26,65%
120312_008_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	3	27,00%
120312_009_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	26,08%
120312_010_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	3	25,73%

120312_011_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	36,28%
120315_001_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	2	14,32%
120315_002_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	24,16%
120315_003_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	38,84%
120315_004_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	36,07%
120315_005_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	9	67,82%
120315_006_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	15,11%
120315_007_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	3	20,00%
120315_008_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	5	51,97%
120315_010_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	1	4,25%
120315_011_BMRS	Internas\Entrevistas\Brigada Militar\Audio	4	21,34%
120625_001_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	16,96%
120625_002_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	54,13%
120625_003_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	3	16,22%
120625_004_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	14,75%
120625_005_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	47,90%
120625_006_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	13,14%
120625_007_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	0,21%
120625_008_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	19,30%
120625_009_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	35,76%
120625_010_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	9,55%
120626_001_PMERJ	Internas\Grupos Focais\IPMERJ\Praças	24	34,20%
120626_002_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	22,00%
120626_003_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	27,70%
120626_004_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	22,74%
120626_005_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	40,67%
120626_006_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	29,00%
120626_007_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	14,61%

120626_009_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	9,47%
120627_001_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	3	28,42%
120627_002_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	3	19,62%
120627_003_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	11,54%
120627_004_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	39,20%
120627_005_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	25,56%
120627_006_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	3	21,48%
120627_007_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	9,92%
120627_008_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	5	45,07%
120627_009_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	23,06%
120627_010_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	6	55,89%
120627_011_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	4	30,11%
120627_012_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	8,41%
120628_013_PMERJ	Internas\Grupos Focais\IPMERJ\Oficiais	50	55,09%
120628_014_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	3	23,35%
120628_015_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	4,61%
120628_016_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	2	18,85%
120628_017_PMERJ	Internas\Entrevistas\IPMERJ\Audio	1	5,74%
121010_001_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	3	28,45%
121010_002_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	3	27,59%
121010_003_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	1	13,40%
121010_004_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	7	48,91%
121010_005_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	2	25,05%
121010_006_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	4	35,30%
121010_007_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	4	40,44%
121010_008_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	3	32,08%
121010_009_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	5	37,76%
121010_010_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	8	57,81%

121123_011_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	5	34,51%
121123_012_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	7	64,33%
121126_013_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	4	31,71%
121126_014_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	2	19,18%
121126_015_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	10	83,01%
121129_001_GFOF_PMMT	Internas\Grupos Focais\IPMMT\Oficiais	31	26,18%
121130_001_GFPR_PMMT	Internas\Grupos Focais\IPMMT\Praças	58	37,01%
121204_016_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	3	32,13%
121204_017_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	4	27,46%
121204_018_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	6	35,24%
121204_019_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	8	61,57%
121204_020_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	4	25,64%
121204_021_PMMT	Internas\Entrevistas\IPMMT\Audio	4	42,22%